

Mensagem nº 228

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, interino.

Brasília, 4 de agosto de 2014.

Brasília, 21 de Julho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

O Senhor Governador do Estado da Bahia requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador-PROSUS.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante as Resoluções nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com as alterações das Resoluções nº 41, de 08 de dezembro de 2009 e nº 19, de 22 de dezembro de 2011, bem como a Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, e alterações.

3. O Projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 2000.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, informando que o Ente recebeu classificação “B”, quanto à sua capacidade de pagamento, e desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificada a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas e formalizado o contrato de contragarantia.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), ao apreciar a minuta de contrato referente à operação de crédito sob exame, pronunciou-se favoravelmente aos seus termos e sugeriu o encaminhamento do pleito ao Senado Federal para fins de autorização da concessão de garantia da União, reiterando as ressalvas indicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar à Presidência da República que envie Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter, à apreciação daquela Casa, o pedido de concessão da garantia da República Federativa do Brasil à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Rogério Caffarelli

Aviso nº 292 - C. Civil.

Em 4 de agosto de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

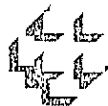
Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS”.

Atenciosamente,

VALDIR MOYSÉS SIMÃO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Substituto



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício nº 590/2014–Depec/Dicin/Surec
Pt. 1401597871

Brasília, 15 de julho de 2014.



A Sua Senhoria o Senhor
WALDEMAR SANTOS FILHO – Diretor do Tesouro
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
Av. Luis Viana Filho, 2ª Avenida – 260 – 1º andar
Centro Administrativo da Bahia
41745-003 Salvador – BA Fax: 71 3115-8750

Assunto: Credenciamento – ROF TA696457 – Estado da Bahia
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
Processo MF nº 17944.000872/2014-24

Senhor Diretor,

Referimo-nos ao ROF TA696457, de 08/07/2014, por meio do qual V.Sa. solicita credenciamento para negociar a operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 200.000.000,00, destinados ao financiamento do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador – Prosus.

2. A propósito, de acordo com o disposto no artigo 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986 e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, comunicamos que o Banco Central do Brasil credenciou o Estado da Bahia para negociar a referida operação, nas condições constantes do citado ROF.

3. Esclarecemos que a operação estará definitivamente registrada no ROF com a condição de “concluído” após a inclusão dos eventos 9001 (Resolução do Senado Federal) e 9007 (manifestação da PGFN e aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda).

Atenciosamente,

Fernando Antonio de Moraes Rego Caldas
Chefe Adjunto



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER PGFN/COF/Nº 1167/2014

Proposta de operação de crédito externo a ser celebrada entre o do Estado da Bahia-BA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador- PROSUS.

Análise jurídica prévia ao encaminhamento para o Senado Federal.

- I -

Vem à análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para exame e parecer que antecede à análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República¹, a operação de crédito externo a ser celebrada entre o do Estado da Bahia-BA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador-PROSUS.

- II -

2. A operação possui as seguintes características e principais manifestações prévias:

(i) **MUTUÁRIO:** Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente, e também

¹ "Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios,"



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.000872/2014-24

competete fazer constar, em momento oportuno, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários para o pagamento dos compromissos assumidos;

(ii) **MUTUANTE:** o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Organismo Internacional do qual a República Federativa do Brasil faz parte;

(iii) **LEI AUTORIZATIVA, VALOR DA OPERAÇÃO E CONTRAGARANTIA:** a realização da operação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.142, de 01/04/2014, a fls. 08, com contragarantia do Mutuário à União, mediante cessão das verbas descritas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal.

(iv) **ANÁLISE PELA COFIE²:** a preparação do Programa foi objeto da Recomendação nº 05/0102, de 28/06/2013, a fls. 07, homologada pela Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 05/08/2013.

(v) **CREDENCIAMENTO PROVISÓRIO DA OPERAÇÃO NO BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN):** a STN informou que incluiu as condições financeiras da operação de crédito em foco foram inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob o número ROF nº TA696457, a fls. 202/208, e o BACEN efetuou o credenciamento da operação, nos termos do Ofício nº 5831432/2013-DEPEC/DICIN/SUREC, de 15 de julho de 2014, a fls. 226;

(vi) **ANÁLISES PELA STN-MF:** destacam-se os seguintes pronunciamentos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF):

- a. **Parecer nº 937/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/07/2014** (fls. 217/220): verificação dos limites de endividamento do Mutuário, com prazo de validade de 270 (duzentos e setenta) dias para apreciação pelo Senado Federal (até 9 de abril de 2015);

² Comissão de Financiamentos Externos (COFIE²), de que trata o Decreto nº 3 502, de 12 de junho de 2000.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.000872/2014-24

- b. **Nota nº 120/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/07/2014, a fls. 182/197:** análise da capacidade de pagamento para a operação;
- c. **Parecer nº 939/2014/COPEM/SURIN/STN, de 14 de julho de 2014, a fls. 221/225:** análise das características financeiras da operação de crédito, do cumprimento das condições necessárias à contratação e à concessão da garantia, prestação das demais informações pertinentes, e conclusão favorável à contratação do contrato de empréstimo externo, com base na decisão proferida na Ação Cautelar nº 268-1, ainda vigente, desde que preenchidas as seguintes condições:

1ª) verificação, pelo Ministério da Fazenda, da adimplência do Ente com a União (o que deve incluir as suas entidades controladas); e

2ª) celebração de contrato de contragarantia.

- III -

DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO

3. Juridicamente, importa observar que as formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na versão atualizada das Resoluções do Senado Federal nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007, em sua versão atualizada; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.



Processo nº 17944.000872/2014-24

PLANO PLURIANUAL E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

3. A STN-MF informou que o Chefe do Poder Executivo declarou, a fls. 150/163, que constam na Lei Orçamentária Estadual nº 12.935, de 31/01/2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2014, dotações necessárias e suficientes à execução do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, quanto ao ingresso de recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos.

4. Após análises de documentos, concluiu a STN-MF que as ações previstas para o Programa estão inseridas no Plano Plurianual do Estado para o quadriênio 2012/2015, estabelecido pela Lei nº 12.504, de 29/12/2011 (cf. item 11, do Parecer nº 124/2014/COPEM/STN).

MARGEM DE CONCESSÃO DE GARANTIA, LIMITES DE ENDIVIDAMENTO DO MUTUÁRIO E CAPACIDADE DE PAGAMENTO

5. A STN-MF apontou que a situação do Mutuário está dentro da margem para concessão de garantia, conforme itens 10. do Parecer nº 939/2014 - COPEM/STN.

6. Quanto aos limites de endividamento, nos termos do Parecer nº 937/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/07/2014, a fls. 217/220, a Secretaria informou que o Mutuário atendeu aos requisitos mínimos para a contratação da operação de crédito, em conformidade com a redação atual da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, e observou as demais restrições estabelecidas no art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 2000³, cuja análise é válida até 9 de abril de 2015.

³ conforme apontado pelo item 13 do Parecer nº 120/2014/COPEM/STN



Processo nº 17944.000872/2014-24

7. A Coordenação-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM, da Secretaria do Tesouro Nacional, mediante a Nota nº 120/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/07/2014, a fls. 182/197, efetuou a análise dos resultados fiscais e risco de crédito do Mutuário, cuja capacidade de pagamento foi classificada como "B", a fls. 283.

EXAME DE ADIMPLÊNCIAS DO MUTUÁRIO

8. Relativamente ao necessário exame de adimplências de obrigações constitucionais e legais do Mutuário, inclusive as relacionadas com a União e suas entidades controladas, com vistas à concessão da garantia, estas são verificadas mediante análise de documentos e consulta de regularidade fiscal relacionadas com os números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) dos respectivos órgãos da Administração Direta⁴, notadamente para os efeitos do art. 40, §§ 1º e 2ºs da Lei Complementar nº 101, de 2000.

9. Parte dessas informações podem ser obtidas mediante consulta ao “SERVIÇO AUXILIAR DE INFORMAÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS”, conforme relação prevista no art. 10, incisos I a XIII, da Instrução Normativa STN nº 2 de 2 de fevereiro de 2012⁶, e, nesta data, há pendências, conforme consulta a fls. 234.

⁴ Conforme item 22 do Parecer nº 939/2014/COPEM/STN, o documento de fls. 18, o Mutuário declarou que os números de registros no CNPJ dos órgãos da respectiva Administração Direta estão em conformidade com a base do citado Serviço Auxiliar.

⁵ “Art. 40 Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, (...)”

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.” (destacou-se)

⁶ “Disciplina a coleta e o fornecimento de informações acerca de requisitos fiscais dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios para a realização de transferências voluntárias, institui o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, e dá outras providências.”



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.000872/2014-24

10. O Mutuário apresentou certidão do Tribunal de Contas do Estado, a fls. 143/147, de 9.7.2014, em cujo teor atesta:

- a. em relação ao último exercício analisado — *ano de 2013* —, e ao exercício em curso — *ano de 2014* — referiu-se às despesas de pessoal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em relação às respectivas porcentagens;
- b. em relação ao último exercício analisado — *ano de 2013* —, e ao exercício em curso — *ano de 2014* —, vêm sendo cumpridos, pelo Mutuário, os limites constitucionais de gastos mínimos com educação e saúde;
- c. em relação ao referido exercício analisado — *ano de 2013* —, e ao corrente exercício — *ano de 2014* —, foram cumpridas as demais condições exigíveis com base no art. 21, inciso IV, alíneas “a” e “b”, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000).

11. No tocante aos mencionados atendimentos aos limites constitucionais de Saúde e Educação, cumpre mencionar que o TCE da Bahia utiliza como fundamento do teor das informações, na citada Certidão, decisão liminar do Supremo Tribunal Federal na Ação Cautelar nº 268-1 Bahia (fls.209/213), apensada à Ação Cível Originária nº 727¹²¹ confirmada pela sua composição plenária, em que por unanimidade, referendou a liminar concedida para excluir da base de cálculo relativa à Lei nº 9.496/96, a receita prevista no §1º do art. 82 do ADCT da Constituição¹³¹. Embora a decisão plenária não tenha analisado o aspecto relacionado à aplicação do mesmo raciocínio para retirada dos recursos do Fundo Estadual de

¹²¹ Os autos da ACO 727 encontram-se conclusos ao Relator, Min. Marco Aurélio, desde 24/8/2006 (fls.382-3)

¹³¹ Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, sobre os produtos e serviços supérfluos e nas condições definidas na lei complementar de que trata o art. 155, § 2º, XII, da Constituição, não se aplicando, sobre este percentual, o disposto no art. 158, IV, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.000872/2014-24

13. O Chefe do Poder Executivo do Mutuário declarou que o ente vem cumprindo as regras constitucionais e legais exigidas pelo art. 21, inciso IV, da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em relação ao último exercício analisado (2013), e ao ano em curso (2014), conforme declaração datada de 9 de julho de 2014, a fls. 227.

14. O Mutuário fez comprovação de regularidade de liberação tempestiva de precatórios, exigida pelo art. 97, § 10, IV, "a" e "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por meio de Declaração a fls. 227, devidamente entregue ao Tribunal de Justiça, conforme atesta carimbo nela contido.

15. O Mutuário fez comprovação da observância de exigência de transparência na gestão fiscal (divulgação da execução orçamentária e financeira por meio eletrônico de acesso ao público e de informações pormenorizadas relativas à receita e à despesa em atendimento ao em cumprimento ao art. 73-C, da Lei Complementar nº 101, de 2000, e art. 38, inciso XVII, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 2011, por intermédio de comprovação de declaração de cumprimento, a fls. 227.

De acordo com o procedimento de consulta anexado a fls. 235, não havia pendências contra o Mutuário em relação às obrigações de financiamento, refinanciamentos e garantias concedidos pela União.

16. Para efeitos do art. 167, caput, da Resolução no 43, de 2001, do Senado, o Mutuário cumpre suas obrigações perante as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, segundo consulta ao Sistema SISBACEN/CADIP do Banco Central do Brasil, realizada em 14/07/2014 (fl. 167 (cf. item 24, do Parecer nº 939/2014 - COPEM/STN).

DAS MINUTAS CONTRATUAIS

⁷ "Art 16 É vedada a contratação de operação de crédito por tomador que esteja inadimplente com instituições integrantes do sistema financeiro nacional, exceto quando a operação de crédito se vincular à regularização do débito contraído junto à própria instituição concedente.

Parágrafo único. Para efeito da análise de que trata o caput deste artigo, a verificação da adimplência será efetuada pelo número de registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que represente a pessoa jurídica do mutuário ou tomador da operação de crédito." (destacou-se)



Processo nº 17944.000872/2014-24

17. O empréstimo será concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, mediante garantia da República Federativa do Brasil, sendo certo que nas respectivas minutas contratuais foram estipuladas as cláusulas usuais de tais operações, conforme minuta acostada a fls. 101/132).

18. No entendimento desta Procuradoria-Geral, foi observado, nas minutas contratuais, o comando previsto no art. 8º, da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DO MUTUÁRIO

19. O Mutuário apresentou o Parecer Jurídico nº PA-NCL-VSN- 332/2014, a fls. 228/232, em que se manifestou pela juridicidade das cláusulas constantes da minuta de contrato de empréstimo em questão.

- IV -

20. Diante do exposto, poderá o assunto ser submetido à consideração do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para pronunciamento do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, por intermédio de Exposição de Motivos, ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser certificada a adimplência do Estado com a União (o que

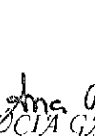


MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Processo nº 17944.000872/2014-24


deve incluir as suas entidades controladas) e ser celebrado o contrato de contragarantia.

À consideração superior.


ANALÚCIA GATTO DE OLIVEIRA
Procuradora da Fazenda

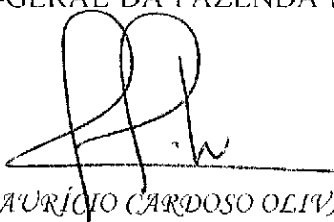
À consideração do Senhor Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Fiscal e Financeira, Substituto.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO,
em 17 de julho de 2014.


SUELY DIAS DE S. E. SILVA
Coordenadora-Geral, Substituta

Aprovo o Parecer. Encaminhe-se o assunto à Secretaria-Executiva (SE-MF) e, em seguimento, ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 17 de julho de 2014.


MAURÍCIO CARDOSO OLIVA
Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Fiscal e Financeira, Substituto



Parecer nº 939/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 14 de julho de 2014.

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 200.000.000,00. Recursos destinados ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador – PROSUS.

PEDIDO DE CONCESSÃO DE GARANTIA

1. Trata o presente parecer de pedido de concessão de garantia da União à operação de crédito externo, de interesse do Governo do Estado da Bahia, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), destinados ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador – PROSUS.

RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS – COFLEX

2. A Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX, por meio da Recomendação nº 05/0102, de 28/06/2013 (fl. 07), homologada pela Sra. Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 05/08/2013, recomendou a preparação do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador – PROSUS, no valor de até US\$ 200.000.000,00, com contrapartida de no mínimo US\$ 85.000.000,00.

OBJETIVOS DO PROGRAMA E ANÁLISE DE CUSTO-BENEFÍCIO

3. De acordo com o Parecer Técnico encaminhado (fls. 22/50), o objetivo geral do Projeto é melhorar as condições de saúde da população do Estado da Bahia, especialmente na região metropolitana de Salvador (RMS). Este objetivo deverá ser atingido por meio da organização de uma rede integrada de serviços de saúde com foco na expansão do acesso à Atenção Primária à Saúde, bem como na qualidade, continuidade e eficiência de seus serviços.

4. O Programa foi estruturado em dois Componentes: Componente I – Apoio à melhoria da gestão da rede SUS na RMS; Componente II – Consolidação das Redes Integradas de Saúde na RMS; e Componente III – Gestão e Avaliação do Programa. A partir da ação coordenada destes três componentes é que se pretende alcançar os objetivos traçados.

5. Ainda de acordo com o Parecer Técnico, a análise efetivada revela que a relação custo-benefício do programa é favorável, considerando os diversos cenários, sendo que a população beneficiada serão todos os mais de 3,5 milhões de habitantes da RMS.

FLUXO FINANCEIRO

6. De acordo com informações do interessado (fl. 173 e 216), o Projeto contará com investimento total de US\$ 285.000.000,00, sendo US\$ 200.000.000,00 financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e o restante proveniente de contrapartida estadual, conforme quadro abaixo. Ressalta-se que tanto o PVL quanto o cronograma financeiro foram encaminhados por e-mail, não sendo, portanto, documentos originais ou cópias autenticadas, conforme indicado no Parecer 937/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/07/2014 (fls. 198/201). Entretanto, o Sr. Secretário do Tesouro Nacional já se manifestou a respeito à fl. 201 do processo.

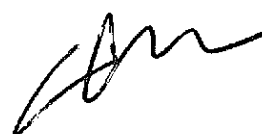
US\$

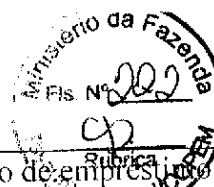
Ano	Liberações	Contrapartida	Total
2014	24.980.790,57	85.000.000,00	109.980.790,57
2015	38.418.850,85	-	38.418.850,85
2016	51.225.134,47	-	51.225.134,47
2017	42.687.612,05	-	42.687.612,05
2018	42.687.612,06	-	42.687.612,06
TOTAL	200.000.000,00	85.000.000,00	285.000.000,00

CONDIÇÕES FINANCEIRAS

7. Conforme minuta do contrato de empréstimo (fls. 98/134v) e demais documentos pertinentes, as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob o registro TA696457 (fls. 202/208), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, serão as seguintes:

Credor	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Valor da Operação	US\$ 200.000.000,00 (fl.102v)
Modalidade	Mecanismo de Financiamento Flexível - FFF
Desembolso	5 (cinco) anos, contados a partir da vigência do contrato (fl. 102v)
Amortização	O empréstimo deverá ser amortizado mediante o pagamento de 40 prestações semestrais, consecutivas e customizadas, vencendo-se a primeira 66 meses após a data da assinatura do contrato e a última até 25 anos após esta data, nos termos da cláusula 1.05 da minuta do contrato de empréstimo (fls. 102v/103v);
Juros	O Mutuário deverá pagar juros sobre os saldos devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o artigo 3.03 das Normas Gerais, conforme estipulado na cláusula 1.06 da minuta do contrato de empréstimo (fl. 104). Enquanto o Empréstimo não tenha sido objeto de nenhuma Conversão, o Mutuário pagará juros sobre os Saldos Devedores diários a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário. Neste caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada Trimestre determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre;
Conversões	O mutuário poderá solicitar ao Banco conversão de moeda e conversão de taxa de juros conforme disposto na cláusula 1.09 da minuta do contrato de empréstimo (fl. 104) e no Capítulo V das Normas Gerais (fl. 123);



Comissões de Crédito	Nos termos da cláusula 1.07 da minuta do contrato de empréstimo (fl. 104) dos arts. 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais (fls. 119v) o mutuário pagará comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo. A comissão de crédito começará a incidir 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do Contrato e seu valor não poderá exceder 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) ao ano.
Despesas de Inspeção e Supervisão	Nos termos da cláusula 1.08 da minuta do contrato de empréstimo e do artigo 3.06 das normas gerais, o Banco não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão gerais. Conforme revisão periódica de suas políticas, este notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% do valor do Financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos (fls. 104 e 119v).

8. Foi anexado ao processo (fl. 137), o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação com o BID, situado em 4,49% a.a.

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

9. Relativamente ao disposto na Lei Complementar nº 101/00, nas Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 40/2001, nº 43/2001 e nº 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/90, e alterações, com vistas à concessão da garantia da União, vale ressaltar o seguinte:

I – VERIFICAÇÃO DOS LIMITES PREVISTOS NO ART. 32 DA LRF

10. Mediante Parecer nº 937/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/07/2014 (fls. 198/201), esta Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios pronunciou-se quanto aos limites e condições para a contratação de operação de crédito externo pelo Governo do Estado da Bahia, tendo sido cumpridas as exigências dispostas nas RSF nº 40/2001 e 43/2001 e suas alterações, e atendidos os requisitos mínimos previstos no art. 32 da LRF. A verificação de limites e condições tem validade de 270 (duzentos e setenta) dias para apreciação do Senado Federal.

II - INCLUSÃO NO PLANO PLURIANUAL

11. O Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo (fls. 09/20), informa que o Programa em questão está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2012/2015, estabelecido pela Lei nº 12.504, de 29/12/2011, nos programas e ações apresentados.

III - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

12. O Chefe do Poder Executivo declara (fls. 150/163) que constam na Lei Orçamentária Estadual nº 12.935, de 31/01/2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Bahia para o exercício financeiro de 2014, dotações necessárias e suficientes à execução do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, quanto ao ingresso de recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos.

IV - AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA – Contratação e Contragarantias à Garantia da União

13. A Lei Estadual nº 13.142, de 01/04/2013 (fl. 08), autoriza o Poder Executivo a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, no valor de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de

[Handwritten signature]

dólares americanos). Dispõe que o Poder Executivo do Estado está autorizado a vincular como contragarantias as parcelas necessárias e suficientes das cotas de repartição constitucional das Receitas Tributárias de que o Estado é titular na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

V - LIMITES PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

14. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que, de acordo com exame efetuado por esta Secretaria, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da Resolução do Senado Federal nº 48/2007. As informações contidas no Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal da União, para o 2º quadrimestre de 2014, encontram-se apenas ao processo à fl. 170. ✓

15. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do ente garantido, conforme estabelecido no inciso II, alínea "c", do Art. 10 da RSF nº 48/2007, é de se informar que até a presente data o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado no Parecer nº 937/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/07/2014 (fls. 198/201), conforme disposto no parágrafo 10 deste Parecer. ✓

VI - CAPACIDADE DE PAGAMENTO E ASPECTOS FISCAIS DO ESTADO

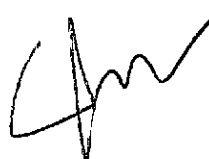
16. Segundo análise da capacidade de pagamento, consignada na Nota nº 120/2014/COREM/STN, de 11/07/2014, (fls. 180/196), em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 306/2012, a metodologia está apoiada em duas etapas de avaliações. A primeira analisa a classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito, tendo como parâmetros indicadores econômico-financeiros. A segunda verifica o enquadramento da operação pleiteada em sua correspondente situação fiscal, tendo como parâmetros o indicador de Endividamento e o indicador do Serviço da Dívida. ✓

17. A classificação obtida resultante das análises dessas duas etapas implicou pontuação "B", o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União.

18. Adicionalmente, conforme o Memorando nº 239/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 30/05/2014 (fl. 135), a operação Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador – PROSUS, com o BID, no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado da Bahia, revisado em 27/11/2012, limitada ao valor acima citado, conforme Nota nº 84/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 30/05/2014. Além disso, a contratação da operação não constitui violação do contrato de refinanciamento, nos termos do inciso IV do art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001. ✓

VII - CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO E MARGEM DISPONÍVEL

19. O Poder Executivo do Estado da Bahia - BA está autorizado a oferecer contragarantias à garantia da União, conforme mencionado e detalhado no parágrafo 13.






20. Segundo estudo elaborado por esta Secretaria acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado da Bahia, conforme informação consignada no Memorando nº 75/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 30/05/2014 (fls. 81/82), as garantias oferecidas por aquela entidade federativa são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação em epígrafe.

21. Assim, deverá ser formalizado o contrato de contragarantia com a União, podendo o Governo Federal reter as importâncias necessárias para satisfação dos compromissos assumidos diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Estado. /

VIII - SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA E ANTECEDENTES JUNTO À SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL

22. Mediante Declaração (fl. 18), o Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia informa que estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJ's da Administração Direta do Estado da Bahia.

23. A verificação de adimplência com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, em atendimento ao art. 16 da RSF nº 43/2001, deverá ser feita mediante consulta ao Sistema do Banco Central (SISBACEN/CADIP), tendo por base a lista de CNPJ constante do CAUC. /

24. Dessa forma, face ao mandamento legal mencionado acima, verificou-se que o Governo do Estado da Bahia encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme resultado de consulta ao Sistema do Banco Central do Brasil (SISBACEN/CADIP), realizada em 14/07/2014 (fl. 167).

25. A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de garantia, nos termos da RSF nº 41/2009, que alterou a RSF nº 48/2007. /

26. Segundo procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), cumpre informar que não constam, na presente data (fl. 168), em relação ao Ente, pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

27. Por fim, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 62, de 06/12/2009, relativa a pagamento de precatórios, esclarecemos que restou frustrada a tentativa de verificação da adimplência do Ente, pois "conforme decisão proferida pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Bruno Dantas no processo de ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO nº 0005633-70.2010.2.00.0000, as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes (CEDIN) foram suspensas até decisão final de mérito no referido processo" (fl. 169). /

IX - ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

28. A cláusula 4.01 da minuta do contrato de empréstimo (fls. 120v/121) indica condições prévias ao primeiro desembolso. De modo a evitar o pagamento desnecessário da comissão de compromisso e a permitir um bom início de execução do Programa, entendemos que, preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, deva ser verificado pelo Ministério da Fazenda o grau de cumprimento das mencionadas condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID.

29. Entendemos que as demais obrigações contratuais constantes das minutas negociadas do Acordo de Empréstimo, bem como do Contrato de Garantia (fls. 111/113), são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito.

X - DEMAIS EXIGÊNCIAS LEGAIS - Resolução SF nº 48/07, Lei Complementar n.º 101/2000 e Lei nº 11.079/2004

30. Cumpre esclarecer que as informações elaboradas pela STN relativas às finanças da União encontram-se atualizadas em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

31. O Tribunal de Contas do Estado da Bahia, mediante Certidão nº 03/2014 (fls. 143/147), de 09/07/2014, atestou para o exercício de 2013 (último analisado) o pleno exercício da competência tributária do Estado.

32. Em relação ao atendimento dos artigos 198 e 212 da Constituição Federal, cabe esclarecer que o Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Cautelar nº 268-1 (fls. 209/213), proferiu decisão, ainda em vigor, em favor do Estado da Bahia, que impede a União de “*incluir, no cálculo da Receita Líquida Real do ESTADO REQUERENTE, os valores do rendimento financeiro da receita vinculada ao FCEP*” (fl. 196v).

33. Portanto, quanto ao atendimento dos artigos 198 e 212 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado, de acordo com Certidão nº 03/2014 (fls. 143/147), certificou que, no exercício de 2013 (último analisado), o Estado cumpriu os limites constitucionais mínimos de aplicação em ações de manutenção e desenvolvimento da educação, tendo aplicado 28,09%, bem como em ações e serviços públicos de saúde, tendo aplicado 12,28%, com base na decisão do STF, acima citada.

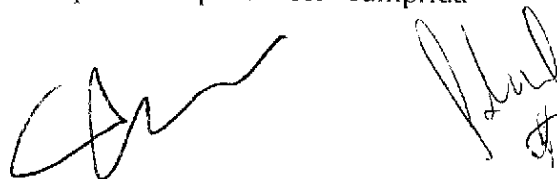
34. Relativamente às Despesas com Pessoal, na forma disciplinada pela LRF, é de se informar que a STN analisou e deu como atendidas as referidas despesas até o 1º quadrimestre de 2014 conforme consta do Parecer nº 937/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11/07/2014 (fls. 198/201), com base na referida Certidão do Tribunal de Contas, bem como no Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia (fls. 150/163).

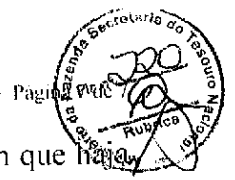
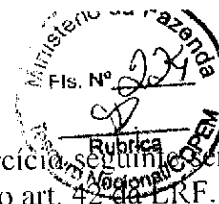
35. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, conforme disposto no art. 40, §2º, combinado com o art. 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF e no art. 10, inciso II, alínea c, da Resolução do Senado Federal nº 48/2007, é entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme exarado no Parecer PGFN/COF/nº 468/2008, que tais limites referem-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido artigo 42 dispõe o seguinte:

"Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício."

36. Segundo Declaração do Chefe do Poder Executivo (fl. 18), o Estado não contrairá, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida





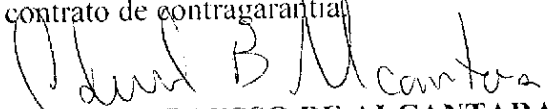
integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, em que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, conforme disposto no art. 42 da LRF.

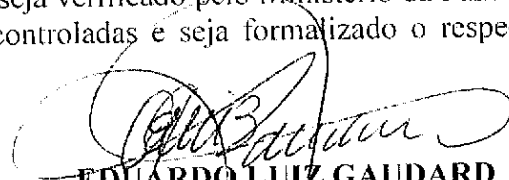
37. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada - PPP no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais Entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios

38. A esse respeito, cumpre esclarecer que o ente atesta, no Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado da Bahia, de 16/04/2014 (fls. 150/163), que as despesas do Estado da Bahia com as Parcerias Público-Privadas (PPP), situam-se dentro do limite estabelecido no art. 28 da Lei nº 11.079/2004.

CONCLUSÃO

39. Diante do exposto, e tendo em vista a decisão proferida na Ação cautelar nº 268-1, ainda vigente (fls. 209/213), nada temos a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas e seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.



GABRIEL BAESSO DE ALCANTARA
Analista de Finanças e Controle


EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente


De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Senhor Subsecretário do Tesouro Nacional, nos termos da Portaria MF 501, de 17/08/2012.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. Encaminhe-se o processo nº 17944.000872/2014-24 à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF para as providências de sua alçada. ✓


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional



Secretaria do Tesouro Nacional
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Gerência de Análise da Concessão de Garantias da União a Estados, DF e Municípios - GERFI



CÁLCULO DO CUSTO EFETIVO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO

15/09/2014 10:15:11

PONTO DE ENTREVISTA

NOME DO PROJETO: PRÓBUS
MUTUARIO: Bahia BA
CREDOR: BID
VALOR TOTAL: US\$ 285.000.000,00
EMPRESTIMO: US\$ 200.000.000,00
CONTRAPARTIDA: US\$ 85.000.000,00
DATA DE ANÁLISE PELA STN: 02/07/2014
DATA PROVÁVEL DE ASSINAT.: 15/09/2014
DATA INICIO COM. COMPROM.: 15/09/2014

AMORT. (PARCELAS): 40
DATA 1ª AMORT. / ÚLTIMA: 15/09/2019 / 15/09/2039
CARÊNCIA: 5 anos
COMISSÃO DE COMPROMISSO: 0,75%
CUSTO CAPT. LIBOR + CUSTO MITIG.: 0,07%
TAXA DE JUROS: Libor 3m US\$ + Spread (margem variável)
SPREAD ATUAL: 0,85%
FRONT-END-FEE (100% FIN.): 0,00%

PAGAMENTOS											
ANO	DESEMBOLSO	AMORTIZAÇÃO	COMISSÕES (COMPROMISSO E ADMINISTRAÇÃO)	FRONT-END FEE	TAXA DE JUROS	PGTO DE JUROS	TOTAL DE PGTO	SALDO DEVEDOR	YRS	CURVA ZERO SOBERANA DO TESOURO	VP FLUXO LÍQUIDO DESCONTADO PELA CURVA ZERO SOBERANA
15/09/14	24.980.791	-	17.487	-	0,92%	17.487	24.980.791	0,50	1,31%		(24.983,304)
15/03/15	19.209.425	-	673.415	-	1,02%	128.707	802.122	1,00	1,65%		(18.288,273)
15/09/15	19.209.425	-	610.717	-	1,30%	294.209	905.013	1,50	1,77%		(18.000,952)
15/03/16	25.612.567	-	535.872	-	1,68%	538.491	1.074.362	2,00	1,82%		(23.890,738)
15/09/16	25.612.567	-	443.362	-	2,01%	915.265	1.358.847	2,50	1,85%		(23.375,960)
15/03/17	21.343.806	-	336.876	-	2,60%	1.500.020	1.836.896	3,00	2,05%		(18.608,887)
15/09/17	21.343.806	-	260.394	-	3,03%	2.108.636	2.359.031	3,50	2,43%		(17.814,250)
15/03/18	21.343.806	-	175.809	-	3,38%	2.677.197	2.853.106	4,00	2,71%		(16.958,227)
15/09/18	21.343.806	-	96.759	-	3,77%	3.440.938	3.637.697	4,50	2,93%		(15.946,544)
15/03/19	-	-	-	-	3,88%	3.905.469	3.905.469	5,00	3,16%		3.415.739
15/09/19	-	-	-	-	4,19%	4.283.578	4.283.578	5,50	3,41%		3.647.673
15/03/20	-	2.000.000	-	-	4,25%	4.298.125	6.298.125	6,00	3,62%		5.206.466
15/09/20	-	2.000.000	-	-	4,49%	4.544.981	6.544.981	6,50	3,80%		5.250.710
15/03/21	-	2.000.000	-	-	4,60%	4.438.101	6.438.101	7,00	3,98%		5.013.117
15/09/21	-	3.000.000	-	-	4,89%	4.645.787	7.645.787	7,50	4,18%		5.762.239
15/03/22	-	3.000.000	-	-	4,65%	4.467.167	7.467.167	8,00	4,36%		5.434.123
15/09/22	-	3.000.000	-	-	4,79%	4.607.380	7.607.380	8,50	4,52%		5.342.693
15/03/23	-	3.000.000	-	-	4,78%	4.441.896	7.441.896	9,00	4,66%		5.046.738
15/09/23	-	3.000.000	-	-	4,88%	4.552.634	8.552.634	9,50	4,79%		5.597.622
15/03/24	-	4.000.000	-	-	4,89%	4.404.627	8.404.627	10,00	4,90%		5.311.105
15/09/24	-	4.000.000	-	-	4,88%	4.344.201	8.344.201	10,50	5,00%		5.089.152
15/03/25	-	4.000.000	-	-	4,82%	3.650.587	7.650.587	11,00	5,10%		4.682.093
15/09/25	-	4.000.000	-	-	4,72%	4.008.256	10.008.256	11,50	5,20%		5.684.431
15/03/26	-	6.000.000	-	-	4,83%	3.852.614	9.882.614	12,00	5,28%		5.414.416
15/09/26	-	6.000.000	-	-	4,93%	3.892.204	9.882.204	12,50	5,36%		5.219.451
15/03/27	-	6.000.000	-	-	5,04%	3.748.975	9.748.975	13,00	5,44%		4.966.818
15/09/27	-	6.000.000	-	-	5,15%	3.738.321	12.738.321	13,50	5,51%		6.255.351
15/03/28	-	9.000.000	-	-	5,28%	3.538.006	12.538.006	14,00	5,57%		5.937.815
15/09/28	-	9.000.000	-	-	5,37%	3.405.493	12.405.493	14,50	5,63%		5.664.579
15/03/29	-	9.000.000	-	-	5,49%	3.173.361	12.173.361	15,00	5,69%		5.361.772
15/09/29	-	9.000.000	-	-	5,20%	2.814.641	11.814.641	15,50	5,74%		5.016.522
15/03/30	-	9.000.000	-	-	4,76%	2.319.553	11.319.553	16,00	5,79%		4.636.116
15/09/30	-	9.000.000	-	-	4,91%	2.162.431	11.162.431	16,50	5,83%		4.407.240
15/03/31	-	9.000.000	-	-	4,86%	1.930.129	10.930.129	17,00	5,87%		4.162.698
15/09/31	-	8.000.000	-	-	4,91%	1.757.689	9.757.689	17,50	5,92%		3.582.435
15/03/32	-	8.000.000	-	-	4,97%	1.556.737	9.556.737	18,00	5,95%		3.383.726
15/09/32	-	8.000.000	-	-	5,02%	1.386.041	9.386.041	18,50	5,99%		3.203.676
15/03/33	-	8.000.000	-	-	5,08%	1.174.277	9.174.277	19,00	6,02%		3.020.493
15/09/33	-	6.000.000	-	-	5,13%	997.294	8.997.294	19,50	6,06%		2.220.833
15/03/34	-	6.000.000	-	-	5,19%	835.408	8.835.408	20,00	6,09%		2.092.615
15/09/34	-	6.000.000	-	-	4,82%	640.454	8.640.454	20,50	6,12%		1.959.755
15/03/35	-	6.000.000	-	-	4,55%	457.109	6.457.109	21,00	6,15%		1.838.149
15/09/35	-	2.000.000	-	-	4,56%	326.647	2.326.647	21,50	6,17%		638.486
15/03/36	-	2.000.000	-	-	4,58%	278.103	2.278.103	22,00	6,20%		602.901
15/09/36	-	2.000.000	-	-	4,60%	235.305	2.235.305	22,50	6,22%		570.279
15/03/37	-	2.000.000	-	-	4,62%	185.985	2.185.985	23,00	6,24%		538.035
15/09/37	-	2.000.000	-	-	4,64%	142.408	2.142.408	23,50	6,26%		508.645
15/03/38	-	1.000.000	-	-	4,66%	93.709	1.093.709	24,00	6,28%		250.883
15/09/38	-	1.000.000	-	-	4,68%	71.835	1.071.835	24,50	6,30%		236.994
15/03/39	-	1.000.000	-	-	4,71%	47.320	1.047.320	25,00	6,32%		223.544
15/09/39	-	1.000.000	-	-	4,73%	24.182	1.024.182	25,50	6,33%		210.899
15/03/40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/09/40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/03/41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/09/41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/03/42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/09/42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/03/43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/09/43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/03/44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
											(25.236,408)
200.000.000,00		200.000.000,00	3.150.810,64			117.298.598,87	320.449.409,51				

15/09/2014 10:15:11

TIR - CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO 4.49%

DURATION 12,08
MODIFIED DURATION 11,74

TIR EQUIVALENTE- TESOURO NACIONAL

5.28%

- 4% 5% 6% 7% 8% 9% 10%
- (1) TIR - Corresponde ao custo efetivo da operação, ou seja, a taxa de juros média que iguala o valor presente do fluxo a zero
(2) Duration - Média ponderada do valor presente do fluxo de caixa, expressa em anos
(3) Modified Duration - Duration modificada considerando-se o custo efetivo da operação
(4) TIR Equivalente - Corresponde ao custo médio atual de captação no Tesouro, obtido pela comparação da modified duration da operação analisada com a da Curva Zero Soberana do Tesouro
Obs: O Cálculo do Custo Efetivo desta operação de crédito não considera o imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros da operação

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

EM BRANCO



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1
150
1
Original jmao no Proa.
17944.000853/2014-06

PROCESSO Nº PGE2014311437-0
SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ
BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO- BIRD

PAGS. 744-758

PARECER Nº PA-NLC-VSN-0311/2014

CONSULTA. Contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para ações vocacionadas ao apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia – 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II. Análise do cumprimento dos limites e condições previstos nos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais atinentes a matéria.

Vêm os autos à apreciação desta Procuradoria Geral do Estado, à vista de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Secretário da Fazenda de emissão de parecer preliminar atualizado a ser remetido ao Ministério da Fazenda, a fim de que o Estado da Bahia possa obter contratação de empréstimo externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor equivalente a até US\$ 400,000,000.00 (quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visando o fortalecimento de programas estruturantes relativos ao esforço da inclusão social e produtiva, ao desenvolvimento de infraestrutura social, físico e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II, conforme Ofício nº 151/2014 (fls. 102/103).

Estão nos autos:

- à fl. 04, cópia da publicação da Lei estadual nº 13.174, de 14 de maio de 2014, no D.O.E. de 14 de maio de 2014, diploma autorizativo da contratação em comento.

- à fl. 05, cópia da Recomendação COFIEX nº 05/0105, de 25 de abril de 2014, por meio da qual a Comissão de Financiamentos Externos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão recomendou ao Exmo. Ministro Titular da referida pasta que autorizasse a



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

preparação do Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa;

- às fls. 06/15, o Parecer Técnico acerca do Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II, subscrito, inclusive, pelo Exmo. Secretário da Fazenda, Manoel Vitório da Silva Filho, e aprovado pelo Exmo. Governador do Estado da Bahia, Sr. Jaques Wagner.

- às fls. 22/24, cópia da publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E), dos dias 1º e 02 de fevereiro de 2014, da Lei estadual nº 12.935, de 31 de janeiro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014;

- às fls. 25/27, cópia da publicação no D.O.E. dos dias 17 e 18 de maio de 2014 do Decreto Financeiro nº 51, de 16 de maio de 2014, que abre ao Orçamentos Fiscal crédito suplementar;

- às fls. 28, cópia da publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E), do dia 30 de dezembro de 2011, da Lei estadual nº 12.504, de 29 de dezembro de 2011, que institui o Plano Plurianual - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2012-2015;

- às fls. 29/35, quadros demonstrativos de resumo da despesa por programa e ação orçamentária, constante do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (FIPLAN);

- às fls. 36/49, registros do cadastro do PPA 2012/2015 referente a Programas relacionados com o PROINCLUSÃO II;

- às fls. 108/113, nova declaração subscrita pelo Exmo. Governador do Estado da Bahia;

- às fls. 114/116, cópia da publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E), do dia 30 de maio de 2014, do Decreto nº 15.162, de 29 de maio de 2014, que aprova o Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2014, e às fls. 133/135, cópia da republicação, no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E), do dia 11 de junho de 2014, dos seus Anexos;

- às fls. 117/132, cópia da publicação no D.O.E, do dia 30 de maio de 2014, da Portaria nº 148, de 30 de maio de 2014, publicando o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado da Bahia, referente ao bimestre MARÇO/ABRIL de 2014, composto pelo Balanço orçamentário, demais demonstrativos e notas explicativas relativos ao período de janeiro a abril de



3
152
1

ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2014, e às fls. 136/146, cópia da republicação, no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O.E), do dia 11 de junho de 2014, dos seus Anexos;

- às fls. 148/152, cópia da Certidão nº 03/2014 do Tribunal de Contas do Estado (TCE), que analisa as contas do Governo Estado da Bahia relativas ao exercício financeiro de 2013 (deliberação do TCE em 11/06/2014) e até o 1º quadrimestre de 2014 (pendentes de deliberação do TCE).

Acerca da operação de crédito de que trata o expediente em epígrafe, esta Procuradoria já se manifestou precedentemente através do parecer nº PA-NASC-MVD-045/2014 (fls. 86/101), secundado de despacho de aprovação exarado pelo Exmo. Senhor Procurador Geral do Estado e pelo Exmo. Sr. Governador do Estado da Bahia.

É o relatório. Passo a opinar.

Trata-se de análise das condições legais para a contratação, pelo Estado da Bahia, de operação de crédito no valor equivalente a até a até US\$ 400,000,000.00 (quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), visando o fortalecimento de programas estruturantes relativos ao esforço da inclusão social e produtiva, ao desenvolvimento de infraestrutura social, físico e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II, autorizada por meio da Lei estadual nº 13.174/2014.

Nos termos do art. 21, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001,
verbis:

Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com

[Assinatura manuscrita]



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

I - pedido do chefe do Poder Executivo, acompanhado de pareceres técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos por esta Resolução;
[...]

Do Parecer Técnico juntado às fls. 06/15, pode-se extrair que o Programa insere-se em um processo de continuidade quanto desenvolvido pelo PROINCLUSÃO, repercutindo *“os efeitos das ações que o compõem [...] no conjunto da sociedade baiana, elevando a capacidade do Estado de prover os serviços públicos necessários ao desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis”* (fls. 134 — o negrito consta do original).

A análise do custo-benefício e a demonstração do interesse econômico e social do Projeto constam do referido opinativo técnico, subscrito, também pelo Exmo. Secretário da Fazenda e, aprovado pelo Exmo. Governador do Estado, sintetizada nos seguintes termos:

[...] Trata-se de um conjunto articulado de ações que se constituirão em um círculo virtuoso no qual a realização de um dos objetivos termina por alimentar os demais e orientarão o Estado da Bahia para sustentabilidade [das] [...] políticas [de sustentabilidade fiscal, eficiência do setor público e previdência; fortalecimento da política de desenvolvimento territorial; promoção da igualdade de gênero e raça; e investimento em ações governamentais].

[...] Melhoria da qualidade de vida, decorrente da implantação de Programas de Inclusão, sobretudo na área de infraestrutura social, física e institucional, com foco no planejamento e na gestão do setor público.

[...]

Esse Programa permitirá ao governo estadual manter a sistemática de ajuste fiscal que já está em curso sem comprometer a oferta de serviços para a sociedade.

[...] (fls. 09, 12 e 13).

Quanto aos aspectos jurídicos em derredor da matéria, vejamos



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Nos termos prescritos no art. 52, inciso V, da Constituição da República, compete ao Senado Federal, privativamente, *“autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios”*.

Antes da referida autorização, porém, faz-se necessária a tramitação da documentação relativa à contratação no Ministério de Estado da Fazenda, conforme o disposto no artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Para que haja concordância do referido órgão federal na contratação de crédito externo, exige-se a fundamentação do pleito mediante pareceres técnicos e jurídicos, cabendo a elaboração destes a Procuradoria Geral, órgão jurídico máximo do Estado da Bahia.

Acerca da matéria, assim prescreve o dispositivo em comento, *in verbis*:

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por elas controladas, direta ou indiretamente.

§1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento ao disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar. (sem os destaques em negrito no original)



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Dos requisitos acima, o inciso IV não será mencionado, uma vez que se enfrenta, no momento, fase inicial para a obtenção de autorização da operação de crédito em tela.

Relativamente ao inciso I, a contratação da operação de crédito em tela foi autorizada pela Lei estadual nº 13.174/2014, que assim dispõe em seu art. 1º:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o valor equivalente a US\$400,000,000.00 (quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão de garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao fortalecimento de programas estruturantes relativos ao esforço da inclusão social e produtiva, ao desenvolvimento de infraestrutura social, físico e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II.

Assim, a exigência de existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação de crédito foi cumprida, através da edição de lei específica.

Com relação à exigência legal prevista no inciso II do artigo em destaque, cumpre-nos registrar que os créditos provenientes do empréstimo foram inclusos na lei orçamentária anual do Estado da Bahia referente ao exercício financeiro de 2014, a Lei estadual nº 12.935/2014.

Registre-se que, nos termos do item 10 da declaração prestada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado em exercício, os créditos referentes a operação de crédito em tela foram insertos na LOA, nestes termos:

[...]constam da Lei Orçamentária do Estado nº 12.935, de 31 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado, de 01 e 02 de fevereiro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado, para o exercício de

60



7 156
1

ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2014, dotações necessárias e suficientes à execução do Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II, quanto ao ingresso dos recursos e ao pagamento dos encargos da operação em tela [...] (fl. 110).

Destarte, penso também estarem atendidas as exigências constantes do art. 32, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De referência ao quanto exigido no inciso III, o Exmo. Sr. Governador do Estado em exercício declarou, no item 8 da declaração juntada aos autos, *“que o Estado da Bahia cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF”* (fl. 06).

Acerca do quanto prescrito no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, bem assim das demais exigências constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal e das referidas Resoluções do Senado Federal, declarou, ainda, o Exmo. Sr. Governador do Estado que:

- 1) *“que todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da Lei Complementar nº 101/2000, contratadas com Instituições Financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas;”* (item 2)
- 2) *“que o Estado da Bahia, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000 não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação;”* (item 3)
- 3) *“que o Estado da Bahia não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal;”* (item 4)
- 4) *“que o Estado da Bahia não contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido pela Lei 9.991, de 24/07/2000;”* (item 5)
- 5) no item 6, *“que o Estado da Bahia, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:*

(a) no art. 23 – limites de pessoal

EM BRANCO



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

8

151

- (b) no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000;
- (c) no art. 37 – não realização de operações vedadas;
- (d) no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária;
- (e) no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- (f) no disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital*.

6) “que relativamente aos exercícios corrente e anterior, não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal;” (item 7)

7) “que o Estado da Bahia cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF;” (item 8)

8) no item 9, “que o Estado da Bahia, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal no período de maio de 2013 a abril de 2014:

ESTADO DA BAHIA - TODOS OS PODERES
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)					
	PODER EXECUTIVO ¹	PODER LEGISLATIVO			PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
		ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.515.792.700,59	325.449.576,02	156.665.232,02	130.292.817,17	1.385.225.091,21	417.297.181,06
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	3.656.918.438,56	2.697,81	1.314.204,57	2.907.493,45	77.553.999,47	83.309.387,82
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Obrigações patronais	388.362.573,12	3.706.427,69	7.985.699,77	6.001.799,40	63.776.527,10	15.400.471,14
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE TOP (IV) = (I - II + III)	11.237.236.835,15	329.153.305,90	163.336.727,22	133.387.123,11	1.377.447.618,87	349.388.264,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)						24.355.329.548,78
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas) ²						
INATIVOS E PENSIONISTAS						
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TOP sobre a RCL (V) = (IV/V)*100	46,14	1,35	0,67	0,55	5,66	1,43
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL FIXADO PELO TC	48,60	1,93	0,90	0,57	6,00	2,00

FONTE: SICOF, SIPPLAN/SEFAZ/SAFICOPAF

Notas

¹ O Poder Executivo inclui a Defesa Pública

² Valores computados na despesa bruta com pessoal.

FIN GRANCO



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9) no item 10, declara “que constam da Lei Orçamentária do Estado nº 12.935, de 31 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado, de 01 e 02 de fevereiro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado, para o exercício de 2014, dotações necessárias e suficientes à execução do Programa de Inclusão e Desenvolvimento Sócioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II, quanto ao ingresso dos recursos e ao pagamento dos encargos da operação em tela, alocadas nas seguintes fontes e ações orçamentárias:

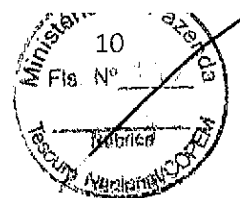
Fonte	Código da Ação	Descrição da Ação Orçamentária
124	2155	Desenvolvimento de Ações do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAM
124	2168	Desenvolvimento de Ações de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos
124	2192	Mobilização para Registro Civil
124	5397	Aparelhamento de Unidades do Sistema Penitenciário
124	5398	Implantação de Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas
124	5400	Recuperação de Unidades do Sistema Penitenciário
124	5401	Construção de Unidades Prisionais
124	1709	Implantação de Sistema Integrado de Abastecimento de Água na Bacia de Tucano
124	3352	Aquisição de Equipamentos para Obras Hídricas
124	3826	Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água
124	7887	Construção de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água
124	1032	Implantação de Projeto Comunitário para Geração de Ocupação, Renda e Infraestrutura Social – Produzir
124	1926	Implantação de Projeto de Apoio à Produção
124	5917	Apoio à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária
124	7721	Implantação de Unidade de Inclusão Socioprodutiva
124	3636	Apoio à Regularização Fundiária em Comunidades Tradicionais e Quilombolas
124	6717	Promoção da Sustentabilidade e Melhoria da Qualidade de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais

LIBRARY



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1586
22



124	4689	Apoio ao Funcionamento da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher	
124	4810	Organização de Empreendimentos Artesanais	
124	7882	Construção de Equipamento Esportivo e de Lazer	
124	2868	Conservação da Rede Rodoviária Estadual	
124	3311	Construção de Terminal Hidroviário	
124	3979	Construção de Pontes	
124	3980	Implantação de Acessos Rodoviários	
124	7886	Recuperação de Ponte	
124	5423	Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Planejamento – SEP	
124	7199	Elaboração de Estudos e Projetos para a Implementação do Sistema Viário Oeste – SVO	
124	7689	Zonamento Ecológico-Econômico e Ordenamento Territorial	
124	1412	Aperfeiçoamento de Modelo de Gestão e Sistema da Administração Tributária	
124	1451	Modernização de Tecnologia da Informação e Comunicação	
124	1458	Aperfeiçoamento de Modelo de Gestão de Recursos Humanos na Área Fazendária	
124	5429	Aperfeiçoamento do Sistema da Administração Financeira	
124	1340	Implantação de Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC	
124	3221	Recuperação de Unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC	
124	3449	Implantação de Sistema Corporativo para a Área de Recursos Humanos	
124	3745	Elaboração de Cartografia Sistemática	

10) no item 11, “Declaro que o Programa de Inclusão e Desenvolvimento Sócioeconômico do Estado da Bahia 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II está inserido no Plano Plurianual do Estado, para o período 2012 - 2015, estabelecido pela Lei nº 12.504, de 29 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial de 30 de Dezembro de 2011, nos programas e ações apresentados no quadro abaixo:

f

f

63

EMERSON

11
159
1

ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Código do Programa	Descrição do Programa	Descrição da Ação Orçamentária
105	Pacto Pela Vida	Desenvolvimento de Ações do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte – PPCAM
		Desenvolvimento de Ações de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos
106	Promoção, Proteção, Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania	Mobilização para Registro Civil
107	Ressocialização: Direito do Interno e do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas	Aparelhamento de Unidades do Sistema Penitenciário
		Implantação de Central de Apoio e Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas
		Recuperação de Unidades do Sistema Penitenciário
		Construção de Unidades Prisionais
113	Água para Todos - PAT	Implantação de Sistema Integrado de Abastecimento de Água na Bacia de Tucano
		Aquisição de Equipamentos para Obras Hídricas
		Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água
		Construção de Sistema Simplificado de Abastecimento de Água
116	Vida Melhor: Oportunidade para Quem Mais Precisa	Implantação de Projeto Comunitário para Geração de Ocupação, Renda e Infraestrutura Social – Produzir
		Implantação de Projeto de Apoio à Produção
		Apoio à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária
		Implantação de Unidade de Inclusão Socioprodutiva
118	Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	Apoio à Regularização Fundiária em Comunidades Tradicionais e Quilombolas
		Promoção da Sustentabilidade e Melhoria da Qualidade de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais
119	Enfrentamento da Violência Contra as	Apoio ao Funcionamento da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

1100



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

	Mulheres	
123	Bahia Solidária: Mais Trabalho e Mais Renda	Organização de Empreendimentos Artesanais
124	Bahia Esportiva	Construção de Equipamento Esportivo e de Lazer
125	Logística Integrada de Transporte	Conservação da Rede Rodoviária Estadual
		Construção de Terminal Hidroviário
		Construção de Pontes
		Implantação de Acessos Rodoviários
		Recuperação de Ponte
150	Planejamento e Gestão Estratégica	Aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Planejamento – SEP
		Elaboração de Estudos e Projetos para a Implementação do Sistema Viário Oeste – SVO
		Zoneamento Ecológico-Econômico e Ordenamento Territorial
151	Gestão Fiscal	Aperfeiçoamento de Modelo de Gestão e Sistema da Administração Tributária
		Modernização de Tecnologia da Informação e Comunicação
		Aperfeiçoamento de Modelo de Gestão de Recursos Humanos na Área Fazendária
		Aperfeiçoamento do Sistema da Administração Financeira
152	Modernização da Gestão Pública	Implantação de Unidades do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC
		Recuperação de Unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC
		Implantação de Sistema Corporativo para a Área de Recursos Humanos
153	Relação Governo-Sociedade	Elaboração de Cartografia Sistemática

11) no item 12, “que o Estado da Bahia, em relação às contas do exercício anterior, cumpre o disposto:

f

W
v

EM BRANCO



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- (a) no artigo 198 da Constituição Federal, tendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, o percentual de 12,28 %, calculado de acordo com estabelecido pela EC 29/2000;
- (b) no art. 212 da Constituição Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual de 28,09%, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;
- (c) no artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000;

12) no item 13, "que as despesas do Estado da Bahia com as Parcerias Público-Privadas (PPP), cujo demonstrativo encontra-se no Quadro a seguir, situam-se dentro do limite estabelecido no art. 28 da Lei nº 11.079/2004:

ESTADO DA BAHIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
PAGAMENTOS A PARTIR DE JANEIRO DE 2013

EM REAIS

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (BCV)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado	238.382.849	303.038.897	345.102.251	399.954.551	455.874.191	455.907.151	455.907.151	402.094.978	294.470.832	294.470.832	294.470.832	294.470.832	294.470.832
Das Entidades Não-Dependentes	57.121.374	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112
TOTAL DAS DESPESAS	295.504.223	363.240.009	405.303.363	460.155.663	516.075.303	516.108.263	516.108.263	462.296.090	354.671.944	354.671.944	354.671.944	354.671.944	354.671.944
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	23.889.634.288	23.823.432.316	24.685.892.376	25.579.521.690	26.505.500.365	27.464.999.473	28.459.232.459	28.489.456.874	30.556.875.008	31.663.137.501	32.809.343.078	33.999.343.078	35.209.343.078
TOTAL DAS DESPESAS DO ENTE FEDERADO / RCL (%)	1,03%	1,27%	1,40%	1,56%	1,71%	1,69%	1,60%	1,38%	0,98%	0,93%	0,87%	0,80%	0,80%

NOTA: Fonte: Secretaria Executiva de Parcerias Público-Privadas - BA, em 08/04/2014

NOTAS:

- a) **ESTATAL NÃO DEPENDENTE** Contrato de concessão administrativa nº 427/2008, celebrado em 27/12/2008, visando a Construção e Operação do Sistema de Disposição Órfica do Jaguaripe, que compreende a ampliação da Estação Elevatória do Sabotero, implantação de Linhas de Recirculação, construção de Estação de Condicionamento Prévia e implantação dos Emissários Terrestre e Subterrâneo. A Concessionária Jaguaripe S/A, empresa contratada por prazo de 13 (dezoito) anos, sendo que o prazo inicial para a execução das obras era de 2 (dois) anos, mais um mês de pré-operação, porém, este prazo foi alongado, via aditivo celebrado com a concessionária. O início das obras se deu no mês de junho de 2008 e o início das operações se deu em maio de 2011, com início do pagamento das contraprestações a partir de junho de 2011. Sabendo-se que, por se tratar de estatal não dependente, não deverão ser contabilizadas as despesas para fins de comprometimento da receita corrente líquida do Estado conforme preconiza a Lei pertinente. O valor da contraprestação mensal, a partir de dezembro de 2013, é de R\$ 5.916.759,37.
- b) **ENTE FEDERADO** Três contratos celebrados até esta data:
- 1) Contrato de concessão administrativa nº 02/2010, celebrado em 21/01/2010, visando a reconstrução e operação do Estádio Cláudio Menezes (Fonte Nova), que compreende a demolição e reconstrução do estádio de futebol que sediará jogos da COPA 2014. A Concessionária Fonte Nova Negócios e Participações S.A. foi contratada pelo período de 35 (trinta e cinco) anos, sendo de 3 (três) anos o prazo para execução das obras. O valor da contraprestação mensal a partir de dezembro de 2013, é de R\$ 10.330.858,82.
- 2) Contrato de concessão administrativa nº 30/2010 para gestão e operação da unidade hospitalar denominada Hospital do Subúrbio, celebrado em 28/05/2010, com o Consórcio PRODAL. A unidade passou a operar em setembro de 2010 e o prazo contratual é de 10 anos. Em 23/03/2012 foi celebrado aditivo para reajustar o econômico financeiro do contrato, com ampliação de 25% no número total de leitos da unidade e aumento de 20 leitos de UTI. A contraprestação mensal a partir de fevereiro de 2014, é de R\$ 13.453.643,27.
- 3) Contrato de concessão administrativa nº 35/2013, celebrado em 20/05/2013, para a prestação de serviços não assistenciais procedida da construção da unidade hospitalar Instituto Couto Maia. A Concessionária Couto Maia Construções e Serviços Não Clínicos S/A foi contratada pelo período de 21 (vinte e um) anos e 4 (quatro) meses, sendo 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de investimentos e realização de atividades pré-operacionais e 20 (vinte) anos de operação. A previsão para o início dos serviços é setembro de 2014. O valor da contraprestação anual máxima será de R\$ 42.189.326,00.
- 4) Contrato de concessão patrocinada nº 01/2013, celebrado em 15/10/2013, para a implantação e operação do Sistema Metrológico de Salvador e Lauro de Freitas. A Concessionária Companhia de Metrô do Salvador foi contratada pelo período de 30 (trinta) anos. A previsão para o início dos serviços é setembro de 2014. O valor da contraprestação anual máxima será de R\$ 127.600.000,00.

13) "que o Estado da Bahia, em observância ao disposto no art. 42 da LRF, não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito;" (item 14)

EN BRANCO



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

14) no item 15, "*que, havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;*

15) no item 16, "*que estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJ's da Administração Direta do Estado da Bahia.*"

No que concerne às contas dos exercícios já analisados, a Certidão nº 03/2014 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, juntada em cópia ao processo, atesta o cumprimento do disposto nos artigos 23 (através do item 2), 33 (através do item 3), 37 (através do item 4), 52 (através do item 5) e 55, §2º (através do item 6), todos da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem assim do art. 167, inciso III da Constituição Federal (através do item 1).

Dos itens 6 e 7 da declaração subscrita pelo Exmo. Governador do Estado se verifica, também, o cumprimento do disposto no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Comprova-se, assim, o atendimento do quanto exigido no inciso V do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pode-se afirmar, pois, que as exigências formais necessárias para contratação de operação de crédito externo nesta fase inicial previstas na Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções nº 40/2001 e 43/2001, alteradas pelas Resoluções nº 3/2002, 5/2002, 19/2003, 20/2003 e 10/2010, todas do Senado Federal, foram atendidas.

Por tudo que foi exposto, o Estado da Bahia cumpre os requisitos normativos para proceder à contratação de crédito consistente em empréstimo externo junto Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no montante de até US\$ 400,000,000.00 (quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), visando as ações descritas na Lei autorizativa nº 13.174/2014 em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado


EM BRANCO



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

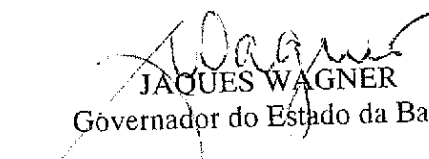
Bahia 2ª Etapa – PROINCLUSÃO II, pelo que opinamos pela sua possibilidade e prosseguimento dos trâmites para sua ulitimação.

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA, 09 de julho de 2014.


VERÔNICA S. DE NOVAESMENEZES
Procuradora do Estado

RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado

Aprovo o PARECER PA-NLC-VSN-311/2014e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.


JACQUES WAGNER
Governador do Estado da Bahia

EM BRANCO



Nota nº 115/ 2014/GERFI/COPEM/SURIN/STN/MF

Em 14 julho de 2014.

Assunto: Manifestação no Módulo ROF do RDE.

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado da Bahia e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no valor de US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Recursos destinados ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador.
ROF TA 696457 - Processo nº 17944.000872/2014-24.

De modo a atender ao disposto pelas Resoluções nº 2.515, de 29.06.98 e nº 3.844, de 23.03.2010, regulamentadas pela Circular nº 3.491, de 24.03.2010, todos do Banco Central do Brasil, que tratam dos procedimentos para registro no módulo Registro de Operações Financeiras - ROF, do Registro Declaratório Eletrônico - RDE, sugerimos a inserção no Sistema de Informações Banco Central - SISBACEN a seguinte manifestação:

Tendo em vista o atendimento pelo Estado da Bahia dos limites e condições estabelecidos pela RSF nº 43/01, objeto de manifestação favorável desta Secretaria, por meio do Parecer nº 937/2014 - COPEM/STN, nos termos do art 98 do Decreto nº 93.872/86, a STN nada tem a opor que o referido Ente seja autorizado a credenciar a op. de crédito externo, com garantia da União, com o BID, no valor de US\$200.000.000,00, destinados ao Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador, objeto da Recom. COFIEX nº 05/0102. Importa, ressaltar, todavia, que a decisão deste Ministério somente será formalizada quando do encaminhamento do pleito ao Senado Federal.

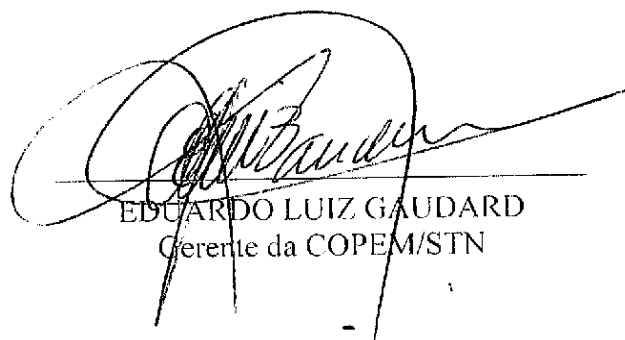
À

consideração

superior.



JOÃO SÉRGIO PEREIRA DA S.J.R.
Analista de Finanças e Controle



EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COPEM/STN

EM BRANCO

Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Parecer nº 937/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 11 de julho de 2014.

Processo nº 17944.000872/2014-24

Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Estado da Bahia - BA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Recursos destinados ao financiamento parcial do Programa PROSUS RMS.

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES.

RELATÓRIO

1. Solicitação feita pelo Governo do Estado da Bahia - BA para a verificação do cumprimento de limites e condições para contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, com as seguintes características (fls. 172):

a) **Valor da operação:** US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

b) **Destinação dos recursos:** financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS;

c) **Juros e atualização monetária:** LIBOR de 3 meses, mais margem variável. Atualização cambial do dólar americano;

d) **Liberação:** R\$ 55.549.783,99 em 2014, R\$ 85.431.998,64 em 2015, R\$ 113.909.331,52 em 2016, R\$ 94.924.442,92 em 2017, R\$ 94.924.442,94 em 2018, considerando-se a cotação de 2,2237, vigente em 10/07/2014 (fls. 173, 174);

e) **Prazo total:** 300 (trezentos) meses;

f) **Prazo de carência:** 66 (sessenta e seis) meses;

g) **Prazo de amortização:** 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

h) **Lei(s) autorizadora(s):** nº 13.142, de 01/04/2014 (fls. 08);

2. O Estado entende que seu Parecer Técnico (fls. 22-50) atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

3. O "Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo" (fls. 09-20, 150-163) foi apresentado em cumprimento ao inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001. Este documento manifesta o entendimento de que o Estado cumpre os requisitos, conforme disposto no Manual para



Instrução de Pleitos (MIP), bem como assinala o cumprimento do art. 5º da RSF nº 43/2001, segundo o qual o Governo do Estado da Bahia não infringiu nenhuma das vedações.

4. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, o Estado apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a) art. 6º § 1º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício anterior:**

Descrição	Valor (R\$)
a.1) despesas de capital ajustadas no exercício anterior: (fl. 61)	4.368.657.945,45
a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior: (fl. 60v)	2.657.101.134,96
Saldo:	1.711.556.810,49

b) art. 6º § 1º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF - **despesas de capital relativas ao exercício atual:**

Descrição	Valor (R\$)
b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas: (fl. 138v)	6.667.454.982,13
b.2) Liberações de crédito já programadas: (fl. 65)	3.526.772.000,00
b.3) Liberação da operação sob exame: (fl. 173)	55.549.783,99
Saldo:	3.085.133.198,14

c) art. 7º Inciso I da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Montante Global de todas as operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).**

Tabela I - Montante Global das operações realizadas em um exercício financeiro (fls. 173 e 65)

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do Limite de Endividamento
	Operação em Exame	Liberações Programadas			
2014	55.549.783,99	3.526.772.000,00	24.904.640.620,98	14,38	89,90
2015	85.431.998,64	645.496.000,00	25.783.676.889,90	2,83	17,72
2016	113.909.331,52	199.613.000,00	26.693.739.696,15	1,17	7,34
2017	94.924.442,92	99.393.000,00	27.635.924.154,99	0,70	4,39
2018	94.924.442,94	42.290.000,00	28.611.364.034,93	0,48	3,00
2019	0,00	21.034.000,00	29.621.233.122,09	0,07	0,44

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos. O ano de 2019 é o último para o qual há liberações informadas.

d) art. 7º Inciso II da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.**

Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 173 e 66-71)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	0,00	1.493.019.000,00	24.904.640.620,98	5,99
2015	3.206.918,14	1.527.211.000,00	25.783.676.889,90	5,94
2016	5.229.167,20	1.475.610.000,00	26.693.739.696,15	5,55
2017	9.123.341,15	1.444.689.000,00	27.635.924.154,99	5,26
2018	13.926.925,07	1.473.738.000,00	28.611.364.034,93	5,20
2019	17.944.142,90	1.460.282.000,00	29.621.233.122,09	4,99
2020	28.237.206,29	1.400.501.000,00	30.666.746.632,63	4,66
2021	31.070.216,76	1.314.044.000,00	31.749.162.675,09	4,24
2022	33.274.980,09	1.305.520.000,00	32.869.783.764,31	4,07

2023	35.317.612,83	1.307.954.000,00	34.029.958.388,79	3,95
2024	37.158.109,08	1.511.484.000,00	35.231.082.633,41	4,40
2025	39.651.003,11	1.264.254.000,00	36.474.601.859,38	3,57
2026	43.662.782,10	1.247.934.000,00	37.762.012.443,49	3,42
2027	49.711.079,92	1.201.329.000,00	39.094.863.578,76	3,20
Média:				4,60
Percentual do Limite de Endividamento:				40,02

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e) art. 7º Inciso II-B da Resolução nº 43, de 2001-SF: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL até o exercício financeiro de 2039, como determinado pela Resolução nº 36/2009, do Senado Federal.**

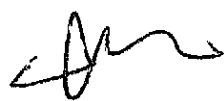
Tabela II-B - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 173 e 66-71)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	0,00	1.493.019.000,00	24.904.640.620,98	5,99
2015	3.206.918,14	1.527.211.000,00	25.783.676.889,90	5,94
2016	5.229.167,20	1.475.610.000,00	26.693.739.696,15	5,55
2017	9.123.341,15	1.444.689.000,00	27.635.924.154,99	5,26
2018	13.926.925,07	1.473.738.000,00	28.611.364.034,93	5,20
2019	17.944.142,90	1.460.282.000,00	29.621.233.122,09	4,99
2020	28.237.206,29	1.400.501.000,00	30.666.746.632,63	4,66
2021	31.070.216,76	1.314.044.000,00	31.749.162.675,09	4,24
2022	33.274.980,09	1.305.520.000,00	32.869.783.764,31	4,07
2023	35.317.612,83	1.307.954.000,00	34.029.958.388,79	3,95
2024	37.158.109,08	1.511.484.000,00	35.231.082.633,41	4,40
2025	39.651.003,11	1.264.254.000,00	36.474.601.859,38	3,57
2026	43.662.782,10	1.247.934.000,00	37.762.012.443,49	3,42
2027	49.711.079,92	1.201.329.000,00	39.094.863.578,76	3,20
2028	55.140.423,44	677.557.000,00	40.474.759.138,67	1,81
2029	53.579.706,87	631.050.000,00	41.903.359.607,16	1,63
2030	49.854.011,82	552.553.000,00	43.382.384.076,73	1,39
2031	45.886.189,37	511.708.000,00	44.913.612.317,12	1,24
2032	42.007.811,39	527.129.000,00	46.498.886.916,97	1,22
2033	35.888.278,45	414.061.000,00	48.140.115.501,09	0,93
2034	30.041.563,61	295.298.000,00	49.839.273.025,96	0,65
2035	19.514.377,93	247.145.000,00	51.598.404.156,30	0,52
2036	10.020.218,15	230.945.000,00	53.419.625.725,49	0,45
2037	9.616.917,18	149.755.000,00	55.305.129.282,81	0,29
2038	4.811.559,47	146.440.000,00	57.257.183.730,68	0,26
2039	4.604.772,47	140.855.000,00	59.278.138.054,87	0,25
Média:				2,89
Percentual do Limite de Endividamento:				25,11

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

f) art. 7º Inciso III da Resolução nº 43, de 2001-SF: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

f.1) Limite ao final do exercício de 2016:	2,00
f.2) Limite atual para relação DCL/RCL:	2,00
f.3) Receita Corrente Líquida:	R\$ 24.335.329.548,78
f.4) Dívida Consolidada Líquida:	R\$ 7.818.804.262,70
f.5) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação:	R\$ 4.534.598.000,00




f.6) Valor da operação em exame:	R\$ 444.740.000,00
f.7) Saldo Total da Dívida Líquida:	R\$ 12.798.142.262,70
f.8) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL:	0,53
Percentual do Limite de Endividamento:	26,30

5. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (data-base Abril de 2014), base para a projeção da RCL constante nas alíneas "c", "d" e "e" do item anterior, têm como fonte o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fls. 139) coletado junto ao SISTN. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL de Abril de 2014 (alínea "f" do item anterior) tem como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, coletado junto ao SISTN, conforme fl. 175.

6. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36, de 11/11/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o cálculo do limite a que se refere o item "d" passa a ser calculado da seguinte forma:

"Art. 7º

[...]

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do caput, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou

II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027."

7. Assim, para atender o disposto, o cálculo foi realizado para o período de 2014 a 2027, com comprometimento anual de 4,60 e para o período de 2014 a 2039, com comprometimento anual de 2,89, sendo considerado o segundo período, já que o mesmo é mais benéfico para o Ente.


ANÁLISE

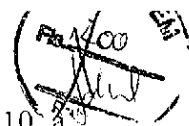
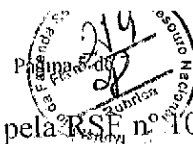
8. No que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Governo do Estado da Bahia atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da RSF nº 43/2001. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, expressos no item 4 deste parecer, registramos:

Tabela III - Análise dos Limites

Itens	Limites	Resultado
a	receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício anterior	ENQUADRADO /
b	receita de operações de crédito menor que a despesa de capital - exercício corrente	ENQUADRADO /
c	MGA/RCL < 16%	ENQUADRADO /
d/e	CAED/RCL < 11,5%	ENQUADRADO /
f	limite atual para a relação DCL/RCL < 2	ENQUADRADO /

9. Destacamos, ainda, no que tange aos itens "d" e "e", que a média para o período futuro não é superior a 10% e que o comprometimento anual não apresenta tendência crescente.





10. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, com redação dada pela RSF nº 10/2010, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observado o disposto no inciso IV do § 10 do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 62, de 09/12/2009.

11. Tendo em vista a alteração introduzida pela RSF nº 10, de 29/04/2010, que, entre outros, modifica o inciso III do art. 21 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) foi realizada por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada (fls. 09-20, 150-163).

12. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (fls. 143-147) atestou o cumprimento pelo Estado do disposto na LRF, relativamente ao último exercício analisado (2013) e ao exercício em curso (2014).

13. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 683/2011, verificamos mediante o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação (SISTN) que o Estado atualizou as informações constantes das referidas portarias, nos termos do art. 27 da RSF nº 43/2001, conforme Histórico das Declarações (fls. 141-142, 78).

14. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, verificou-se que o Estado encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União (fl. 78).

15. Segundo procedimento de consulta estabelecido pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), mediante Memorando nº 7/2014/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 17/01/2014 (fls. 72-74, 81-83, 167), cumpre informar que não constam na presente data, em relação ao Estado, pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

16. Cabe ressaltar que, conforme consulta à Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM), o Estado cumpre as metas estabelecidas no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na RSF nº 43/2001 e a operação de crédito em questão não representa violação do acordo de refinanciamento firmado com a União, nos termos do inciso IV, art. 5º, da RSF nº 43/2001 (fls. 84, 135, 181-196).

17. Relativamente às demais exigências, de ordem documental, aplicam-se as regras da RSF nº 43/2001, as quais estão devidamente atendidas, com exceção dos documentos utilizados para esta análise, os quais não são originais nem cópias autenticadas em cartório.

OBSERVAÇÕES

12. Com relação aos parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º, e art. 37 da LRF, vale registrar os esclarecimentos feitos pelo Estado por meio do Ofício GASEC nº 150, de 09/07/2014, referentes às dívidas que compõem os valores registrados no campo 7 - Outras Dívidas e no campo 30 - Demais Dívidas Contratuais de seu Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do 3º quadrimestre de 2013:

a) campo 7 - Outras Dívidas (R\$ 91.214.791,15)

- Seguro Habitacional URBIS (R\$ 82.985.646,67) - segundo o Estado, trata-se de contrato de parcelamento de débitos firmado em 2006, referente a prêmios vencidos de seguro habitacional, constituídos originalmente em nome da URBIS – Habitação e Urbanização da Bahia S.A. De acordo com o Parecer PGFN/CAF nº 1853, de 2006, parcelamentos de débitos da espécie, de que trata o art. 53 da Medida Provisória nº 2.181-45/2001, não constitui operação de crédito, tal como definida na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução 43/2001 do Senado Federal.
 - URBIS Tributos Federais (R\$ 3.865.122,15) – débitos de contribuição para financiamento da Seguridade Social – COFINS e Imposto de Renda – IR, cujo parcelamento foi conduzido pela própria URBIS, diretamente com a Receita Federal do Brasil, mas o pagamento é efetuado com recurso do Tesouro Estadual.
 - DESENVALE (R\$ 4.363.728,76) - segundo o Estado, a dívida, de caráter judicial, refere-se a reintegração, remuneração e enquadramento de empregados, indenização por responsabilidade civil, desapropriação e cobrança em geral, contraídas pela Cia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu - DESENVALE, extinta.
 - EMBASA (R\$ 293,75) - segundo o Estado, refere-se a ajuste de saldo referente a débitos da Universidade do Estado da Bahia – UNEB junto a EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A, cujo parcelamento foi assumido pelo Estado e já quitado, conforme cópia do Termo de Quitação de Dívida de Parcelamento emitido pela credora.
- b) campo 30 – Demais Dívidas Contratuais (R\$ 4.683.981.227,78) – referem-se a dívidas com a União, relativas a Lei nº 9.496/1997, a Lei nº 8.727/1993, a Bônus 91/94 – DMLP e a BR/França.

CONCLUSÃO

18. Registre-se, contudo, com relação aos requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF, a instrução do pleito foi realizada sem a apresentação dos originais do Pedido de Verificação de Limites (fls. 172) e Condições e do Cronograma Financeiro da Operação (fls. 173), os quais foram encaminhados por intermédio de mensagens eletrônicas datadas de 11/07/2014, pelo Sr. Arlindo Luiz de Santana Júnior, Gerente da Dívida Pública da SEFAZ-BA. Dessa forma, submete-se à autorização do Sr. Secretário do Tesouro Nacional, a conclusão do processo nessa condição.

19. Considerando o disposto na Portaria STN nº 694, de 20/12/2010, o prazo de validade da verificação dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 é de 270 (duzentos e setenta) dias, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentual de comprometimento inferior a 80%.

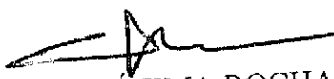
20. Entretanto, ressalta-se que a operação de crédito não poderá ser contratada sem que haja nova verificação junto a esta Secretaria do cumprimento do disposto no inciso VI do art. 21 da RSF nº 43/2001, que deverá ser efetuada por meio do sítio www3.tesouro.fazenda.gov.br/haveres_uniao_novosite/verificacao_adimplencia.asp, na data da contratação.

(assinado)
FREDERICO JUNGBLUT BODUR
Analista de Finanças e Controle


Schumacher
FLORIAN IMMANUEL SCHUMACHER
Gerente da GEAPE II – Substituto



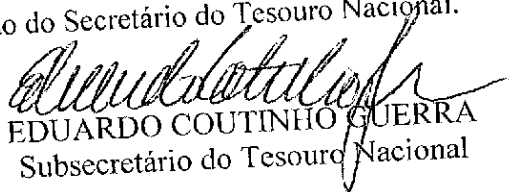
De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Subsecretário do Tesouro Nacional.



SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos do Processo nº 17944.000872/2014-24, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, entendo que o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

À vista do exposto e tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, considerando que o Ente cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF, manifesto-me favoravelmente quanto ao pleito, devendo ser os originais dos documentos acima relacionados anexados ao processo tão logo o Estado os encaminhe formalmente, até a data da contratação da operação de que se trata, para a devida substituição das cópias ora analisadas. Adicionalmente, por se tratar de operação de crédito com garantia da União, determino que este Parecer seja encaminhado, preliminarmente, à análise da GERFI/COPEM, para as providências de sua alçada e, posteriormente, à PGFN.


ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional

EM BRANCO

Nota n.º 120/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF

Em 11 de julho de 2014.

Assunto: Operações de Crédito de Estados e Municípios – Portaria nº 306, de 10 de setembro de 2012. Análise da Capacidade de Pagamento para fins de subsidiar a concessão de aval ou garantia da União à operações de crédito de interesse do Estado da Bahia.

1. O Estado da Bahia (Estado) solicitou concessão de garantia da União para contratar as seguintes operações de crédito:

- Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia - PROINCLUSÃO II, com o BIRD, no valor de US\$ 400.000 mil (quatrocentos milhões de dólares);
- Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, com o BID, no valor de US\$ 200.000 mil (duzentos milhões de dólares);
- Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia - PRÓ SEMI-ÁRIDO, com o FIDA, no valor de SDR 29.260 mil (vinte e nove milhões e duzentos e sessenta mil direitos especiais de saque do Fundo Monetário Internacional); e
- Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia – PDRS, com o BIRD, no valor de US\$ 150.000 mil (cento e cinquenta milhões de dólares).

2. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), por meio dos Memorandos n.º 828/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de maio de 2014, n.º 842/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 29 de maio de 2014, n.º 872/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 5 de junho de 2014 e n.º 901/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 11 de junho de 2014, solicitou a análise da capacidade de pagamento do Estado para as operações em referência, a fim de subsidiar a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Assim, foi realizada a análise para as operações de crédito pleiteadas, considerando também, conforme Portaria da STN nº 543/12, as demais operações de crédito que foram objeto de pleito de verificação de limites e condições previstos nas Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001. O quadro a seguir elenca as operações de crédito a contratar objeto da análise:

Em R\$ mil

Projetos/Programas	Entidade Financeira	Total
BB / PROGRAMA INVESTIMENTO	B. BRASIL	1.125.480
CEF / MOBILIDADE URBANA	CAIXA	600.000
CEF / MOBILIDADE URBANA II	CAIXA	400.000
CEF / MORADIA / SANEAMENTO PAC	CAIXA	126.000
PROG. MANEJO ÁGUAS PLUVIAIS – MAP 1 – LAURO DE FREITAS	CAIXA	178.885
PROG. MANEJO ÁGUAS PLUVIAIS – MAP 2 – SALVADOR	CAIXA	29.165
PROG. PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO VIAS URBANAS – CAS	CAIXA	115.101
BID / PRODETUR NACIONAL – BA	BID	95.334
BID / PROFISCO	BID	84.917
BNDES / PRO-INVESTE	BNDES	1.487.691
FIDA / PRÓ SEMI-ÁRIDO	FIDA	103.943
BIRD / PDRS	BIRD	351.390
BIRD / PROINCLUSÃO II	BIRD	937.040
BID / PROSUS	BID	468.520
TOTAL		6.103.465

3. A análise da capacidade de pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 306/12, com fundamento nos conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 543/12. De acordo com o art. 2º da Portaria MF nº 306/12, a metodologia de análise está estruturada em duas etapas:

1ª Etapa – classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito, tendo como parâmetros indicadores econômico-financeiros; e

2ª Etapa – enquadramento da operação pleiteada em sua correspondente situação fiscal, tendo como parâmetros o indicador de endividamento e o indicador de serviço da dívida.

4. Para a primeira Etapa foram utilizados dados referentes aos exercícios de 2011 a 2013 dos balanços consolidados publicados, conforme a abrangência definida no art. 1º da Lei Complementar nº 101/00. Como fonte subsidiária, foram consultados dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, relativo ao 6º bimestre do ano, o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º quadrimestre do ano, bem como as informações constantes do Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios – SISTN.

5. A situação fiscal de Estado foi obtida pela pontuação resultante da média ponderada dos indicadores Endividamento, Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida, Resultado Primário Servindo a Dívida, Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida, Capacidade de Geração de Poupança Própria, Participação dos Investimentos na Despesa Total, Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias e Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio, conforme fórmulas e ponderações explicitadas no art. 3º da Portaria nº 306/2012.

6. É oportuno ressaltar que a pontuação citada no parágrafo anterior corresponde ao diagnóstico da situação fiscal do Estado tendo por base as informações obtidas dos balanços dos três últimos exercícios.

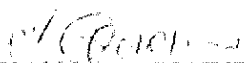
41




13. Considerando o atendimento do requisito referente à primeira etapa da análise, cuja classificação da situação fiscal correspondeu a “B” e o atendimento do enquadramento referente à 2ª Etapa da avaliação da capacidade de pagamento, incisos II e III do art. 8º da Portaria MF nº 306/12, as operações de crédito são elegíveis, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia da União no que tange à análise de capacidade de pagamento.

14. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM.

À consideração superior.


ALEXANDRE MONNERAT P. DIAS
Analista de Finanças e Controle


LÍLIAN MARIA CORDEIRO
Gerente da GERES II

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral da COREM.


RICARDO BOTELHO
Coordenador da COREM

De acordo. Encaminhe-se à COPEM.


EDÉLCIO DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral da COREM

7. A pontuação apurada na 1ª Etapa foi de 2,27 e a classificação da capacidade de pagamento correspondente a esta pontuação é “B”, conforme o art. 4º da Portaria MF nº 306/12. Assim, o Fator de Ponderação (FP) a ser utilizado na 2ª Etapa da análise de capacidade de pagamento será 40%, conforme estabelece o parágrafo único do art. 6º da Portaria MF nº 306/12.

8. Dos indicadores econômico-financeiros, destaca-se positivamente o indicador de Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas, e, negativamente, os indicadores de Resultado Primário servindo à Dívida, Capacidade de Geração de Poupança Própria e Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nas Receitas Correntes Líquidas Ajustadas cujas médias obtidas, observados seus respectivos pesos no resultado final, contribuíram significativamente para a pontuação alcançada.

9. A 2ª Etapa busca verificar o enquadramento das operações pleiteadas nos indicadores de endividamento e de serviço da dívida. O citado enquadramento deve atender ao previsto nos incisos II e III do art. 8º da Portaria MF nº 306/2012, a saber:

Inciso II: $\text{Endividamento}_{\text{ALMENTO PLEITEADO}} \leq (1 - \text{Endividamento}_{\text{ATUAL}}) \times \text{FP}$

Inciso III: $\text{Serviço da Dívida}_{\text{ALMENTO PLEITEADO}} \leq (10\% - \text{Serviço da Dívida}_{\text{ATUAL}}) \times \text{FP}$

10. Com base na metodologia definida na Portaria nº 306/12 e nos conceitos e procedimentos estabelecidos na Portaria nº 543/12, foram utilizados os dados do demonstrativo do cronograma de compromissos da dívida consolidada vincenda e das demais condições contratuais para realizar projeções das relações: (i) serviço da dívida pública consolidada e receita corrente líquida; e (ii) saldo devedor da dívida pública consolidada e receita corrente líquida.

11. Foram utilizadas médias aritméticas das projeções desses dois indicadores para os próximos cinco exercícios financeiros, com o objetivo de determinar o enquadramento das operações de crédito pleiteadas aos incisos II e III do art. 8º da Portaria MF nº 306/12.

12. O detalhamento quanto ao cálculo do enquadramento aos citados indicadores segue no Anexo desta nota. O resultado segue abaixo:

ENQUADRAMENTO	APURAÇÃO	RESULTADO
Inciso II – Endividamento	$\text{Endividamento}_{\text{ALMENTO PLEITEADO}} \leq (1 - \text{Endividamento}_{\text{ATUAL}}) \times \text{FP}$ $0,21 \leq (1 - 0,24) \times 40\%$ $0,21 \leq 0,30$	Enquadrada
Inciso III – Serviço da Dívida	$\text{Serviço da Dívida}_{\text{ALMENTO PLEITEADO}} \leq (10\% - \text{Serviço da Dívida}_{\text{ATUAL}}) \times \text{FP}$ $1,02\% \leq (10\% - 3,49\%) \times 40\%$ $1,02\% \leq 2,56\%$	Enquadrada



1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

Cálculo dos Indicadores Fiscais

ESTADO: BA

Discriminação	2011	2012	2013
I - Endividamento	0,5	0,6	0,7
- Dívida Pública Consolidada	10.414.665.145,31	13.474.097.572,47	15.033.682.987,15
- Receita Corrente Líquida	19.226.970.363,70	21.624.180.849,01	23.080.634.286,15
II - Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida	7,4%	7,2%	6,8%
- Serviço da Dívida	1.415.394.617,79	1.548.056.479,52	1.575.198.154,54
- Receita Corrente Líquida	19.226.970.363,70	21.624.180.849,01	23.080.634.286,15
III - Resultado Primário servindo a Dívida	0,5	0,8	0,2
Resultado Primário	772.943.669,53	1.278.945.427,81	300.874.947,81
Serviço da Dívida	1.415.394.617,79	1.548.056.479,52	1.575.198.154,54
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida	53,9%	54,1%	55,0%
- Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	10.358.669.034,63	11.693.777.855,19	12.695.363.127,36
- Receita Corrente Líquida	19.226.970.363,70	21.624.180.849,01	23.080.634.286,15
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	8,0%	7,7%	6,3%
- Receitas Correntes	26.161.886.505,80	29.320.658.445,26	31.869.179.992,33
- Despesas Correntes	24.070.823.872,97	27.075.280.938,53	29.869.150.140,31
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total	6,5%	6,0%	6,1%
- Investimentos	1.752.502.440,91	1.836.280.061,97	2.037.262.606,14
- Despesa Total	27.139.530.002,37	30.380.176.908,56	33.633.668.085,76
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	74,92%	72,07%	76,65%
- Contribuições e Remunerações RPPS	2.488.687.165,94	2.838.467.221,22	3.363.745.772,22
- Despesas Previdenciárias	3.321.592.664,46	3.938.666.222,95	4.388.379.065,64
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio	57,8%	57,3%	61,2%
- Receitas Tributárias	14.423.686.121,97	16.083.144.354,26	18.908.666.102,49
- Despesas de Custeio	24.940.504.141,00	28.079.439.411,59	30.920.240.611,32
ESTRUTURA DE PESOS ANUAIS			
	20%	30%	50%

1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

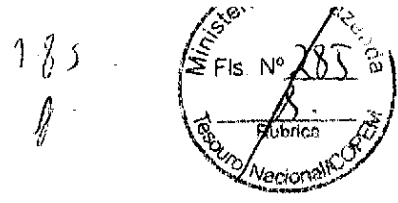
Classificação e Média dos Indicadores

ESTADO: BA

Discriminação	Lado Esquerdo	Lado Direito	2011	2012	2013	Média
I - Endividamento	0,5	1,3	0,3	0,9	1,1	0,9
II - Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas	8,0%	15,0%	0,0	0,0	0,0	0,0
III - Resultado Primário servindo à Dívida	1,0	0,0	2,7	1,0	4,9	3,3
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nas Receitas Correntes Líquida Ajustadas	40,0%	70,0%	2,8	2,8	3,0	2,9
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	25,0%	5,0%	5,1	5,2	5,6	5,4
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total Ajustada	20,0%	5,0%	5,4	5,6	5,6	5,5
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	90,0%	40,0%	1,8	2,2	1,6	1,8
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio	80,0%	30,0%	2,7	2,7	2,3	2,5

Nota atribuída		Estrutura de pesos dos balanços		
0	6	20%	30%	50%

0,9
h



1ª Etapa - CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

Cálculo dos Indicadores Fiscais

ESTADO: BA

Discriminação	Peso	Média	Média*Peso
I - Endividamento	10	0,91	9,07
II - Serviço da Dívida nas Receitas Correntes Líquidas	9	0,00	-
III - Resultado Primário servindo à Dívida	8	3,28	26,28
IV - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nas Receitas Correntes Líquidas Ajustadas	7	2,90	20,30
V - Capacidade de Geração de Poupança Própria	4	5,39	21,56
VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total Ajustada	3	5,55	16,64
VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	2	1,81	3,62
VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio Ajustadas	1	2,48	2,48
	44		99,94

Pontuação	2,27
-----------	------

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

B

Correspondente ao Item 'e' do Inciso I do Art. 8º da Portaria nº 306/2012

Cálculo do Enquadramento aos Indicadores

ESTADO: BA

ENQUADRAMENTO AO INDICADOR DO ENDIVIDAMENTO			
Média da relação DB/RCL projetada = MédiaEndt	0,25		
Impacto da Operação de Crédito na Média da relação DB/RCL projetada (Endoc)	0,21		
Fator de Ponderação (FP)	40%		
Indicador para Endividamento = (1 - MédiaEndt) x FP	0,30		
Operação de Crédito ENQUADRADA SE Endoct ≤ (1-MédiaEndt)xFP	0,21	≤	0,30
ENQUADRAMENTO ao Indicador do Endividamento		ENQUADRADA	
Conforme disposto no Inciso II do Art. 8º da Portaria nº 306/2012			

ENQUADRAMENTO AO INDICADOR DO SERVIÇO DA DÍVIDA			
Média da Relação SD/RCL projetada = MédiaSDt	3,60%		
Impacto da Operação de Crédito na Média da Relação SD/RCL projetada = SDoc	1,02%		
Fator de Ponderação (FP)	40%		
Indicador para Serviço da Dívida = (10% - MédiaSDt) x FP	2,56%		
Operação de Crédito ENQUADRADA SE SDoc ≤ (1 - MédiaSDt) x FP	1,02%	≤	2,56%
ENQUADRAMENTO ao Indicador do Serviço da Dívida		ENQUADRADA	
Conforme disposto no Inciso III do Art. 8º da Portaria nº 306/2012			

RESULTADO DO ENQUADRAMENTO	ENQUADRADO
----------------------------	------------

COMPETÊNCIA FINAL PARA PRONUNCIAMENTO FAVORÁVEL	COREM
Conforme disposto no Art. 8º da Portaria nº 306/2012	



ANEXO À NOTA Nº 120/2014/COREM/SURIN/STN/MF-DF

1. Este Anexo apresenta os procedimentos adotados no cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito (1ª Etapa) bem como no enquadramento das operações pleiteadas em sua correspondente situação fiscal, tendo por base os indicadores de endividamento e de serviço da dívida (2ª Etapa), conforme dispõem a Portaria MF nº 306/12, e a Portaria STN nº 543/12, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

1ª Etapa - Cálculo da Classificação da Situação Fiscal

2. O cálculo da situação fiscal associada ao risco de crédito do Estado foi realizado tendo por base os balanços consolidados publicados dos últimos três exercícios e, subsidiariamente, os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e outras informações constantes do Sistema de Coleta de Dados Contábeis de Estados e Municípios (SISTN).
3. A apuração final dos valores que compõem os indicadores estabelecidos na Portaria MF nº 306/12, para fins da análise de capacidade de pagamento, está sujeita a eventuais ajustes em observância às orientações, aos conceitos e aos procedimentos estabelecidos nos manuais acima referidos. Esses ajustes são aplicados nos dados obtidos a partir dos balanços apresentados pelo ente e podem gerar divergências, em relação às informações publicadas nos RGFs e nos RREOs decorrentes de interpretação conceitual.

Indicador 1 - Endividamento: Dívida Pública Consolidada/ Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto à Dívida Pública Consolidada

4. A **Dívida Pública Consolidada** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.
5. Os valores da Dívida Pública Consolidada foram calculados conforme quadros a seguir:

2011					R\$ 1,00
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C	
		Gerais B	Específicos C		
(-) Dívida Pública Consolidada	10.414.665.145,31	0,00	0,00	10.414.665.145,31	
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	9.946.676.718,09	0,00	0,00	9.946.676.718,09	
Dívida Contratual Interna	7.841.391.535,86	0,00	0,00	7.841.391.535,86	
Dívida Contratual Externa	2.105.285.182,23	0,00	0,00	2.105.285.182,23	
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	329.328.299,01	0,00	0,00	329.328.299,01	
(+) Demais Dívidas	138.660.128,21	0,00	0,00	138.660.128,21	
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(-) Dívida Pública Consolidada	13.474.097.572,47	0,00	0,00	13.474.097.572,47
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	11.235.605.960,60	0,00	0,00	11.235.605.960,60
Dívida Contratual Interna	7.563.312.652,43	0,00	0,00	7.563.312.652,43
Dívida Contratual Externa	3.672.293.308,17	0,00	0,00	3.672.293.308,17
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	2.125.522.576,29	0,00	0,00	2.125.522.576,29
(+) Demais Dívidas	112.969.035,58	0,00	0,00	112.969.035,58
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(-) Dívida Pública Consolidada	14.905.923.349,56	0,00	127.759.637,59	15.033.682.987,15
(+) Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	12.758.490.733,86	0,00	127.759.637,59	12.926.250.371,45
Dívida Contratual Interna	7.487.462.134,79	0,00	127.759.637,59	7.615.221.772,38
Dívida Contratual Externa	5.311.028.599,07	0,00	0,00	5.311.028.599,07
(+) Precatórios a partir de 05/05/2000	2.016.217.824,55	0,00	0,00	2.016.217.824,55
(+) Demais Dívidas	91.214.791,15	0,00	0,00	91.214.791,15
(+) Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00

6. A Dívida Pública Consolidada informada no balanço do Estado diverge daquela apresentada no RGF do 3º quadrimestre para o exercício de 2013, conforme quadro a seguir.

R\$

EXERCÍCIO	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA – APURADA A PARTIR DO BALANÇO (A)	DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA – RGF 3º QUADRIMESTRE (B)	DIFERENÇA (B)-(A)
2011	10.414.665.145,31	10.414.665.145,31	0,00
2012	13.474.097.572,47	13.474.097.572,47	0,00
2013	14.905.923.349,56	15.033.682.987,15	127.759.637,59

7. Não foi possível explicar a divergência encontrada no valor da Dívida Pública Consolidada. Desse modo, optou-se, prudencialmente, por considerar o valor publicado no respectivo RGF (3º quadrimestre).
8. Não foram realizados ajustes gerais nesse item.
9. O ajuste específico realizado na dívida contratual interna corresponde a diferença apresentada entre a capacidade de pagamento e o RGF (3º quadrimestre).

Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

10. A **Receita Corrente Líquida** corresponde às receitas correntes (somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes) deduzidas das transferências Constitucionais e Legais a Municípios, da Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Contribuição para Custeio das Pensões dos Militares, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.
11. Os valores apurados para a Receita Corrente Líquida nos anos de 2011, 2012 e 2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

gr
L

187



Pg. n.º 11 de 30 da Nota n.º 120/2014/COREM/STN, de 11/07/2014.

R\$ 1,00

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receita Corrente Líquida	20.021.228.105,87	-188.110.285,48	-606.147.456,69	19.226.970.363,70
(+) Receita Corrente	27.440.408.829,43	-7.461.612,01	-606.147.456,69	26.826.799.760,73
(-) Transferências Constitucionais e Legais	3.567.638.146,91	0,00	0,00	3.567.638.146,91
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	804.819.386,82	0,00	0,00	804.819.386,82
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	588.359.747,10	0,00	0,00	588.359.747,10
Contribuição do Servidor Ativo Militar	139.438.243,62	0,00	0,00	139.438.243,62
Contribuição do Servidor Inativo Civil	44.470.178,85	0,00	0,00	44.470.178,85
Contribuição do Servidor Inativo Militar	18.205.160,39	0,00	0,00	18.205.160,39
Contribuição do Pensionista Civil	13.522.211,72	0,00	0,00	13.522.211,72
Contr. p/Custeio Pensões Militares	823.845,14	0,00	0,00	823.845,14
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	0,00	180.648.673,47	0,00	180.648.673,47
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.046.723.189,83	0,00	0,00	3.046.723.189,83

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receita Corrente Líquida	22.514.693.207,38	-189.343.763,71	-701.168.594,66	21.624.180.849,01
(+) Receita Corrente	30.557.271.794,44	-4.300.541,73	-701.168.594,66	29.851.802.658,05
(-) Transferências Constitucionais e Legais	3.850.325.070,55	0,00	0,00	3.850.325.070,55
(-) Contrib. p/Plano de Previdência do Servidor	918.739.773,27	0,00	0,00	918.739.773,27
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	660.831.432,34	0,00	0,00	660.831.432,34
Contribuição do Servidor Ativo Militar	160.190.823,70	0,00	0,00	160.190.823,70
Contribuição do Servidor Inativo Civil	56.617.589,05	0,00	0,00	56.617.589,05
Contribuição do Servidor Inativo Militar	23.661.831,11	0,00	0,00	23.661.831,11
Contribuição do Pensionista Civil	16.409.015,13	0,00	0,00	16.409.015,13
Contr. p/Custeio Pensões Militares	1.029.081,94	0,00	0,00	1.029.081,94
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	0,00	185.043.221,98	0,00	185.043.221,98
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.273.513.743,24	0,00	0,00	3.273.513.743,24

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(=) Receita Corrente Líquida	24.054.629.820,50	-222.006.479,98	-751.989.054,37	23.080.634.286,15
(+) Receita Corrente	33.397.022.945,57	-9.574.371,60	-751.989.054,37	32.635.459.519,60
(-) Transferências Constitucionais e Legais	4.453.586.846,32	0,00	0,00	4.453.586.846,32
(-) Contrib. p/ Plano de Previdência do Servidor	1.133.313.104,07	0,00	0,00	1.133.313.104,07
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	740.702.649,63	0,00	0,00	740.702.649,63
Contribuição do Servidor Ativo Militar	281.515.073,98	0,00	0,00	281.515.073,98
Contribuição do Servidor Inativo Civil	66.699.268,15	0,00	0,00	66.699.268,15
Contribuição do Servidor Inativo Militar	25.167.687,05	0,00	0,00	25.167.687,05
Contribuição ao Pensionista Civil	17.954.773,29	0,00	0,00	17.954.773,29
Contrib. p/Custeio Pensões Militares	1.273.651,97	0,00	0,00	1.273.651,97
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação Financeira Entre Regimes Previdenciários (RGPS ↔ RPPS)	0,00	212.432.108,36	0,00	212.432.108,36
(-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.755.493.174,68	0,00	0,00	3.755.493.174,68

12. A Receita Corrente Líquida apurada para fins desta análise de capacidade de pagamento é divergente daquela apresentada pelo Estado no RREO do 6º bimestre dos exercícios de 2011-2013, conforme quadro a seguir:

R\$

EXERCÍCIO	RCL – APURADA A PARTIR DO BALANÇO (A)	RCL – RREO 6º Bimestre (B)	DIFERENÇA (B)-(A)
2011	19.833.117.820,39	19.226.970.363,70	-606.147.456,69
2012	22.325.349.443,67	21.624.180.849,01	-701.168.594,66
2013	23.832.623.340,52	23.080.634.286,15	-751.989.054,37

13. Para o exercício de 2011, a diferença apurada refere-se:

- Ao valor da conta 1.2.1.0.99.00 – *Outras Contribuições Sociais* destinadas ao plano de saúde, que o Estado deixou de considerar na apuração da receita corrente, correspondendo a R\$ 613.609.068,70;
- Ao valor da conta 9.7.2.1.33.12 – *Rest. de Transf. de Recursos do SUS*, registrado em duplicidade, correspondendo a R\$ 7.461.612,01.

14. Para o exercício de 2012, a diferença apurada refere-se:

- ao valor da conta 1.2.1.0.99.00 – *Outras Contribuições Sociais* destinado ao plano de saúde, que o Estado deixou de considerar na apuração da receita corrente, correspondendo R\$ 705.469.136,39;
- ao da conta 9.7.2.1.33.12 – *Rest. de Transf. de Recursos do SUS*, registrado em duplicidade, correspondendo a R\$ 4.300.541,73.

15. Para o exercício de 2013, a diferença apurada refere-se:

- ao valor da conta 1.2.1.0.99.00 – *Outras Contribuições Sociais* destinado ao plano de saúde, que o Estado deixou de considerar na apuração da receita corrente, correspondendo a R\$ 761.563.425,97;

h



Pg. n.º 13 de 30 da Nota n.º 120/2014/COREM/STN, de 11/07/2014.

- ao valor da restituição de receitas correntes (exceto FUNDEB), conta 9.0.0.0.0.0 – Dedução de Receitas, não considerado no cálculo da receita corrente, correspondendo a R\$ 9.574.371,60.

16. As diferenças encontradas estão demonstradas no quadro apresentado a seguir.

DISCRIMINAÇÃO – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2011	2012	2013
III = Diferença Inicial	-606.147.456,69	-701.168.594,66	-751.989.054,37
(+) Outras Contribuições Sociais/Saúde	613.609.068,70	705.469.136,39	761.563.425,97
(-) Deduções de Transf. de Recursos do SUS	-7.461.612,01	-4.300.541,73	-
(-) Deduções das Rec. Correntes (exceto FUNDEB)	-	-	-9.574.371,60
IV = Diferença Final	0,00	0,00	0,00

17. As deduções nos ajustes gerais nas receitas correntes correspondem às restituições de receitas, registradas na conta 9.2.0.0.00.00 – *Restituição*.

18. Os acréscimos nos ajustes gerais correspondem às Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS) contabilizadas na conta 1.2.1.0.51.00 – *Compensação Previdenciária*, ao invés da conta 1.9.2.2.10.00 – *Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)*.

19. Para o triênio, optou-se, prudencialmente, por considerar o valor registrado no RREO. Assim, os ajustes específicos realizados nas receitas correntes correspondem as diferenças apresentadas entre a capacidade de pagamento e o RREO 6º bimestre.

Indicador II - Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida:

Serviço da Dívida // Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto ao Serviço da Dívida

20. O Serviço da Dívida corresponde ao somatório dos pagamentos de juros e encargos (despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos relativos à dívida) e amortizações (despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida).

21. Os valores apurados para o cálculo do Serviço da Dívida nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

Discriminação	2011			
	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Serviço da Dívida	1.415.394.617,79	0,00	0,00	1.415.394.617,79
(+) Juros e Encargos da Dívida	503.486.354,13	0,00	0,00	503.486.354,13
(+) Amortizações da Dívida	911.908.263,66	0,00	0,00	911.908.263,66

R\$ 1,00

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Serviço da Dívida	1.548.056.479,52	0,00	0,00	1.548.056.479,52
(+) Juros e Encargos da Dívida	515.961.268,40	0,00	0,00	515.961.268,40
(+) Amortizações da Dívida	1.032.095.211,12	0,00	0,00	1.032.095.211,12

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Serviço da Dívida	2.179.338.154,54	0,00	-604.140.000,00	1.575.198.154,54
(+) Juros e Encargos da Dívida	497.803.875,93	0,00	0,00	497.803.875,93
(+) Amortizações da Dívida	1.681.534.278,61	0,00	-604.140.000,00	1.077.394.278,61

22. Não foram realizados ajustes gerais nesse item.

23. O ajuste específico em 2013 refere-se à utilização de recursos provenientes da operação de crédito BIRD / PROINCLUSÃO / REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA, com o Banco Mundial, para amortização extraordinária, realizada em abril de 2013, nas dívidas relativas à Lei nº 9.496/97. Tal subtração foi feita em conformidade com o parágrafo terceiro do Anexo I da Portaria STN nº 543/13: “deverão ser desconsideradas, nos exercícios de sua implementação, as receitas e despesas extraordinárias decorrentes de operações de reestruturação e recomposição de principal de dívida e de saneamento financeiro de empresas estatais”.

Quanto à Receita Corrente Líquida

24. Os procedimentos utilizados na apuração da Receita Corrente Líquida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador I.

Indicador III Resultado Primário Servindo a Dívida:

Resultado Primário / Serviço da Dívida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto ao Resultado Primário

25. A apuração do **Resultado Primário** considerou a receita total, deduzida da parcela destinada à formação do FUNDEB, excluídas as receitas de valores mobiliários, as operações de crédito, a amortização de empréstimos e a alienação de bens, menos as despesas correntes e de capital, excluídos os juros e encargos da dívida, a concessão de empréstimos, a aquisição de títulos de capital já integralizado, a amortização de dívidas, a reserva de contingência e a Reserva do RPPS.
26. Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/64, foram consideradas as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício financeiro.
27. Para fins de apuração do Resultado Primário, foram computadas todas as receitas e despesas, incluindo as intra-orçamentárias, visto que estas se anulam quando consideramos apenas as despesas pagas, não influenciando no resultado.
28. As receitas de valores mobiliários (receitas financeiras) compreendem as receitas de juros de títulos de renda, fundos de investimentos, remuneração de depósitos bancários, remuneração de depósitos especiais, remuneração de saldos de recursos não desembolsados e outras receitas de valores mobiliários.
29. Os valores apurados para o cálculo do Resultado Primário nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

(11)

L



R\$ 1,00

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Resultado Primário	800.591.923,74	-7.461.612,01	-20.186.642,20	772.943.669,53
(+) Receitas Correntes	27.440.408.829,43	-7.461.612,01	-20.186.642,20	27.412.760.575,22
(-) Receitas Financeiras	296.107.741,68	0,00	0,00	296.107.741,68
Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de Títulos de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	296.016.229,00	0,00	0,00	296.016.229,00
Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Saldos de Recursos não Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Valores Mobiliários	91.512,68	0,00	0,00	91.512,68
(+) Receitas de Capital	912.648.966,19	0,00	0,00	912.648.966,19
(-) Operações de Crédito	448.565.185,23	0,00	0,00	448.565.185,23
(-) Amortização de Empréstimos	93.369.452,28	0,00	0,00	93.369.452,28
(-) Alienação de Bens	8.339.187,84	0,00	0,00	8.339.187,84
(-) Despesas Correntes	24.070.823.872,97	0,00	0,00	24.070.823.872,97
(+) Juros e Encargos da Dívida	503.486.354,13	0,00	0,00	503.486.354,13
(-) Despesas de Capital	3.068.706.129,40	0,00	0,00	3.068.706.129,40
(+) Concessão de Empréstimos	280.111.791,35	0,00	0,00	280.111.791,35
(+) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	3.046.723.189,83	0,00	0,00	3.046.723.189,83
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.775.662.478,21	0,00	0,00	1.775.662.478,21
(+) Receitas de Capital Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Dívidas	911.908.263,66	0,00	0,00	911.908.263,66

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Resultado Primário	1.320.618.608,29	-4.300.541,73	-37.372.638,75	1.278.945.427,81
(+) Receitas Correntes	30.557.271.794,44	-4.300.541,73	-37.372.638,75	30.515.598.613,96
(-) Receitas Financeiras	280.032.475,95	0,00	0,00	280.032.475,95
Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de Títulos de Renda	2.696,57	0,00	0,00	2.696,57
Remuneração de Depósitos Bancários	280.029.779,38	0,00	0,00	280.029.779,38
Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Saldos de Recursos não Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Receitas de Capital	2.665.514.301,88	0,00	-604.140.000,00	2.061.374.301,88
(-) Operações de Crédito	1.854.663.546,62	0,00	-604.140.000,00	1.250.523.546,62
(-) Amortização de Empréstimos	99.204.606,63	0,00	0,00	99.204.606,63
(-) Alienação de Bens	14.435.059,84	0,00	0,00	14.435.059,84
(-) Despesas Correntes	27.075.280.938,53	0,00	0,00	27.075.280.938,53
(+) Juros e Encargos da Dívida	515.961.268,40	0,00	0,00	515.961.268,40
(-) Despesas de Capital	3.304.895.970,03	0,00	0,00	3.304.895.970,03
(+) Concessão de Empréstimos	410.601.447,50	0,00	0,00	410.601.447,50
(+) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	3.273.513.743,24	0,00	0,00	3.273.513.743,24
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	2.041.200.935,79	0,00	0,00	2.041.200.935,79
(+) Receitas de Capital Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Dívidas	1.032.095.211,12	0,00	0,00	1.032.095.211,12

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Resultado Primário	371.167.699,60	-9.574.371,60	-60.718.380,19	300.874.947,81
(+) Receitas Correntes	33.397.022.945,57	-9.574.371,60	-60.718.380,19	33.326.730.193,78
(-) Receitas Financeiras	266.165.355,77	0,00	0,00	266.165.355,77
Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros de Títulos de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	266.165.355,77	0,00	0,00	266.165.355,77
Remuneração de Depósitos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Saldos de Recursos não Desembolsados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Receitas de Capital	3.354.797.263,89	0,00	0,00	3.354.797.263,89
(-) Operações de Crédito	2.657.101.134,96	0,00	0,00	2.657.101.134,96
(-) Amortização de Empréstimos	170.998.914,68	0,00	0,00	170.998.914,68
(-) Alienação de Bens	20.175.835,13	0,00	0,00	20.175.835,13
(-) Despesas Correntes	29.869.150.140,31	0,00	0,00	29.869.150.140,31
(+) Juros e Encargos da Dívida	497.803.875,93	0,00	0,00	497.803.875,93
(-) Despesas de Capital	4.368.657.945,45	0,00	-604.140.000,00	3.764.517.945,45
(+) Concessão de Empréstimos	310.527.243,54	0,00	0,00	310.527.243,54
(+) Aquisição de Título de Capital já Integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	3.755.493.174,68	0,00	0,00	3.755.493.174,68
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	2.237.224.593,04	0,00	0,00	2.237.224.593,04
(+) Receitas de Capital Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortização de Dívidas	1.681.534.278,61	0,00	-604.140.000,00	1.077.394.278,61

30. Os Resultados Primários apurados para fins desta análise de capacidade de pagamento são divergentes daqueles apresentados pelo Estado nos RREOs do 6º bimestre, conforme quadro a seguir:

EXERCÍCIO	RESULTADO PRIMÁRIO – APURADO A PARTIR DO BALANÇO (A)	RESULTADO PRIMÁRIO – RREO 6º BIMESTRE (B)	DIFERENÇA (B)-(A)
2011	793.130.311,73	772.943.669,53	(20.186.642,20)
2012	1.316.318.066,56	1.278.945.427,31	(37.372.638,75)
2013	361.593.328,00	300.874.947,81	(60.718.380,19)

31. Para o exercício de 2011, a diferença apurada refere-se aos seguintes valores:

- R\$ 91.512,68 registrados na conta 1.3.2.9.00.00 – *Outras Receitas de Valores Mobiliários*, e que o Estado não considerou como receita financeira para fins de dedução da receita corrente;
- R\$ 20.278.154,88 registrados na conta 1.6.0.0.00.00 – *Serviços Financeiros*, considerados pelo Estado como receita financeira para fins de dedução da receita corrente.

32. Para o exercício de 2012, a diferença apurada é explicada pelos seguintes valores:

- R\$ 2.696,57 registrados na conta 1.3.2.1.00.00 – *Juros de Títulos de Renda*, e que o Estado não considerou como receita financeira para fins de dedução da receita corrente;
- R\$ 37.375.335,82 registrados na conta 1.6.0.0.00.00 – *Serviços Financeiros*, considerados pelo Estado como receita financeira para fins de dedução da receita corrente.

33. Para o exercício de 2013 a diferença é explicada pela conta 1.6.0.0.00.00 – *Serviços Financeiros* (R\$ 60.718.380,19), considerada pela Estado como receita financeira para fins de dedução da receita corrente.

34. As diferenças encontradas estão demonstradas no quadro apresentado a seguir.



Discriminação – Resultado Primário	2011	2012	2013
III = Diferença Inicial	-20.186.642,20	-37.372.638,75	-60.718.380,19
(-) Serviços Financeiros	20.278.154,88	37.375.335,82	60.718.380,19
(-) Outras Receitas de Valores Mobiliários	-91.512,68	-	-
(-) Juros de Títulos de Renda	-	-2.696,57	-
IV = Diferença Final	0,00	0,50	0,00

35. As deduções nos ajustes gerais nas receitas correntes correspondem às restituições de receitas, registradas na conta 9.2.0.0.00.00 – *Restituição*.
36. As deduções de R\$ 604.140.000,00, nas Operações de Crédito no ano de 2012 e nas Despesas com Amortizações no ano de 2013, referem-se à utilização de recursos provenientes da operação de crédito BIRD / PROINCLUSÃO / REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA, com o Banco Mundial, para amortização extraordinária em abril de 2013 das dívidas relativas à Lei nº 9.496/97. Tais subtrações foram feitas em conformidade com o parágrafo terceiro do Anexo I da Portaria STN nº 543/13: “*deverão ser desconsideradas, nos exercícios de sua implementação, as receitas e despesas extraordinárias decorrentes de operações de reestruturação e recomposição de principal de dívida e de saneamento financeiro de empresas estatais*”.
37. Para o o triênio 2011-2013, optou-se, prudencialmente, por compatibilizar o cálculo da capacidade de pagamento com a informação divulgada no RREO. Assim, nos ajustes específicos da Receita Corrente foram deduzidos os valores de R\$ 20.186.642,20, R\$ 37.372.638,75 e R\$ 60.718.380,19, respectivamente.

Quanto ao Serviço da Dívida

38. Os procedimentos utilizados na apuração do Serviço da Dívida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador II.

Indicador IV - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida:

Despesas com Pessoal e Encargos Sociais / Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

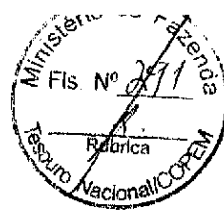
39. A **Despesa com Pessoal e Encargos Sociais** compreende o somatório dos gastos do Estado da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos os seguintes itens, desde que tenham sido inicialmente considerados (MDF, 4ª edição, pág. 373 a 375):
- indenizações por Demissão e com Programas de Incentivos à Demissão Voluntária, elemento de despesa 94 – Indenizações Trabalhistas;
 - decorrentes de decisão judicial da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 91 – Sentenças Judiciais;
 - demaís despesas da competência de período anterior ao da apuração, elemento de despesa 92 – Despesas de Exercícios Anteriores; e
 - com inativos, considerando-se também os pensionistas, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos vinculados, ou seja, provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo

vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

40. Os valores apurados para o cálculo da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores 2011		Dados Finais = A + B + C
		B	C	
(=) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	10.316.461.278,57	-228.634.223,08	270.841.979,14	10.358.669.034,63
(+) Pessoal e Encargos Sociais	12.828.656.661,88	0,00	0,00	12.828.656.661,88
(+) Contratação por tempo determinado (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	16.703.023,03	0,00	0,00	16.703.023,03
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais	42.227.995,63	0,00	0,00	42.227.995,63
d/q Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	42.227.995,63	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	224.192.920,56	0,00	0,00	224.192.920,56
d/q Despesas de Exercícios Anteriores (relativo a pessoal)	213.017.644,63	0,00	0,00	0,00
(-) Indenizações e Restituições Trabalhistas	2.424.547,29	0,00	0,00	2.424.547,29
(-) Inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados	2.260.052.942,86	228.634.223,08	-270.841.979,14	2.217.845.186,80
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	588.359.747,10	0,00	0,00	588.359.747,10
Contribuição do Servidor Ativo Militar	139.438.243,62	0,00	0,00	139.438.243,62
Contribuição do Servidor Inativo Civil	44.470.178,85	0,00	0,00	44.470.178,85
Contribuição do Servidor Inativo Militar	18.205.160,39	0,00	0,00	18.205.160,39
Contribuição do Pensionista Civil	13.522.211,72	0,00	0,00	13.522.211,72
Contribuição do Pensionista Militar	823.845,14	0,00	0,00	823.845,14
Contribuições Patronais (Intra)	1.455.233.556,04	0,00	-270.841.979,14	1.184.391.576,90
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	44.573.790,15	0,00	44.573.790,15
Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	3.411.759,46	0,00	3.411.759,46
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS ==> RPPS)	0,00	180.648.673,47	0,00	180.648.673,47



2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(=) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	11.726.247.376,86	-278.934.414,33	246.464.892,66	11.693.777.855,19
(+) Pessoal e Encargos Sociais	14.481.698.477,64	0,00	0,00	14.481.698.477,64
(+) Contratação por tempo determinado (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	19.482.299,10	0,00	0,00	19.482.299,10
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais	27.936.738,06	0,00	0,00	27.936.738,06
d/q Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	27.936.738,06	0,00	0,00	27.936.738,06
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	181.044.234,84	0,00	0,00	181.044.234,84
d/q Despesas de Exercícios Anteriores (relativo a pessoal)	173.433.057,61	0,00	0,00	173.433.057,61
(-) Indenizações e restituições Trabalhistas	6.419.615,09	0,00	0,00	6.419.615,09
(-) Inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados	2.559.532.806,89	278.934.414,33	-246.464.892,66	2.592.002.328,56
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	660.831.432,34	0,00	0,00	660.831.432,34
Contribuição do Servidor Ativo Militar	160.190.823,70	0,00	0,00	160.190.823,70
Contribuição do Servidor Inativo Civil	56.617.589,05	0,00	0,00	56.617.589,05
Contribuição do Servidor Inativo Militar	23.661.831,11	0,00	0,00	23.661.831,11
Contribuição do Pensionista Civil	16.409.015,13	0,00	0,00	16.409.015,13
Contribuição do Pensionista Militar	1.029.081,94	0,00	0,00	1.029.081,94
Contribuições Patronais (Intra)	1.640.793.033,62	0,00	246.464.892,66	1.394.328.140,96
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	91.387.921,05	0,00	91.387.921,05
Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	2.503.271,30	0,00	2.503.271,30
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS => RPPS)	0,00	185.043.221,98	0,00	185.043.221,98

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(=) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	12.798.484.113,37	-270.545.589,24	167.424.603,23	12.695.363.127,36
(+) Pessoal e Encargos Sociais	16.027.930.217,68	0,00	0,00	16.027.930.217,68
(+) Contratação por tempo determinado (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (ODC)	28.964.656,70	0,00	0,00	28.964.656,70
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	363.044,73	0,00	0,00	363.044,73
(-) Sentenças Judiciais	26.303.807,60	0,00	0,00	26.303.807,60
d/q Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	26.303.807,60	0,00	0,00	26.303.807,60
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	134.825.125,25	0,00	0,00	134.825.125,25
d/q Despesas de Exercícios Anteriores (relativo a pessoal)	132.332.327,14	0,00	0,00	132.332.327,14
(-) Indenizações e restituições Trabalhistas	4.444.689,91	0,00	0,00	4.444.689,91
(-) Inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados	3.093.200.182,98	270.545.589,24	-167.424.603,23	3.196.321.168,99
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	740.702.649,63	0,00	0,00	740.702.649,63
Contribuição do Servidor Ativo Militar	281.515.073,98	0,00	0,00	281.515.073,98
Contribuição do Servidor Inativo Civil	66.699.268,15	0,00	0,00	66.699.268,15
Contribuição do Servidor Inativo Militar	25.167.687,05	0,00	0,00	25.167.687,05
Contribuição do Pensionista Civil	17.954.773,29	0,00	0,00	17.954.773,29
Contribuição do Pensionista Militar	1.273.651,97	0,00	0,00	1.273.651,97
Contribuições Patronais (Intra)	1.959.887.078,91	0,00	167.424.603,23	1.792.462.475,68
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	55.834.450,84	0,00	55.834.450,84
Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	2.279.030,02	0,00	2.279.030,02
Compensação Financ. Entre Regimes Previdenciários (RGPS => RPPS)	0,00	212.432.108,38	0,00	212.432.108,38

41. A Despesa com Pessoal e Encargos Sociais apurada para fins desta análise de capacidade de pagamento é divergente daquela apresentada pelo ente no RGF do 3º quadrimestre dos exercícios de 2011-2013, conforme quadro a seguir:

EXERCÍCIO	DESPESA COM PESSOAL – APURADA A PARTIR DO BALANÇO (A)	DESPESA COM PESSOAL – RGF 3º QUADRIMESTRE (B)	DIFERENÇA (B)-(A)
2011	10.087.827.055,49	10.358.669.034,63	270.841.979,14
2012	11.447.312.962,53	11.693.777.855,19	246.464.892,66
2013	12.527.938.524,13	12.695.363.127,36	167.424.603,23

42. Para as Despesas com Pessoal, não foi possível explicar as divergências encontradas no quadro acima. Desse modo, optou-se, prudencialmente, Desse modo, optou-se, prudencialmente, por considerar os valores publicados nos respectivos RGFs (3º quadrimestre).

43. Para os três exercícios, os ajustes gerais relacionados à:

- Outras Receitas Patronais do RPPS - correspondem à receita de remuneração do RPPS que o Estado registra na conta 1.3.2.5.01.04 – *Remuneração de Depósitos Bancários/Receita de Remuneração do RPPS*,
- Outras Receitas Correntes do RPPS - referem-se às contas: 1.9.1.2.29.00 – *Multas e Juros de Mora das Contrib. para o RPPS*, 1.9.2.2.99.00-41 – *Outras Restituições FUNPREV* e 1.9.9.0.99.90-41 – *Demais Receitas FUNPREV*;
- Compensação Financeira do RGPS para o RPPS – refere-se à realocação das receitas registradas na conta 1.2.1.0.46.01 – *Compensação Previdenciária entre Regimes* para a conta 1.9.2.2.10.00 – *Compensação Previdenciária entre Regimes Previdenciários*.

44. Para os anos 2011 a 2013, os ajustes específicos realizados nas contribuições patronais (intra) correspondem as diferenças apresentadas entre a capacidade de pagamento e o RGF (3º quadrimestre).

Quanto à Receita Corrente Líquida

45. Os procedimentos utilizados na apuração da Receita Corrente Líquida neste indicador são idênticos aos adotados quando do cálculo dessa variável no indicador I.

Indicador V - Capacidade de Geração de Poupança:

(Receitas Correntes - Despesas Correntes) / Receitas Correntes

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Receitas Correntes e às Despesas Correntes

46. O item **Receitas Correntes**, conforme especificado no indicador I, registra “os ingressos de recursos financeiros oriundos das seguintes subcategorias econômicas: receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.” (MDF, 4ª edição, pág. 131).

Pg. nº 21 de 30 da Nota nº 120/2014/COREM/STN, de 11/07/2014.

47. O item **Despesas Correntes** refere-se às despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, como as despesas de pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. (ver MDF, 4ª edição, pág. 182)

48. Para fins de apuração deste indicador, foram também consideradas as receitas e despesas intra-orçamentárias e as outras deduções da receita corrente.

49. Os valores apurados para o cálculo das **Receitas Correntes** nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(=) Receitas Correntes	26.169.348.117,81	-7.461.612,01	0,00	26.161.886.505,80
(+) Receitas Correntes	27.440.408.829,43	-7.461.612,01	0,00	27.432.947.217,42
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.775.662.478,23	0,00	0,00	1.775.662.478,23
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	3.046.723.189,83	0,00	0,00	3.046.723.189,83

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(=) Receitas Correntes	29.324.958.986,99	-4.300.541,73	0,00	29.320.658.445,26
(+) Receitas Correntes	30.557.271.794,44	-4.300.541,73	0,00	30.552.971.252,71
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	2.041.200.935,79	0,00	0,00	2.041.200.935,79
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	3.273.513.743,24	0,00	0,00	3.273.513.743,24

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(=) Receitas Correntes	31.878.754.363,93	-9.574.371,60	0,00	31.869.179.992,33
(+) Receitas Correntes	33.397.022.945,57	-9.574.371,60	0,00	33.387.448.573,97
(+) Receitas Correntes Intraorçamentárias	2.237.224.593,04	0,00	0,00	2.237.224.593,04
(-) Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	3.755.493.174,68	0,00	0,00	3.755.493.174,68

50. Os ajustes gerais nas receitas correntes correspondem às restituições de receitas.

51. Os valores apurados para o cálculo das **Despesas Correntes** nos anos de 2011, 2012 e 2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(+) Despesas Correntes	24.070.823.872,97	0,00	0,00	24.070.823.872,97

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(+) Despesas Correntes	27.075.280.938,53	0,00	0,00	27.075.280.938,53

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		gerais B	específicos C	
(+) Despesas Correntes	29.869.150.140,31	0,00	0,00	29.869.150.140,31

52. Não foram realizados ajustes nesse item.

Indicador VI - Participação dos Investimentos na Despesa Total:**Investimentos / Despesa Total****Aspectos Considerados na Apuração****Quanto aos Investimentos**

53. O item **Investimentos** registra as despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. (MDF, 4ª edição, pág. 183)

54. Os valores apurados relativos a **Investimentos** nos anos de 2011, 2012 e 2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Investimentos	1.752.502.440,91	0,00	0,00	1.752.502.440,91

RS 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Investimentos	1.836.280.061,97	0,00	0,00	1.836.280.061,97

RS 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(+) Investimentos	2.037.262.606,14	0,00	0,00	2.037.262.606,14

RS 1,00

55. Não foram realizados ajustes nesse item.

Quanto às Despesas Totais

56. As **Despesas Totais** correspondem à soma entre as Despesas Corrente e de Capital.

57. As despesas intra-orçamentárias estão incluídas nas Despesas Totais.

58. Os valores apurados para o cálculo da Despesa Total nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesa Total	27.139.530.002,37	0,00	0,00	27.139.530.002,37
(+) Despesa Corrente	24.070.823.872,97	0,00	0,00	24.070.823.872,97
(+) Despesa de Capital	3.068.706.129,40	0,00	0,00	3.068.706.129,40

RS 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesa Total	30.380.176.908,56	0,00	0,00	30.380.176.908,56
(+) Despesa Corrente	27.075.280.938,53	0,00	0,00	27.075.280.938,53
(+) Despesa de Capital	3.304.895.970,03	0,00	0,00	3.304.895.970,03

RS 1,00



293
A

Pg. n.º 23 de 30 da Nota n.º 120/2014/COREM/STN, de 11/07/2014.

2013					R\$ 1,00
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B - C	
		Gerais B	Específicos C		
(=) Despesa Total	34.237.808.085,76	0,00	-604.140.000,00	33.633.668.085,76	
(+) Despesa Corrente	29.869.150.140,31	0,00	0,00	29.869.150.140,31	
(+) Despesa de Capital	4.368.657.945,45	0,00	-604.140.000,00	3.764.517.945,45	

59. A subtração de R\$ 604.140.000,00 em Despesas de Capital no exercício de 2013 refere-se à utilização de recursos provenientes da operação de crédito BIRD / PROINCLUSÃO / REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA, com o Banco Mundial, para amortização extraordinária em abril de 2013 das dívidas relativas à Lei nº 9.496/97. Tal subtração foi feita em conformidade com o parágrafo terceiro do Anexo I da Portaria STN nº 543/13: “*deverão ser desconsideradas, nos exercícios de sua implementação, as receitas e despesas extraordinárias decorrentes de operações de reestruturação e recomposição de principal de dívida e de saneamento financeiro de empresas estatais*”.

Indicador VII - Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias:
(Contribuições + Remunerações do RPPS) / Despesas Previdenciárias

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Contribuições e Remunerações do RPPS

60. As **Contribuições e as Remunerações do RPPS** correspondem à soma das contribuições patronal e do servidor para o RPPS, acrescida das remunerações e das compensações previdenciárias entre regimes. Não devem ser considerados como contribuições os recursos aportados pelo Tesouro do Estado a título de cobertura de déficit financeiro ou atuarial do RPPS.
61. Os valores apurados para o cálculo das Contribuições e das Remunerações do RPPS nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Contribuições e Remunerações do RPPS	2.260.052.942,86	228.634.223,08	0,00	2.488.687.165,94
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	804.819.386,82	0,00	0,00	804.819.386,82
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	588.359.747,10	0,00	0,00	588.359.747,10
Contribuição do Servidor Ativo Militar	139.438.243,62	0,00	0,00	139.438.243,62
Contribuição do Servidor Inativo Civil	44.470.178,85	0,00	0,00	44.470.178,85
Contribuição do Servidor Inativo Militar	18.205.160,39	0,00	0,00	18.205.160,39
Contribuição do Pensionista Civil	13.522.211,72	0,00	0,00	13.522.211,72
Contribuição do Pensionista Militar	823.845,14	0,00	0,00	823.845,14
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Contribuições Intraorçamentárias	1.455.233.558,04	0,00	0,00	1.455.233.558,04
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	1.176.347.188,98	0,00	0,00	1.176.347.188,98
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	278.886.367,06	0,00	0,00	278.886.367,06
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Patronais Intraorçamentárias para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	44.573.790,15	0,00	44.573.790,15
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	3.411.759,46	0,00	3.411.759,46
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	0,00	180.648.673,47	0,00	180.648.673,47



Pg. n.º 25 de 30 da Nota n.º 120/2014/COREN / CTN, de 11/07/2014.

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Contribuições e Remunerações do RPPS	2.559.532.806,89	278.934.414,33	0,00	2.838.467.221,22
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	918.739.773,27	0,00	0,00	918.739.773,27
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	660.831.432,34	0,00	0,00	660.831.432,34
Contribuição do Servidor Ativo Militar	160.190.823,70	0,00	0,00	160.190.823,70
Contribuição do Servidor Inativo Civil	56.617.589,05	0,00	0,00	56.617.589,05
Contribuição do Servidor Inativo Militar	23.661.831,11	0,00	0,00	23.661.831,11
Contribuição do Pensionista Civil	16.409.015,13	0,00	0,00	16.409.015,13
Contribuição do Pensionista Militar	1.029.081,94	0,00	0,00	1.029.081,94
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Contribuições Intraorçamentárias	1.640.793.033,62	0,00	0,00	1.640.793.033,62
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	320.385.337,10	0,00	0,00	320.385.337,10
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Patronais Intraorçamentárias para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	91.387.921,05	0,00	91.387.921,05
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	2.503.271,30	0,00	2.503.271,30
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	0,00	185.043.221,98	0,00	185.043.221,98

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados public. d. s	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		A	B	
(=) Contribuições e Remunerações do RPPS	3.093.700.182,98	270.545.589,24	0,00	3.363.745.772,22
(+) Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	1.133.313.104,07	0,00	0,00	1.133.313.104,07
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	740.702.649,63	0,00	0,00	740.702.649,63
Contribuição do Servidor Ativo Militar	281.515.073,98	0,00	0,00	281.515.073,98
Contribuição do Servidor Inativo Civil	66.699.268,15	0,00	0,00	66.699.268,15
Contribuição do Servidor Inativo Militar	25.167.687,05	0,00	0,00	25.167.687,05
Contribuição do Pensionista Civil	17.954.773,29	0,00	0,00	17.954.773,29
Contribuição do Pensionista Militar	1.273.651,97	0,00	0,00	1.273.651,97
Outras Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Contribuições Intraorçamentárias	1.959.887.078,91	0,00	0,00	1.959.887.078,91
Contribuição Patronal Servidor Ativo Civil	1.418.491.992,57	0,00	0,00	1.418.491.992,57
Contribuição Patronal Servidor Ativo Militar	541.395.086,34	0,00	0,00	541.395.086,34
Contribuição Patronal Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Inativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal Pensionista Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Intraorçamentárias para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Contribuições para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outras Receitas Patrimoniais do RPPS	0,00	55.834.450,84	0,00	55.834.450,84
(+) Outras Receitas Correntes RPPS	0,00	2.279.030,02	0,00	2.279.030,02
(+) Remuneração dos Investimentos do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RGPS para o RPPS	0,00	212.432.108,38	0,00	212.432.108,38

62. Para os três exercícios, os ajustes gerais relacionados à:

- Outras Receitas Patronais do RPPS - correspondem à receita de remuneração do RPPS que o Estado registra na conta 1.3.2.5.01.04 – Remuneração de Depósitos Bancários/Receita de Remuneração do RPPS,

- Outras Receitas Correntes do RPPS - referem-se às contas: 1.9.1.2.29.00 – Multas e Juros de Mora das Contrib. para o RPPS, 1.9.2.2.99.00-41 – Outras Restituições FUNPREV e 1.9.9.0.99.90-41 – Demais Receitas FUNPREV;

- Compensação Financeira do RGPS para o RPPS – refere-se à realocação das receitas registradas na conta 1.2.1.0.46.01 – Compensação Previdenciária entre Regimes para a conta 1.9.2.2.10.00 – Compensação Previdenciária entre Regimes Previdenciários.

Quanto às Despesas Previdenciárias

63. Para fins de análise da capacidade de pagamento, as **Despesas Previdenciárias** correspondem às despesas de aposentadorias e reformas, de pensões, de outros benefícios previdenciários e de compensação financeira do RPPS para o RGPS.

64. Os valores apurados para o cálculo das Despesas Previdenciárias nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

2011				
R\$ 1,00				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas Previdenciárias	3.321.592.664,46	0,00	0,00	3.321.592.664,46
(+) Aposentadorias e Reformas	2.795.798.858,07	0,00	0,00	2.795.798.858,07
(+) Pensões	509.090.783,36	0,00	0,00	509.090.783,36
(+) Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	16.703.023,03	0,00	0,00	16.703.023,03
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00

2012				
R\$ 1,00				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas Previdenciárias	3.938.666.222,95	0,00	0,00	3.938.666.222,95
(+) Aposentadorias e Reformas	3.341.589.535,70	0,00	0,00	3.341.589.535,70
(+) Pensões	577.594.388,15	0,00	0,00	577.594.388,15
(+) Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	19.482.299,10	0,00	0,00	19.482.299,10
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Compensação Financeira do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00

2013				
R\$ 1,00				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas Previdenciárias	4.388.379.065,64	0,00	0,00	4.388.379.065,64
(+) Aposentadorias e Reformas	3.742.471.377,16	0,00	0,00	3.742.471.377,16
(+) Pensões	644.297.750,99	0,00	0,00	644.297.750,99
(+) Outros Benefícios Previdenciários	1.246.892,76	0,00	0,00	1.246.892,76
(+) Aposentadorias e Reformas (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Pensões (ODC)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Outros Benefícios Previdenciários (ODC)	363.044,73	0,00	0,00	363.044,73
(+) Compensação Financeira do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00



65. Não foram realizados ajustes nesse item.

Indicador VIII - Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio:

Receitas Tributárias / Despesas de Custeio

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Receitas Tributárias

66. As **Receitas Tributárias** compreendem as receitas com impostos, taxas, contribuição de melhoria, receitas de dívida ativa tributária e de multas e juros de mora desses tributos e da dívida ativa tributária.

67. Os valores apurados para o cálculo das Receitas Tributárias nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Tributárias	14.423.686.121,97	0,00	0,00	14.423.686.121,97
(+) Receita Tributária	14.183.218.585,06	0,00	0,00	14.183.218.585,06
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	177.227.300,93	0,00	0,00	177.227.300,93
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	46.541.767,03	0,00	0,00	46.541.767,03
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	16.698.468,95	0,00	0,00	16.698.468,95

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Tributárias	16.083.144.354,26	0,00	0,00	16.083.144.354,26
(+) Receita Tributária	15.864.323.807,35	0,00	0,00	15.864.323.807,35
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	143.999.190,59	0,00	0,00	143.999.190,59
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	41.350.206,75	0,00	0,00	41.350.206,75
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	33.471.154,57	0,00	0,00	33.471.154,57

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Receitas Tributárias	18.908.666.102,49	0,00	0,00	18.908.666.102,49
(+) Receita Tributária	18.476.905.636,40	0,00	0,00	18.476.905.636,40
(+) Multas e Juros de Mora dos Tributos	85.326.414,63	0,00	0,00	85.326.414,63
(+) Receita da Dívida Ativa Tributária	280.650.512,13	0,00	0,00	280.650.512,13
(+) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa Tributária	65.783.539,33	0,00	0,00	65.783.539,33

68. Não foram realizados ajustes nesse item.

Quanto às Despesas de Custeio

69. Para efeito da apuração deste indicador, consideraram-se como **Despesas de Custeio** as despesas correntes, excluídas as sentenças judiciais e adicionadas as amortizações de dívidas. A perda líquida do FUNDEB não foi considerada na despesa de custeio.

70. Incluem-se nas Despesas de Custeio as transferências constitucionais e legais aos Municípios, ainda que contabilizadas como dedução de receitas.

71. Os valores apurados para o cálculo das Despesas de Custeio nos anos de 2011-2013 estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

R\$ 1,00

2011				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas de Custeio	24.940.504.141,00	0,00	0,00	24.940.504.141,00
(+) Despesas Correntes	24.070.823.872,97	0,00	0,00	24.070.823.872,97
(-) Sentenças Judiciais	42.227.995,63	0,00	0,00	42.227.995,63
Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	42.227.995,63	0,00	0,00	42.227.995,63
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortizações de Dívidas	911.908.263,66	0,00	0,00	911.908.263,66

R\$ 1,00

2012				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas de Custeio	28.079.439.411,59	0,00	0,00	28.079.439.411,59
(+) Despesas Correntes	27.075.280.938,53	0,00	0,00	27.075.280.938,53
(-) Sentenças Judiciais	27.936.738,06	0,00	0,00	27.936.738,06
Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	27.936.738,06	0,00	0,00	27.936.738,06
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortizações de Dívidas	1.032.095.211,12	0,00	0,00	1.032.095.211,12

R\$ 1,00

2013				
Discriminação	Dados publicados A	Ajustes para compatibilização dos indicadores		Dados Finais = A + B + C
		Gerais B	Específicos C	
(=) Despesas de Custeio	31.524.380.611,32	0,00	-604.140.000,00	30.920.240.611,32
(+) Despesas Correntes	29.869.150.140,31	0,00	0,00	29.869.150.140,31
(-) Sentenças Judiciais	26.303.807,60	0,00	0,00	26.303.807,60
Sentenças Judiciais (relativo a pessoal)	26.303.807,60	0,00	0,00	26.303.807,60
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Amortizações de Dívidas	1.681.534.278,61	0,00	-604.140.000,00	1.077.394.278,61

72. Não foram realizados ajustes nesse item.

Quanto à Classificação Fiscal do Estado

73. Com os dados coletados e os ajustes realizados nas variáveis que compõem cada um dos indicadores econômico-financeiros, procedeu-se ao cálculo da situação fiscal do Estado, conforme dispõem os artigos 3º, 4º e 5º, da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012. Ao final do cálculo, o Estado obteve a pontuação 2,19, que corresponde à classificação B.

2ª Etapa – Enquadramento da Operação Pleiteada aos indicadores de Endividamento e Serviço da Dívida

Aspectos Considerados na Apuração

74. A verificação do enquadramento da operação de crédito pleiteada foi feita em razão de o Estado ter obtido classificação B na 1ª Etapa da análise, e teve por base as informações fornecidas nos quadros demonstrativos do Anexo II da Portaria STN nº 543, de 18/09/2012, e os procedimentos definidos nos artigos 6º e 7º da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012.

75. A projeção do cronograma de desembolso e de serviço da dívida teve como base a Dívida Pública Consolidada acrescida dos efeitos das operações de crédito já contratadas e a contratar que foram objeto de pleito de verificação de limites e condições previstos nas Resoluções nºs 40 e 43 do Senado Federal, ambas de 2001 ou Decreto nº 3.502, de 12 de junho.

76. A projeção dos saldos devedores e do serviço da Dívida Pública Consolidada foi realizada de acordo com as condições contratuais informadas pelo Estado no Demonstrativo Anual do



Cronograma de Compromisso da Dívida Consolidada Vincenda e das Demais Condições Contratuais (IIa), do Demonstrativo do Cronograma de Compromissos da Dívida Consolidada Vincenda e das Demais Condições Contratuais - Cronograma de Liberações (IIb), e do Demonstrativo do Estoque e Pagamento de Precatórios (IIc), todos da Portaria STN nº 543, de 18/09/2012.

Quanto ao Indicador de Endividamento

77. Para realizar o enquadramento das operações de crédito pleiteadas no Indicador de Endividamento, foram considerados:

- média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação saldo devedor das operações de crédito pleiteadas e a Receita Corrente Líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano ($End_{oc} = 0,21$);
- média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação saldo devedor da Dívida Pública Consolidada e a Receita Corrente Líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano ($MédiaEnd_t = 0,25$); e
- fator de ponderação (FP) de 40%, em razão da classificação fiscal obtida ter sido B.

Apuração:

Exercício	RCL projetada	Endividamento ATUAL	D/RCL	Endividamento AUMENTO PLEITEADO	D/RCL
2014	23.773.053.314,73	7.248.350.871,10	0,30	4.691.685.937,66	0,20
2015	24.486.244.914,18	6.713.024.604,23	0,27	5.315.150.232,31	0,22
2016	25.220.832.261,60	6.212.439.564,43	0,25	5.469.612.732,87	0,22
2017	25.977.457.229,45	5.718.080.053,06	0,22	5.578.076.397,76	0,21
2018	26.756.780.946,33	5.238.276.993,57	0,20	5.596.982.708,22	0,21
MédiaEnd _t = Média(D/RCL)			0,25	EndOC = Média(d/RCL)	0,21

Indicador de Endividamento

Indicador de Endividamento = $(1 - MédiaEnd_t) \times FP$	= $(1 - 0,24) \times 40\%$	= 0,30
---	----------------------------	--------

Condição de enquadramento ao requisito do Indicador de Endividamento

End _{oc}	0,21	≤	0,30	$(1 - MédiaEnd_t) \times FP$	Enquadrado
-------------------	------	---	------	------------------------------	------------

78. Diante da constatação de que a média da relação saldo devedor da operação de crédito pleiteada e a Receita Corrente Líquida projetados ($End_{oc} = 0,21$) foi menor que $(1 - MédiaEnd_t) \times FP$, ou seja, menor que 0,30, a operação **atende** ao disposto no art. 6º da Portaria MF nº 306, de 10/09/2012.

Quanto ao Indicador de Serviço

79. Para realizar o enquadramento da operação de crédito pleiteada no Indicador de Serviço da dívida, foram considerados:

- média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação serviço da dívida da operação de crédito pleiteada e a Receita Corrente Líquida, posicionados no mês de dezembro de cada ano ($SD_{oc} = 1,02\%$);
- média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação serviço da Dívida Pública Consolidada e a Receita Corrente Líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano ($MédiaSD_t = 3,60\%$); e

c) fator de ponderação (FP) de 40%, em razão de a classificação fiscal obtida ter sido B.

Apuração:

Exercício	RCL projetada	Serviço da Dívida ATUAL	D/RCL	Serviço da Dívida AUMENTO PLEITEADO	D/RCL
2014	23.773.053.314,73	855.739.045,52	3,60%	88.254.316,39	0,37%
2015	24.486.244.914,18	926.892.032,05	3,79%	245.559.921,42	1,00%
2016	25.220.832.261,60	915.797.527,07	3,63%	294.080.817,88	1,17%
2017	25.977.437.229,45	920.899.760,01	3,54%	298.161.566,42	1,15%
2018	26.756.780.946,33	919.649.709,79	3,44%	380.419.108,46	1,42%
MediaSDt = Media(SD/RCL)			3,60%	SDoc = Media (sd/RCL)	1,02%

Indicador de Serviço da Dívida

Indicador de Serviço da Dívida = $(10\% - \text{MediaSDt}) \times \text{FP}$	= $(10\% - 3,60\%) \times 40\%$	= 2,56%
--	---------------------------------	---------

Condição de enquadramento ao requisito do Indicador de Serviço da Dívida

SD _{oc}	1,02%	≤	2,56%	$(10\% - \text{MediaSDt}) \times \text{FP}$	Enquadrado
------------------	-------	---	-------	---	------------

80. Diante da constatação de que a média da relação serviço da dívida da operação de crédito pleiteada e a Receita Corrente Líquida projetados (SD_{oc} = 1,02%) foi maior que $(10\% - \text{MédiaSDt}) \times \text{FP}$, ou seja, maior que 2,56, a operação atende ao disposto no art. 7º da Portaria MF nº 306/12.

✓

Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL) Operação de Crédito Externo

Ao Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional,

Trata o presente documento de **Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL)**, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), para a realização da OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO entre o Governo do Estado da Bahia, CNPJ 13.937.032/0001-60, com sede na 3ª Avenida, nº 390, plataforma 4, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-005, Salvador-Bahia, e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com sede em 1818 H Street, NW Washington, D.C. 20433, Estados Unidos da América.

Declaro que foram realizadas consultas técnicas com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA e a operação será negociada tendo por base as seguintes condições:

- Nome do projeto/programa: Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS;
- Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX): nº 05/0102, de 28/06/2013;
- Valor do crédito na moeda do empréstimo: US\$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de dólares americanos);
- Destinação dos recursos conforme autorização legislativa: Financiar o Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS;
- Atualização monetária: Atualização cambial do dólar americano;
- Taxa de juros: Taxa de juros LIBOR de três meses, mais ou menos o custo de captação do BID (Adicionalmente, o mutuário pagará a margem aplicável a empréstimos do capital ordinário do BID);
- Demais encargos e comissões (discriminar): Comissão de crédito, com vencimento semestral, em percentual variável (0,00% a.a a 0,75% a.a.), aplicado sobre o saldo a desembolsar;
- Prazo total: 300 (trezentos) meses;
- Prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;
- Prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

Solicito, ainda, a concessão de garantia da União, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 48/2007.

Encontram-se indicados a seguir os nomes dos representantes formais para fins de contato institucional.

Representante do ente federativo:

- Nome: Walter Cairo de Oliveira Filho
- Cargo: Superintendente de Administração Financeira
- CPF: 121.272.305-82
- Fone: (71) 3115-2498
- Fax: (71) 3115-8754
- E-mail institucional: walter@sefaz.ba.gov.br

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que o Cronograma Financeiro da Operação (anexo a este PVL, expresso em base anual, na moeda da contratação) espelha todas as condições financeiras da operação de crédito a ser contratada.

Finalmente, solicito a completa instrução do processo para fins de envio ao Senado Federal, tendo em vista sua competência privativa para autorizar operações de crédito externo, conforme inciso V do art.52 da Constituição Federal.

Salvador-Bahia, de julho de 2014.

JAQUES WAGNER
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

173
1

Cronograma Financeiro da Operação

Anexo ao Ofício (...)

Ente federativo: Estado da Bahia

Instituição financeira: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Valores em US\$ 1,00

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortização (A)	Reembolsos anuais		Total (A+B)
				Juros, Demais Encargos e Comissões (B)		
2014	85.000.000,00	24.980.790,57	-	-	-	-
2015	-	38.418.850,85	-	1.442.154,13	1.442.154,13	1.442.154,13
2016	-	51.225.134,47	-	2.351.561,45	2.351.561,45	2.351.561,45
2017	-	42.687.612,05	-	4.102.775,17	4.102.775,17	4.102.775,17
2018	-	42.687.612,06	-	6.262.951,42	6.262.951,42	6.262.951,42
2019	-	-	-	8.069.498,09	8.069.498,09	8.069.498,09
2020	-	-	4.000.000,00	8.698.298,46	12.698.298,46	12.698.298,46
2021	-	-	5.000.000,00	8.972.305,96	13.972.305,96	13.972.305,96
2022	-	-	6.000.000,00	8.963.790,12	14.963.790,12	14.963.790,12
2023	-	-	7.000.000,00	8.882.364,00	15.882.364,00	15.882.364,00
2024	-	-	8.000.000,00	8.710.036,91	16.710.036,91	16.710.036,91
2025	-	-	10.000.000,00	7.831.093,72	17.831.093,72	17.831.093,72
2026	-	-	12.000.000,00	7.635.194,54	19.635.194,54	19.635.194,54
2027	-	-	15.000.000,00	7.355.119,81	22.355.119,81	22.355.119,81
2028	-	-	18.000.000,00	6.796.700,74	24.796.700,74	24.796.700,74
2029	-	-	18.000.000,00	6.094.845,02	24.094.845,02	24.094.845,02
2030	-	-	18.000.000,00	4.419.396,42	22.419.396,42	22.419.396,42
2031	-	-	17.000.000,00	3.635.062,90	20.635.062,90	20.635.062,90
2032	-	-	16.000.000,00	2.890.952,64	18.890.952,64	18.890.952,64
2033	-	-	14.000.000,00	2.138.992,87	16.138.992,87	16.138.992,87
2034	-	-	12.000.000,00	1.509.719,66	13.509.719,66	13.509.719,66
2035	-	-	8.000.000,00	775.634,27	8.775.634,27	8.775.634,27
2036	-	-	4.000.000,00	506.101,61	4.506.101,61	4.506.101,61
2037	-	-	4.000.000,00	324.736,78	4.324.736,78	4.324.736,78
2038	-	-	2.000.000,00	163.762,86	2.163.762,86	2.163.762,86
2039	-	-	2.000.000,00	70.770,55	2.070.770,55	2.070.770,55
Total	85.000.000,00	200.000.000,00	200.000.000,00	118.603.820,09		318.603.820,09

Observações:

1. Valor da contrapartida, em base anual, conforme as informações constantes do Pedido de Verificação de Limites e Condições e a lei autorizadora
2. Valor das amortizações, em base anual, conforme as informações constantes do Pedido de Verificação de Limites e Condições.
3. O último ano de preenchimento deste Cronograma está em conformidade com o Pedido de Verificação de Limites e Condições ao qual esse Cronograma encontra-se anexo

JAQUES WAGNER
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

1940

Nota nº 110/2014/COPEM/STN/MF
Governo do Estado do Bahia - BA

Brasília, 08 de julho de 2014.

ASSUNTO: Operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Estado do Bahia - BA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 200.000.000,00. Recursos destinados ao *Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS - BA*.

Conclusão do processo de negociação.

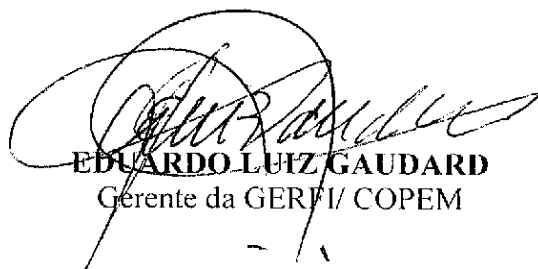
Processo nº 17944.000872/2014-24

1. Trata a presente Nota sobre a conclusão do processo de negociação das minutas contratuais relativas à operação de crédito externo do Governo do Estado do Bahia – BA com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados ao *Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS - BA*.
2. A citada negociação ocorreu e foi concluída no dia 03/07/2014 na sede brasileira do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em Brasília. As minutas finais dos contratos, bem como a ata de negociação, encontram-se anexas ao processo às fls. 98/134.
3. As condições financeiras negociadas, as quais se encontram definidas na minuta do contrato de empréstimo, às fls. 101/108, nas normas gerais (fls. 114/132) e na Ata de Negociação (fls. 133/134) são as informadas a seguir, estando em desacordo com o Pedido de Verificação de Limites encaminhado à STN, constante às fls. 02/06 do processo.
 - a) Valor da operação: US\$ 200.000.000,00;
 - b) Prazo total: 25 anos (300 meses);
 - c) Amortização: 234 meses – 40 parcelas semestrais;
 - d) Comissão de Crédito: até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;
 - e) Taxa de juros: *Libor* trimestral, mais margem (spread) aplicável para empréstimos do Capital Ordinário;

- f) A primeira data de amortização será no mês de março ou setembro, após transcorridos até 66 meses da assinatura do contrato, dependendo da data de assinatura deste.
4. Segue, em anexo, a planilha referente ao cálculo do custo efetivo da operação de crédito, que, além de indicar a estimativa do custo, situado em 4,49% a.a, estima os gastos com os encargos da operação.
5. O cronograma financeiro, apresentado pelo Mutuário (fl. 06), contém uma estimativa de gastos, para os referidos encargos, **inferiores** aos estimados por esta Secretaria. Em nossa opinião tal divergência decorre da utilização, pelo interessado, de instrumento inadequado para tal apuração.

À consideração superior.


JOÃO SÉRGIO PEREIRA DA S. JR
Analista de Finanças e Controle

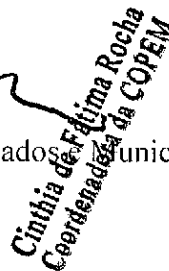

EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da GERFI/ COPEM

De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.


CINTHIA DE FÁTIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.


SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios


Cinthia de Fátima Rocha
Coordenadora da COPEM

Secretaria do Tesouro Nacional

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Gerência de Análise da Concessão de Garantias da União a Estados, DF e Municípios - GERFI

TESOURO NACIONAL

CÁLCULO DO CUSTO EFETIVO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO

NOME DO PROJETO		PROSUS	AMORT. (PARCELAS)		40	US\$	4,878,048.78				
MUTUÁRIO		Bahia - BA	DATA 1ª AMORT. / ÚLTIMA		15/09/2019	15/09/2039					
CREDOR		BID	CARÊNCIA		5 anos						
VALOR TOTAL		US\$ 285,000,000.00	COMISSÃO DE COMPROMISSO		0.75%	US\$					
EMPRÉSTIMO		US\$ 200,000,000.00	CUSTO CAPT. LIBOR + CUSTO MITIG.		0.07%						
CONTRAPARTIDA		US\$ 85,000,000.00	TAXA DE JUROS		Libor 3m US\$ + Spread (margem variável)						
DATA DE ANÁLISE PELA STN		07/07/2014	SPREAD ATUAL		0.85%						
DATA PROVÁVEL DE ASSINAT.		15/09/2014	FRONT-END-FEE (100% FIN.)		0.00%	US\$					
DATA INÍCIO COM. COMPROM.		15/09/2014									
PAGAMENTOS											
ANO	DESEMBOLSO	AMORTIZAÇÃO	COMISSÕES (COMPROMISSO E ADMINISTRAÇÃO)	FRONT-END FEE	TAXA DE JUROS	PAGO DE JUROS	TOTAL DE PAGTOS	SALDO DEVEDOR	YRS	CURVA ZERO SOBERANA DO TESOURO	VP FLUXO LÍQUIDO DESCONTADO PELA CURVA ZERO SOBERANA
15/09/14	24,980,791	-	17,487	-	0.92%	-	17,487	24,980,791	0.50	1.31%	(24,983,304)
15/03/15	18,209,425	-	673,415	-	1.02%	128,707	802,122	44,190,216	1.00	1.65%	(18,286,273)
15/09/15	19,209,425	-	610,717	-	1.30%	294,296	905,013	63,399,641	1.50	1.77%	(18,000,952)
15/03/16	25,612,567	-	535,872	-	1.68%	538,491	1,074,382	89,012,209	2.00	1.82%	(23,890,738)
15/09/16	25,612,567	-	443,382	-	2.01%	915,265	1,358,647	114,624,776	2.50	1.86%	(23,375,960)
15/03/17	21,343,806	-	336,876	-	2.60%	1,500,020	1,836,896	135,968,582	3.00	2.05%	(18,608,987)
15/09/17	21,343,806	-	280,394	-	3.03%	2,108,636	2,369,031	157,312,388	3.50	2.43%	(17,814,250)
15/03/18	21,343,806	-	175,909	-	3.38%	2,677,197	2,853,106	178,656,194	4.00	2.71%	(16,958,227)
15/09/18	21,343,806	-	96,759	-	3.77%	3,440,938	3,537,697	200,000,000	4.50	2.93%	(15,946,544)
15/03/19	-	-	-	-	3.68%	3,905,469	3,905,469	200,000,000	5.00	3.16%	3,415,739
15/09/19	-	-	-	-	4.19%	4,283,578	4,283,578	200,000,000	5.50	3.41%	3,647,673
15/03/20	-	2,000,000	-	-	4.25%	4,298,125	6,298,125	198,000,000	6.00	3.62%	5,206,466
15/09/20	-	2,000,000	-	-	4.49%	4,544,981	6,544,981	196,000,000	6.50	3.80%	5,250,710
15/03/21	-	2,000,000	-	-	4.50%	4,438,101	6,438,101	194,000,000	7.00	3.98%	5,013,117
15/09/21	-	3,000,000	-	-	4.69%	4,645,787	7,645,787	191,000,000	7.50	4.18%	5,762,239
15/03/22	-	3,000,000	-	-	4.65%	4,467,167	7,467,167	188,000,000	8.00	4.36%	5,434,123
15/09/22	-	3,000,000	-	-	4.79%	4,607,380	7,607,380	185,000,000	8.50	4.52%	5,342,993
15/03/23	-	3,000,000	-	-	4.78%	4,441,898	7,441,898	182,000,000	9.00	4.68%	5,046,738
15/09/23	-	4,000,000	-	-	4.89%	4,552,634	8,552,634	178,000,000	9.50	4.79%	5,597,622
15/03/24	-	4,000,000	-	-	4.89%	4,404,627	8,404,627	174,000,000	10.00	4.90%	5,311,105
15/09/24	-	4,000,000	-	-	4.88%	4,344,201	8,344,201	170,000,000	10.50	5.00%	5,089,152
15/03/25	-	4,000,000	-	-	4.62%	3,950,587	7,950,587	166,000,000	11.00	5.10%	4,682,003
15/09/25	-	6,000,000	-	-	4.72%	4,008,256	10,008,256	160,000,000	11.50	5.20%	5,684,431
15/03/26	-	6,000,000	-	-	4.83%	3,882,614	9,882,614	154,000,000	12.00	5.26%	5,414,416
15/09/26	-	6,000,000	-	-	4.93%	3,862,204	9,862,204	148,000,000	12.50	5.36%	5,219,451
15/03/27	-	6,000,000	-	-	5.04%	3,748,975	9,748,975	142,000,000	13.00	5.44%	4,966,818
15/09/27	-	9,000,000	-	-	5.15%	3,736,321	12,736,321	133,000,000	13.50	5.51%	6,255,351
15/03/28	-	9,000,000	-	-	5.26%	3,538,006	12,538,006	124,000,000	14.00	5.57%	5,937,815
15/09/28	-	9,000,000	-	-	5.37%	3,405,493	12,405,493	115,000,000	14.50	5.63%	5,664,579
15/03/29	-	9,000,000	-	-	5.49%	3,173,361	12,173,361	106,000,000	15.00	5.69%	5,361,772
15/09/29	-	9,000,000	-	-	5.20%	2,814,641	11,814,641	97,000,000	15.50	5.74%	5,016,522
15/03/30	-	9,000,000	-	-	4.76%	2,318,553	11,319,553	88,000,000	16.00	5.79%	4,636,116
15/09/30	-	9,000,000	-	-	4.81%	2,162,431	11,162,431	79,000,000	16.50	5.83%	4,407,240
15/03/31	-	9,000,000	-	-	4.86%	1,930,129	10,930,129	70,000,000	17.00	5.87%	4,162,698
15/09/31	-	8,000,000	-	-	4.91%	1,757,688	9,757,688	62,000,000	17.50	5.92%	3,582,435
15/03/32	-	8,000,000	-	-	4.97%	1,556,737	9,556,737	54,000,000	18.00	5.95%	3,383,725
15/09/32	-	8,000,000	-	-	5.02%	1,386,041	9,386,041	46,000,000	18.50	5.99%	3,203,676
15/03/33	-	8,000,000	-	-	5.08%	1,174,277	9,174,277	38,000,000	19.00	6.02%	3,020,493
15/09/33	-	6,000,000	-	-	5.13%	997,294	8,997,294	32,000,000	19.50	6.06%	2,220,833
15/03/34	-	6,000,000	-	-	5.19%	835,408	8,835,408	26,000,000	20.00	6.09%	2,092,615
15/09/34	-	6,000,000	-	-	4.82%	640,454	8,640,454	20,000,000	20.50	6.12%	1,959,755
15/03/35	-	6,000,000	-	-	4.55%	457,109	8,457,109	14,000,000	21.00	6.15%	1,838,149
15/09/35	-	2,000,000	-	-	4.58%	326,647	8,326,647	12,000,000	21.50	6.17%	638,486
15/03/36	-	2,000,000	-	-	4.58%	278,103	8,278,103	10,000,000	22.00	6.20%	602,901
15/09/36	-	2,000,000	-	-	4.60%	235,305	8,235,305	8,000,000	22.50	6.22%	570,279
15/03/37	-	2,000,000	-	-	4.62%	185,965	8,185,965	6,000,000	23.00	6.24%	538,035
15/09/37	-	2,000,000	-	-	4.64%	142,408	8,142,408	4,000,000	23.50	6.26%	508,645
15/03/38	-	1,000,000	-	-	4.66%	93,798	8,093,798	3,000,000	24.00	6.28%	250,683
15/09/38	-	1,000,000	-	-	4.68%	71,835	8,071,835	2,000,000	24.50	6.30%	236,994
15/03/39	-	1,000,000	-	-	4.71%	47,320	8,047,320	1,000,000	25.00	6.32%	223,544
15/09/39	-	1,000,000	-	-	4.73%	24,162	8,024,162	0	25.50	6.33%	210,899
15/03/40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/09/40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/03/41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/09/41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/03/42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/09/42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/03/43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/09/43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15/03/44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
200,000,000.00		200,000,000.00	3,150,810.64	-	-	117,298,598.87	320,449,409.51	-	-	-	[25,236,408]

TIR - CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO

4.49%

DURATION 12.00
MODIFIED DURATION 11.74

TIR EQUIVALENTE- TESOURO NACIONAL

5.28%

1% 4% 4% 5% 5% 5% 5% 5%

(1) TIR - Corresponde ao custo efetivo da operação, ou seja, à taxa de juros média que iguala o valor presente do fluxo a zero

(2) Duration - Média ponderada do valor presente do fluxo de caixa, expressa em anos

(3) Modified Duration - Duration modificada considerando-se o custo efetivo da operação

(4) TIR Equivalente - Corresponde ao custo médio atual de captação do Tesouro, obtido pela comparação da modified duration da operação analisada com a da Curva Zero Soberana do Tesouro

Obs: O Cálculo do Custo Efetivo desta operação de crédito desta operação de crédito não considera o imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros da operação.

A

EMERSON

Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica nº 79/2014/COPEM/SURIN/STN/MF-DF

Brasília, 30 de maio de 2014.

Assunto: Processo nº 17944.000872/2014-24 - Operação de crédito entre o Governo do Estado da Bahia - BA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

RELATÓRIO

1. Solicitação feita pelo Governo do Estado da Bahia - BA para a verificação do cumprimento dos limites e condições para contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS com as seguintes características (fls. 04-05):

a) Valor da operação: US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

b) Destinação dos recursos: financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS;

c) Liberação: US\$ 24.980.790,57 em 2014, US\$ 38.418.850,85 em 2015, US\$ 51.225.134,47 em 2016, US\$ 42.687.612,05 em 2017, US\$ 42.687.612,06 em 2018;

d) Prazo total: 300 (trezentos) meses;

e) Prazo de carência: 60 (sessenta) meses;

f) Prazo de amortização: 240 (duzentos e quarenta) meses;

g) Juros e atualização monetária: LIBOR de 3 meses, mais margem variável. Atualização cambial do dólar americano;

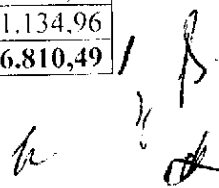
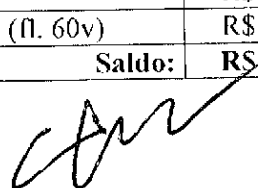
h) Lei(s) autorizadora(s): nº 13.142, de 01/04/2014 (fls. 08).

2. Conforme análise realizada por esta Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao atendimento dos limites e condições estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs 40/2001, 43/2001 e 48/2007, observa-se que todas as informações necessárias à efetiva análise estão presentes nos autos.

3. Ademais, ressalta-se quanto aos limites constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, esta Coordenação efetuou os cálculos pertinentes e o Estado apresentou os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a) art. 6º § 1º Inciso I da RSF nº 43/2001 - **despesas de capital relativas ao exercício anterior:**

a.1) despesas de capital ajustadas no exercício anterior: (fl. 61)	R\$ 4.368.657.945,45
a.2) receitas de operações de crédito realizadas no exercício anterior: (fl. 60v)	R\$ 2.657.101.134,96
Saldo:	R\$ 1.711.556.810,49



b) art. 6º § 1º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **despesas de capital relativas ao exercício atual:**

b.1) Despesas de capital do exercício ajustadas: (fl. 57)	R\$ 5.372.633.230,00
b.2) Liberações de crédito já programadas: (fl. 65)	R\$ 3.526.772.000,00
b.3) Liberação da operação sob exame: (fl. 06)	R\$ 55.584.757,10
Saldo:	R\$ 1.790.276.472,90

c) art. 7º Inciso I da RSF nº 43/2001: **Montante Global de todas as operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL).**

Tabela I - Montante Global das operações realizadas em um exercício financeiro (fls. 06 e 65)

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)
	Operação em Exame	Liberações Programadas		
2014	55.584.757,10	3.526.772.000,00	24.029.613.935,15	14,91
2015	85.485.785,03	645.496.000,00	24.877.765.189,31	2,94
2016	113.981.046,71	199.613.000,00	25.755.852.860,75	1,22
2017	94.984.205,57	99.393.000,00	26.664.933.587,76	0,73
2018	94.984.205,59	42.290.000,00	27.606.101.303,79	0,50
2019	0,00	21.034.000,00	28.580.488.553,90	0,07

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos. O ano de 2019 é o último para o qual há liberações informadas.

d) art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL.**

Tabela II - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 06 e 66-71)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	0,00	1.493.019.000,00	24.029.613.935,15	6,21
2015	3.029.760,11	1.527.211.000,00	24.877.765.189,31	6,15
2016	2.805.939,84	1.475.610.000,00	25.755.852.860,75	5,74
2017	3.801.992,55	1.444.689.000,00	26.664.933.587,76	5,43
2018	4.687.984,11	1.473.738.000,00	27.606.101.303,79	5,36
2019	5.279.049,75	1.460.282.000,00	28.580.488.553,90	5,13
2020	14.167.300,70	1.400.501.000,00	29.589.267.857,51	4,78
2021	16.272.356,56	1.314.044.000,00	30.633.653.119,41	4,34
2022	18.352.174,22	1.305.520.000,00	31.714.901.090,47	4,17
2023	20.418.902,72	1.307.954.000,00	32.834.312.879,94	4,05
2024	22.458.802,09	1.511.484.000,00	33.993.235.521,13	4,51
2025	26.684.967,90	1.264.254.000,00	35.193.063.592,37	3,67
2026	30.844.603,21	1.247.934.000,00	36.435.240.895,10	3,51
2027	37.203.160,23	1.201.329.000,00	37.721.262.191,33	3,28
			Média:	4,74

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

e) art. 7º Inciso II-B da RSF nº 43/2001: **Comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL até o exercício financeiro de 2039, como determinado pela Resolução nº 36/2009, do Senado Federal.**

Tabela II-B - Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos (fls. 06 e 66-71)

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
-----	-----------------------------	--	-----------------------	--------------

Am

h
f
J

	Operação em Exame	Demais Operações		
2014	0,00	1.493.019.000,00	24.029.613.935,15	6,21
2015	3.029.760,11	1.527.211.000,00	24.877.765.189,31	6,15
2016	2.805.939,84	1.475.610.000,00	25.755.852.860,75	5,74
2017	3.801.992,55	1.444.689.000,00	26.664.933.587,76	5,43
2018	4.687.984,11	1.473.738.000,00	27.606.101.303,79	5,36
2019	5.279.049,75	1.460.282.000,00	28.580.488.553,90	5,13
2020	14.167.300,70	1.400.501.000,00	29.589.267.857,51	4,78
2021	16.272.356,56	1.314.044.000,00	30.633.653.119,41	4,34
2022	18.352.174,22	1.305.520.000,00	31.714.901.090,47	4,17
2023	20.418.902,72	1.307.954.000,00	32.834.312.879,94	4,05
2024	22.458.802,09	1.511.484.000,00	33.993.235.521,13	4,51
2025	26.684.967,90	1.264.254.000,00	35.193.063.592,37	3,67
2026	30.844.603,21	1.247.934.000,00	36.435.240.895,10	3,51
2027	37.203.160,23	1.201.329.000,00	37.721.262.191,33	3,28
2028	43.452.231,20	677.557.000,00	39.052.675.002,30	1,85
2029	42.967.498,72	631.050.000,00	40.431.081.470,71	1,67
2030	42.492.384,25	552.553.000,00	41.858.140.288,59	1,42
2031	39.792.169,77	511.708.000,00	43.335.568.693,33	1,27
2032	37.136.140,22	527.129.000,00	44.865.144.534,05	1,26
2033	32.259.132,66	414.061.000,00	46.448.708.410,99	0,96
2034	27.466.011,37	295.298.000,00	48.088.165.890,39	0,67
2035	18.248.868,39	247.145.000,00	49.785.489.797,48	0,53
2036	9.191.398,58	230.945.000,00	51.542.722.590,51	0,47
2037	9.084.949,79	149.755.000,00	53.361.978.818,51	0,30
2038	4.542.474,90	146.440.000,00	55.245.447.665,81	0,27
2039	4.489.684,40	140.855.000,00	57.195.395.586,35	0,25
			Média:	2,97

Projeção da RCL pela taxa média de 3,529608326% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

f) art. 7º Inciso III da RSF nº 43/2001: **número de vezes o valor da receita corrente líquida relativamente ao montante da dívida consolidada líquida.**

f.1) Limite ao final do exercício de 2016:	2,00
f.2) Limite atual para relação DCL/RCL:	2,00
f.3) Receita Corrente Líquida: /	R\$ 23.080.634.286,15
f.4) Dívida Consolidada Líquida: /	R\$ 10.877.167.972,83
f.5) Operações de crédito contratadas, autorizadas e em tramitação:	R\$ 4.534.598.000,00
f.6) Valor da operação em exame:	R\$ 445.020.000,00
f.7) Saldo Total da Dívida Líquida:	R\$ 15.856.785.972,83
f.8) Relação Saldo Total da Dívida Líquida/RCL:	0,69

4. Salientamos que os dados relativos à Receita Corrente Líquida (data-base fevereiro de 2014), base para a projeção da RCL constante nas alíneas "d" e "e" do item anterior têm como fonte o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (fl. 58-59) coletado junto ao SISTN. Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL do exercício de Dezembro de 2013 (alínea "e" do item anterior) tem como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida coletado junto ao SISTN, conforme fl. 62.

5. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36, de 11/11/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o cálculo do limite a que se refere o item "d" passa a ser calculado da seguinte forma:

"Art. 7º
[...]"

§ 4º Para efeitos de atendimento ao disposto no inciso II do caput, o cálculo do comprometimento anual com amortizações e encargos será feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano, considerando-se, alternativamente, o que for mais benéfico:

I – todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida; ou

II – os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027."

6. Assim, para atender o disposto, o cálculo foi realizado para o período de 2014 a 2027, com comprometimento anual de 4,74 e para o período de 2014 a 2039, com comprometimento anual de 2,97, sendo considerado o segundo período, já que o mesmo é mais benéfico para o Ente.

7. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (fls. 51-55) atestou o cumprimento pelo Estado do disposto na LRF, relativamente ao último exercício analisado (2012), ao exercício ainda não analisado (2013) e ao exercício em curso (2014).

8. A presente análise tem como propósito verificar o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para pré-negociar e negociar as minutas contratuais relativas ao pleito de que se trata, em cumprimento ao inciso VIII do art. 3º da Portaria MF nº 497, de 27/08/1990. Dessa forma, sugere-se o encaminhamento de ofício à SEAIN/MP, informando a não objeção desta Secretaria para a realização das referidas negociações.

À consideração superior.

Fredrico Jungblut Bodur
FREDERICO JUNGBLUT BODUR
Analista de Finanças e Controle

Ho Yiu Cheng
HO YIU CHENG
Gerente da GEAPE II

Eduardo Luiz Gaudard
EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da GERFI

De acordo. À consideração da Coordenadora-Geral.

Cynthia de Fatima Rocha
CINTHIA DE FATIMA ROCHA
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Senhor Subsecretário do Tesouro Nacional.

Suzana Teixeira Braga
SUZANA TEIXEIRA BRAGA
Coordenadora-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.

Eduardo Coutinho Guerra
EDUARDO COUTINHO GUERRA
Subsecretário do Tesouro Nacional

Edelcio de Oliveira
Subsecretário de Relações Financeiras
Intergovernamentais do Tesouro Nacional
Substituto

Cynthia de Fatima Rocha
Cynthia de Fatima Rocha
Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Estado da Bahia

**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

Ofício n.º 33/2014
Salvador, 22 de maio de 2014

Senhor Secretário do Tesouro Nacional,

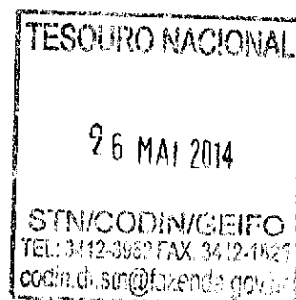
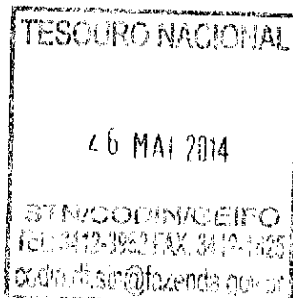
O Poder Executivo obteve autorização, da Assembleia Legislativa, através da Lei nº 13.142, de 01 de abril de 2014, para contratar em nome do Estado da Bahia, operação de crédito externo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o limite de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos).

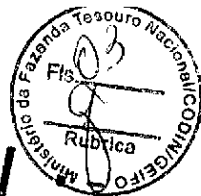
Os recursos resultantes da operação acima aludida serão destinados ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS.

Solicito, portanto, a essa Secretaria do Tesouro Nacional autorização para que este Estado possa contratar a operação de crédito supra mencionada, ao tempo em que encaminho a documentação a seguir relacionada, consoante determinações contidas na Resolução nº. 43, de 2001, do Senado Federal e na Portaria STN nº. 396, de 02 de julho de 2009:

- a) Pedido de Verificação de Limites e Condições;
- b) Cronograma Financeiro da operação;
- c) Cópia autenticada da Lei nº 13.142, de 01 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado em 02/04/2014 (Autorização do Órgão Legislativo);
- d) Parecer do Órgão Técnico;
- e) Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia (documento único);

Excelentíssimo Senhor
Dr. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Digníssimo Secretário do Tesouro Nacional
Brasília-DF





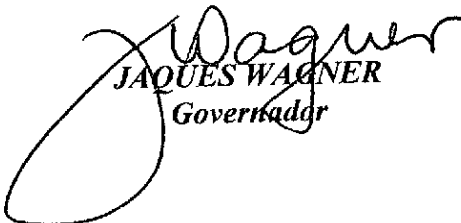
Estado da Bahia

**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

Ofício n.º 131/2014 – GE, fl. 02

- f) Certidão nº 02/2014 emitida pelo Tribunal de Contas do Estado, válida até 08/06/2014;
- g) Cronograma de liberação das operações da Dívida Fundada interna e externa, realizadas no exercício em curso ou em tramitação, exclusive a operação pleiteada;
- h) Cronograma de Pagamento das Dívidas Contratadas e a Contratar, exclusive a operação pleiteada;
- i) Cópia da Recomendação Nº. 05/0105, de 25 de abril de 2014, da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX;

Atenciosamente,


JAQUES WAGNER
Governador

Estado da Bahia



**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL) Operação de Crédito Externo

Ao Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional,

Trata o presente documento de **Pedido de Verificação de Limites e Condições (PVL)**, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), para a realização da OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO entre o Governo do Estado da Bahia, CNPJ 13.937.032/0001-60, com sede na 3ª Avenida, nº 390, plataforma 4, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-005, Salvador-Bahia, e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Banco Interamericano de Desenvolvimento, com sede em 1818 H Street, NW Washington, D.C. 20433, Estados Unidos da América.

Declaro que foram realizadas consultas técnicas com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA e a operação será negociada tendo por base as seguintes condições:

- Nome do projeto/programa: Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS;
- Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX): nº 05/0102, de 28/06/2013;
- Valor do crédito na moeda do empréstimo: US\$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de dólares americanos);
- Destinação dos recursos conforme autorização legislativa: Financiar o Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS;
- Atualização monetária: Atualização cambial do dólar americano;
- Taxa de juros: Taxa de juros LIBOR de três meses, mais margem variável;
- Demais encargos e comissões (discriminar): Comissão de crédito, com vencimento semestral, em percentual variável (0,00% a.a a 0,75% a.a.), aplicado sobre o saldo a desembolsar;
- Prazo total: 300 (trezentos) meses;
- Prazo de carência: 60 (sessenta) meses;
- Prazo de amortização: 240 (duzentos e quarenta) meses;

Solicito, ainda, a concessão de garantia da União, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 48/2007.

Encontram-se indicados a seguir os nomes dos representantes formais para fins de contato institucional.

Representante do ente federativo:

- Nome: Walter Cairo de Oliveira Filho
- Cargo: Superintendente de Administração Financeira
- CPF: 121.272.305-82

Estado da Bahia



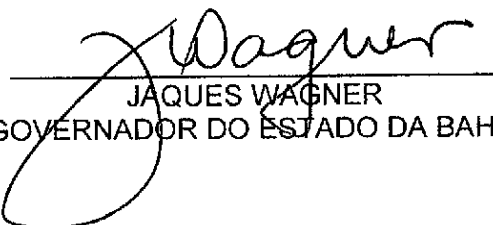
**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

- Fone: (71) 3115-2498
- Fax: (71) 3115-8754
- E-mail institucional: walter@sefaz.ba.gov.br

Declaro, sob as penas da Lei, para os devidos fins, que o Cronograma Financeiro da Operação (anexo a este PVL, expresso em base anual, na moeda da contratação) espelha todas as condições financeiras da operação de crédito a ser contratada.

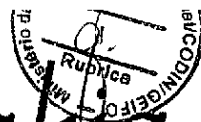
Finalmente, solicito a completa instrução do processo para fins de envio ao Senado Federal, tendo em vista sua competência privativa para autorizar operações de crédito externo, conforme inciso V do art.52 da Constituição Federal.

Salvador-Bahia, 22 de maio de 2014.



JAQUES WAGNER
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

Estado da Bahia



**GABINETE
DO
GOVERNADOR**

Cronograma Financeiro da Operação

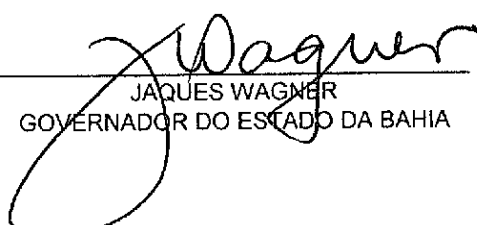
Anexo ao Ofício (...) 131.2014

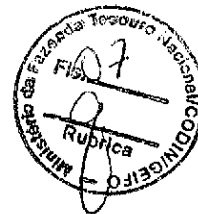
Ente federativo: Estado da Bahia

Instituição financeira: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Valores em US\$ 1,00

Ano	Contrapartida	Liberações	Amortização (A)	Reembolsos anuais	Total (A+B)
				Juros, Demais Encargos e Comissões (B)	
2014	85.000.000,00	24.980.790,57	-	-	-
2015	-	38.418.850,85	-	1.361.628,74	1.361.628,74
2016	-	51.225.134,47	-	1.261.039,88	1.261.039,88
2017	-	42.687.612,05	-	1.708.683,90	1.708.683,90
2018	-	42.687.612,06	-	2.106.864,46	2.106.864,46
2019	-	-	-	2.372.500,00	2.372.500,00
2020	-	-	4.000.000,00	2.367.040,00	6.367.040,00
2021	-	-	5.000.000,00	2.313.090,00	7.313.090,00
2022	-	-	6.000.000,00	2.247.797,50	8.247.797,50
2023	-	-	7.000.000,00	2.176.622,50	9.176.622,50
2024	-	-	8.000.000,00	2.093.390,00	10.093.390,00
2025	-	-	10.000.000,00	1.992.705,00	11.992.705,00
2026	-	-	12.000.000,00	1.862.120,00	13.862.120,00
2027	-	-	15.000.000,00	1.719.770,00	16.719.770,00
2028	-	-	18.000.000,00	1.528.215,00	19.528.215,00
2029	-	-	18.000.000,00	1.310.367,50	19.310.367,50
2030	-	-	18.000.000,00	1.096.842,50	19.096.842,50
2031	-	-	17.000.000,00	883.317,50	17.883.317,50
2032	-	-	16.000.000,00	689.650,00	16.689.650,00
2033	-	-	14.000.000,00	497.835,00	14.497.835,00
2034	-	-	12.000.000,00	343.720,00	12.343.720,00
2035	-	-	8.000.000,00	201.370,00	8.201.370,00
2036	-	-	4.000.000,00	130.780,00	4.130.780,00
2037	-	-	4.000.000,00	82.940,00	4.082.940,00
2038	-	-	2.000.000,00	41.470,00	2.041.470,00
2039	-	-	2.000.000,00	17.745,00	2.017.745,00
Total	85.000.000,00	200.000.000,00	200.000.000,00	32.407.504,48	232.407.504,48


JAQUES WAGNER
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - COFIE X

102ª REUNIÃO

RECOMENDAÇÃO Nº 05/0102, de 28 de junho de 2013.

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIE X), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 2.º do Decreto n.º 3.502, de 12 de junho de 2000,

RECOMENDA

À Senhora Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar, com a(s) ressalva(s) estipulada(s), a preparação do Programa/Projeto, nos seguintes termos:

1. Nome: Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador
2. Mutuário: Estado da Bahia
3. Garantidor: República Federativa do Brasil
4. Entidade Financiadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
5. Valor do Empréstimo: pelo equivalente a até US\$ 200.000.000,00
6. Valor da Contrapartida: no mínimo de US\$ 85.000.000,00

Ressalva(s):

a) O Mutuário, previamente à negociação da operação de crédito externo, deverá demonstrar dispor de capacidade de pagamento, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, bem como apresentar as contragarantias aceitáveis ao Tesouro Nacional; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo é de responsabilidade exclusiva do Mutuário e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União, excepcionados aqueles decorrentes de transferências obrigatórias e de programação estratégica do Governo Federal.


João Guilherme Rocha Machado
Secretário-Executivo


Eva Maria Costa Dutra Chaves
Presidenta

De acordo. Em 5 de agosto de 2013.


Miriam Belchior
Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão



SAVADOR, BAHIA,
QUARTA-FEIRA
2 DE ABRIL
DE 2014

ANO XCIII,
Nº 21.393

DIÁRIO OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ■ ESTADO DA BAHIA

4º OFÍCIO DE NOTAS
Salvador - Bahia
Gustavo Calmon de Azevedo

Gustavo Calmon de Azevedo
Av. Encarnado Neves - Nº 1.596 - Shopping Sumaré - 3º piso - Caminho das Árvores
CEP 41820-920 - Salvador - BA - Tel: (71) 3019-1253 / 3018-1266

AUTENTICAÇÃO

Cópia e documento que a copia e a reprodução em
um documento apresentado. Salvador 21/06/2014

MARISTELA OLIVEIRA PEREIRA - ESCRIVENTE AUTORIZADA
VALE DO BOMERTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Selo de Autenticidade
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Ato Notarial ou de Registro
1604.AB217248-3
Consulte o selo em www.tjba.br/autenticidade

Executivo

EXEMPLAR DE ASSINANTE ■ VENDA PROIBIDA

LEIS

LEI Nº 13.142 DE 01 DE ABRIL DE 2014

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$200.000.000 (duzentos milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do respectivo contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular, na forma dos arts. 157 e 159, completadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2014.

ESERVAL ROCHA
Governador em exercício

Carlos Mello
Secretário da Casa Civil em exercício

José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Secretário do Planejamento

Manoel Vitorio da Silva Filho
Secretário da Fazenda

LEI Nº 13.143 DE 01 DE ABRIL DE 2014

Acresce à Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, o art. 25-A, na forma que indica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 12.822, de 04 de julho de 2013, passa a vigorar acrescida do art. 25-A, com a seguinte redação:

"Art. 25-A - Para os servidores pertencentes às carreiras de Médico e Regulador da Assistência em Saúde que tenham percebido adicional pelo exercício de atividade insalubre pelo período de 05 (cinco) anos consecutivos ou 10 (dez) anos interpolados completados na data da edição desta Lei e que estejam recebendo a respectiva vantagem na data do ato concessório da aposentadoria, será garantida a preservação do valor nominal respectivo, na ocasião da fixação dos proventos"

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2014.

ESERVAL ROCHA
Governador em exercício

Carlos Mello
Secretário da Casa Civil em exercício

Washington Luis Silva Couto
Secretário da Saúde

DECRETOS NUMERADOS

DECRETO Nº 15.017 DE 01 DE ABRIL DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que indica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, vista do disposto no art. 105, inciso V, da Constituição Estadual, e no art. 5º, alínea "h", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e alterações posteriores, e do que consta do Processo nº 3738/2014, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A, registrado sob o nº 1411140006878 na Secretaria de Desenvolvimento Urbano,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra medindo 1.504,11m², com as acessões e benfeitorias nela existentes, pertencente a quem de direito, situada na rua Paulo Afonso, s/nº, bairro Juca Rosa, no Município de Eunápolis - Bahia, a seguir descrita: partindo-se do ponto V1, de coordenadas N = 8193249.13 e E = 439222.13 com ângulo de 136º e distância de 3,94m, determina-se o ponto V2, de coordenadas N = 8193249.36 e E = 439226.07; daí, com ângulo de 96º e distância de 13,70m, determina-se o ponto V3, de coordenadas N = 8193235.85 e E = 439228.33; daí, com ângulo de 170º e distância de 17,01m, determina-se o ponto V4, de coordenadas N = 8193218.84 e E = 439228.10; daí, com ângulo de 152º e distância de 23,04m, determina-se o ponto V5, de coordenadas N = 8193198.63 e E = 439217.03; daí, com ângulo de 149º e distância de 26,86m, determina-se o ponto V6, de coordenadas N = 8193185.25 e E = 439193.75; daí, com ângulo de 130º e distância de 6,25m, determina-se o ponto V7, de coordenadas N = 8193187.37 e E = 439187.86; daí, com ângulo de 129º e distância de 20,90m, determina-se o ponto V8, de coordenadas N = 8193207.10 e E = 439180.98; daí, com ângulo de 122º e distância de 6,91m, determina-se o ponto V9, de coordenadas N = 8193212.45 e E = 439185.35; daí, com ângulo de 159º e distância de 22,45m, determina-se o ponto V10, de coordenadas N = 8193223.72 e E = 439204.77; daí, com ângulo de 202º e distância de 15,36m, determina-se o ponto V11, de coordenadas N = 8193235.91 e E = 439214.12; daí, com ângulo de 207º e distância de 5,83m, determina-se o ponto V12, de coordenadas N = 8193241.64 e E = 439215.17; daí, com ângulo de 147º e distância de 10,22m, retorna-se ao ponto V1, fechando-se a área poligonal em descrição, conforme projeto elaborado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA, da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Parágrafo único - A área de terra de que trata este artigo destina-se à implantação da Estação Elevatória de Esgoto, EEE-C1, pertencente ao Sistema de Esgotamento Sanitário de Eunápolis, no Município de Eunápolis - Bahia, obra do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Art. 2º - Fica a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA autorizada a promover os atos administrativos e judiciais, se necessário em caráter de urgência, com vistas à efetivação da desapropriação de que trata este Decreto, e a imitir-se na posse respectiva, providenciando, inclusive, a liquidação e o pagamento da indenização, utilizando-se, para tanto, dos recursos de que dispuser

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de abril de 2014.

ESERVAL ROCHA
Governador em exercício

Carlos Mello
Secretário da Casa Civil em exercício

Manuel Ribeiro Filho
Secretário de Desenvolvimento Urbano

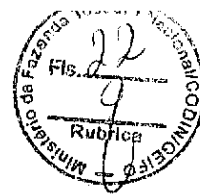
DECRETO Nº 15.018 DE 01 DE ABRIL DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra que indica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, vista do disposto no art. 105, inciso V, da Constituição Estadual, e no art. 5º, alínea "h", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e alterações posteriores, e do que consta do Processo nº 3736/2014, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A, registrado sob o nº 1411140006851 na Secretaria de Desenvolvimento Urbano,

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área



SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

**PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO SUS NA
REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (PROSUS) /
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
(BID)**

PARECER TÉCNICO

SALVADOR, MAIO/2014.



PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR – PROSUS (BR-L1389)

Em acordo com as determinações do art. 32 da Lei Complementar 101/2001, Lei de Responsabilidade Fiscal, e do inciso I do artigo 21 da Resolução nº 43/2001 – Senado Federal, apresentamos o parecer Técnico acerca da Operação de Crédito Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

1.CONTEXTO DO PROGRAMA

CONDIÇÕES GERAIS

Este documento apresenta a análise econômica que sustenta o programa de investimentos para fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) na Região Metropolitana de Salvador (RMS) - PROSUS. O principal objetivo do programa é melhorar as condições de saúde da população do Estado da Bahia, especialmente na RMS. Espera-se alcançar este objetivo através da criação de serviços de saúde integrados em Redes de Atenção à Saúde, sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) coordenadora do cuidado e ordenadora da rede, a fim de ampliar o acesso, a qualidade, a continuidade e a eficiência da rede de serviços do SUS. Serão implementadas linhas de cuidado para as doenças prioritárias identificadas pelo perfil epidemiológico da RMS.

Foi realizada uma análise de custo-efetividade e custo-benefício para os seguintes benefícios esperados:

- Implementação de linhas de cuidado no contexto da melhoria da cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) e funcionamento em rede: ganhos de anos de vida ajustados à incapacidade (AVAls) pela aplicação de intervenções de eficácia comprovada. Ao comparar AVAls por PIB per capita, são gerados resultados equivalente aos quantificados em produtividade.
- Internações evitáveis (IE) são as internações que podem ser prevenidas por meio da implementação de um modelo de rede com base na APS. Isso gera benefícios por:
 - Redução nos gastos de saúde representados pelo custo direto das internações

- o Ganho de produtividade representados pela redução na perda de dias de trabalho.

A análise com base em AVAIs revela que a relação custo-efetividade do programa é favorável, com um custo por AVAI evitado de US\$ 2.300. O custo-benefício ao longo de um horizonte de 5 anos é de 2,4. A análise de sensibilidade mostra que esses resultados favoráveis são mantidos nos diferentes cenários considerados. Além disso, devem ser considerados como benefícios adicionais as potenciais reduções de IE, que podem gerar uma economia em custos hospitalares e evitar perdas de produtividade.

ASPECTOS TÉCNICOS

A Lei Estadual nº 13.142, de 01 de abril de 2014, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), até o limite de US\$ 200.000.000 (duzentos milhões de dólares americanos).

2. A RELAÇÃO CUSTO BENEFÍCIO

2.1 Enfoque geral da análise econômica

a. População beneficiária

O projeto será implementado na Região Metropolitana de Salvador, no Estado da Bahia, composta por 13 municípios, incluindo Salvador, capital do estado. Em 2012, a população estimada da RMS era 3.640.000, 25% da população do Estado, enquanto Salvador é a terceira cidade do país em população, com 2,6 milhões de habitantes. No final de 2013 a cobertura do Programa de Saúde da Família – PSF, na cidade de Salvador foi de 17,2%, e de 23,3% na RMS. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS 2013), cerca de 27,7 % da população da RMS tem alguma forma de seguro privado, sendo a combinação ambulatorial e hospitalar a mais frequente (85%). Estes dados são semelhantes aos observados para as

principais áreas metropolitanas do Brasil.

Enquanto toda a população da RMS é um beneficiário do Programa, porque constitucionalmente o Sistema Único de Saúde (SUS) tem cobertura universal, espera-se que o impacto seja maior na população coberta pelo PSF e que faz uso ativo dos serviços do SUS. Partindo deste pressuposto, a análise econômica para o cálculo do número de beneficiários do projeto a cada ano é expressa da seguinte forma:

$$P_{ben} = \sum_{t=0}^4 (P_{tot} - P_{pri})_t * C_{psf}_t$$

Onde:

t = ano de implementação

P_{ben} = população beneficiária

P_{tot} = População total na RMS. Foi tomado como o valor da linha de base da população estimada para o ano de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2013a) e projetados para 2019 com base na taxa de crescimento da população calculada pelo IBGE para a região da Bahia.

P_{pri} = População com seguro privado na RMS. Foi adotado um valor fixo de 27,7% da população total para todos os anos considerados, de acordo com informações reportadas pela ANS em setembro 2013.

C_{psf} = Cobertura esperada de PSF. Para calcular a cobertura do PSF para cada ano de implementação do projeto (2014-2019) adotou-se como ponto de partida os dados mais recentes (SESAB/agosto de 2013) e seu crescimento foi projetado para atingir gradualmente metas estabelecidas pelo projeto (30% na cidade de Salvador e 60% nos municípios com cobertura inferior a 60%). A cobertura prevista para municípios que já ultrapassam os objetivos permaneceu a mesma ao longo do tempo.



A Tabela 1 apresenta o crescimento esperado de cobertura do PSF e na Tabela 2 a população-alvo do programa durante todo o projeto.

Tabela1. Cobertura estimada PSF RMS 2014-2019

Município	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Camaçari	53%	55%	56%	58%	60%	60%
Candeias	57%	58%	59%	59%	60%	60%
Dias d'Ávila	64%	64%	64%	64%	64%	64%
Itaparica	66%	66%	66%	66%	66%	66%
Lauro de Freitas	61%	61%	61%	61%	61%	61%
Madre de Deus	76%	76%	76%	76%	76%	76%
Mata de São João	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Pojuca	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Salvador	17%	20%	24%	27%	30%	30%
São Francisco do Conde	100%	100%	100%	100%	100%	100%
São Sebastião do Passé	97%	98%	99%	99%	100%	100%
Simões Filho	40%	45%	50%	55%	60%	60%
Vera Cruz	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: SESAB 2013.



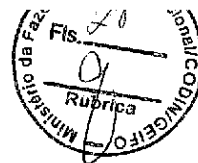
Tabela2. População beneficiária (crescimento da população, de acordo com a cobertura de PSF atual e projetada e cobertura de seguro privado) 2014-2019

MUNICIPIO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Total	845,311	940,979	1,043,105	1,152,322	1,268,749	1,297,588
Camaçari	100,650	102,313	103,928	105,503	107,043	105,359
Candeias	35,733	35,508	35,267	35,020	34,772	34,160
Dias d'Ávila	34,225	33,786	33,293	32,759	32,194	31,659
Itaparica	10,451	10,392	10,331	10,263	10,184	10,094
Lauro de Freitas	78,729	78,259	77,883	77,589	77,341	76,853
Madre de Deus	10,041	9,844	9,702	9,600	9,511	9,422
Mata de São João	33,003	32,532	31,642	30,560	29,595	28,884
Pojuca	28,823	29,872	30,971	31,895	32,380	32,327
Salvador	378,914	464,380	556,339	655,413	761,696	790,268
São Francisco do Conde	27,733	28,190	28,602	29,072	29,721	30,592
São Sebastião do Passé	33,647	34,640	35,651	36,656	37,621	38,305
Simões Filho	40,678	47,268	54,084	61,126	68,421	70,078
Vera Cruz	32,684	33,995	35,411	36,866	38,269	39,587

Fonte: IBGE, ANS, SESAB (2013).

b. Intervenções

Os benefícios em saúde gerados pelo PROSUS são obtidos de duas formas. O primeiro é o aumento da cobertura do Programa de Saúde da Família, que aumentará o acesso à Atenção Primária em Saúde. A segunda abordagem é a implementação de Redes Integradas de Serviços de Saúde (RISS), em que a capacidade de resposta da APS aumenta com o aumento



do acesso a serviços de apoio diagnóstico e terapêutico e, aos serviços especializados. No contexto dessas redes, o projeto define as seguintes linhas de cuidados compatíveis com as áreas prioritárias identificadas no diagnóstico epidemiológico:

- Linha de cuidado de atenção à saúde mental
- Linha de cuidado de atenção às doenças crônicas
- Linha de cuidado de atenção à Saúde Materna e Infantil
- Linha de cuidado às Urgências e Emergências

A Linha de Cuidado é uma forma de articulação de recursos e das práticas de produção de saúde, orientadas por diretrizes clínicas, entre as unidades de atenção de uma dada região, para a condução oportuna, ágil e singular, dos usuários pelas possibilidades de diagnóstico e terapia, em resposta às necessidades epidemiológicas de maior relevância. A implantação da Linha de Cuidado deve ser a partir das unidades de APS, que tem a responsabilidade da coordenação do cuidado e ordenação da rede. Como parte das linhas de cuidados serão implementadas intervenções na saúde comprovadas.

Como mencionado na introdução, há evidências de que a organização em Redes de Atenção à Saúde gerará melhores resultados à saúde, especialmente para o perfil epidemiológico que caracteriza os municípios da RMS. Enquanto as RISS no Brasil ainda não têm estudos de impacto, este modelo de mudança do cuidado em saúde pode ser visto como um elemento que reforça o programa brasileiro de APS (PSF), cujos sucessos e impactos têm sido amplamente documentados na literatura. Entre as semelhanças, ambos os modelos procuram resolver a maior parte dos problemas de saúde da população nos postos de saúde (chamado de Unidades Básicas de Saúde, no caso de RISS), sem a necessidade de encaminhamento para hospitais. Consequentemente, os efeitos relatados na literatura médica e pública sobre Programa de Saúde da Família no Brasil serão usados como referência para avaliar os benefícios das RISS.

c. Medidas de efetividade

Anos de Vida Ajustados por Incapacidade -AVAI

Definição

Uma vez que os benefícios para a saúde obtidos a partir de intervenções são muitos e variados em sua natureza, é necessário o uso de uma medida de eficácia que fornece uma métrica comum para quantificar os benefícios de diferentes intervenções a serem financiados através do PROSUS. Os AVAIs, anos ajustados por incapacidade de vida são uma medida sumária que combina anos de vida perdidos por morte prematura e anos vividos com incapacidade de gravidade e duração específicas.

Um DALY (***Disability Adjusted Life Years*** - Anos de vida perdidos ajustados por incapacidade) é interpretado como um indicador de algo que é "perdido" em vez de algo que é "ganho", de modo que o que se busca é sua redução. A primeira vez que foi utilizado foi no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1993 do Banco Mundial (Berkley et al. , 1993) e no livro de referência que acompanha o projeto de Prioridades para o Controle de Doenças em Países em Desenvolvimento (Jamison et al. , 2006). Hoje é um indicador amplamente utilizado internacionalmente para estimar a carga global de doenças e estudos de custo-eficácia comparativa . O uso dos AVAIs como uma medida de saúde permite quantificar o estado de saúde de uma população com as seguintes propriedades:

- Incorporar uma avaliação das condições não fatais de estados de saúde .
- Obter estimativas objetivas e plausíveis das cargas de condições e doenças particulares.
- Medir a carga de doenças e agravos em uma unidade que permita também avaliar a relação custo / efetividade das intervenções em termos de custo por unidade de carga de doença controlada.

O impacto de um conjunto de intervenções em AVAIs (ou seja, AVAIs evitados) é medido por meio do cálculo de AVAIs em dois cenários: com e sem a intervenção . Geralmente os anos de vida perdidos por morte são estabelecidos com base na expectativa de vida na idade da morte obtida a partir de tabelas de vida para um padrão de baixa mortalidade . Um AVAI representa a

perda de um ano que equivale a um ano de saúde integral, ou equivalente à perda de um ano 100 % saudável.

Internações evitáveis

As Internações Evitáveis (IE), também conhecidas como Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP) identificam os problemas de saúde que não deveriam necessitar de cuidados em regime de internação, quando a atenção primária for devidamente prestada. As internações por ICSAP poderiam ter sido resolvidas ou evitadas (no todo ou em parte) através do desempenho de atividades de cuidados de saúde primários e prevenção, diagnóstico precoce, tratamento adequado de problemas agudos e controle e monitoramento de problemas crônicos (Gervas 2007). Ao fortalecer a integralidade e continuidade dos cuidados de saúde através do funcionamento da rede, espera-se que o Programa reduza as IE, o que em termos econômicos gera dois benefícios: economia nos custos hospitalares, reduzindo hospitalizações evitáveis e ganhos de produtividade por redução da morbidade.

d. Cálculos de efetividade

Cálculo de AVAIs

Como não há informações específicas para o Brasil e muito menos para a RMS sobre a eficácia em termos de AVAIs para todas as intervenções financiadas pelo projeto, foram utilizadas as estimativas disponíveis na literatura internacional. Uma das fontes utilizadas é o programa CHOICE da Organização Mundial da Saúde - OMS, que estima o efeito da inclusão gradual de intervenções em um pacote de serviços sobre a incidência, remissão e mortalidade. Quanto ao grupo de países, foi utilizado o grupo "América B", no qual está incluída a informação aplicável ao Brasil. Para outras intervenções para as quais não há evidência gerada em países nesta categoria, foi utilizada a informação a nível mundial.

Para distinguir o efeito alcançado através da expansão da cobertura e o efeito das RISS, foram construídos dois conjuntos de cobertura de serviços. O primeiro conjunto, PSF, inclui intervenções que geralmente são fornecidas no âmbito da atenção primária. O segundo, conjunto RISS, que complementa e reforça o conjunto PSF, inclui intervenções mais complexas



para diferentes doenças ou condições que são abordados por linhas de cuidado. Os benefícios totais associados com cada conjunto, medido em termos de AVAIs por milhão de habitantes são apresentados na Quadro 1. Considera-se que esses parâmetros são conservadores e que a lista de intervenções consideradas provavelmente serão maiores durante o desenvolvimento e implementação do projeto.

Para calcular o efeito do projeto sobre a população da RMS é assumido que a população coberta pelo PSF no início do projeto já goza de todos os benefícios do conjunto PSF, de modo que o efeito do projeto nesta população é obtido principalmente a partir de pacote RISS. A nova população que ingressa ao PSF se beneficia de ambos os conjuntos. Sob essas premissas no cálculo do total de DALY evitadas pelo projeto é expressa na seguinte fórmula:

$$AVAD = \sum_{t=0}^4 (Ppsf_0 * ER_R) + ((Ppsf_t - Ppsf_0) * (E_R + E_{PSF}))$$

Onde:

AVAI= total de AVAIs evitados

t = ano de implementação

Ppsf= População total coberta pelo PSF na RMS. Foi tomado como uma estimativa da linha de base o valor coberto estimado para 2013 e projetadas até 2019, utilizando a taxa de crescimento da população calculada pelo IBGE para a região da Bahia e o aumento esperado na cobertura durante a implementação do projeto.

ER=Efetividade do conjunto RISS medida em AVAIs evitados

EPSF= Efetividade do conjunto PSF medida em AVAIs evitados



Quadro 1.

Linhas de cuidado, intervenções e efetividade em AVAIs por milhão

Linha de cuidado	Doença ou condição	Intervenção	AVADs por milhão		Fonte
			APS	RASS	
Saúde em geral	Doenças infantis	UFV-79: Vit. A Suppl., Vit. A Fort., Zinc Suppl., Zinc Fort., nutrição y control de crecimiento, Sales de RHO y manejo IRA 50% cob	3,535	2,210	CHOICE
		UFV-80: Vit. A Suppl., Vit. A Fort., Zinc Suppl., Zinc Fort., nutrição y control de crecimiento, Sales de RHO y manejo IRA 80% cobertura	45,000		CHOICE
		Imunizações PAI	35,000		Bobadilla Bobadilla
		Administração de anticoncepcionais y tratamiento ETS	5,638		CHOICE
Saúde da criança	Saúde materna y recién nacido	MNH-73: Atención integral recién nacido+ CPN + Emergencias obstétricas y puerperio		9,021	CHOICE
		MNH-164: Atención integral recién nacido+ CPN + ENC + SMNC + Treatment of severe PEE + Management of OL + Steroids pre-term + Maternal sepsis + Antibiotics pPROM + PPH referral + Community-based pneumonia care			CHOICE
Saúde mental	Esquizofrenia	SCZ-3: Antipsicóticos antiguos + tratamiento psicosocial	501	514	WHO-CHOICE
		SCZ-4: Antipsicóticos nuevos + tratamiento psicosocial		60	WHO-CHOICE
		Tratamiento de mantenimiento en hospital con antipsicóticos, con o sin manejo psicosocial			DCP2
			432		WHO-CHOICE
	Depresión bipolar	BIP-1: Estabilizador de ánimo antiguo (lithium)		440	WHO-CHOICE
	Depresión mayor	BIP-4: Estabilizador de ánimo nuevo+ tratamiento psicosocial	1,629		WHO-CHOICE
		Fármacos antidepressivos antiguos+ psicoterapia breve		2,566	WHO-CHOICE
		DEP-7: Manejo Integral casos con nuevos antidepressivos (SSRIs)	537		WHO-CHOICE
		TOB-8: Terapia de reemplazo con nicotina	175		DCP2
	Consumo peligroso de alcohol	Consejos breves a bebedores en exceso por parte de personal de atención primaria		482	WHO-CHOICE
Doenças crônicas	Epilepsia	EPI-3: Medicamento antiepiléptico (carbamazepina)	313		WHO-CHOICE
	Cáncer de mama	BRE-6: Tratamiento estados I-IV cancer + mamografía bianual			WHO-CHOICE
		BRE-12: Programa optimo detección y tratamiento CCU	462		WHO-CHOICE
	Cáncer cervico uterino	CVC-129: PAP a los 40 años, remoción de lesiones y tratamiento de cáncer		934	WHO-CHOICE
		CVC-37: PAP cada 5 años desde edad 20-65 + HPV vacuna desde los 12 años a costo US\$0.60 por vacuna y tratamiento de cáncer		1,153	WHO-CHOICE
	Cáncer colorrectal	CRC-15: Sangre oculta anual + sigmoidoscopia con remoción quirúrgica de polipos+tratamiento de cancer	2,805		Lancet
	Obesidad	Consejería por personal de APS	3		Salomon et al. 2012
	Enfermedad pulmonar obstructiva crónica	Tratamiento de exacerbaciones severas		10	Salomon et al. 2012
		Terapia de oxígeno y medicación para estados severos- IV			Salomon et al. 2012
		Broncodilatador inhalado (estado II)	17	31	Salomon et al. 2012
		Broncodilatador inhalado y corticoides (estado II-IV)	37		Salomon et al. 2012
		Vacuna de influenza	63		Salomon et al. 2012
		Consejería para dejar de fumar	2,233		WHO-CHOICE
	Diabetes	Detección de retinopatía + fotocoagulación + control estándar de glucemia		333	Salomon et al. 2012
		Control glicemia convencional	470		Murray
	Detección y manejo de HTA	Tratamiento estándar con 8 bloqueador o diurético	52		Salomon et al. 2012
	Insuficiencia cardíaca congestiva	Inhibidor de la ECA		176	Salomon et al. 2012
		Entrenamiento ejercicio	392		Salomon et al. 2012
		Diurético		471	Salomon et al. 2012
		Todas las intervenciones para ICC	343		Salomon et al. 2012
	Enfermedad isquémica del corazón	Beta bloqueador (post-agudo) + aspirina (post-agudo)+ estatina (post-agudo)		294	Salomon et al. 2012
		Aspirina (IAM) + beta bloqueador (IAM) + inhibidor de la ECA (IAM) + PTCA		510	Salomon et al. 2012
		Toda la prevención secundaria farmacológica (IAM)		265	Salomon et al. 2012
	Accidente isquémico cerebral	Rehabilitación cardíaca	461		Salomon et al. 2012
		Inhibidor de la ECA + diurético (post ACV)		42	Salomon et al. 2012
		Unidad de ACV organizada		990	Salomon et al. 2012
		Toda la prevención secundaria de ACV		493	DCP2
		Endarterectomía carotídea		3,484	DCP2
Urgencias		Ambulancia comunitaria con personal entrenado	100,098	24,480	
TOTAL					

Fonte: Elaboração própria a partir de referências consultadas



Cálculo de IE

O número e as taxas de IE foram obtidos a partir dos bancos de dados de hospitalizações da RMS mais recentes, que estão disponíveis para um ano completo (2012). As internações foram agrupadas de acordo com as categorias de causas apontadas por um grupo de pesquisadores brasileiros e em conformidade com os princípios que devem ser considerados como "evitáveis" (Alfradique et AL. , 2009) . A lista brasileira de 20 grupos ICSAP é apresentada no Anexo 1 como códigos da CID- 10. A taxa média de crescimento entre 2007-2012 para as IE (0,04) e assumindo que permanece estável ao longo do tempo, foram projetadas as IE esperadas entre 2015-2019.

Como mencionado acima, os efeitos na saúde médica e pública sobre o PSF no Brasil são a literatura de referência para avaliar os benefícios da RISS. Especificamente, para um período de 4 anos, a redução de internações por condições sensíveis à atenção ambulatorial pode ser em torno de 18%, um valor estimado por um estudo ecológico do efeito das taxas de expansão do PSF em Belo Horizonte , entre 2003 e 2006 (Schilling Mendonça et al., 2012). Supõe-se que as condições de implantação do PSF nesse município são comparáveis aos atuais na RMS. O pressuposto fundamental na análise que se segue é que a estimativa para o declínio nas hospitalizações evitáveis, como resultado da implementação do parâmetro PSF é extrapolado para a queda nas hospitalizações devido à implementação da RISS. Como discutido acima , este é razoável porque a RISS é o modelo ideal para a plena implementação do PSF, pois o PSF é um modelo de APS e para o seu bom funcionamento requer uma abordagem de rede.

e. Valor monetário dos benefícios em saúde

Valoração de AVAIs

Para atribuir um valor monetário as AVAIs evitadas pelo projeto, presume-se que estas são equivalentes ao ganho de um ano completo de produtividade. A produtividade pode ser avaliada do PIB per capita para a RMS para o respectivo ano de análise, com base em informações financeiras para 2011 do IBGE (IBGE 2013b), projetado de acordo com o crescimento esperado do PIB (Banco Central do Brasil de 2013). Outra suposição é que os ganhos de produtividade são gerados apenas por parte da população economicamente ativa



(PEA) . De acordo com o IBGE (2013c) , a taxa de atividade em pessoas com mais de 10 anos para a RMS em janeiro de 2012 foi de 54,3%, o que é tomado como referência para o cálculo da população que evitaria perdas de produtividade. Assim, um benefício econômico estimado para cada ano é obtido, multiplicando os AVAls totais da PEA pelo PIB per capita. Os valores obtidos para cada ano são apresentados em valor presente de 2013, utilizando uma taxa de desconto de 12 %. Esta taxa é mais elevada do que o recomendado para avaliações econômicas em saúde (3-5 %) (Drummond , 2005).

Valor de IE

O valor das despesas em saúde evitadas com a redução de IE é calculado multiplicando o total de hospitalizações evitadas pelo valor total de hospitalizações. O custo total da internação no ano de 2013 corresponde ao valor diário de estadia (R\$ 1.882), multiplicado pelo número médio de dias de estadia (7 dias) , ambos obtidos a partir das estatísticas do DATASUS para Bahia. Para os anos seguintes o custo da hospitalização ajustado pela inflação geral projetada para o país (não há dados de inflação de saúde) de acordo com o Banco Central do Brasil (2013).

A redução nas hospitalizações evitáveis, aumentam os lucros gerados não só pelos custos evitados, mas também pela produtividade das pessoas que deixam de ser hospitalizadas e podem se envolver na atividade econômica. A taxa de atividade é usada em pessoas com mais de 10 anos, para a RMS em janeiro de 2012. Outras hipóteses são as seguintes: cada hospitalização incapacita a pessoa por 10 dias (7de hospitalização e 3 de recuperação adicional) . O valor é tomado como renda PIB per capita diário, para calcular os ganhos em produtividade e adicionalmente à poupança por gastos não realizados da redução de internações evitáveis.

2.2 Resultados

a. AVAIs evitáveis

A Tabela 3 resume os benefícios em termos de AVAIs evitáveis (valor presente) durante os cinco anos de implementação do projeto, os quais alcançam 123.897. Esses AVAIs, valorados para a PEA equivalem a um total de R\$ 1,522 bilhões, ou US\$ 684 milhões.

Tabela 3. AVAIs evitados e respectivos equivalentes monetários (valor presente) 2015-2019

	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
AVAIs	6,802	16,196	27,138	38,818	34,943	123,897
AVAIs em termos de valores de PIB per capita para PEA (R\$)	80.902,664	196.474,102	335.808,677	489.939,879	449.854,369	1.552.979,692
AVAIs em termos de valores de PIB per capita para PEA (US\$)	35.639,940	86.552,468	147.933,338	215.832,546	198.173,731	684.132,023

Fonte: Elaboração própria a partir de referências consultadas

b.Redução de internações evitáveis

A tabela 4 apresenta o número de IE na RMS durante o ano de 2012 segundo municípios e diferentes faixas etárias. Em total houve 27.572 IE, sendo uma grande porcentagem no município de Salvador.

Handwritten signature



Tabela 4. Internações evitáveis por municípios e faixa etária da RMS 2012

Município	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80>	Total
Camaçari	139	229	82	35	10	30	37	48	84	107	79	58	938
Candeias	50	46	18	5	4	9	17	25	36	59	32	24	325
Dias D'Ávila	41	81	35	21	10	14	25	37	59	56	45	38	462
Itaparica	54	186	90	46	23	44	32	61	59	52	51	51	749
Lauro de Freitas	115	137	43	25	08	27	41	54	55	63	43	29	640
Madre de Deus	34	33	08	07	05	09	04	19	19	32	20	17	207
Mata de são João	47	78	17	07	02	30	12	26	32	55	43	37	386
Pojuca	05	08	06	04	04	03	12	13	23	19	27	25	149
Salvador	2,522	3,297	1,249	554	365	808	1,232	1,649	2,626	2,859	2,313	1,722	21,196
São Francisco do Conde	07	12	01	01	01	02	05	04	17	16	10	06	82
São Sebastião do Passé	30	33	15	07	12	19	10	15	22	33	36	36	268
Simões Filho	185	283	110	32	16	38	49	73	110	132	116	87	1,231
Vera Cruz	81	203	62	31	31	48	68	82	89	88	70	86	939
Total	3,310	4,626	1,736	775	491	1,081	1,544	2,106	3,231	3,571	2,885	2,216	27,572
% de todas as evitáveis	12%	17%	6%	3%	2%	4%	6%	8%	12%	13%	10%	8%	100%

Fonte: SESAB 2013.



Na tabela 5 são resumidas as projeções em anos quanto às IE totais esperadas e seu respectivo custo, as IE ocorridas na PEA, os dias produtivos perdidos e seu respectivo valor, o valor monetário total das IE em R\$ e US\$. Os custos acumulados entre 2015 y 2019 (a valor presente), que é o período previsto para implementação do projeto, estão ao redor de R\$ 2,210 bilhões ou US\$ 973 milhões, de tal maneira que no caso em que se alcance a redução esperada de 18% nas taxas de IE, a economia por custos médicos e perdas de produtividade evitadas podem chegar a US\$ 175 milhões.

Tabela 5. Internações evitáveis e seus respectivos custos na RMS 2014-2019.

	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Número IE totais	31,015	32,255	33,546	34,887	36,283	167,986
Custo direto IE em R\$	521.968,451	542.847,189	564.561,077	587.143,520	610.629,261	2.827,149,498
Número de IE na PEA	9,580	9,963	10,362	10,776	11,207	51,887
Dias produtivos perdidos	97,714	101,623	105,687	109,915	114,312	529,251
Custo da perda de produtividade	7.948,993	8.845,639	9.843,427	10.953,766	12.189,351	49.781,176
Custo total IE R\$ (valor presente)	509.035,977	473.140,575	439.806,145	408.849,780	380.101,638	2.210,934,115
Custo total IE US\$(valor presente)	224.244,924	208.431,971	193.747,200	180.110,035	167.445,655	973.979,786
Benefício em US\$ por redução 18%						175.316,362

Fonte: Elaboração própria a partir de referências consultadas



c. Análise de custo efetividade e custo benefício

O custo dos investimentos previstos no projeto é de US\$ 285 milhões. Os principais itens de custo do projeto, com seus custos unitários e totais estão demonstrados no Apêndice 1. Estes custos incluem o financiamento do Banco e a contrapartida local. O horizonte de tempo da análise é de cinco anos de implementação do projeto. No entanto, os benefícios são esperados para continuar após esse período, e os custos adicionais em relação à situação sem o projeto será realizado a partir de seis anos, com recursos SESAB. A sustentabilidade desses investimentos está garantida pelo regime de financiamento do SUS.

Iniciando a análise com o efeito do projeto em AVAIs, os resultados quanto ao custo efetividade e custo benefício são os seguintes:

- Custo do projeto= US\$ 285 milhões (US\$200 milhões oriundos de financiamento externo e US\$ 85 milhões de contrapartida local)
- AVAIS evitados = 123,897
- Razão de custo efetividade= 2,300 (US\$ por AVAI)

WHO CHOICE, usando os critérios da "Commission on Macroeconomics and Health" estabelece os seguintes critérios para determinar o custo efetividade de intervenções em saúde:

- Intervenções altamente custo-efetivas evitam 1 AVAI a um custo menor que o PIB per capita para um determinado país;
- Intervenções custo-efetivas evitam 1 AVAI a um custo entre 1 e 3 vezes o PIB per capita
- Intervenções custo-efetivas evitam 1 AVAI por um valor superior a 3 vezes o PIB per capita

Tomando esses critérios como referência, se pode dizer que o conjunto de intervenções contempladas no contexto da APS e das redes integradas são altamente custo-efetivas em qualquer um dos cenários de cobertura contemplados.

Quanto a valoração dos AVAI em termos monetários:

277

- Benefícios monetários do projeto= US\$684 milhões
- Benefício líquido= US\$399 milhões
- Razão Benefício / Custo= 2,4

Esses resultados mostram a rentabilidade do investimento, com benefícios líquidos positivos e razão custo benefício na qual se obtém quase o dobro de benefícios comparados aos recursos investidos. Portanto, num prazo de cinco anos, para cada dólar investido no programa são esperados retornos de 2,4 dólares. Benefícios adicionais são esperados durante o prazo de vida útil da infraestrutura financiada pelo programa.

Tomando em conta os benefícios por IE, adicionalmente ao cálculo anterior, são esperados benefícios adicionais de US\$175 milhões pela redução de internações.

2.3 Análise de Sensibilidade

A Tabela 6 mostra os resultados da análise econômica focada nos AVAls por um período de 5 anos de operação, nas seguintes situações:

- Incluindo como beneficiário do projeto toda a população da RMS, com ou sem seguro privado. Este cenário considera que ao melhorar a qualidade de seus serviços prestados pelo SUS, se atrairá demanda de populações de maior renda.
- Reduzir o cumprimento da implementação do programa para 75%. Este cenário considera a possibilidade de atrasos na implementação.
- Assumindo que a produtividade é inferior a 50 % do PIB per capita. Esse cenário leva em conta as condições macroeconômicas e de emprego menos favoráveis do que os previstos.

Não se considerou necessário realizar análise de sensibilidade das taxas de desconto. Como já mencionado, para avaliações econômicas de projetos de saúde ou de investimento social são aceitas taxas de desconto mais elevadas (12 % vs 3-5%).

A análise de sensibilidade mostra que os resultados favoráveis em termos de custo-eficácia e as razões de custo-benefício permanecem, confirmando a rentabilidade dos investimentos.

Tabela 6. Análise de Sensibilidade

	AVAls	Valor Econômico (Reais)	Valor Econômico (US\$)	Custo Efetividade (US\$/AVA)	Benefício	Razão Custo Benefício (US\$)
Cenário Base	123,897	1,552,979,692	684,132,023	2,300	399,132,023	2,4
Inclusão de população com seguro privado	171,218	2,146,129,129	945,431,335	1,665	660,431,335	3,3
Implementação de 75% do Programa	105,457	1,318,031,130	580,630,454	2,703	295,630,454	2,0
Redução PIB per capita 50%	123,897	777,169,870	342,365,581	2,300	57,365,581	1,2

Fonte: Elaboração própria a partir de referências consultadas

3. INTERESSE ECONOMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO PROGRAMA

OBJETIVOS

O principal objetivo do programa é melhorar as condições de saúde da população do Estado da Bahia, especialmente na RMS. Este objetivo deverá ser atingido por meio da organização de uma rede integrada de serviços de saúde com foco na expansão do acesso à APS, bem como na qualidade, continuidade e eficiência de seus serviços. O programa visa atingir os seus objetivos por meio dos seguintes componentes:

Componente 1: Apoio à melhoria da gestão da rede SUS na RMS (BID US\$ 37,4 milhões). Este componente irá melhorar a gestão do SUS na RMS, através do reforço do papel estratégico da SESAB e através do desenvolvimento de um modelo de rede de atenção integrada.



Componente 2: Consolidação das Redes Integradas de Saúde na RMS (BID US\$ 148,1 milhões, Contrapartida US\$ 85,0 milhões). O objetivo deste componente é melhorar a oferta e a qualidade dos serviços de saúde, reduzindo as lacunas de cuidados e fortalecer as APS como porta de entrada e orientador da atenção.

Componente 3 : Gestão, Monitoramento e Avaliação do Programa (BID US\$ 14,4 milhões). O objetivo deste componente é apoiar a SESAB na execução eficiente do programa, monitorar e avaliar o funcionamento da rede de SUS, em termos de acesso, qualidade e coordenação e articulação entre os serviços. Financiará: (i) a operação da Unidade de Gestão do Programa, (ii) estudos para avaliar o programa e (iii) o monitoramento das atividades financiadas

JUSTIFICATIVAS

ANÁLISE FINANCEIRA DA OPERAÇÃO

Operação de crédito externo : BID/PROSUS

Origem dos Recursos: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Valor: USD\$ 200,000,000.00.

Modalidade de financiamento: Empréstimo flexível

Taxa de Juros: Taxa de juros LIBOR de 3 meses, mais margem variável (Taxa total aplicável ao 1º trimestre de 2014 = 1,16% a.a.)

Outros encargos: Taxa de comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo a desembolsar

Periodicidade de vencimento de principal, juros e comissão: Semestral

Prazo de carência: 05 (cinco) anos

Prazo total: 25 (vinte e cinco)

Tomando-se a dívida pública estadual na posição 31.03.2014, a contratação da operação de crédito nas condições financeiras acima enumeradas, resultaria em alongamento do seu perfil de vencimento médio que é de 18,75 anos para a carteira externa e de 15,56 anos para a carteira global. Ensejaria a modificação do perfil de dispêndios da carteira com a redução do seu custo médio em termos de taxa de juros, uma vez que esse custo é de 1,38% a.a. para a dívida externa e de 4,04% a.a. para a dívida total.

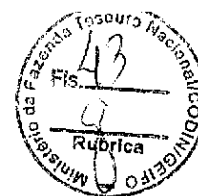
FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DO PROJETO

A complexidade do projeto requer um volume significativo de recursos não disponíveis no PPA do estado para investimentos em saúde, isso requer captação de recursos externos à Bahia. A opção por empréstimo externo se dá pelas taxas mais favoráveis oferecidas por organismos multilaterais.

A decisão de buscar financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) decorre principalmente do reconhecimento da expertise do Banco em financiar grandes projetos com finalidades similares, tanto no Brasil quanto nos demais países membros. Na atualidade, o BID é a principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe e para a integração regional. Na área de políticas integradas de saúde, o BID financia atualmente a execução de 50 projetos em toda América Latina e Caribe. É importante destacar que o Banco inclui prioridade específica para a região Norte e Nordeste em seus indicadores de progresso na área de políticas de saúde.

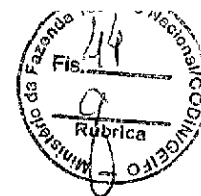
Além disso, o Governo do Estado da Bahia compartilha do entendimento do BID de que as ações de cooperação técnica, consultoria, doações, financiamentos, assistência técnica e pesquisas devem ser realizadas de forma sustentável. Considera, ainda, que essas ações estão relacionadas a um amplo leque de possibilidades que, se integradas, potencializam o alcance dos objetivos propostos. Portanto, o valor agregado pelo Banco, além da contribuição financeira, em todas as fases dos programas ou projetos, inclui também ênfase nas ações de sustentabilidade institucional. O fortalecimento da qualidade da gestão também parece ser um dos objetos de preocupação e estratégias do BID, o que reforça a escolha da fonte externa de financiamento. Somado a isso, comparativamente ao mercado interno, as condições oferecidas pelo BID mostram-se atrativas, especialmente quanto à taxa de juros.

Handwritten signature



REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Saúde Suplementar(ANS). 2013. "Assistência Médica por Segmentação grupo segundo Reg. Metropolitana." Período Setiembre 2013.
http://www.ans.gov.br/anstabnet/anstabnet/tabcgi.exe?anstabnet/dados/TABNET_BR.DEF
- Alfradique, Maria Elmira, Palmira de Fátima Bonolo, Inês Dourado, et al. 2009. "Internações por condições sensíveis à atenção primária: a construção da lista brasileira como ferramenta para medir o desempenho do sistema de saúde." *Cad. Saúde Pública* 25(6): 1337-1349.
- Alvis, Nelson y María Teresa Valenzuela. 2010. "Los QALYs y DALYs como indicadores sintéticos de salud." *Rev. Med. Chile* 138 (supl.2): 83-87.
- Banco Central do Brasil. 2013. "Inflation report." <http://www.bcb.gov.br/?INFLAREPORT>.
- Berkley, Seth, Jose-Luis Bobadilla, Robert Hecht, et al. 1993. "Informe sobre el desarrollo mundial 1993: Invertirensalud." Washington, DC: Banco Mundial.
- Bobadilla, J.L., P. Cowley, P. Musgrove, et. al. 1994. "Design, Content and Financing of an Essential National Package of Health Services." *Bulletin of the World Health Organization* 72 (4): 653-662. Geneva: World Health Organization.
- Drummond, M.D. et al. 2005. *Methods for the Economic Evaluation of Health Care Programmes*. Third Edition. Oxford University Press: New York.
- Fox-Rushby J.A., and Hanson K. 2001. "Calculating and Presenting Disability Adjusted Life Years (DALYs) in Cost-Effectiveness Analysis." *Health Policy Plan* 16: 326-31.
- Gervas, J. 2007. "Hospitalizations by Ambulatory Care Sensitive Conditions (ACSC) from the General Practitioner/Family Physician's Point of View." *Rev Esp Salud Pública* 81: 7-13.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2013a. "Estimaciones de población." <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>.
- . 2013b. "Estimaciones de PIB per cápita municipal 2011." http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default_pdf.shtm.
- . 2013c. "Estimaciones de PEA municipal 2012." http://www.ibge.gov.br/espanhol/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm.
- Jamison D.T, J.G. Breman, A.R. Measham, et al., editors. 2006. *Disease Control Priorities in Developing Countries*. 2nd Edition. Washington, DC: World Bank.
- Murray, C.J. and A.D. López. 1994. "Quantifying Disability: Data, Methods and Results." *Bull World Health Organ* 72: 481-94.



Murray, C.J.L., J.A. Lauer, R.C.W. Hutubessy, et al. 2003.

"Effectiveness and Costs of Interventions to Lower Systolic Blood Pressure and Cholesterol: A Global and Regional Analysis on Reduction of Cardiovascular-Disease Risk." *The Lancet* 361: 717-725.

Salomon J.A, Natalie Carvalho, Cristina Gutiérrez-Delgado, et al. 2012.

"Intervention Strategies to Reduce the Burden of Non-Communicable Diseases in Mexico: Cost Effectiveness Analysis." *BMJ* 44: e355

Schilling Mendonça, Claunara, Erno Harzheim, Bruce B Duncan. et al. 2012. "Trends in Hospitalizations for Primary Care Sensitive Conditions Following the Implementation of Family Health Teams in Belo Horizonte, Brazil." *Health Policy Plan* 27 (4): 348-355.

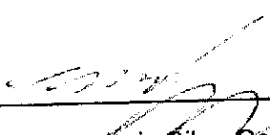
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB). 2013. "Proporção de cobertura populacional estimada de Saúde da Família" http://www.saude.ba.gov.br/dab/arquivos/coam/CAMAB_Cobertura_Estimada_Saude_da_Familia_de_outubro_de_2013.xls.

World Health Organization (WHO). 2008. "Cost effectiveness thresholds." CHOICE Project. Disponível em http://www.who.int/choice/costs/CER_thresholds/en/index.html.



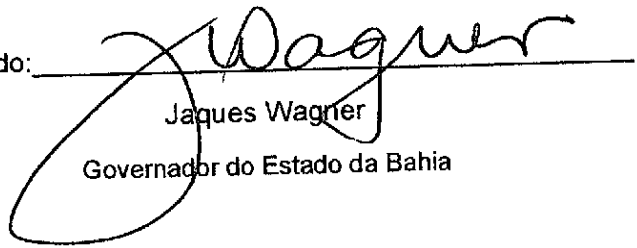
Descrição das CSAP	Códigos CID 10
Condições de Saúde não sensíveis a Atenção Primária	Demais códigos do CID 10

Salvador (BA), 06 de maio de 2014



Washington Luis Silva Couto
Secretário da Saúde

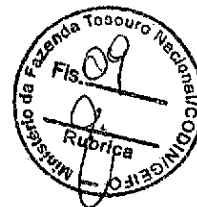
De acordo:



Jaques Wagner
Governador do Estado da Bahia



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



PROCESSO Nº PGE2014311442-0
SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

PARECER Nº PA-NLC-VSN-235/2014

CONSULTA. Contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS. Análise do cumprimento dos limites e condições previstos nos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais atinentes a matéria.

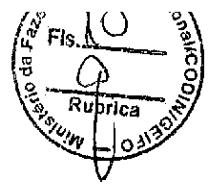
Vêm os autos à apreciação desta Procuradoria Geral do Estado, à vista de solicitação formulada pelo Exmo. Sr. Secretário da Fazenda de emissão de parecer jurídico a ser remetido ao Ministério da Fazenda a fim de que o Estado da Bahia possa obter contratação de empréstimo externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), até o limite de US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), visando ao financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, conforme Ofício nº 118/2014 (fls. 01/03).

Reside à fls. 04 cópia da publicação da Lei estadual nº 13.142/2014 no D.O.E. de 02 de abril de 2014, diploma autorizativo da contratação em comento, que assim dispõe em seu art. 1º:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.”



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



À fl. 05 está cópia da Recomendação COFIEX nº 05/0102/2013 e às fls. 06/30 cópia do Parecer técnico sobre o PROSUS, subscrito pelo Exmo. Secretário da Saúde, Sr. Washington Luis Silva Couto, e aprovado pelo Exmo. Senhor Governador do Estado da Bahia, Sr. Jaques Wagner.

A declaração subscrita pelo Exmo. Governador do Estado da Bahia foi acostada às fls. 35/38.

Juntou-se às fls. 39/43 e 46/73 cópias das publicações:

- da Lei estadual nº 12.935/2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2014, no D.O.E de 1º e 02 de fevereiro de 2014 (fls. 39/41);

- do Decreto Financeiro nº 50/2014, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social crédito suplementar, na forma que indica (fls. 42/43);

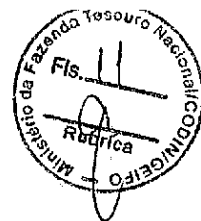
- da Lei estadual nº 12.504/2011, que instituiu o Plano Plurianual – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2012-2015, no D.O.E de 30 de dezembro de 2011 (fl. 46), acompanhado de demonstrativo do PPA 2012-2015 contendo distribuição dos recursos orçamentários por programa (fls. 47/48) e da atualização do mesmo PPA (fls. 49/51);

- do Decreto estadual nº 14.945/2014, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2013, no D.O.E de 30 de janeiro de 2014 (fls. 52/53), e da republicação dos seus Anexos no D.O.E de 08 e 09 de fevereiro de 2014 (fls. 54/56);

- do Decreto estadual nº 14.957/2014, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado do 3º quadrimestre de 2013, de que trata a Portaria nº 637 de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional (fls. 57/58), e da republicação do seu Anexo no D.O.E de 18 de fevereiro de 2014 (fl. 59).



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



- da Portaria SEFAZ nº 97, de 28/03/2014, publicando o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Estado da Bahia referente ao bimestre Janeiro/Fevereiro de 2014, no D.O.E de 29 e 30 de março de 2014 (fls. 60/73).

Reside às fls. 44/45 relatórios extraídos do FIFLAN com registros do resumo da despesa por programa e ação orçamentária.

As fls. 74/78, está cópia da Certidão nº 02/2014 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, que analisa as contas do Governo Estado da Bahia relativas ao exercício financeiro de 2012 (deliberação do TCE em 04/06/2013), exercício de 2013 e até o 1º bimestre de 2014 (pendentes de deliberação do Tribunal de Contas).

É o relatório. Passamos a opinar.

Trata-se de análise das condições legais para a contratação, pelo Estado da Bahia, de operação de crédito até o limite de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando o financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS.

Nos termos do art. 21, I, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001,
verbis:

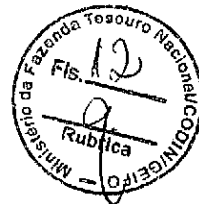
Art. 21. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda os pedidos de autorização para a realização das operações de crédito de que trata esta Resolução, acompanhados de proposta da instituição financeira, instruídos com:
I - pedido do chefe do Poder Executivo, acompanhado de pareceres técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o cumprimento dos limites e condições estabelecidos por esta Resolução;

[Assinatura]

[Assinatura]



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Da cópia do Parecer técnico apresentado se pode extrair que o Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana – PROSUS possui como meta “*melhorar as condições de saúde da população do Estado da Bahia, especialmente da RMS [...]*”.

A análise do custo-benefício e o estudo de impacto financeiro do Projeto constam do referido opinativo técnico, subscrito pelo Exmo. Secretário da Saúde e aprovado pelo Exmo. Governador do Estado, onde está também materializada a metodologia para tal análise.

Quanto aos aspectos jurídicos derredor da matéria, vejamos.

Nos termos prescritos no art. 52, inciso V, da Constituição da República, compete ao Senado Federal, privativamente, “*autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios*”.

Antes da referida autorização, porém, faz-se necessária a tramitação da documentação relativa à contratação no Ministério de Estado da Fazenda, conforme o disposto no artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

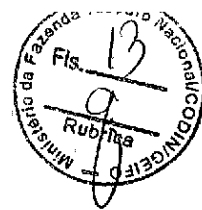
Para que haja concordância do referido órgão federal na contratação de crédito externo, exige-se esteja o pleito fundamentado por pareceres técnicos e jurídicos, cabendo a elaboração destes a Procuradoria Geral, órgão jurídico máximo do Estado da Bahia.

Acerca da matéria, assim prescreve o dispositivo em comento, *verbis*:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por elas controladas, direta ou indiretamente.”



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



§ 1º. O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

- I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;**
- II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;**
- III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado;**
- IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;**
- V – atendimento ao disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;**
- VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.”**

Dos requisitos acima, já que se enfrenta, no momento, fase inicial para a obtenção de autorização da operação de crédito em tela, o inciso IV não será mencionado.

No que diz respeito ao **inciso I**, a contratação da operação de crédito em tela foi autorizada pela Lei Estadual nº 13.142/2014, que assim dispõe em seu art. 1º:

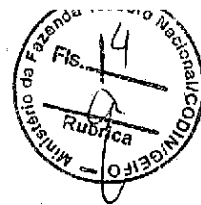
“Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão da garantia da União.”

Assim, a exigência de existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação de crédito foi cumprida, através da edição de lei específica.

Com relação à exigência legal prevista no **inciso II** do artigo em destaque, cumpre-nos registrar que os créditos provenientes do empréstimo estão na Lei Orçamentária do Estado nº 12.935/2014, que estima a receita e fixa a despesas do Estado para o exercício financeiro de 2014, c/c o Decreto Financeiro nº 50/2014, conforme item 10 da declaração prestada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, *in verbis*:



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



“que constam da Lei Orçamentária do Estado nº 12.935, de 31 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 01e 02 de fevereiro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2014, e do Decreto Financeiro nº 50, de 15 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 16 de maio de 2014, dotações necessárias e suficientes à execução do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação em tela [...]”

Destarte, penso também estarem atendidas as exigências constantes do art. 32, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De referência ao quanto exigido no inciso III, o Exmo. Sr. Governador do Estado declarou, no item 8 da sua declaração *“que o Estado da Bahia cumpre os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF”*.

Acerca do quanto prescrito no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, bem assim das demais exigências constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal e das referidas Resoluções do Senado Federal, declarou, ainda, o Exmo. Sr. Governador do Estado:

1. *“que todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da Lei Complementar nº 101/2000, contratadas com Instituições Financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas”; (item 2)*

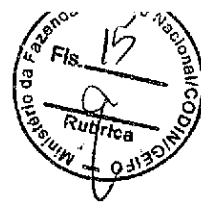
2. *“que o Estado da Bahia, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000 não realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação”; (item 3)*

3. *“que o Estado da Bahia não praticou nenhuma das ações vedadas pelo art. 5º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal”; (item 4)*

4. *“que o Estado da Bahia não contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito*



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido pela Lei 9.991, de 24/07/2000”; (item 5)

5. no item 6, “que o Estado da Bahia, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

- (a) no art. 23 – limites de pessoal;
- (b) no art. 33 – não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000;
- (c) no art. 37 – não realização de operações vedadas;
- (d) no art. 52 – publicação do relatório resumido da execução orçamentária;
- (e) no § 2º do art. 55 – publicação do relatório de gestão fiscal, todos da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- (f) no disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal – limite das operações de crédito em relação às despesas de capital”.

6. “que relativamente aos exercícios corrente e anterior, não há despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal”; (item 7)

7. “que o Estado da Bahia cumpra os demais limites e condições fixados pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF”; (item 8)

8. no item 9, “que o Estado da Bahia, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal no período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013”.



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

ESTADO DA BAHIA - TODOS OS PODERES
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013

R\$ 1,00

RGF - ANEXO I (LRF, art. 53, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO ¹	PODER LEGISLATIVO			PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
		ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.286.898.327,16	309.160.967,01	129.649.690,78	110.826.212,24	1.168.917.490,47	320.714.940,12
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF) (II)	3.238.965.110,26	2.697,81	1.418.500,85	2.771.253,38	82.405.982,72	35.842.527,16
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Obrigações patronais	1.417.328.917,62	11.447.254,41	24.189.183,35	16.277.619,87	211.925.885,74	49.422.710,76
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I - II + III)	10.465.272.134,52	320.605.523,61	152.420.373,29	124.332.578,73	1.298.437.393,49	334.295.123,72

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.080.634.286,15					
IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (Ativo, Inativo e Pensionistas) ²						
INATIVOS E PENSIONISTAS						
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (II/IV)*100	45,34	1,39	0,66	0,54	5,63	1,45
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL FIXADO PELO TC	48,60	1,93	0,90	0,57	6,00	2,00

FONTE: SICOF, FIPLAN/SEFAZ/SATICOPEF

Notas

¹ O Poder Executivo inclui a Defesa Pública.

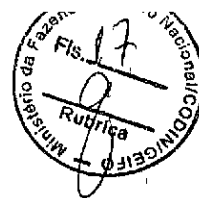
² Valores computados na despesa bruta com pessoal.

9. no item 10, "que constam da Lei Orçamentária do Estado nº 12.935, de 31 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 01 e 02 de fevereiro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2014, e do Decreto Financeiro nº 50, de 15 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial do Estado de 16 de maio de 2014, dotações necessárias e suficientes à execução do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação em tela, alocadas nas seguintes fontes e ações orçamentárias:

Fonte	Código da Ação	Descrição da Ação Orçamentária
125	7950	Modernização Institucional de Órgão Público
125	3443	Reforma de Unidades de Saúde
125	3996	Ampliação de Unidades de Saúde
125	3997	Construção de Unidades de Saúde
125	5607	Aparelhamento de Unidades de Saúde
125	6103	Organização de Redes de Atenção Especializada de Saúde



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



10. no item 11, "Declaro que o Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS está inserido no Plano Plurianual do Estado, para o período 2012 - 2015, estabelecido pela Lei nº 12.504, de 29 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial de 30 de Dezembro de 2011, nos programas e ações apresentados no quadro abaixo:

Código do Programa	Descrição do Programa	Descrição da Ação Orçamentária
100	Bahia Saudável	Ampliação de Unidades de Saúde
		Construção de Unidades de Saúde
		Aparelhamento de Unidades de Saúde
		Organização de Redes de Atenção Especializada de Saúde
		Reforma de Unidades de Saúde
152	Modernização da Gestão Pública	
		Modernização Institucional de Órgão Público

11. no item 12, "que o Estado da Bahia, em relação às contas do exercício anterior, cumpre o disposto:

- (a) no artigo 198 da Constituição Federal, tendo aplicado em ações e serviços públicos de saúde, o percentual de 12,28 %, calculado de acordo com estabelecido pela EC 29/2000;
- (b) no art. 212 da Constituição Federal, tendo aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, o percentual de 28,09%, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;
- (c) no artigo 11 da Lei Complementar nº 101/2000.

12. no item 13, "que as despesas do Estado da Bahia com as Parcerias Público-Privadas (PPP), cujo demonstrativo encontra-se no Quadro a seguir, situam-se dentro do limite estabelecido no art. 28 da Lei nº 11.079/2004:



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



ESTADO DA BAHIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
PAGAMENTOS A PARTIR DE JANEIRO DE 2013

	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (R\$)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado	238.362.649	303.630.097	345.182.251	389.954.551	453.874.151	455.997.151	456.907.151	402.094.978	234.470.632	294.470.632	294.470.632
Das Entidades Não-Dependentes	57.121.374	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112	60.201.112
TOTAL DAS DESPESAS	295.484.023	363.831.209	405.383.363	450.155.663	514.075.263	516.198.263	517.108.263	462.296.090	294.671.744	354.671.744	354.671.744
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	23.090.634.286	25.825.462.316	24.685.892.376	25.578.521.680	26.505.500.365	27.484.998.478	28.460.232.459	29.469.456.674	30.556.975.006	31.643.137.501	32.809.343.078
TOTAL DAS DESPESAS SOBRE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (%)	1,25%	1,37%	1,65%	1,78%	1,94%	1,88%	1,82%	1,57%	0,97%	1,12%	1,10%

FONTE: Secretaria Executiva de Parcerias Público-Privadas - BA, em 09/04/2014.

NOTAS:

a) **ESTATAL NÃO DEPENDENTE**: Contrato de concessão administrativa nº 427/2008, celebrado em 27/12/2008, visando a Construção e Operação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, que compreende a ampliação da Estação Elevatória do Sabotó, implantação de Linhas de Recalque, construção de Estação de Condicionamento Prévio e Implantação dos Entes de Aterro, Terrestre e Submarino. A Concessionária Jaguaribe S/A, empresa contratada por prazo de 18 (dezoito) anos, sendo que, o prazo inicial para a execução das obras era de 2 (dois) anos, mais um mês de pré-operação, porém, este prazo foi alongado, via aditivo celebrado com a concessionária. O início das obras se deu no mês de junho de 2008 e o início das operações se deu em maio de 2011, com início do pagamento das contraprestações a partir de junho de 2011. Salienta-se que, por se tratar de estatual não dependente, não deverão ser contabilizadas as despesas por conta de comprometimento da receita corrente líquida do Estado conforme preconiza a Lei pertinente. O valor da contraprestação mensal, a partir de dezembro de 2013, é de R\$ 5.016.759,37.

b) **ENTE FEDERADO**: Três contratos celebrados até esta data:

1) Contrato de concessão administrativa nº 02/2010, celebrado em 21/01/2010, visando a reconstrução e operação do Estádio Odílio Meneguetti (Fonte Nova) que compreende a demolição e reconstrução do estádio de futebol que sediará jogos da COPA 2014. A Concessionária Fonte Nova Negócios e Participações S.A. foi contratada pelo período de 35 (trinta e cinco) anos, sendo de 3 (três) anos o prazo para execução das obras. O valor da contraprestação mensal, a partir de dezembro de 2013, é de R\$ 10.390.850,82.

2) Contrato de concessão administrativa nº 30/2010 para gestão e operação de unidade hospitalar denominada Hospital do Subúrbio, celebrado em 28/05/2010, com o Consórcio PRODAL. A unidade passou a operar em setembro de 2010 e o prazo contratual é de 10 anos. Em 23/03/2012 foi celebrado aditivo para reequilíbrio econômico financeiro do contrato, com ampliação de 25% no número total de leitos da unidade e aumento de 20 leitos de UTI. A contraprestação mensal, a partir de fevereiro de 2014, é de R\$ 13.453.043,27.

3) Contrato de concessão administrativa nº 35/2013, celebrado em 20/05/2013, para a prestação de serviços não assistenciais procedida da construção de unidade hospitalar Instituto Couto Maia. A Concessionária Couto Maia Construções e Serviços Não Clínicos S/A foi contratada pelo período de 21 (vinte e um) anos e 4 (quatro) meses, sendo 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de investimentos e realização de atividades pré-operacionais e 20 (vinte) anos de operação. A previsão para o início dos serviços é setembro de 2014. O valor da contraprestação anual máxima será de R\$ 42.180.326,00.

4) Contrato de concessão patrocinada nº 01/2013, celebrado em 15/10/2013, para a implantação e operação do Sistema Metrológico de Salvador e Lauro de Freitas. A Concessionária Companhia do Metrô de Salvador foi contratada pelo período de 30 (trinta) anos. A previsão para o início dos serviços é setembro de 2014. O valor da contraprestação anual máxima será de R\$ 127.600.000,00.

13. no item 14, "que o Estado da Bahia, em observância ao disposto no art. 42 da LRF, não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito";

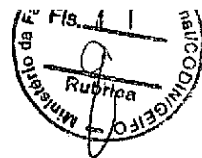
14. no item 15, "que, havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000";

15. no item 16, "que estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJ's da Administração Direta do Estado da Bahia".

Pelo conteúdo dos itens 6 e 7 da declaração subscrita pelo Exmo. Governador do Estado, se verifica, também, o cumprimento do disposto no art. 167, inciso III da Constituição Federal.



ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

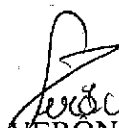


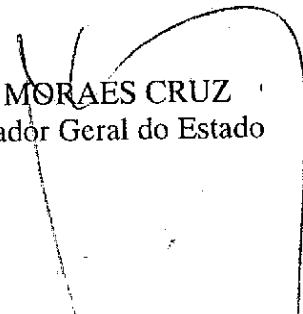
Comprova-se, assim, o atendimento do quanto exigido no inciso V do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pode-se afirmar, pois, que as exigências formais necessárias para contratação de operação de crédito externo nesta fase inicial previstas na Lei Complementar nº 101/2000 e Resoluções nº 40/2001 e 43/2001, alteradas pelas Resoluções nº 3/2002, 5/2002, 19/2003, 20/2003 e 10/2010, todas do Senado Federal, foram atendidas.

Por tudo que foi exposto, o Estado da Bahia cumpre os requisitos normativos para proceder à contratação de crédito consistente em empréstimo externo até o limite de US\$200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando o financiamento do Programa de Fortalecimento do SUS na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS, pelo que opinamos pela sua possibilidade e prosseguimento dos trâmites para sua ultimateção.

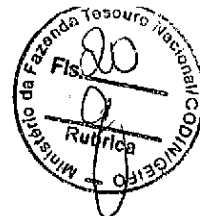
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. PROCURADORIA
ADMINISTRATIVA, 21 de maio de 2014.


VERÔNICA S. DE NOVAES MENEZES
Procuradora do Estado

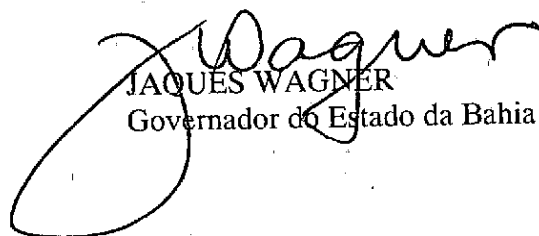

RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado

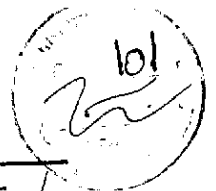


ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Aprovo o Parecer nº PA-NLC-VSN-235/2014 e declaro serem verdadeiras as informações que deram base à opinião jurídica.


JAQUES WAGNER
Governador do Estado da Bahia



MINUTA DE
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO No. ___/OC-BR

entre o

ESTADO DA BAHIA

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde na Região Metropolitana de Salvador -
PROSUS

___ de _____ de 20__

LEG/SGO/CSC/IDBDOCS: 38682531

NOTA: ESTA MINUTA É PRELIMINAR E INFORMAL NÃO CONSTITUINDO UMA PROPOSTA DE CONTRATO. A MINUTA FINAL SOMENTE SERÁ ENVIADA DEPOIS DA APROVAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

INTRODUÇÃO

Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor e Garantia

1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO

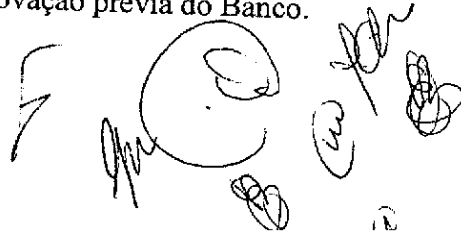
(a) CONTRATO celebrado no dia ____ de _____ de 20__ entre o ESTADO DA BAHIA, a seguir denominado “Mutuário”, e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado “Banco”, para cooperar na execução de um programa, a seguir denominado “Projeto”, que consiste em melhorar as condições de saúde da população do Estado da Bahia, especialmente da Região Metropolitana de Salvador, mediante a organização de uma rede integrada de serviços de saúde focada na atenção primária como porta de entrada para ampliar o acesso, a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços do Sistema Único de Saúde. O Anexo Único apresenta os aspectos mais relevantes do Projeto.

2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS

- (a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais de julho de 2013 e o Anexo Único, que se juntam ao presente. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, do Anexo Único ou do Contrato de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais, no Anexo Único ou no Contrato de Garantia, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais, do Anexo Único ou do Contrato de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.
- (b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, conversões, desembolsos, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Projeto. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

3. ÓRGÃO EXECUTOR

A execução do Projeto e a utilização dos recursos do empréstimo outorgado pelo Banco serão efetuadas totalmente pelo Mutuário, por intermédio da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB), a seguir denominada “Órgão Executor”, ou outra que vier a sucedê-la com as mesmas atribuições, estrutura e competências legais, com a aprovação prévia do Banco.





4. GARANTIA

Este Contrato fica sujeito a que a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Fiador", assine o Contrato de Garantia e assumam as obrigações nele estipuladas.

5. DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS

Para os fins deste Contrato, adotam-se as seguintes definições, além das contidas no Capítulo II das Normas Gerais:

- (a) "Academias de Saúde" significa espaços públicos construídos com infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados para o desenvolvimento de práticas voltadas para a promoção da saúde.
- (b) "APS" significa Atenção Primária à Saúde.
- (c) "CAPS" significa Centro de Atenção Psicossocial.
- (d) "CEREST" significa Centro de Referência em Saúde do Trabalhador.
- (e) "CIAS" significa Centro Integrado de Atenção em Saúde.
- (f) "Comissão Especial de Licitação" significa a comissão instituída nos termos da Cláusula 3.02 (c) destas Disposições Especiais. .
- (g) "PGAS" significa os Planos de Gestão Ambiental e Social do Projeto, constantes do ROP.
- (h) "POA" significa o Plano Operacional Anual do Projeto.
- (i) "RAA" significa o Relatório de Avaliação Ambiental do Projeto, constante do ROP.
- (j) "Região Metropolitana de Salvador" ou "RMS" significa a região metropolitana de Salvador, definida pela Lei Complementar Federal Nº 14, de 8 de junho de 1973, bem como pelas Leis Complementares Estaduais Nºs. 30, de 3 de janeiro de 2008, e 32, de 22 de janeiro de 2009.
- (k) "ROP" significa o Regulamento Operacional do Projeto, apresentado conforme a Cláusula 4.06 (a) destas Disposições Especiais.
- (l) "SEMA" significa Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia.
- (m) "SUS" significa o Sistema Único de Saúde.

/OC-BR

- (n) "UAIJ" significa Unidade de Acolhimento Infantojuvenil.
- (o) "UBS" significa Unidade Básica de Saúde.
- (p) "UGP" significa a Unidade de Gestão do Projeto, instituída nos termos da Cláusula 3.02 (a) destas Disposições Especiais.

CAPÍTULO I

O Empréstimo

CLÁUSULA 1.01. Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo. Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de Dólares), a seguir denominado o "Empréstimo", para contribuir para o financiamento do Projeto.

CLÁUSULA 1.02. Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos. (a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no Artigo 4.03 das Normas Gerais.

(b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em moeda distinta do Dólar, de acordo com o disposto no Artigo 5.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Disponibilidade de moeda. Se o Banco não tiver acesso à moeda solicitada pelo Mutuário, o Banco, de comum acordo com o Mutuário e com a não-objeção do Fiador, poderá desembolsar o Empréstimo em outra moeda de sua escolha.

CLÁUSULA 1.04. Prazo para desembolsos. O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer extensão do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e estará sujeita ao previsto no Artigo 3.02(f) das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.05. Cronograma de Amortização. (a) A Data Final de Amortização é a data correspondente a _____.¹ A VMP Original do Empréstimo é de _____² anos.

(b) O Mutuário deverá amortizar o Empréstimo de acordo com o Cronograma de Amortização, o qual se apresenta, a seguir³. O Mutuário deverá pagar a primeira prestação de

¹ A Data Final de Amortização deverá ser calculada quando da data de assinatura do Contrato e será de no máximo 25 anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato.

² A VMP máxima será incluída no momento de assinatura do Contrato, nunca maior que 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos.

³ O Cronograma de Amortização customizado foi apresentado pelo Estado durante a negociação e será revisado no momento da assinatura do Contrato. O Cronograma de Amortização definitivo será incluído na versão final quando da assinatura do Contrato.

103
22

amortização no dia 15 de [março / setembro] de 20__, e a última, no mais tardar, no dia 15 de [março / setembro] de 20__.⁴

⁴ A primeira parcela da amortização deverá ser paga no prazo de até 66 (sessenta e seis) meses, a contar da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

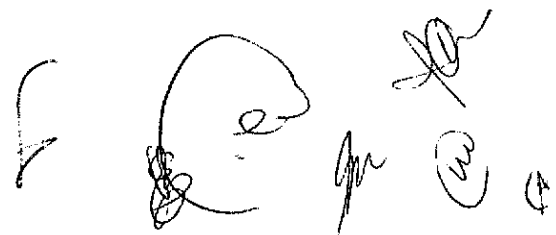
/OC-BR

Handwritten signatures and initials, including a large circular mark and several smaller marks.

DATA	AMORTIZAÇÃO (%)
15/03/2015	-
15/09/2015	-
15/3/2016	-
15/9/2016	-
15/3/2017	-
15/9/2017	-
15/3/2018	-
15/9/2018	-
15/3/2019	-
15/9/2019	-
15/3/2020	1.00
15/9/2020	1.00
15/3/2021	1.00
15/9/2021	1.50
15/3/2022	1.50
15/9/2022	1.50
15/3/2023	1.50
15/9/2023	2.00
15/3/2024	2.00
15/9/2024	2.00
15/3/2025	2.00
15/9/2025	3.00
15/3/2026	3.00
15/9/2026	3.00
15/3/2027	3.00
15/9/2027	4.50
15/3/2028	4.50
15/9/2028	4.50
15/3/2029	4.50
15/9/2029	4.50
15/3/2030	4.50
15/9/2030	4.50
15/3/2031	4.50
15/9/2031	4.00
15/3/2032	4.00
15/9/2032	4.00
15/3/2033	4.00
15/9/2033	3.00
15/3/2034	3.00
15/9/2034	3.00
15/3/2035	3.00
15/9/2035	1.00
15/3/2036	1.00
15/9/2036	1.00
15/3/2037	1.00
15/9/2037	1.00
15/3/2038	0.50
15/9/2038	0.50
15/3/2039	0.50
15/9/2039	0.50
TOTAL	100.00

5,5

40 parcelas



(c) As Partes poderão acordar a modificação do Cronograma de Amortização do Empréstimo de acordo com o disposto no Artigo 3.02 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.06. Juros. (a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores diários a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.03 das Normas Gerais.

(b) O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente, nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, até 6 (seis) meses da data de assinatura deste Contrato⁵. *a parte do dia 15 de [março / setembro] de 20...*

CLÁUSULA 1.07. Comissão de Crédito. O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito de acordo com o disposto nos Artigos 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais. *(Atenção) feita após a negociação mas q'nd a aliança materialmente a cláusula)*

CLÁUSULA 1.08. Recursos para Inspeção e Supervisão. Exceto se o Banco estabelecer o contrário de acordo com o disposto no Artigo 3.06 das Normas Gerais, o Mutuário não estará obrigado a cobrir os gastos do Banco a título de inspeção e supervisão gerais.

CLÁUSULA 1.09. Conversão. O Mutuário poderá solicitar ao Banco uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros em qualquer momento durante a vigência do Contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais. *24.07.14*

(a) **Conversão de Moeda.** O Mutuário poderá solicitar que um desembolso ou a totalidade ou uma parte do Saldo Devedor sejam convertidos a uma Moeda de País Não Mutuário ou a uma Moeda Local, que o Banco possa intermediar eficientemente, com as devidas considerações operacionais e de gestão de risco. Entender-se-á que qualquer desembolso denominado em Moeda Local constituirá uma Conversão de Moeda, ainda que a Moeda de Aprovação seja tal Moeda Local.

(b) **Conversão de Taxa de Juros.** O Mutuário poderá solicitar em relação a parte ou à totalidade do Saldo Devedor que a Taxa de Juros Baseada na LIBOR seja convertida a uma taxa fixa de juros ou qualquer outra opção de Conversão de Taxa de Juros solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco.

CAPÍTULO II

Custo do Projeto e Recursos Adicionais

CLÁUSULA 2.01. Custo do Projeto. O custo total do Projeto é estimado em quantia equivalente a US\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de Dólares).

CLÁUSULA 2.02. Recursos adicionais. O valor dos recursos adicionais ao Empréstimo que, de acordo com o Artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer

⁵ A data de pagamento dos juros dependerá da data de assinatura do Contrato de Empréstimo, devendo o primeiro pagamento de juros ser realizado até 6 meses da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Projeto, é estimado em quantia equivalente a US\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em Dólares, será adotada a regra selecionada pelo Mutuário na Cláusula 3.04 destas Disposições Especiais.

CAPÍTULO III

Uso dos Recursos do Empréstimo

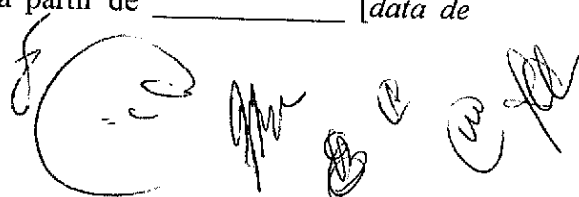
CLÁUSULA 3.01. Utilização dos recursos do Empréstimo. (a) O Mutuário poderá utilizar os recursos do Empréstimo para pagar bens, obras e serviços adquiridos de acordo com o Capítulo IV destas Disposições Especiais.

(b) Os recursos do Empréstimo serão utilizados somente para o pagamento de bens, obras e serviços originários dos países membros do Banco.

CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está condicionado a que se cumpram, de forma que o Banco considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, os seguintes requisitos:

- (a) A publicação, no Diário Oficial do Estado, da portaria de constituição da UGP e designação de seus coordenadores;
- (b) A publicação da manifestação de interesse, de acordo com as políticas do Banco para a seleção da empresa de apoio ao gerenciamento do Projeto e supervisão de obras.
- (c) A publicação, no Diário Oficial do Estado, da portaria de constituição da Comissão Especial de Licitação do Projeto.

CLÁUSULA 3.03. Reembolso de despesas a débito do Empréstimo. (a) Com a concordância do Banco, dos recursos do Empréstimo poderá ser utilizada até uma quantia equivalente a US\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de Dólares) para reembolsar despesas efetuadas com o Projeto, referentes a obras de infraestrutura dos hospitais incluídos no Projeto, seus projetos executivos e estudos complementares. Essas despesas devem ter sido efetuadas antes de _____ [data de aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], mas após _____ [data estabelecida na Proposta de Empréstimo, que não poderá ser anterior à data de entrada oficial do Projeto no inventário de projetos do Banco (25 de novembro de 2013) nem poderá anteceder em mais de 18 meses à data da aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. Com a concordância do Banco, os recursos do Empréstimo também poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Projeto a partir de _____ [data de



aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco] e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLÁUSULA 3.04. Taxa de câmbio. Para efeito do estabelecido no Artigo 4.09(a) das Normas Gerais deste Contrato, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (a)(ii) do referido Artigo. Neste caso, se aplicará a taxa de câmbio vigente no dia em que o Mutuário, o Órgão Executor, ou quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas a quem se tenha delegado a faculdade de efetuar despesas, efetue os respectivos pagamentos a favor do contratado ou fornecedor.

CAPÍTULO IV

Execução do Projeto

CLÁUSULA 4.01. Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(49) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e a aquisição de bens, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Aquisições, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva aquisição ou contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(c) A concorrência pública internacional será utilizada para aquisições e contratações estimadas em valor superior a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Dólares) para a contratação de obras e a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares) para a aquisição de bens e a contratação de serviços diferentes de consultoria. Caso o Banco aumente o limite que determina o uso da concorrência pública internacional conforme estabelecido pelo Banco na página www.iadb.org/procurement, o Mutuário poderá optar pela adoção do novo limite. Abaixo deste limite, o método de seleção será determinado de acordo com a complexidade e características da aquisição ou contratação, o qual deverá estar refletido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(d) No que se refere ao método de licitação pública nacional, os respectivos procedimentos de licitação pública nacional poderão ser utilizados sempre que, à critério do Banco, tais procedimentos garantam economia, eficiência, transparência e compatibilidade geral com a Seção I das Políticas de Aquisições e levando em conta, entre outros, o disposto no parágrafo 3.4 de tais Políticas.

/OC-BR

105
2011
[Handwritten signatures and initials]

CLÁUSULA 4.02. Manutenção. O Mutuário se compromete a, por meio do Órgão Executor, (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Projeto, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (b) apresentar ao Banco, durante os 5 (cinco) anos seguintes à conclusão de cada obra do Projeto, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção, conforme disposto na Seção V do Anexo Único. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.

CLÁUSULA 4.03. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local. O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no Projeto distintas das previstas na Cláusula 3.03 até quantia equivalente a US\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de Dólares), em obras de infraestrutura dos hospitais incluídos no Projeto, seus projetos executivos e estudos complementares, que tenham sido efetuadas antes de _____ [data de aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco] mas após _____ [data estabelecida na Proposta de Empréstimo, que não poderá ser anterior à data de entrada oficial do Projeto no inventário de projetos do Banco (25 de novembro de 2013) nem poderá anteceder em mais de 18 meses à data da aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco], desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. O Banco também poderá reconhecer, como parte da contrapartida local, as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o Projeto a partir de _____ [data de aprovação do Empréstimo pela Diretoria Executiva do Banco] e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLÁUSULA 4.04. Seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(50) das Normas Gerais, as partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, contidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será de US\$1.000.000,00 (um milhão de Dólares). Abaixo deste limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Mutuário.

CLÁUSULA 4.05. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições conforme o disposto no Artigo 7.02(c) das Normas Gerais, o Mutuário deverá utilizar ou, se for o caso, fazer com que o Órgão Executor utilize, o sistema de execução e

acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine.

CLÁUSULA 4.06. Condições especiais de execução. (a) O Mutuário deverá apresentar ao Banco comprovação da publicação da entrada em vigor do ROP, nos termos previamente acordados com o Banco, no prazo de até 6 (seis) meses da data de assinatura deste Contrato.

(b) O Mutuário deverá comprovar ao Banco a contratação da empresa de apoio ao gerenciamento do Projeto e supervisão de obras, no prazo de até 9 (nove) meses da data de assinatura deste Contrato.

(c) O Mutuário deverá apresentar ao Banco, previamente ao início de cada primeira obra de cada tipo de unidade de saúde, e de acordo com os termos acordados com o Banco: (i) os projetos executivos; (ii) o RAA ou Estudo de Impacto Ambiental Simplificado; (iii) os PGAS; (iv) as licenças legais requeridas; e (v) comprovação da realização de consultas públicas em conformidade com as políticas do Banco.

(d) Durante o prazo previsto na Cláusula 1.04 destas Disposições Especiais, o Mutuário deverá cumprir os programas, requisitos e diretrizes estabelecidos no ROP e nos PGAS.

(e) O Mutuário deverá apresentar, previamente ao início das licitações para as obras do Projeto, comprovação da celebração de convênio entre o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor, e cada município que receberá investimentos do Projeto, conforme os termos previamente aprovados pelo Banco.

(f) Nos casos em que a execução dos processos de obras seja delegada a outro órgão ou entidade do Mutuário com responsabilidade pela execução de obras, o Mutuário, por intermédio do Órgão Executor e previamente às licitações das obras, deverá celebrar termo de compromisso ou convênio com aquele órgão, conforme os termos previamente aprovados pelo Banco.

CAPÍTULO V

Supervisão

CLÁUSULA 5.01. Registros, inspeções e relatórios. O Mutuário se compromete a, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras e outros relatórios auditados, de acordo com as disposições estabelecidas neste Capítulo e no Capítulo VIII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 5.02. Supervisão da execução do Projeto. (a) O Banco utilizará o plano de execução do Projeto a que se refere o Artigo 4.01(d)(i) das Normas Gerais como um instrumento para a supervisão da execução do Projeto. Tal plano deverá compreender o planejamento completo do Projeto, com a rota crítica de ações que deverão ser executadas para que os recursos

/OC-BR

106
[Handwritten signatures and initials]

do Empréstimo sejam desembolsados no Prazo Original de Desembolsos.

(b) O plano de execução do Projeto deverá ser atualizado quando seja necessário, em especial quando se produzam modificações significativas que impliquem ou possam implicar atrasos na execução do Projeto. O Mutuário deverá informar o Banco sobre as atualizações do plano de execução do Projeto, no mais tardar por ocasião da apresentação do relatório semestral de progresso correspondente.

CLÁUSULA 5.03. Demonstrações financeiras e outros relatórios. O Mutuário se compromete a que, diretamente ou através do Órgão Executor, se apresentem os seguintes relatórios:

(a) Dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Órgão Executor e durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Projeto, devidamente auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia. O último desses informes será apresentado dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões;

(b) Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do encerramento de cada Semestre, relatórios semestrais de progresso, os quais refletirão o monitoramento dos indicadores da Matriz de Resultados constantes do ROP, com uma síntese dos resultados alcançados por componente, riscos, atividades de mitigação, lições aprendidas, conclusões e recomendações. O segundo relatório semestral de progresso deverá incluir: (i) o POA para o ano subsequente; (ii) o Plano de Aquisições atualizado; e, quando corresponda, (iii) as lições previstas para implementar as recomendações da auditoria;

(c) Dentro do prazo de 90 (noventa) dias posteriores a data de desembolso de 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Empréstimo, o relatório de avaliação intermediária;

(d) Dentro do prazo de 90 (noventa) dias posteriores a data de desembolso de 90% (noventa por cento) dos recursos do Empréstimo, o relatório de avaliação final, o qual servirá de insumo para o Relatório de Término do Projeto;

(e) Os relatórios mencionados nas alíneas "c" e "d" desta Cláusula serão elaborados conforme critérios definidos no ROP.

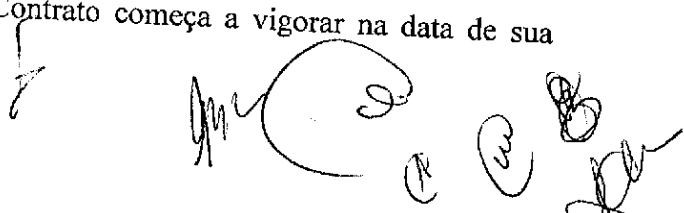
CLÁUSULA 5.04. Relatório de avaliação ex post. O Mutuário deverá ainda compilar, arquivar e manter atualizadas, por 3 (três) anos contados do final da execução do Projeto, a documentação e a informação de suporte do Projeto que permita ao Banco realizar a avaliação *ex post*, caso o Banco considere conveniente.

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. Este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

/OC-BR



107

CLÁUSULA 6.02. Extinção. O pagamento total do Empréstimo e dos juros e comissões, assim como dos demais gastos, prêmios e custos originados em virtude deste Contrato, dará por extinto o Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

CLÁUSULA 6.03. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

CLÁUSULA 6.04. Comunicações. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:

Do Mutuário:

Endereço postal para assuntos relacionados com a execução do Projeto:

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
Av. Luis Vianna Filho, 400,
Centro Administrativo da Bahia
CEP: 41745-900
Salvador – BA - Brasil

Fax: +55 71 3371-2488

Com cópia para: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
Av. Luis Vianna Filho, 2ª Avenida, nº 250,
Centro Administrativo da Bahia
CEP: 41745-003
Salvador – BA - Brasil

Fax: +55 71 3115-3950

Endereço postal para assuntos relacionados com o serviço do Empréstimo:

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
Av. Luis Vianna Filho, 2ª Avenida, nº 260,
Centro Administrativo da Bahia
CEP: 41745-003
Salvador – BA - Brasil

Fax: +55 71 3115-8754

Com cópia para: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia

/OC-BR

Av. Luis Vianna Filho, 2ª Avenida, nº 250,
Centro Administrativo da Bahia
CEP: 41745-003
Salvador – BA - Brasil

Fax: +55 71 3115-3950

Do Banco:

Endereço postal:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

Fax: (202) 623-3096

CLÁUSULA 6.05. Correspondência. O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Projeto.

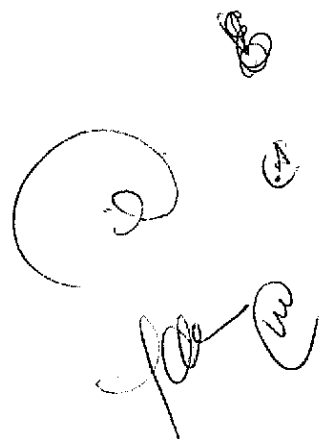
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil

Fax: +55 (61) 2020-5006

CAPÍTULO VII

Arbitragem

CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo X das Normas Gerais.



EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor em [lugar da assinatura] no dia acima indicado.

ESTADO DA BAHIA

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

[Nome e título do Representante]

[Nome e título do Representante]

/OC-BR

108
[Handwritten signatures and initials]

EM BRANCO

SEGUNDA PARTE

NORMAS GERAIS

Julho de 2013

CAPÍTULO I

Aplicação das Normas Gerais

ARTIGO 1.01. Aplicação das Normas Gerais. Estas Normas Gerais aplicam-se aos Contratos de Empréstimo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento celebra com seus Mutuários e, portanto, suas disposições constituem parte integrante deste Contrato.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 2.01. Definições. Para os efeitos dos compromissos contratuais contraídos pelas partes, são adotadas as seguintes definições:

- 1) “Adiantamento de Fundos” significa o montante de recursos adiantados pelo Banco ao Mutuário a débito dos recursos do Empréstimo, para fazer frente a gastos elegíveis do Projeto, de acordo com o disposto no Artigo 4.07 destas Normas Gerais.
- 2) “Agência de Contratações” significa a entidade com capacidade legal para firmar contratos e que, mediante acordo com o Mutuário ou, se for o caso, o Órgão Executor, assume total ou parcialmente a responsabilidade pela realização das aquisições de bens ou das contratações de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto.
- 3) “Agente de Cálculo” significa o Banco, exceto quando este termo for utilizado na definição da Taxa de Juros LIBOR, caso em que terá o significado atribuído a tal termo nas Definições do ISDA de 2006, segundo a publicação do *International Swaps and Derivatives Association, Inc.* (Associação Internacional de Operações de Swap e Derivativos), em suas versões modificadas e complementadas. Todas as determinações efetuadas pelo Agente de Cálculo terão caráter final, conclusivo e obrigatório para as partes (salvo por erro manifesto), e, quando realizadas pelo Banco em sua qualidade de Agente de Cálculo, serão efetuadas mediante justificativa documentada, de boa fé e de forma comercialmente razoável.

___/OC-BR

- 4) “Banco” significa o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- 5) “Carta Notificação de Conversão” significa a comunicação mediante a qual o Banco informa ao Mutuário os termos e condições financeiras em que uma Conversão tenha sido efetuada de acordo com a Carta Solicitação de Conversão enviada pelo Mutuário.
- 6) “Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização” significa a comunicação mediante a qual o Banco responde a uma Carta Solicitação de Modificação de Cronograma de Amortização.
- 7) “Carta Solicitação de Conversão” significa a comunicação irrevogável mediante a qual o Mutuário solicita ao Banco uma Conversão, de acordo com o disposto no Artigo 5.01 destas Normas Gerais.
- 8) “Carta Solicitação de Modificação de Cronograma de Amortização” significa a comunicação irrevogável mediante a qual o Mutuário solicita ao Banco uma modificação do Cronograma de Amortização.
- 9) “Contrato” significa o presente contrato de empréstimo.
- 10) “Contratos de Derivativos” significa qualquer contrato celebrado entre o Banco e o Mutuário ou entre o Banco e o Fiador para documentar e/ou confirmar uma ou mais operações de derivativos acordadas entre o Banco e o Mutuário ou entre o Banco e o Fiador e suas posteriores modificações. São parte integrante dos Contratos de Derivativos todos os seus anexos e demais acordos suplementares aos mesmos.
- 11) “Convenção para o Cálculo de Juros” significa a convenção para a contagem de dias utilizada para o cálculo do pagamento de juros, estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
- 12) “Conversão” significa uma modificação dos termos de parte ou da totalidade do Empréstimo solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco nos termos deste Contrato e que poderá ser: (i) uma Conversão de Moeda; ou (ii) uma Conversão de Taxa de Juros.
- 13) “Conversão de Moeda” significa, em relação a um desembolso, ou a parte ou à totalidade do Saldo Devedor, a mudança da moeda de denominação para Moeda Local ou Moeda de País não Mutuário que o Banco possa intermediar eficientemente, com as devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco.
- 14) “Conversão de Moeda por Prazo Parcial” significa uma Conversão de Moeda por um Prazo de Conversão inferior ao prazo previsto no Cronograma de

Amortização solicitado para tal Conversão de Moeda, de acordo com o disposto no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.

- 15) “Conversão de Moeda por Prazo Total” significa uma Conversão de Moeda por um Prazo de Conversão igual ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Moeda, de acordo com o disposto no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.
- 16) “Conversão de Taxa de Juros” significa (i) a mudança do tipo de taxa de juros referente à totalidade ou a parte do Saldo Devedor; ou (ii) o estabelecimento de um Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros referente a parte ou à totalidade do Saldo Devedor; ou (iii) qualquer outra opção de cobertura (*hedging*) que afete a taxa de juros aplicável a parte ou à totalidade do Saldo Devedor.
- 17) “Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial” significa uma Conversão de Taxa de Juros por um Prazo de Conversão inferior ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Taxa de Juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.04 destas Normas Gerais.
- 18) “Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total” significa uma Conversão de Taxa de Juros por um Prazo de Conversão igual ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Taxa de Juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.04 destas Normas Gerais.
- 19) “Cronograma de Amortização” significa o cronograma original estabelecido nas Disposições Especiais para o pagamento das prestações de amortização do Empréstimo ou o cronograma ou cronogramas que resultem das modificações acordadas entre as Partes, de acordo com o disposto no Artigo 3.02 destas Normas Gerais.
- 20) “Custo de Captação do Banco” significa uma margem de custo calculada trimestralmente relativa à Taxa de Juros LIBOR em Dólares a 3 (três) meses, com base na média ponderada do custo dos instrumentos de captação do Banco aplicáveis ao Mecanismo de Financiamento Flexível, expressada na forma de um percentual anual, conforme determine o Banco.
- 21) “Data de Avaliação de Pagamento” significa a data determinada com base em certo número de Dias Úteis antes de qualquer data de pagamento de prestações de amortização ou juros, conforme especificado em uma Carta Notificação de Conversão.
- 22) “Data de Conversão” significa a Data de Conversão de Moeda ou a Data de Conversão de Taxa de Juros, conforme seja o caso.

- 23) “Data de Conversão de Moeda” significa, em relação a Conversões de Moeda para novos desembolsos, a data efetiva na qual o Banco efetue o desembolso e, para as Conversões de Moeda de Saldos Devedores, a data na qual se re-denomine a dívida. Estas datas serão estabelecidas na Carta Notificação de Conversão.
- 24) “Data de Conversão de Taxa de Juros” significa a data efetiva da Conversão de Taxa de Juros, a partir da qual se aplicará a nova taxa de juros. Esta data será estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
- 25) “Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre” significa o dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano calendário. A Taxa de Juros Baseada na LIBOR determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será aplicada retroativamente aos primeiros 15 (quinze) dias do respectivo Trimestre e deverá ser aplicada durante e até o último dia do Trimestre.
- 26) “Data Final de Amortização” significa a última data em que o Empréstimo pode ser totalmente amortizado, de acordo com o disposto nas Disposições Especiais.
- 27) “Dia Útil” significa um dia em que os bancos comerciais e os mercados de câmbio efetuem liquidações de pagamentos e estejam abertos para negócios gerais (incluindo operações cambiais e de depósitos em moeda estrangeira) na cidade de Nova Iorque ou, no caso de uma Conversão, nas cidades indicadas na Carta Solicitação de Conversão ou na Carta Notificação de Conversão, conforme o caso.
- 28) “Diretoria” significa a Diretoria Executiva do Banco.
- 29) “Disposições Especiais” significa o conjunto de cláusulas que compõem a Primeira Parte deste Contrato.
- 30) “Dólar” significa a moeda de curso forçado nos Estados Unidos da América.
- 31) “Empréstimo” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais.
- 32) “Empréstimo com Taxa de Juros Baseada na LIBOR” significa qualquer empréstimo concedido pelo Banco para ser desembolsado, contabilizado e amortizado em Dólares ou que tenha sido total ou parcialmente convertido a Dólares e que esteja sujeito a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR, determinada nos termos do disposto no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais.
- 33) “Faixa (*collar*) de Taxa de Juros” significa o estabelecimento de um limite superior e um limite inferior para uma taxa variável de juros.

- 34) “Fiador” significa a parte que garante o cumprimento das obrigações contraídas pelo Mutuário e assume outras obrigações que, nos termos do Contrato de Garantia, sejam de sua responsabilidade.
- 35) “Grupo do Banco” significa o Banco, a Corporação Interamericana de Investimentos e o Fundo Multilateral de Investimentos.
- 36) “Mecanismo de Financiamento Flexível” significa a plataforma financeira que o Banco utiliza para efetuar empréstimos com garantia soberana com recursos do capital ordinário do Banco.
- 37) “Moeda Convertida” significa qualquer Moeda Local ou Moeda de País não Mutuário, na qual se denomine a totalidade ou parte do Empréstimo depois da execução de uma Conversão de Moeda.
- 38) “Moeda de Aprovação” significa a moeda na qual o Banco aprove o Empréstimo, a qual pode ser Dólares ou qualquer Moeda Local, que o Banco possa intermediar eficientemente, com as devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco.
- 39) “Moeda de Liquidação” significa a moeda utilizada para liquidar pagamentos de principal e juros. No caso de moedas de livre convertibilidade (*fully deliverable*) a Moeda de Liquidação será a Moeda Convertida. No caso de moedas que não são de livre convertibilidade (*non-deliverable*) a Moeda de Liquidação será o Dólar.
- 40) “Moeda de País não Mutuário” significa qualquer moeda de curso forçado nos países não mutuários do Banco.
- 41) “Moeda Local” significa qualquer moeda de curso forçado nos países mutuários do Banco.
- 42) “Mutuário” terá o significado que seja estabelecido nas Disposições Especiais.
- 43) “Normas Gerais” designa o conjunto de artigos que compõem a Segunda Parte deste Contrato e refletem as políticas básicas do Banco aplicáveis uniformemente a seus contratos de empréstimo.
- 44) “Órgão Contratante” significa a entidade com capacidade legal para subscrever o contrato de aquisição de obras e bens e a seleção e contratação de consultores para com o empreiteiro, fornecedor e a empresa consultora ou consultor individual, conforme o caso.
- 45) “Órgão(s) Executor(es)” significa a(s) entidade(s) encarregada(s) de executar o Projeto, total ou parcialmente.

- 46) “Partes” significa o Banco e o Mutuário e cada um destes, indistintamente, uma Parte.
- 47) “Período de Encerramento” significa o prazo de 90 (noventa) dias contado a partir do vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, para a finalização dos pagamentos pendentes a terceiros, a apresentação da justificativa final das despesas efetuadas, a reconciliação de registros e a devolução ao Banco dos recursos do Empréstimo desembolsados e não justificados, de acordo com o disposto no Artigo 4.08 destas Normas Gerais.
- 48) “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações da operação, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas Políticas de Consultores.
- 49) “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento de aprovação do Empréstimo pelo Banco.
- 50) “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento de aprovação do Empréstimo pelo Banco.
- 51) “Práticas Proibidas” significa as práticas definidas no Artigo 6.03 destas Normas Gerais.
- 52) “Prazo de Conversão” significa, para qualquer Conversão, o período compreendido entre a Data de Conversão e o último dia do período de juros no qual a Conversão termina de acordo com seus termos. No entanto, para efeitos do último pagamento de principal e juros, o Prazo de Conversão termina no dia em que sejam pagos os juros correspondentes a tal período de juros.
- 53) “Prazo de Execução” significa o prazo em Dias Úteis durante o qual o Banco pode executar uma Conversão de acordo com o que seja determinado pelo Mutuário na Carta Solicitação de Conversão. O Prazo de Execução começa a contar a partir do dia em que a Carta Solicitação de Conversão for recebida pelo Banco.
- 54) “Prazo Original de Desembolsos” significa o prazo originalmente previsto para os desembolsos do Empréstimo, estabelecido nas Disposições Especiais.
- 55) “Projeto” significa o programa ou projeto para cujo financiamento contribui o Empréstimo.
- 56) “Saldo Devedor” significa o montante devido ao Banco pelo Mutuário relativamente à parte desembolsada do Empréstimo.

117
2

- 57) “Semestre” designa os primeiros ou os segundos seis meses de um ano civil.
- 58) “Taxa Base de Juros” significa a taxa determinada pelo Banco no momento da execução de uma Conversão, em função: (i) da moeda solicitada pelo Mutuário; (ii) do tipo de taxa de juros solicitada pelo Mutuário; (iii) do Cronograma de Amortização; (iv) das condições de mercado vigentes; e (v) seja: (1) a Taxa de Juros LIBOR em Dólares a 3 (três) meses, *mais* uma margem que reflita o custo estimado de captação de recursos em Dólares do Banco existente no momento do desembolso ou da Conversão; ou (2) o custo efetivo de captação do financiamento do Banco utilizado como base para a Conversão; ou (3) com relação aos Saldos Devedores que tenham sido objeto de uma Conversão anterior, a taxa de juros aplicável a tais Saldos Devedores.
- 59) “Taxa de Câmbio de Avaliação” significa a quantidade de unidades de Moeda Convertida por um Dólar, aplicável a cada Data de Avaliação de Pagamento, de acordo com a fonte que seja estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
- 60) “Taxa de Juros Baseada na LIBOR” significa a Taxa de Juros LIBOR mais o Custo de Captação do Banco, determinada em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre.
- 61) “Taxa de Juros LIBOR”¹ significa a “USD-LIBOR-BBA”, que é uma taxa aplicável a depósitos em Dólares a um prazo de 3 (três) meses que figura na página Reuters <LIBOR01> às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa Taxa de Juros LIBOR não constar da página Reuters <LIBOR01>, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado “USD-LIBOR-Bancos de Referência” como a Taxa de Juros LIBOR aplicável. Para estes efeitos, “USD-LIBOR-Bancos de Referência” significa que a Taxa de Juros LIBOR correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em Dólares aos bancos de primeira linha no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) Dias de Expediente Bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco

¹ Qualquer termo que figure com letras maiúsculas no número 61 deste Artigo 2.01 e que não esteja definido de outra forma nesta alínea terá o mesmo significado que lhe foi atribuído nas Definições do ISDA de 2006, segundo a publicação do International Swaps and Derivatives Association, Inc. (Associação Internacional de Operações de Swap e Derivativos), em suas versões modificadas e complementadas, as quais são incorporadas a este documento como referência.

solicitará(rão) uma cotação da Taxa de Juros LIBOR ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de 2 (duas) cotações, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de 2 (duas) cotações conforme solicitado, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos na cidade de Nova Iorque, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco, aproximadamente às 11:00 horas da manhã, hora de Nova Iorque, aplicável a empréstimos em Dólares concedidos aos principais bancos europeus, com um prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtiver a Taxa de Juros LIBOR de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará, a seu exclusivo critério, a Taxa de Juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário na cidade de Nova Iorque, serão utilizadas as Taxas de Juros LIBOR cotadas no primeiro dia bancário em Nova Iorque imediatamente seguinte.

- 62) “Teto (*cap*) de Taxa de Juros” significa o estabelecimento de um limite superior para uma taxa variável de juros.
- 63) “Trimestre” significa cada um dos seguintes períodos de 3 (três) meses do ano calendário: o período que começa no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de março; o período que começa no dia 1º de abril e termina no dia 30 de junho; o período que começa no dia 1º de julho e termina no dia 30 de setembro; e o período que começa no dia 1º de outubro e termina no dia 31 de dezembro.
- 64) “VMP” significa a vida média ponderada, seja a VMP Original ou a que resulte de uma modificação do Cronograma de Amortização, seja como resultado de uma Conversão ou não. Calcula-se a VMP em anos (utilizando-se duas casas decimais), com base no Cronograma de Amortização de todas as tranches e define-se a mesma como a divisão de (i) e (ii), sendo:
- (i) o somatório dos produtos de (A) e (B), os quais são definidos como:
 - (A) o montante de cada prestação de amortização;
 - (B) a diferença no número de dias entre a data de pagamento de amortização e a data de assinatura deste Contrato, dividido por 365 dias;

e

- (ii) a soma dos pagamentos de amortização.

A fórmula a ser aplicada é a seguinte:

$$VMP = \frac{\sum_{j=1}^m \sum_{i=1}^n A_{i,j} \times \left(\frac{DP_{i,j} - DA}{365} \right)}{AT}$$

onde:

VMP é a vida média ponderada de todas as amortizações, expressada em anos.

m é o número total de tranches do Empréstimo.

n é o número total de pagamentos de amortização para cada tranche do Empréstimo.

A_{ij} é o montante da amortização referente ao pagamento *i* da tranche *j*, calculado no equivalente em Dólares, à taxa de câmbio determinada pelo Agente de Cálculo para a data de modificação do Cronograma de Amortização.

DP_{ij} é a data de pagamento referente ao pagamento *i* da tranche *j*.

DA é a data de assinatura deste Contrato.

AT é o somatório de todos os *A_{ij}*, calculada no equivalente em Dólares, na data de cálculo para a taxa de câmbio determinada pelo Agente de Cálculo.

- 65) “VMP Original” significa a VMP do Empréstimo vigente na data de assinatura deste Contrato e estabelecida nas Disposições Especiais.

CAPÍTULO III

Amortização, Juros, Comissão de Crédito, Inspeção e Vigilância e Pagamentos Antecipados

ARTIGO 3.01. Datas de pagamento de Amortização e de Juros. O Empréstimo deverá ser amortizado de acordo com o Cronograma de Amortização. Os juros e as prestações de amortização deverão ser pagos no dia 15 do mês, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais, em uma Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização ou em uma Carta Notificação de Conversão, conforme seja o caso. As datas dos pagamentos de amortização coincidirão sempre com uma data de pagamento de juros.

ARTIGO 3.02. Modificação do Cronograma de Amortização. (a) O Mutuário, com a

anuência do Fiador, se houver, poderá solicitar a modificação do Cronograma de Amortização em qualquer momento, a partir da data de entrada em vigor do Contrato e até 60 (sessenta) dias antes do vencimento da primeira prestação de amortização do Empréstimo ou, se for o caso, da tranche do Empréstimo para o qual faz a solicitação. Também poderá solicitar a modificação do Cronograma de Amortização, à época de uma Conversão de Moeda ou Conversão de Taxa de Juros, nos termos estabelecidos nos Artigos 5.03 e 5.04 destas Normas Gerais.

(b) Para solicitar uma modificação do Cronograma de Amortização, o Mutuário deverá apresentar ao Banco uma Carta Solicitação de Modificação de Cronograma de Amortização, que deverá: (i) indicar se a modificação do Cronograma de Amortização proposta se aplica a parte ou à totalidade do Empréstimo; e (ii) indicar o novo cronograma de pagamentos, que incluirá a primeira e última data de amortização, a frequência de pagamentos e o percentual que estes representam em relação à totalidade do Empréstimo ou à parcela do mesmo para a qual se solicita a modificação.

(c) O Banco poderá aceitar as modificações solicitadas ao Cronograma de Amortização, sujeito às devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco e ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- (i) que a última Data de Amortização e a VMP acumulada de todos os Cronogramas de Amortização não ultrapassem a Data Final de Amortização nem a VMP Original;
- (ii) que a tranche do Empréstimo sujeita a um novo Cronograma de Amortização não seja inferior a US\$3.000.000,00 (três milhões de Dólares); e
- (iii) que a tranche do Empréstimo sujeita à modificação do Cronograma de Amortização não tenha sido objeto de modificação anterior, exceto se a nova modificação ao Cronograma de Amortização for resultado de uma Conversão de Moeda.

(d) O Banco comunicará ao Mutuário sua decisão por meio de uma Carta Notificação de Modificação de Cronograma de Amortização. Na hipótese de o Banco aceitar a solicitação do Mutuário, a Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização incluirá: (i) o novo Cronograma de Amortização correspondente ao Empréstimo ou a tranche do mesmo; (ii) a VMP cumulativa do Empréstimo; e (iii) a data efetiva do novo Cronograma de Amortização.

(e) O Empréstimo não poderá ter mais que quatro tranches denominadas em Moeda de País não Mutuário com Cronogramas de Amortização distintos. As tranches do Empréstimo denominadas em Moeda Local poderão exceder tal número, sujeito às devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco.

(f) Para os fins de que a VMP continue igual ou menor que a VMP Original, o Cronograma de Amortização deverá ser modificado nas hipóteses em que forem acordadas prorrogações ao Prazo Original de Desembolsos (i) que resultem na extensão de tal prazo até

119
após o 60º (sexagésimo) dia antes do vencimento da primeira prestação de amortização do Empréstimo ou, se for o caso, da tranche do Empréstimo, e (ii) quando forem efetuados desembolsos durante tal prorrogação. A modificação consistirá na antecipação da Data Final de Amortização ou, na hipótese de o Empréstimo ter diferentes tranches, na antecipação da data final de amortização da tranche ou das tranches do Empréstimo, cujos recursos forem desembolsados durante a prorrogação do Prazo Original de Desembolsos, exceto se o Mutuário solicitar expressamente, ao invés, o aumento do montante da prestação de amortização posterior a cada desembolso do Empréstimo ou se for o caso, o aumento da tranche do Empréstimo que ocasione uma VMP maior que a VMP Original. Na segunda hipótese, o Banco determinará o montante devido correspondente a cada prestação de amortização.

ARTIGO 3.03. Juros. (a) **Juros sobre Saldos Devedores que não tenham sido objeto de Conversão.** Enquanto o Empréstimo não tenha sido objeto de nenhuma Conversão, o Mutuário pagará juros sobre os Saldos Devedores diários a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário. Neste caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada Trimestre determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre.

(b) **Juros sobre Saldos Devedores que tenham sido objeto de Conversão.** Caso os Saldos Devedores tenham sido objeto de uma Conversão, o Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores convertidos mediante tal Conversão: (i) à Taxa Base de Juros que determine o Banco; *mais* (ii) a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco.

(c) **Juros sobre Saldos Devedores sujeitos a um Teto (*cap*) de Taxa de Juros.** Caso tenha sido efetuada uma Conversão de Taxa de Juros para estabelecer um Teto (*cap*) de Taxa de Juros e a taxa de juros devida pelo Mutuário de acordo com o disposto neste Artigo exceda o Teto (*cap*) da Taxa de Juros em qualquer momento durante o Prazo de Conversão, a taxa máxima de juros aplicável durante tal Prazo de Conversão será equivalente ao Teto (*cap*) da Taxa de Juros.

(d) **Juros sobre Saldos Devedores sujeitos a uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.** Caso tenha sido efetuada uma Conversão de Taxa de Juros para estabelecer uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros e a taxa de juros devida pelo Mutuário de acordo com o disposto neste Artigo exceda o limite superior ou esteja abaixo do limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros em qualquer momento durante o Prazo de Conversão, a taxa máxima ou mínima de juros aplicável durante tal Prazo de Conversão será, respectivamente, o limite superior ou o limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.

(e) **Mudanças à base de cálculo de juros.** As Partes acordam que, não obstante qualquer mudança na prática do mercado que, a qualquer momento, afete a determinação da Taxa de Juros LIBOR, os pagamentos pelo Mutuário deverão permanecer vinculados à captação do Banco. Para efeitos de obter e manter tal vinculação em tais circunstâncias, as Partes acordam expressamente que o Agente de Cálculo, buscando refletir a captação correspondente do Banco, deverá determinar: (a) a ocorrência de tais mudanças; e (b) a taxa base alternativa aplicável para determinar o montante apropriado a ser pago pelo Mutuário. O Agente de Cálculo deverá notificar o Mutuário e o Fiador, se houver, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, da

taxa base alternativa aplicável. A taxa base alternativa será efetiva na data de vencimento de tal prazo de notificação.

ARTIGO 3.04. Comissão de crédito. (a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% por ano.

(b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.

(c) A comissão de crédito deixará de incidir (i) quando tenham sido efetuados todos os desembolsos e (ii) total ou parcialmente, conforme seja o caso, quando o Empréstimo tenha sido declarado total ou parcialmente sem efeito, conforme o disposto nos Artigos 4.02, 4.12, 4.13 e 6.02 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.05. Cálculo dos juros e da comissão de crédito. Os juros e a comissão de crédito serão calculados com base no número exato de dias do período de juros correspondente.

ARTIGO 3.06. Recursos para inspeção e supervisão. O Mutuário não estará obrigado a cobrir os gastos do Banco para inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante o Prazo Original de Desembolsos como consequência de sua revisão periódica de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário e notificar ao Mutuário a respeito. Neste caso, o Mutuário deverá indicar ao Banco se o mesmo pagará tal montante diretamente ou se o Banco deverá retirar e reter tal montante dos recursos do Empréstimo. Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado do Mutuário a este título em qualquer semestre, mais de 1% do valor do Empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos.

ARTIGO 3.07. Moeda dos pagamentos de amortização, juros, comissão de crédito e quotas de inspeção e supervisão. Os pagamentos de amortização e juros serão efetuados em Dólares, exceto na hipótese de realização de uma Conversão de Moeda, em cujo caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais. Os pagamentos de comissão de crédito e quotas de inspeção e supervisão deverão ser sempre efetuados na Moeda de Aprovação.

ARTIGO 3.08. Pagamentos antecipados. (a) **Pagamentos Antecipados de Saldos Devedores denominados em Dólares com Taxa de Juros Baseada na LIBOR.** O Mutuário poderá pagar antecipadamente a parte ou totalidade de qualquer Saldo Devedor denominado em Dólares a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR, em uma data de pagamento de juros, mediante apresentação ao Banco de uma solicitação por escrito, de caráter irrevogável, com a anuência do Fiador, se houver, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência. Tal pagamento será imputado de acordo com o estabelecido no Artigo 3.09 destas Normas Gerais. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do Saldo Devedor, o pagamento será imputado de forma proporcional às prestações de amortização pendentes de pagamento. Se o Empréstimo tiver tranches com Cronogramas de Amortização diferentes, o Mutuário deverá pagar

antecipadamente a totalidade da tranche correspondente, salvo se o Banco acordar de forma diversa.

(b) **Pagamentos Antecipados de valores que tenham sido objeto de Conversão.** Sempre que o Banco possa reverter sua captação de financiamento correspondente ou dar-lhe outro fim, o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá pagar antecipadamente, em uma das datas de pagamento de juros estabelecidas no Cronograma de Amortização anexo à Carta Notificação de Conversão: (i) a parte ou totalidade do montante que tenha sido objeto de uma Conversão de Moeda; e/ou (ii) a parte ou totalidade do montante que tenha sido objeto de uma Conversão de Taxa de Juros. Para tanto, o Mutuário deverá apresentar ao Banco, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, uma solicitação escrita de caráter irrevogável. Em tal solicitação, o Mutuário deverá especificar o valor que deseja pagar antecipadamente e as Conversões às quais se referem. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do Saldo Devedor referente a tal Conversão, este se aplicará de forma proporcional às prestações pendentes de pagamento de tal Conversão. O Mutuário não poderá realizar pagamentos antecipados por um valor inferior ao equivalente a US\$3.000.000,00 (três milhões de Dólares), salvo nos casos em que o Saldo Devedor remanescente da Conversão correspondente seja menor e o Mutuário o pague antecipadamente em sua totalidade.

(c) Para os fins dos incisos (a) e (b) anteriores, os seguintes pagamentos serão considerados pagamentos antecipados: (i) a devolução de Adiantamento de Fundos não justificados; e (ii) os pagamentos devidos em virtude de a totalidade ou de parte do Empréstimo terem sido declaradas vencidas e exigíveis de imediato, de acordo com o disposto no Artigo 6.02 destas Normas Gerais.

(d) Sem prejuízo do disposto no inciso (b) anterior, nos casos de pagamento antecipado, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente pagará ao Banco, conforme for o caso, qualquer ganho ou perda incorrida pelo Banco por reverter a correspondente captação associada ao financiamento determinada pelo Agente de Cálculo ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo se imputará, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento pelo Mutuário. Em caso de perda, o Mutuário pagará o montante correspondente de forma conjunta e na data do pagamento antecipado.

ARTIGO 3.09. Imputação de pagamentos. Todo pagamento será imputado, primeiro à devolução de Adiantamentos de Fundos não justificados depois de transcorrido o Período de Encerramento; depois a comissões e juros exigíveis na data do pagamento e, existindo saldo, à amortização de prestações vencidas de principal.

ARTIGO 3.10. Vencimento em dias que não sejam Dias Úteis. Todo pagamento ou qualquer outra prestação que, em cumprimento deste Contrato, deva ser realizado em um dia que não seja Dia Útil, será considerado válido se realizado no primeiro Dia Útil subsequente, não sendo cabível, neste caso, a cobrança de qualquer acréscimo.

ARTIGO 3.11. Lugar de pagamento. Todo pagamento deverá ser efetuado na sede do Banco, em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, salvo se o Banco

designar outro lugar para tal efeito, mediante o envio de notificação prévia por escrito ao Mutuário.

ARTIGO 3.12. Participações. (a) O Banco poderá ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participação, os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato. O Banco informará imediatamente o Mutuário a respeito de cada cessão.

(b) Poderão ser cedidas participações em relação a Saldos Devedores ou saldos que estejam pendentes de desembolso no momento de ser celebrado o respectivo acordo de participação.

(c) O Banco poderá, com a anuência prévia do Mutuário, e do Fiador, se houver, ceder total ou parcialmente o saldo não desembolsado do Empréstimo a outras instituições públicas ou privadas. Para tanto, a parcela sujeita à cessão será expressa em termos de um número fixo de unidades da Moeda de Aprovação ou de unidades de Dólares. O Banco poderá ainda estabelecer uma taxa de juros diferente da estabelecida neste Contrato para a parte cedida do Empréstimo, com a prévia anuência do Mutuário, e do Fiador, se houver.

CAPÍTULO IV

Normas Relativas a Desembolsos, Renúncia e Cancelamento Automático do Empréstimo

ARTIGO 4.01. Condições prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estará condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, os seguintes requisitos:

- (a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados, com indicação das disposições constitucionais, jurídicas e regulamentares pertinentes, no sentido de que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e pelo Fiador no Contrato de Garantia, se for o caso, são válidas e exigíveis. Ditos pareceres deverão, ademais, abranger o exame de qualquer consulta de natureza jurídica que, razoavelmente, o Banco considere cabível formular.
- (b) Que o Mutuário, diretamente ou por meio do Órgão Executor, se pertinente, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Contrato e que tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.
- (c) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha demonstrado ao Banco que disporá oportunamente de recursos suficientes para atender, pelo menos durante o primeiro ano civil, à execução do Projeto, de

acordo com o cronograma de investimentos mencionado na alínea que se segue. Quando o Empréstimo financie a continuação da mesma operação, cuja etapa ou etapas anteriores o Banco esteja financiando, a obrigação contida nesta alínea não será aplicável.

- (d) Que o Mutuário, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, se pertinente, tenha apresentado ao Banco um relatório inicial, preparado segundo a forma indicada pelo Banco, que, além de outras informações que o Banco possa razoavelmente solicitar nos termos deste Contrato, compreenda: (i) um plano de execução do Projeto que inclua, quando não se tratar de um programa de concessão de créditos, os planos e especificações que, a juízo do Banco, sejam necessárias; (ii) um calendário ou cronograma de trabalho, ou de concessão de crédito, conforme o caso; (iii) um quadro de origem e aplicação dos recursos, de que constem cronogramas pormenorizados de investimentos, de acordo com as respectivas categorias de investimento, indicadas no Anexo Único deste Contrato, e as indicações das contribuições anuais necessárias de cada uma das distintas fontes de recursos com os quais será financiado o Projeto; e (iv) o conteúdo que devem ter os relatórios de progresso a que se refere o Artigo 8.03 destas Normas Gerais. Estando previsto neste Contrato o reconhecimento de despesas anteriores à data de sua vigência, serão incluídas no relatório inicial uma demonstração dos investimentos e, segundo os objetivos do Projeto, uma descrição das obras realizadas para a execução do mesmo ou uma relação dos créditos já formalizados, conforme o caso, até uma data imediatamente anterior à do relatório.
- (e) Que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato.

ARTIGO 4.02. Prazo para o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso. Se dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados da vigência deste Contrato, ou de um prazo maior que as partes ajustem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato, dando ao Mutuário o aviso correspondente.

ARTIGO 4.03. Requisitos para qualquer desembolso. Para que o Banco efetue qualquer desembolso será necessário que: (a) o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito, ou por meio eletrônico na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado; (b) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme seja o caso, tenha aberto e mantenha uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira em que o Banco realize os desembolsos; (c) salvo acordo em contrário pelo Banco, os pedidos sejam apresentados, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou qualquer extensão do mesmo; (d) não tenham ocorrido quaisquer das circunstâncias descritas no Artigo 6.01 destas Normas Gerais; e (e) o Fiador, quando for o caso, não esteja em mora com relação às suas obrigações de

___/OC-BR

pagamento para com o Banco, a título de qualquer empréstimo ou Garantia, por período superior a 120 (cento e vinte) dias.

ARTIGO 4.04. Desembolsos para Cooperação Técnica. Se as Disposições Especiais contemplarem financiamento de despesas para Cooperação Técnica, os desembolsos para esse propósito poderão ser efetuados depois de cumpridos os requisitos estabelecidos nas alíneas (a) e (b) do Artigo 4.01 e no Artigo 4.03 destas Normas Gerais.

ARTIGO 4.05. Procedimento de desembolso. O Banco poderá efetuar desembolsos da seguinte maneira: (a) transferindo a favor do Mutuário as quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato sob a modalidade de reembolso de despesas e Adiantamento de Fundos; (b) efetuando pagamentos a terceiros por conta do Mutuário, e de comum acordo; ou (c) mediante outra modalidade que as partes acordem por escrito. Qualquer despesa bancária em razão dos desembolsos correrá por conta do Mutuário. Salvo acordo das partes em contrário, somente serão feitos desembolsos, em cada oportunidade, de quantias não inferiores a um montante equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares).

ARTIGO 4.06. Reembolso de despesas. (a) Cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e os que sejam pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar desembolsos para reembolsar ao Mutuário, ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, as despesas efetuadas na execução do Projeto que sejam elegíveis para atender-se com recursos do Empréstimo, de acordo com as disposições deste Contrato.

(b) Salvo acordo expresse entre as partes, os pedidos de desembolso para reembolsar despesas financiadas pelo Mutuário ou pelo Órgão Executor, conforme seja o caso, de acordo com o inciso (a) acima, deverão ser feitos prontamente, à medida que o Mutuário ou o Órgão Executor incorram em tais despesas, ou, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao fim de cada Semestre ou em outro prazo que as partes acordem.

ARTIGO 4.07. Adiantamento de Fundos. (a) Cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e os que sejam pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar desembolsos para adiantar recursos ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, para atender despesas elegíveis com recursos do Empréstimo, nos termos das disposições deste Contrato.

(b) O montante máximo de cada Adiantamento de Fundos será fixado pelo Banco com base nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de gastos, de acordo com o inciso (a) acima. Em nenhuma hipótese o montante máximo de um Adiantamento de Fundos poderá exceder a quantia requerida para o financiamento de tais despesas durante um período máximo de 6 (seis) meses, de acordo com o cronograma de investimentos, o fluxo de recursos requeridos para tais propósitos, e a capacidade demonstrada do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme seja o caso, para utilizar os recursos do Empréstimo.

(c) O Banco poderá (i) ampliar o montante máximo do Adiantamento de Fundos vigente quando tenham surgido necessidades imediatas de recursos financeiros que o justifiquem, se assim lhe for justificadamente solicitado, e se for apresentado um extrato de

122
[Handwritten signature]

despesas programadas para a execução do Projeto correspondente ao período do Adiantamento de Fundos vigente; ou (ii) efetuar um novo Adiantamento de Fundos com base no indicado no inciso (b) acima, quando tenha-se justificado, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos recursos desembolsados a título de adiantamento. O Banco poderá realizar qualquer uma das ações anteriores, desde que se cumpram os requisitos do Artigo 4.03 destas Normas Gerais e os estabelecidos nas Disposições Especiais.

(d) O Banco poderá também reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente ao Banco, de acordo com as disposições deste Contrato.

ARTIGO 4.08. Período de Encerramento. O Mutuário ou o Órgão Executor, conforme seja o caso, deverá: (a) apresentar à satisfação do Banco, dentro do Período de Encerramento, a documentação de respaldo das despesas efetuadas à conta do Projeto e demais informações que o Banco houver solicitado; e (b) devolver ao Banco, no mais tardar no último dia do vencimento do Período de Encerramento, o saldo não justificado dos recursos desembolsados. Caso os serviços de auditoria sejam financiados a débito dos recursos do Empréstimo e que tais serviços não sejam concluídos e pagos antes do vencimento do Período de Encerramento a que se refere o inciso (a) anterior, o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme seja o caso, deverá informar ao Banco e acordar com o mesmo a forma na qual se viabilizará o pagamento de tais serviços, e devolver os recursos do Empréstimo destinados a tal fim, caso o Banco não receba as demonstrações financeiras e demais relatórios auditados dentro dos prazos estipulados neste Contrato.

ARTIGO 4.09. Taxa de Câmbio. (a) Para estabelecer a equivalência em Dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do Mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas Disposições Especiais deste Contrato:

- (i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de reembolso de gastos a débito do Empréstimo e de reconhecimento de gastos a débito do Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco; ou
- (ii) A taxa de câmbio vigente no país do Mutuário na data efetiva do pagamento do gasto na moeda do país do Mutuário.

(b) A taxa de câmbio a que se referem os incisos (i) e (ii) da alínea (a) anterior será a seguinte:

- (i) A taxa de câmbio correspondente ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país membro em matéria de manutenção do valor da moeda, conforme estabelecido na Seção 3 do Artigo V do Convênio Constitutivo do Banco.

- (ii) Na ausência de tal entendimento, aplicar-se-á a taxa de câmbio utilizada nessa data pelo Banco Central do país do Mutuário, ou pela correspondente autoridade monetária para a venda de Dólares aos residentes no país, que não sejam entidades governamentais, para efetuar as seguintes operações: (a) pagamento a título de capital e juros devidos; (b) remessa de dividendos ou de outras rendas provenientes de investimentos de capital no país; e (c) remessa de capitais investidos. Se, para estas três classes de operações, não existir taxa de câmbio idêntica, será aplicável a mais alta, ou seja, a que represente o maior número de unidades na moeda do respectivo país por cada Dólar.
- (iii) Se na data de apresentação da solicitação ao Banco a que se refere o inciso (i) da alínea (a) anterior, ou na data efetiva do pagamento do gasto a que se refere o inciso (ii) da alínea (a) anterior, a regra anterior não puder ser aplicada por inexistência das mencionadas operações, o pagamento será efetuado com base na mais recente taxa de câmbio utilizada para tais operações dentro dos 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação da solicitação ao Banco a que se refere o inciso (i) anterior da alínea (a), ou à data efetiva do pagamento do gasto a que se refere o inciso (ii) da alínea (a) anterior, conforme o caso.
- (iv) Se, não obstante a aplicação das regras acima mencionadas, não for possível determinar a taxa de câmbio vigente ou se surgirem discrepâncias quanto a essa determinação, observar-se-á, nesta matéria, o que o Banco resolver, levando em consideração as realidades do mercado de câmbio no respectivo país do Mutuário.

ARTIGO 4.10. Determinação do valor de moedas conversíveis. Sempre que, na execução deste Contrato, seja necessário determinar o valor de uma moeda em função de outra, tal valor será aquele que o Banco vier razoavelmente a fixar, salvo se o Artigo 4.09 ou as disposições dos Capítulos III e V destas Normas Gerais dispuserem expressamente outra coisa.

ARTIGO 4.11. Recibos. A pedido do Banco, o Mutuário deverá emitir e entregar ao Banco, ao final dos desembolsos, os recibos que representem as quantias desembolsadas.

ARTIGO 4.12. Renúncia a parte do Empréstimo. O Mutuário, com a concordância do Fiador, se houver, poderá, mediante aviso escrito enviado ao Banco, renunciar ao direito de utilizar qualquer porção do Empréstimo que não tenha sido desembolsada antes do recebimento do referido aviso, desde que tal porção não se encontre em qualquer das circunstâncias previstas no Artigo 6.04 destas Normas Gerais.

ARTIGO 4.13. Cancelamento automático de parte do Empréstimo. Salvo acordo expreso e por escrito do Banco com o Mutuário e o Fiador, se houver, no sentido de prorrogar o Prazo Original de Desembolsos, a porção do Empréstimo que não tiver sido comprometida ou desembolsada, conforme o caso, dentro de tal prazo ou suas extensões, ficará automaticamente cancelada.

123
[Handwritten signature]

CAPÍTULO V

Conversões

ARTIGO 5.01. Exercício da Opção de Conversão. (a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros mediante a entrega ao Banco de uma Carta Solicitação de Conversão de caráter irrevogável, em forma e conteúdo satisfatórios para o Banco, na qual os termos e condições financeiras solicitados pelo Mutuário para a respectiva Conversão deverão ser indicados. O Banco poderá fornecer ao Mutuário um modelo de Carta Solicitação de Conversão.

(b) A Carta Solicitação de Conversão deverá ser assinada por um representante devidamente autorizado do Mutuário, deverá ter a anuência do Fiador, se houver, e conterá, ao menos, a informação indicada abaixo:

- (i) **Para todas as Conversões:** (A) número do Empréstimo; (B) montante objeto da Conversão; (C) tipo de Conversão (Conversão de Moeda ou Conversão de Taxa de Juros); (D) número da conta na qual os fundos deverão ser depositados, caso seja aplicável; e (E) Convenção para o Cálculo de Juros.
- (ii) **Para Conversões de Moeda.** (A) Moeda à qual o Mutuário solicita converter o Empréstimo; (B) Cronograma de Amortização associado a tal Conversão de Moeda, o qual poderá ter um prazo de amortização igual ou menor à Data Final de Amortização; (C) a parte do desembolso ou do Saldo Devedor à qual se aplicará a Conversão; (D) o tipo de juros aplicável aos valores que serão objeto da Conversão de Moeda; (E) se a Conversão de Moeda será por Prazo Total ou Prazo Parcial; (F) a Moeda de Liquidação; (G) o Prazo de Execução; e (H) qualquer outra instrução relativa à solicitação de Conversão de Moeda. Na hipótese de a Carta Solicitação de Conversão ser apresentada em relação a um desembolso, a solicitação deverá indicar o valor do desembolso em unidades da Moeda de Aprovação, em unidades de Dólar ou em unidades da Moeda à qual se deseja converter, exceto para o último desembolso, em cujo caso a solicitação terá que ser feita em unidades da Moeda de Aprovação. Nestes casos, se o Banco efetuar a Conversão, os desembolsos serão denominados em Moeda Convertida e serão feitos em: (a) a Moeda Convertida ou (b) em um montante equivalente em Dólares na taxa de câmbio estabelecida na Carta Notificação de Conversão, a qual será a que o Banco determinar no momento da captação de seu financiamento. Na hipótese de a Carta Solicitação de Conversão se referir a Saldos Devedores, a solicitação deverá indicar o valor em unidades da moeda de denominação dos Saldos Devedores.

- (iii) **Para Conversões de Taxa de Juros.** (A) o tipo de taxa de juros solicitada; (B) a parte do Saldo Devedor à qual a Conversão de Taxa de Juros será aplicada; (C) se a Conversão de Taxa de Juros será por Prazo Total ou por Prazo Parcial; (D) o Cronograma de Amortização associado a tal Conversão de Taxa de Juros, o qual poderá ter um prazo de Amortização igual ou menor à Data Final de Amortização; e (E) para Conversões de Taxa de Juros para o estabelecimento de um Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, os limites superior e/ou inferior aplicáveis, conforme o caso; e (F) qualquer outra instrução relativa à solicitação de Conversão de Taxa de Juros.

(c) Qualquer montante de principal devido e pagável entre o 15º dia antes do início do Prazo de Execução e a Data de Conversão, inclusive, não poderá ser objeto de Conversão e deverá ser pago nos termos aplicáveis previamente à execução da Conversão.

(d) Uma vez que o Banco tenha recebido a Carta Solicitação de Conversão, este procederá a revisá-la. Se considerá-la aceitável, o Banco realizará a Conversão durante o Prazo de Execução, de acordo com o disposto neste Capítulo V. Uma vez que a Conversão tenha sido realizada, o Banco enviará ao Mutuário uma Carta Notificação de Conversão com os termos e condições financeiras da Conversão.

(e) Se o Banco determinar que a Carta Solicitação de Conversão não cumpre com os requisitos previstos neste Contrato, o Banco notificará o Mutuário a respeito, durante o Prazo de Execução. O Mutuário poderá apresentar uma nova Carta Solicitação de Conversão, em cujo caso o Prazo de Execução para tal Conversão começará a contar a partir do recebimento pelo Banco da nova Carta Solicitação de Conversão.

(f) Se durante o Prazo de Execução o Banco não conseguir efetuar a Conversão nos termos solicitados pelo Mutuário na Carta Solicitação de Conversão, tal carta será considerada nula e sem efeito, sem prejuízo de eventual apresentação pelo Mutuário de uma nova Carta Solicitação de Conversão.

(g) Se durante o Prazo de Execução ocorrer uma catástrofe nacional ou internacional, uma crise de natureza financeira ou econômica, uma mudança nos mercados de capitais ou qualquer outra circunstância extraordinária que possa afetar, na opinião do Banco, significativamente e adversamente, sua capacidade para efetuar uma Conversão, o Banco informará o Mutuário a respeito e acordará com este qualquer medida que se tenha que realizar com respeito a tal Carta Solicitação de Conversão.

ARTIGO 5.02. Requisitos para toda Conversão. Qualquer Conversão estará sujeita aos seguintes requisitos:

(a) A viabilidade de o Banco realizar qualquer Conversão dependerá do poder do Banco de captar seu financiamento de acordo com suas próprias políticas e estará sujeita a considerações legais, operacionais e de gestão de risco e às condições prevaletentes de mercado.

(b) O Banco não efetuará Conversões de montantes inferiores ao equivalente a US\$3.000.000,00 (três milhões de Dólares), exceto se: (i) no caso do último desembolso, o valor pendente de desembolso for menor; ou (ii) em caso de um Empréstimo completamente desembolsado, o Saldo Devedor de qualquer tranche do Empréstimo for menor.

(c) O número de Conversões de Moeda a Moeda de País não Mutuário não poderá ser superior a quatro durante a vigência deste Contrato. Este limite não será aplicável a Conversões de Moeda a Moeda Local.

(d) O número de Conversões de Taxa de Juros não poderá ser superior a quatro durante a vigência deste Contrato.

(e) Qualquer modificação do Cronograma de Amortização solicitada pelo Mutuário no momento de solicitar uma Conversão de Moeda estará sujeita ao disposto nos Artigos 3.02(c) e 5.03(b) destas Normas Gerais. Qualquer modificação ao Cronograma de Amortização solicitada pelo Mutuário no momento de solicitar uma Conversão de Taxa de Juros estará sujeita ao previsto nos Artigos 3.02(c) e 5.04(b) destas Normas Gerais.

(f) O Cronograma de Amortização resultante de uma Conversão de Moeda ou de uma Conversão de Taxa de Juros, conforme determinado na Carta Notificação de Conversão, não poderá ser modificado posteriormente durante o Prazo de Conversão, exceto se o Banco aceitar o contrário.

(g) Salvo se o Banco aceitar o contrário, uma Conversão de Taxa de Juros com respeito a montantes que previamente tenham sido objeto de uma Conversão de Moeda, somente poderá ser realizada: (i) com relação à totalidade do Saldo Devedor associado a tal Conversão de Moeda; e (ii) por um prazo igual ao prazo restante da respectiva Conversão de Moeda.

ARTIGO 5.03. Conversão de Moeda por Prazo Total ou por Prazo Parcial. (a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Moeda por Prazo Total, ou uma Conversão de Moeda por Prazo Parcial.

(b) A Conversão de Moeda por Prazo Total e a Conversão de Moeda por Prazo Parcial poderão ser solicitadas e efetuadas até a Data Final de Amortização. No entanto, se o Mutuário fizer a solicitação com menos de 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento da primeira prestação de amortização do Empréstimo ou, se for o caso, à tranche do Empréstimo relativa à Conversão de Moeda, tal Conversão de Moeda terá a limitação de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização solicitado não deverá, em momento algum, exceder o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização original, sendo observados os tipos de câmbio estabelecidos na Carta Notificação de Conversão.

(c) No caso de Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário deverá incluir na Carta Solicitação de Conversão: (i) o Cronograma de Amortização até o final do Prazo de Conversão, e (ii) o Cronograma de Amortização correspondente ao Saldo Devedor devido a partir do vencimento do Prazo de Conversão e até a Data Final de Amortização, o qual deverá

corresponder aos termos e condições aplicáveis anteriormente à execução da Conversão de Moeda.

(d) Antes do vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá solicitar ao Banco uma das seguintes opções:

- (i) A realização de uma nova Conversão de Moeda, mediante a prévia apresentação de uma nova Carta Solicitação de Conversão dentro de um período não inferior a 15 (quinze) Dias Úteis antes da data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial. Esta nova Conversão de Moeda terá a limitação adicional de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização não poderá exceder, em momento algum, o Saldo Devedor do Cronograma de Amortização solicitado na Conversão de Moeda por Prazo Parcial original. Se for viável, sujeito às condições de mercado, realizar uma nova Conversão, o Saldo Devedor do montante originalmente convertido continuará a ser denominado na Moeda Convertida, aplicando-se a nova Taxa Base de Juros, que reflita as condições de mercado prevalecentes no momento de execução da nova Conversão.
- (ii) O pagamento antecipado do Saldo Devedor do montante convertido, mediante aviso escrito ao Banco com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial. Este pagamento deverá ser realizado na data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial na Moeda de Liquidação, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(e) Para os efeitos do previsto no inciso (d) deste Artigo 5.03, o Saldo Devedor originalmente sujeito à Conversão de Moeda será automaticamente convertido a Dólares no vencimento da respectiva Conversão de Moeda por Prazo Parcial e estará sujeito à Taxa de Juros prevista no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais: (i) se o Banco não puder realizar uma nova Conversão; (ii) se 15 (quinze) dias anteriores a data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Banco não tiver recebido uma solicitação do Mutuário, nos termos previstos no inciso (d) deste Artigo 5.03; ou (iii) se na data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário não tiver realizado o pagamento antecipado que tiver solicitado.

(f) Na hipótese de o Saldo Devedor originalmente sujeito a Conversão de Moeda ser convertido a Dólares de acordo com o previsto no inciso (e) anterior, o Banco deverá informar ao Mutuário, e ao Fiador, se houver, no final do prazo da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, os valores convertidos a Dólares, assim como a taxa de câmbio correspondente de acordo com as condições prevalecentes de mercado, conforme seja determinado pelo Agente de Cálculo.

(g) O Saldo Devedor convertido a Dólares poderá ser objeto de uma nova solicitação de Conversão de Moeda, sujeito ao disposto neste Capítulo V.

(h) No vencimento de uma Conversão de Moeda por Prazo Total, o Mutuário deverá pagar integralmente o Saldo Devedor do montante convertido na Moeda de Liquidação, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais, não podendo solicitar uma nova Conversão de Moeda.

(i) Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de cancelamento ou modificação de uma Conversão de Moeda, o Mutuário receberá do Banco, ou alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, os valores relativos a qualquer ganho ou perda incorrida pelo Banco para reverter a captação de seu financiamento associada ao cancelamento ou modificação de tal Conversão de Moeda ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo será imputado, primeiro, a qualquer montante vencido pendente de pagamento ao Banco por parte do Mutuário.

ARTIGO 5.04. Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou por Prazo Parcial.

(a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou uma Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial.

(b) A Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total e a Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial poderão ser solicitadas e realizadas até a Data Final de Amortização. No entanto, se o Mutuário fizer a solicitação com menos de 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento da primeira prestação de amortização do Empréstimo ou, se for o caso, da tranche do Empréstimo relativa à Conversão de Taxa de Juros, tal Conversão de Taxa de Juros terá a limitação de que o Saldo Devedor do Empréstimo sujeito ao novo Cronograma de Amortização solicitado não deverá, em momento algum, exceder o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização original.

(c) Para os casos de Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial de montantes denominados em Dólares, o Mutuário deverá incluir na Carta Solicitação de Conversão: (i) o Cronograma de Amortização até o final do Prazo de Conversão; e (ii) o Cronograma de Amortização para o Saldo Devedor devido a partir do vencimento do Prazo de Conversão e até a Data Final de Amortização, o qual corresponderá aos termos e condições aplicáveis anteriormente à execução da Conversão de Taxa de Juros.

(d) No caso de Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial de montantes denominados em Dólares, a Taxa de Juros aplicável aos Saldos Devedores no vencimento de tal Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial será a estabelecida no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais. As Conversões de Taxa de Juros por Prazo Parcial de Saldos Devedores denominados em moeda distinta do Dólar estarão sujeitas ao requisito previsto no Artigo 5.02(g) e, portanto, terão o mesmo tratamento relativo ao vencimento do Prazo de Conversão das Conversões de Moeda por Prazo Parcial, previsto no Artigo 5.03(d) destas Normas Gerais.

(e) Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de cancelamento ou modificação de uma Conversão de Taxa de Juros, o Mutuário receberá do Banco, ou alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, os montantes relativos a qualquer ganho ou perda incorrida pelo Banco para reverter a captação de seu financiamento associada ao cancelamento ou modificação de tal Conversão de Taxa de Juros ou dar-lhe outro fim. Em caso

de ganho, o mesmo será imputado, primeiro, a qualquer valor vencido pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.05. Pagamentos de prestações de amortização e juros em caso de Conversão de Moeda. De acordo com o disposto no Artigo 3.07 destas Normas Gerais, nos casos em que uma Conversão de Moeda tenha ocorrido, os pagamentos das prestações de amortização e juros dos montantes convertidos serão realizados na Moeda de Liquidação. Se a Moeda de Liquidação for Dólares, aplicar-se-á a Taxa de Câmbio de Avaliação vigente na Data de Avaliação do Pagamento para a respectiva data de vencimento, de acordo com o estabelecido na Carta Notificação de Conversão.

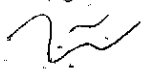
ARTIGO 5.06. Comissões de operação aplicáveis a Conversões. (a) As comissões de operação aplicáveis às Conversões realizadas no âmbito deste Contrato serão as que o Banco determine periodicamente. Cada Carta Notificação de Conversão indicará, se for o caso, a comissão de operação que o Mutuário estará obrigado a pagar ao Banco em relação à execução da respectiva Conversão, a qual permanecerá vigente durante o Prazo de Conversão de tal Conversão.

(b) A comissão de operação aplicável a uma Conversão de Moeda: (i) será expressa em pontos básicos por ano; (ii) incidirá na Moeda Convertida a partir da Data de Conversão sobre o saldo devedor de tal Conversão de Moeda, inclusive; e (iii) deverá ser paga junto com cada pagamento de juros de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(c) A comissão de operação aplicável a uma Conversão de Taxa de Juros: (i) será expressa em pontos básicos por ano; (ii) incidirá na Moeda de denominação do Saldo Devedor sujeito a tal Conversão de Taxa de Juros; (iii) incidirá a partir da Data de Conversão sobre o Saldo Devedor sujeito a tal Conversão de Taxa de Juros, inclusive; e (iv) deverá ser paga junto com cada pagamento de juros de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(d) Sem prejuízo das comissões de operação mencionadas nos incisos (b) e (c) anteriores, para o caso de Conversões de Moeda ou Conversões de Taxa de Juros que contemplem Tetos (*caps*) de Taxa de Juros ou Faixas (*collar*) de Taxa de Juros, aplicar-se-á uma comissão de operação por tal Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, a qual: (i) será denominada na mesma Moeda do Saldo Devedor sujeito ao Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros; e (ii) será liquidada mediante um pagamento único na Moeda de Liquidação, na primeira data de pagamento de juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

ARTIGO 5.07. Custos de Captação e Prêmios ou Descontos associados a uma Conversão. (a) Se o Banco utilizar seu custo efetivo de captação de financiamento para determinar a Taxa Base de Juros, o Mutuário estará obrigado a pagar as comissões e outros custos de captação em que o Banco tenha incorrido. Adicionalmente, quaisquer prêmios ou descontos referentes à captação de financiamento serão pagos ou recebidos pelo Mutuário, conforme for o caso. Estes custos e prêmios ou descontos serão especificados na Carta Notificação de Conversão.

126


(b) Quando a Conversão for realizada por ocasião de um desembolso, o montante a ser desembolsado ao Mutuário deverá ser ajustado para deduzir ou acrescentar qualquer montante devido ao Mutuário ou a pagar pelo mesmo em virtude do inciso (a) anterior.

(c) Quando a Conversão for realizada a Saldos Devedores, o montante devido ao Mutuário ou a pagar ao mesmo em virtude do inciso (a) anterior, deverá ser pago pelo Mutuário ou pelo Banco, conforme for o caso, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à Data da Conversão.

ARTIGO 5.08. Prêmios pagáveis por Tetos (*caps*) de Taxa de Juros ou Faixas (*collar*) de Taxa de Juros.

(a) Além das comissões de operação devidas nos termos do Artigo 5.06 destas Normas Gerais, o Mutuário deverá pagar ao Banco um prêmio sobre o Saldo Devedor sujeito ao Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou à Faixa (*collar*) de Taxa de Juros solicitados pelo Mutuário, equivalente ao prêmio pago pelo Banco a uma contraparte, se houver, como resultado da compra do Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros. O pagamento de tal prêmio deverá ser efetuado: (i) na Moeda de denominação do Saldo Devedor sujeito ao Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou à Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, ou no seu equivalente em Dólares, de acordo como a taxa de câmbio estabelecida na Carta Notificação de Conversão, devendo a taxa de câmbio ser determinada no momento da captação do financiamento do Banco; e (ii) em um pagamento único na data acordada entre as Partes, mas que em caso algum poderá ser posterior a 30 (trinta) dias após a Data de Conversão, a não ser que seja operacionalmente possível para o Banco e este aceite um mecanismo de pagamento diferente.

(b) Se o Mutuário solicitar uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, este poderá solicitar que o Banco estabeleça o limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros para garantir que o prêmio correspondente a tal limite inferior seja igual ao prêmio correspondente ao limite superior e desta forma estabelecer uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros sem custo (*zero cost collar*). Se o Mutuário optar por determinar o limite superior e inferior, o prêmio que deverá ser pago pelo Mutuário ao Banco com respeito ao limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros será compensado com o prêmio que deverá ser pago pelo Banco ao Mutuário com respeito ao limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros. No entanto, o prêmio pagável pelo Banco ao Mutuário com respeito ao limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros não poderá em caso algum exceder o prêmio pagável pelo Mutuário ao Banco com respeito ao limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros. Consequentemente, durante o Prazo de Execução, o Banco poderá reduzir o limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros de modo que o prêmio sobre este não exceda o prêmio sobre o limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.

ARTIGO 5.09. Eventos de Interrupção das Cotações. As partes reconhecem que os pagamentos realizados pelo Mutuário, tanto de amortização como de juros, dos valores que tenham sido objeto de uma Conversão, devem, a todo tempo, estar vinculados à correspondente captação do financiamento do Banco em relação a pagamentos associados a tal Conversão. Assim, as Partes acordam que, não obstante a ocorrência de qualquer evento de interrupção que afete substancialmente os diversos tipos de câmbio, as taxas de juros e índice de ajuste de inflação utilizados neste Contrato, se houver, ou nas Cartas Notificação de Conversão, os pagamentos do Mutuário continuarão vinculados a tal captação do financiamento do Banco. A fim de obter e manter esta vinculação em tais circunstâncias, as partes expressamente acordam que o Agente de Cálculo, visando a refletir a correspondente captação do financiamento do

Banco, determinará a aplicabilidade tanto: (a) de tais eventos de interrupção; e (b) da taxa ou o índice de substituição aplicável para determinar o valor apropriado a ser pago pelo Mutuário.

ARTIGO 5.10. Cancelamento e Reversão da Conversão de Moeda. Se, após a data de assinatura deste Contrato, for promulgada, emitida ou produzida uma mudança em uma lei, decreto ou outra norma legal aplicável, ou se ocorrer uma mudança na interpretação de uma lei, decreto ou outra norma legal, vigente na data de assinatura deste Contrato, que, conforme o Banco razoavelmente o determine, possa impedir o Banco de continuar mantendo, total ou parcialmente, seu financiamento na Moeda Convertida pelo prazo restante e nos mesmos termos da Conversão de Moeda respectiva, o Mutuário, mediante recebimento de prévia notificação por parte do Banco, terá a opção de re-denominar a Dólares o Saldo Devedor objeto da Conversão de Moeda à taxa de câmbio aplicável no momento, conforme esta seja determinada pelo Agente de Cálculo. Tal Saldo Devedor estará sujeito ao Cronograma de Amortização que tenha sido acordado para tal Conversão de Moeda e à Taxa de Juros prevista no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais. O Mutuário poderá ainda pagar antecipadamente ao Banco todas as importâncias que forem devidas na Moeda Convertida, de conformidade com o disposto no Artigo 3.08 destas Normas Gerais.

ARTIGO 5.11. Ganhos ou perdas associadas à Re-denominação a Dólares. Na hipótese de o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, decidir re-denominar o Saldo Devedor objeto de uma Conversão de Moeda a Dólares de acordo com o disposto no Artigo 5.10 anterior, o Mutuário receberá do Banco, ou conforme o caso, pagará ao Banco, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da re-denominação, os montantes relativos a quaisquer ganhos ou perdas associadas a variações nas taxas de juros até a data de redenominação a Dólares determinadas pelo Agente de Cálculo. Qualquer ganho associado a tal Conversão a ser recebido pelo Mutuário será primeiramente imputado a qualquer montante vencido e pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.12. Atraso no pagamento em caso de Conversão de Moeda. O atraso no pagamento dos montantes devidos ao Banco pelo Mutuário a título de principal e quaisquer encargos financeiros devidos por ocasião de uma Conversão, assim como quaisquer prêmios devidos ao Banco em Moeda distinta do Dólar em virtude do Artigo 5.08, facultará ao Banco cobrar juros a uma taxa flutuante na Moeda Convertida determinada pelo Agente de Cálculo, *mais* uma margem de 100 pontos básicos (1%) sobre o total das quantias em atraso, sem prejuízo da aplicação de encargos adicionais que assegurem um pleno repasse de custos na eventualidade de que tal margem não seja suficiente para que o Banco recupere os custos incorridos devido a tal atraso.

ARTIGO 5.13. Custos, gastos ou perdas em caso de Conversões. Na hipótese de uma ação ou omissão do Mutuário ou do Fiador, se houver, incluindo: (a) falta de pagamento nas datas de vencimento de montantes de principal, juros e comissões relacionados a uma Conversão; (b) revogação ou mudança nos termos contidos em uma Carta Solicitação de Conversão; (c) descumprimento total ou parcial de um pagamento antecipado do Saldo Devedor na Moeda Convertida, previamente solicitado pelo Mutuário por escrito; (d) uma mudança nas leis ou regulamentos que possam ter tido um impacto na manutenção da totalidade ou de uma parte do Empréstimo, nos termos acordados de uma Conversão; ou (e) outras ações não descritas

anteriormente, resultar para o Banco em custos adicionais aos descritos neste Contrato, o Mutuário ficará obrigado a pagar ao Banco as respectivas importâncias determinadas pelo Agente de Cálculo, que assegurem um pleno repasse dos custos incorridos.

CAPÍTULO VI

Suspensão de Desembolsos e Vencimento Antecipado

ARTIGO 6.01. Suspensão de desembolsos. O Banco, mediante aviso escrito ao Mutuário, poderá suspender os desembolsos se ocorrer e enquanto subsistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- (a) Mora no pagamento das quantias devidas pelo Mutuário ao Banco a título de principal, comissões e juros, devolução de adiantamentos ou qualquer outro título, de acordo com este Contrato ou com qualquer outro contrato celebrado entre o Banco e o Mutuário, incluindo outro Contrato de Empréstimo ou Contrato de Derivativos.
- (b) Inadimplemento, por parte do Mutuário, de qualquer outra obrigação estipulada neste Contrato ou Contratos subscritos com o Banco para financiamento do Projeto ou no(s) Contrato(s) de Derivativos subscrito(s) com o Banco.
- (c) A retirada ou suspensão, como membro do Banco, do país em que o Projeto deva ser executado.
- (d) Quando o Projeto ou os propósitos do Empréstimo puderem ser afetados por:
 - (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou Órgão Executor; ou
 - (ii) qualquer modificação ou emenda que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco, nas condições básicas cumpridas antes da Resolução aprobatória do Empréstimo ou da assinatura do Contrato. Nesses casos, o Banco terá o direito de requerer do Mutuário e do Órgão Executor informações justificadas e pormenorizadas e somente após ouvir o Mutuário ou o Órgão Executor e examinar suas informações e esclarecimentos, ou no caso de falta de manifestação do Mutuário e do Órgão Executor, poderá suspender os desembolsos se considerar que as modificações introduzidas afetam substancial e negativamente o Projeto ou tornam impossível sua execução.
- (e) Inadimplemento, por parte do Fiador, se existir, de qualquer obrigação estipulada no Contrato de Garantia ou em qualquer Contrato de Derivativos subscrito com o Banco.

- (f) Qualquer circunstância extraordinária que, a critério do Banco, e não se tratando de Contrato em que o Mutuário seja a República, torne improvável que o Mutuário possa cumprir as obrigações contraídas neste Contrato, ou que não permita atingir os propósitos que se tiveram em conta ao celebrá-lo.
- (g) Caso seja determinado, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, em qualquer etapa, que um empregado, agente ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante cometeu uma Prática Proibida durante o processo de contratação ou durante a execução de um Contrato.

ARTIGO 6.02. Término, vencimento antecipado ou cancelamento parcial de quantias não desembolsadas. (a) O Banco poderá pôr termo a este Contrato relativamente à parte do Empréstimo que não tenha sido desembolsada até aquela data ou declarar vencida e exigível, de imediato, a totalidade dos Saldos Devedores ou parte deles, com os juros e comissões devidos até a data do pagamento se: (i) qualquer das circunstâncias previstas nas alíneas (a), (b), (c), e (e) do Artigo anterior se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias, ou (ii) se a informação a que se refere o inciso (d) do Artigo anterior, ou se os esclarecimentos ou informações adicionais apresentados pelo Mutuário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, não forem satisfatórios para o Banco.

(b) Caso seja determinado que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, qualquer firma, entidade ou indivíduo licitante que apresentem ou estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, empresas de consultoria, o Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, o Banco poderá cancelar a parte não desembolsada ou declarar vencido antecipadamente o repagamento da parte do Empréstimo que estiver relacionada inequivocamente com tal contratação, quando houver evidência de que o representante do Mutuário, Órgão Executor ou Órgão Contratante não tenha tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, notificar adequadamente o Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável.

(c) O Banco poderá também cancelar a parte não desembolsada ou declarar vencido antecipadamente o repagamento do Empréstimo referente à aquisição de determinados bens e serviços correlatos, à contratação de obras, serviços correlatos ou serviços de consultoria, se, a qualquer momento, determinar que a mencionada aquisição ocorreu sem que tenham sido seguidos os procedimentos indicados neste Contrato.

ARTIGO 6.03. Práticas Proibidas. (a) Para os efeitos deste Contrato, entende-se que uma Prática Proibida inclui as seguintes práticas: (i) “prática corrupta” consiste em oferecer, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) “prática fraudulenta” é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente, engane

ou pretenda enganar alguma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evadir uma obrigação; (iii) “prática coercitiva” consiste em prejudicar ou causar dano ou na ameaça de prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou propriedade da parte para influenciar, indevidamente, as ações de uma parte; (iv) “prática colusiva” é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, que inclui influenciar, de forma inapropriada, as ações de outra parte; e (v) uma “prática obstrutiva” consiste em: (a) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusória; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir-lhe de divulgar seu conhecimento de assuntos que sejam importantes para a investigação ou que prossiga a investigação, ou (b) todo ato que vise a impedir de forma material o exercício de inspeção do Banco e os direitos de auditoria previstos nos Artigos 8.01(c), 8.02(e), e 8.04(g) destas Normas Gerais.

(b) Além do estabelecido nos Artigos 6.01(g) e 6.02(b) destas Normas Gerais, caso seja determinado que, de acordo com os procedimentos de sanções do Banco, qualquer empresa, entidade ou indivíduo que apresente oferta ou participe de uma atividade financiada pelo Banco incluídos, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários, o Mutuário, Órgão Executor ou Órgão Contratante (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa do processo de contratação ou durante a execução de um contrato, o Banco poderá:

- (i) Não financiar nenhuma proposta de adjudicação de contrato para a aquisição de obras, bens, serviços correlatos e a contratação de serviços de consultoria;
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco, se houver evidência de que o representante do Mutuário, do Órgão Executor ou do Órgão Contratante não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação do Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;
- (iii) Emitir advertência à empresa, entidade ou indivíduo com uma carta formal censurando sua conduta;
- (iv) Declarar uma empresa, entidade ou indivíduo inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (A) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (B) designação como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

- (v) Encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou
 - (vi) Impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, incluída a aplicação de multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações ou autuações. Estas sanções podem ser impostas de forma adicional ou em substituição às sanções referidas no inciso (g) do Artigo 6.01, no inciso (b) do Artigo 6.02 e no inciso (b), itens (i) a (v) deste Artigo 6.03.
- (c) O disposto nos Artigos 6.01(g) e 6.03(b)(i) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção, ou qualquer outra resolução;
- (d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco nos termos das disposições anteriormente referidas será de caráter público;
- (e) Qualquer empresa, entidade ou indivíduo atuando como proponente ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços e concessionários, o Mutuário, Órgão Executor ou Órgão Contratante (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ver-se sujeito a sanções, de acordo com o disposto nos acordos subscritos pelo Banco com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo (e), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.
- (f) Quando o Mutuário adquira bens, obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria diretamente de uma agência especializada, ou contrate uma agência especializada para prestar serviços de assistência técnica ao amparo de um acordo entre o Mutuário e tal agência especializada, serão aplicadas integralmente a requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria ou consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores e prestadores de serviços, concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas) ou a qualquer outra entidade que tenha subscrito contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços correlatos com atividades financiadas pelo Banco, todas as disposições estipuladas neste Contrato relativas a sanções e Práticas Proibidas. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a recorrer a recursos como a suspensão ou rescisão do contrato. O Mutuário se compromete a incluir nos contratos com as agências especializadas disposições obrigando a mesma a consultar a lista de empresas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso uma agência especializada subscreva contrato ou ordem de compra com uma empresa ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente

inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e tomará outras medidas que considere convenientes.

ARTIGO 6.04. Obrigações não atingidas. Não obstante o disposto nos Artigos 6.01 e 6.02 precedentes, nenhuma das medidas previstas neste Capítulo atingirá o desembolso por parte do Banco: (a) das quantias sujeitas à garantia de uma carta de crédito irrevogável; e (b) das quantias às quais o Banco tenha se comprometido especificamente por escrito, perante o Mutuário, ou o Órgão Executor, ou o Órgão Contratante, conforme o caso, a débito dos recursos do Empréstimo, para efetuar pagamentos a um empreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços correlatos, ou serviços de consultoria. O Banco poderá deixar sem efeito o compromisso indicado nesta alínea (b) quando for determinado, de maneira que o Banco considere satisfatória, que, durante o processo de seleção, negociação ou execução do contrato para a aquisição das mencionadas obras, bens e serviços correlatos, ou serviços de consultoria, ocorreram uma ou mais Práticas Proibidas.

ARTIGO 6.05. Reserva de direitos. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, do exercício dos direitos estabelecidos neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia do Banco a tais direitos, nem como aceitação de acontecimentos ou circunstâncias que lhe teriam facultado exercê-los.

ARTIGO 6.06. Disposições não atingidas. A aplicação das medidas estabelecidas neste Capítulo não atingirá as obrigações do Mutuário estipuladas neste Contrato, as quais continuarão em pleno vigor, salvo no caso do vencimento antecipado da totalidade do Empréstimo, em que somente permanecerão em vigor as obrigações pecuniárias do Mutuário.

CAPÍTULO VII

Execução do Projeto

ARTIGO 7.01. Disposições gerais relativas à execução do Projeto. (a) O Mutuário se compromete a executar o Projeto de acordo com os objetivos do mesmo, com a devida diligência, de forma econômica, financeira, administrativa e tecnicamente eficiente e de acordo com as disposições deste Contrato e com os planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos pertinentes ao Projeto que o Banco aprove. Da mesma forma, o Mutuário acorda que todas as obrigações que lhe cabem ou cabem ao Órgão Executor deverão ser cumpridas à satisfação do Banco.

(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco aprove, assim como qualquer modificação substancial em contratos financiados com recursos do Empréstimo, dependerão do consentimento prévio por escrito do Banco.

(c) Em caso de contradição ou inconsistência entre as disposições deste Contrato e qualquer plano, especificação, cronograma de investimentos, orçamento, regulamento ou outro

documento pertinente ao Projeto que o Banco aprove, as disposições deste Contrato prevalecerão sobre tais documentos.

ARTIGO 7.02. Seleção e contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao estabelecido no inciso (b) deste Artigo, o Mutuário se compromete a realizar e, se for o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, realizem a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer pelo Órgão Executor, Agência de Contratações e agência especializada, se for o caso, as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores.

(b) Quando o Banco tenha validado os sistemas do país membro do Banco onde o Projeto será executado, o Mutuário ou, se for o caso, o Órgão Executor, poderá realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos do Empréstimo utilizando tais sistemas, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação aplicável validada, os quais se identificam nas Disposições Especiais. O Mutuário se compromete a notificar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor notifique ao Banco qualquer mudança em tal legislação ou qualquer mudança que afete a mesma, em cujo caso o Banco poderá cancelar, suspender ou modificar os termos de sua validação. O uso de sistemas de país não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e estejam sujeitas às demais cláusulas deste Contrato.

(c) O Mutuário se compromete a atualizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor mantenha atualizado o Plano de Aquisições e o atualize, pelo menos anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada de tal Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, *ex ante* ou *ex post*, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. Em qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, mediante comunicação prévia ao Mutuário ou ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

(e) O Mutuário se compromete a obter, ou se for o caso, a que o Órgão Executor obtenha, antes da adjudicação do contrato correspondente a cada uma das obras do Projeto, se houver, a posse legal dos terrenos onde se construirá a respectiva obra, as servidões ou outros direitos necessários para sua construção e utilização, assim como os direitos sobre as águas que se requeiram para a obra em questão.

ARTIGO 7.03. Utilização de bens. Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Empréstimo deverão destinar-se exclusivamente aos fins do

Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria, os equipamentos de construção utilizados nessa execução e os demais bens, poderão ser empregados para outros fins.

ARTIGO 7.04. Recursos adicionais. (a) O Mutuário deverá fornecer oportunamente todos os recursos adicionais aos do Empréstimo necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto, cujo valor estimado se declara nas Disposições Especiais. Se durante o processo de desembolso do Empréstimo se verificar um aumento no custo estimado do Projeto, o Banco poderá exigir a alteração no cronograma de investimentos a que se refere a alínea (d) do Artigo 4.01 destas Normas Gerais, para que o Mutuário atenda esse aumento.

(b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano civil, que disporá, oportunamente, dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.

CAPÍTULO VIII

Sistema de Informação Financeira, Controle Interno, Inspeções, Relatórios e Auditoria Externa

ARTIGO 8.01. Sistema de informação financeira e controle interno. (a) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter: (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Projeto, proporcione confiabilidade sobre as informações financeiras, registros e arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos e permita o cumprimento das disposições previstas neste Contrato.

(b) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, se comprometem a conservar os registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos contados a partir do vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, de modo a: (i) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (ii) consignar, em conformidade com o sistema de informação financeira que o Banco tenha aprovado, os investimentos no Projeto, tanto com recursos do Empréstimo como com os demais recursos cuja contribuição esteja prevista para sua total execução; (iii) conter os pormenores necessários para a identificação das obras realizadas, dos bens adquiridos e dos serviços contratados, bem como a utilização das referidas obras, bens e serviços; (iv) evidenciar a conformidade na recepção, autorização e pagamento da obra, bem ou serviço adquirido ou contratado; (v) incluir nos referidos registros a documentação relacionada ao processo de aquisição, contratação e execução dos contratos financiados pelo Banco e outras fontes de financiamento, o que compreende, mas não se limita a, avisos de licitação, pacotes de ofertas, resumos, avaliações de ofertas, contratos, correspondência, produtos e minutas de trabalho e faturas, certificados e relatórios de recepção, recibos, inclusive documentos relacionados ao pagamento de comissões e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e (vi) demonstrar o custo dos investimentos em cada

categoria e o progresso físico e financeiro das obras, bens e serviços. Quando se tratar de programas de crédito, os registros deverão precisar, ainda, os créditos concedidos, os resgates recebidos e a utilização dos mesmos.

(c) O Mutuário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com empréstimo do Banco celebrados pelo Mutuário, pelo Órgão Executor ou pelo Órgão Contratante, disposição que exija que os fornecedores e os prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários a manter todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

ARTIGO 8.02. Inspeções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgue necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão permitir que o Banco inspecione a qualquer tempo o Projeto, assim como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal que o Banco enviar ou designar para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos deverá contar com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com tal pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverão proporcionar ao Banco, se eventualmente solicitado por seu representante autorizado, todos os documentos, inclusive os relacionados com as aquisições, que o Banco possa razoavelmente solicitar. Ademais, o Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante deverão colocar à disposição do Banco, se assim solicitado com razoável antecipação, seu pessoal para que respondam às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Mutuário, o Órgão Executor e o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá apresentar os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, se recuse a cumprir a solicitação apresentada pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, a seu exclusivo critério, poderá adotar as medidas que considere apropriadas contra o Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso.

(e) O Mutuário se compromete a incluir nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com empréstimo do Banco celebrado pelo Mutuário, pelo Órgão Executor ou pelo Órgão Contratante, disposição que exija que os requerentes, licitantes, fornecedores e prestadores de serviços e seus representantes, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores e concessionários a:

(i) permitir que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por

131
22

auditores designados pelo Banco; (ii) prestar plena assistência ao Banco durante a investigação; e (iii) fornecer ao Banco qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurar-se de que seus empregados ou agentes que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder a consultas referentes à investigação provenientes do pessoal do Banco ou qualquer investigador, agente, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o requerente, licitante, fornecedor ou prestador de serviços, empreiteiro, consultor, membro de pessoal, subempreiteiro, subconsultor ou seus representantes ou concessionário se negue a cooperar ou descumpra requerimento do Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação do Banco, o Banco, a seu critério único e exclusivo, poderá tomar medidas apropriadas contra o requerente, licitante, fornecedor ou prestador de serviços ou seu representante, empreiteiro, consultor, membro de pessoal, subempreiteiro, subconsultor e seus representantes e concessionário.

ARTIGO 8.03. Relatórios. O Mutuário, ou o Órgão Executor, se pertinente, deverá apresentar à satisfação do Banco, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre, ou em outro prazo acordado pelas Partes, os relatórios referentes à execução do Projeto, preparados de acordo com as normas que, a respeito, forem acordadas com o Banco; e os demais relatórios que o Banco razoavelmente solicitar com relação ao investimento dos montantes emprestados, à utilização dos bens adquiridos com tais montantes e ao desenvolvimento do Projeto.

ARTIGO 8.04. Auditoria externa. (a) O Mutuário se compromete a apresentar ao Banco, diretamente ou por intermédio do Órgão Executor, no prazo, período e frequência indicados nas Disposições Especiais deste Contrato, as demonstrações financeiras e outros relatórios e a informação financeira adicional que o Banco solicite, de acordo com padrões e princípios de contabilidade aceitáveis ao Banco.

(b) O Mutuário se compromete a que as demonstrações financeiras e outros relatórios indicados nas Disposições Especiais deste Contrato sejam auditados por auditores independentes aceitáveis ao Banco, de acordo com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco, e a apresentar, igualmente, à satisfação do Banco as informações referentes aos auditores independentes contratados que o mesmo solicite.

(c) O Mutuário se compromete a selecionar e contratar os auditores independentes necessários à oportuna apresentação das demonstrações financeiras e demais relatórios mencionados no inciso (b) acima, diretamente ou por meio do Órgão Executor, no mais tardar 4 (quatro) meses antes do encerramento de cada exercício fiscal do Mutuário a partir da data em que se inicie a vigência deste Contrato ou em outro prazo que as partes acordem, de acordo com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Mutuário ou o Órgão Executor, segundo pertinente, deverá autorizar os auditores a proporcionar ao Banco a informação adicional que este venha razoavelmente a solicitar, relativa às demonstrações financeiras e aos outros relatórios auditados.

(d) Nos casos em que a auditoria seja responsabilidade de um organismo oficial de fiscalização e este não puder cumprir essa tarefa de acordo com requisitos que o Banco considere satisfatórios ou dentro dos prazos, durante o período e na frequência estipulados neste Contrato,

o Mutuário, ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores independentes aceitáveis para o Banco, de acordo com o disposto no inciso (c) anterior.

(e) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional e mediante prévio acordo entre as partes, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores independentes para a preparação das demonstrações financeiras e outros relatórios auditados previstos neste Contrato quando: (i) os benefícios da seleção e contratação de tais serviços pelo Banco forem maiores; ou (ii) os serviços das firmas privadas e contadores independentes qualificados no país sejam limitados; ou (iii) quando existam circunstâncias especiais que justifiquem a seleção e contratação de tais serviços pelo Banco.

(f) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, a realização de outra classe de auditorias externas ou de trabalhos referentes à auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção e termos de referência serão estabelecidos de comum acordo entre as partes.

(g) Os documentos de licitação e os contratos que o Mutuário, Órgão Executor ou Órgão Contratante celebrem com um fornecedor ou prestador de serviços, empreiteiro, subempreiteiro, consultor, subconsultor, pessoal ou concessionário deverão incluir disposição que permita ao Banco revisar quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submetê-los a uma auditoria por auditores designados pelo Banco.

CAPÍTULO IX

Disposição sobre Gravames e Isenções

ARTIGO 9.01. Compromisso relativo a gravames. Se o Mutuário acordar estabelecer algum gravame específico parcial ou total sobre seus bens ou rendimentos como garantia de uma dívida externa, deverá constituir, simultaneamente, um gravame que garanta ao Banco, em condições de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do Contrato. Contudo, esta disposição não será aplicável: (a) aos gravames constituídos sobre bens, para assegurar o pagamento do saldo pendente do seu preço de aquisição; e (b) aos gravames constituídos em razão de operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos prazos de vencimento não sejam superiores a um ano. Se o Mutuário for um país membro do Banco, a expressão “bens ou rendimentos” refere-se a todo tipo de bens ou rendimentos pertencentes ao Mutuário ou a qualquer uma de suas dependências, que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

ARTIGO 9.02. Isenção de impostos. O Mutuário compromete-se a pagar o capital, os juros, comissões e prêmios e qualquer outro encargo do Empréstimo, assim como qualquer outro pagamento por gastos ou custos que tenham sido originados no âmbito deste Contrato sem

qualquer dedução ou restrição, livre de todo imposto, taxa, direito ou encargo estabelecidos ou que possam ser estabelecidos pelas leis de seu país, e a responsabilizar-se por todo imposto, taxa ou direito aplicável à realização, registro e execução deste Contrato.

CAPÍTULO X

Arbitragem

ARTIGO 10.01. Composição do Tribunal. (a) O Tribunal Arbitral será constituído por três membros, designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Mutuário; e um terceiro, doravante denominado o “Desempatador”, por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à nomeação do Desempatador, ou se uma das partes não puder designar árbitro, o Desempatador será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se qualquer das partes não nomear árbitro, este será designado pelo Desempatador. Se qualquer dos árbitros nomeados, ou o Desempatador, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição pela forma estabelecida para a sua designação original. O sucessor terá as mesmas funções e atribuições do substituído.

(b) Se a controvérsia envolver tanto o Mutuário como o Fiador, se houver, ambos serão considerados como uma só parte, e, por conseguinte, deverão atuar conjuntamente seja para a nomeação do árbitro, seja para os demais efeitos da arbitragem.

ARTIGO 10.02. Início do Processo. Para submeter a controvérsia ao processo de arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que receber essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da referida comunicação à parte reclamante, as partes não houverem chegado a um acordo sobre a designação do Desempatador, qualquer delas poderá solicitar ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos que proceda à designação.

ARTIGO 10.03. Constituição do Tribunal. O Tribunal Arbitral constituir-se-á em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Desempatador determinar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio Tribunal.

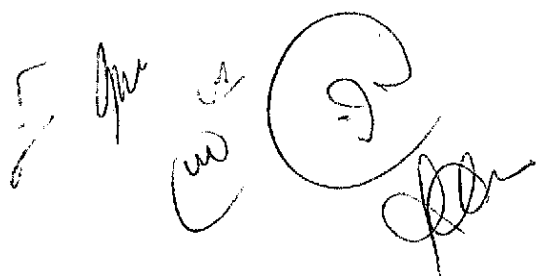
ARTIGO 10.04. Processo. (a) O Tribunal terá competência para conhecer e decidir tão somente sobre a matéria da controvérsia. O Tribunal adotará suas próprias normas de processo e poderá, por iniciativa própria, designar os peritos que considerar necessário. Em qualquer caso, dará sempre às partes a oportunidade de apresentar razões em audiência.

(b) O Tribunal julgará ex aequo et bono, fundamentando sua decisão nos termos deste Contrato e proferirá sentença ainda que uma das partes não haja comparecido.

(c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal, deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da nomeação do Desempatador e, a não ser que o Tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de circunstâncias especiais e imprevistas, será notificada às partes por meio de comunicação subscrita, pelo menos, por dois membros do Tribunal, deverá ser cumprida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de notificação, terá efeito executório e será irrecorrível.

ARTIGO 10.05. Despesas. Os honorários de cada árbitro serão custeados pela parte que o houver designado e os honorários do Desempatador serão custeados em parcelas iguais entre as partes. Antes de constituir-se o Tribunal, as partes entrarão em acordo quanto aos honorários das demais pessoas cuja intervenção no processo arbitral se julgar necessária. Se as partes, na oportunidade, não chegarem a um acordo, o próprio Tribunal fixará a remuneração que seja razoável para as pessoas referidas, segundo as circunstâncias. Cada parte custeará suas próprias despesas no processo de arbitragem, mas as despesas do Tribunal serão custeadas, em parcelas iguais, pelas partes. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou quanto à forma de pagamento será resolvida pelo próprio Tribunal, mediante decisão irrecorrível.

ARTIGO 10.06. Notificações. Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será efetuada segundo a forma prevista neste Contrato. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

 _____/OC-BR

Empréstimo No. ____/OC-BR
Resolução DE-____/____

CONTRATO DE GARANTIA

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Empréstimo ao Estado da Bahia

Programa de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde
na Região Metropolitana de Salvador - PROSUS

____ de _____ de 20____

LEG/SGO/CSC/IDBDOCS: 38682553

NOTA: ESTA MINUTA É PRELIMINAR E INFORMAL NÃO CONSTITUINDO UMA PROPOSTA DE CONTRATO. A MINUTA FINAL SOMENTE SERÁ ENVIADA DEPOIS DA APROVAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PELA DIRETORIA EXECUTIVA DO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.

CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO celebrado no dia ____ de _____ de 20____, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador") e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco").

CONSIDERANDO:

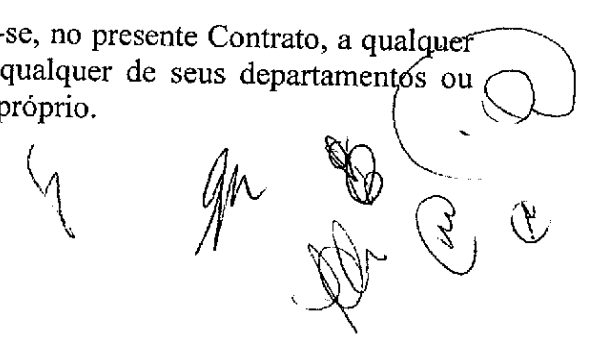
Que por meio do Contrato de Empréstimo No. ____/OC-BR (a seguir denominado "Contrato de Empréstimo"), celebrado nesta mesma data em [lugar da assinatura], entre o Banco e o Estado da Bahia (a seguir denominado "Mutuário"), o Banco concordou em outorgar ao Mutuário um Empréstimo até a quantia de US\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a débito dos recursos do Capital Ordinário do Banco, desde que o Fiador garanta solidariamente as obrigações financeiras do Mutuário estipuladas no referido Contrato de Empréstimo e que o referido Fiador contraia as obrigações adicionais que se especificam neste instrumento.

Que o Fiador, pelo fato de haver o Banco assinado o Contrato de Empréstimo com o Mutuário, concordou em garantir o referido Empréstimo, de acordo com o estipulado neste instrumento, observadas as autorizações estipuladas na legislação brasileira pertinente.

AS PARTES CONTRATANTES têm justo e acordado o seguinte:

1. O Fiador, como devedor solidário, responsabiliza-se por todas as obrigações financeiras, tais como pagamento do principal, juros e demais encargos relativos ao Empréstimo, contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, cujos termos o Fiador declara conhecer integralmente. As referidas obrigações financeiras não incluem compromisso do Fiador de contribuir com recursos adicionais para a execução do Projeto.
2. O Fiador se compromete a não tomar nenhuma medida nem permitir que, no âmbito de sua competência, sejam tomadas providências que dificultem ou impeçam a execução do Projeto ou obstem o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário estabelecida no Contrato de Empréstimo.
3. O Fiador se compromete a, no caso de estabelecer qualquer gravame sobre seus bens ou receitas fiscais, como garantia de uma dívida externa, constituir, ao mesmo tempo, um gravame que assegure ao Banco, em posição de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações contraídas neste Contrato. Esta disposição não se aplicará, entretanto: (a) aos gravames sobre bens comprados para garantir o pagamento do saldo devedor do respectivo preço; nem (b) aos gravames pactuados em operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano de prazo.
4. A expressão "bens ou receitas fiscais" refere-se, no presente Contrato, a qualquer classe de bens ou rendas que pertençam ao Fiador ou a qualquer de seus departamentos ou órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

____/OC-BR



5. O Fiador se compromete a:

- (a) cooperar, no âmbito de sua competência, para assegurar o cumprimento dos objetivos do Empréstimo;
- (b) informar ao Banco, com a maior urgência possível, qualquer fato que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins do Empréstimo, ou o cumprimento das obrigações do Mutuário;
- (c) no âmbito da sua competência, proporcionar ao Banco as informações que este, razoavelmente, solicite quanto à situação do Mutuário;
- (d) facilitar, no âmbito da sua competência, aos representantes do Banco, o exercício das suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e a execução do Projeto; e
- (e) informar ao Banco, com a maior urgência possível, caso esteja, em cumprimento de suas obrigações de devedor solidário, efetuando os pagamentos correspondentes ao serviço do Empréstimo.

6. O Fiador concorda que tanto o principal quanto os juros e demais encargos do Empréstimo serão pagos sem nenhuma redução ou restrição, livres de quaisquer impostos, taxas, direitos ou encargos estabelecidos nas leis da República Federativa do Brasil, e que tanto este Contrato como o Contrato de Empréstimo estarão isentos de qualquer imposto, taxa ou direito aplicáveis em relação à celebração, registro e execução de contratos.

7. O Fiador só ficará exonerado da responsabilidade contraída com o Banco depois de ter o Mutuário cumprido integralmente com todas as obrigações financeiras assumidas no Contrato de Empréstimo. Em caso de qualquer inadimplemento por parte do Mutuário, a obrigação do Fiador não estará sujeita a qualquer notificação ou interpelação, nem a qualquer formalidade processual, demanda ou ação prévia contra o Mutuário ou contra o próprio Fiador. O Fiador, ainda, renuncia expressamente a quaisquer direitos, benefícios de ordem ou de excussão, faculdades, favores ou recursos que lhe assistam, ou possam assistir. O Fiador declara-se ciente, igualmente, de que não se desobrigará da responsabilidade contraída para com o Banco se ocorrer: (a) omissão ou abstenção no exercício, por parte do Banco, de quaisquer direitos, faculdades ou recursos que lhe assistam contra o Mutuário; (b) tolerância ou concordância do Banco com inadimplemento do Mutuário ou atrasos em que este venha a incorrer no cumprimento de suas obrigações; (c) prorrogações de prazos ou quaisquer outras concessões feitas pelo Banco ao Mutuário, desde que com a prévia anuência do Fiador; (d) alteração, aditamento ou revogação, total ou parcial, de qualquer das disposições do Contrato de Empréstimo, desde que feitos com a prévia anuência do Fiador. Sem prejuízo do que estabelece esta Cláusula, o Banco comunicará ao Fiador qualquer inadimplemento de obrigação do Mutuário.

8. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, no exercício dos direitos pactuados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercê-los.

9. Qualquer controvérsia que surja entre as partes, com respeito à interpretação ou aplicação deste Contrato, que não possa ser dirimida por acordo mútuo, será submetida a sentença do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida no Capítulo X das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os fins dessa arbitragem, aplicam-se ao Fiador todas as referências feitas ao Mutuário no mencionado Capítulo das Normas Gerais. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Fiador, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro.

10. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todos os avisos, solicitações ou notificações que as partes contratantes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato deverão ser efetuadas, sem exceção alguma, por escrito e considerar-se-ão efetivadas quando de sua entrega ao destinatário, por qualquer meio usual de comunicação, no respectivo endereço, a seguir indicado:

Ao Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

Fax: +1 (202) 623-3096

Ao Fiador:

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar
Brasília - D.F. - Brasil
70.048-900

Fax: +55 (61) 3412-1740

The block contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a vertical signature. In the center, there is a large circular mark with a stylized 'D' or 'G' inside. To the right of the circle, there are two more signatures, one above the other, with some additional markings below them.

_____/OC-BR

113
22

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Fiador e o Banco, agindo cada qual por intermédio de seu representante autorizado, subscrevem este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, em _____ [lugar da assinatura], na data mencionada na frase inicial deste Contrato.

REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

[nome da pessoa que assina]
[cargo da pessoa que assina]

[nome da pessoa que assina]
[cargo da pessoa que assina]

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

EM BRANCO

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília
Junho/2014

MINISTRO DA FAZENDA
Gulio Mantega

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Amaury Augusto Filho

SUBSECRETÁRIOS
Celso Liberman de Oliveira
Edson Cordeiro de Aguiar
Gilmar de Silva Barros
Leandro Ribeiro de Aguiar
Maurício Feres Aguiar
Paulo Fernando Leite

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS-FISCAIS
Fábia M. Magalhães Amorim Maciel

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICOS-FISCAIS
Aloísio Pires de Souza

EQUIPE
Amaury Francisco da Silva Santos
Breno F. Eduardo de Aguiar
Diana M. Ribeiro de Aguiar
Gabriel G. Aguiar
Gilberto G. Aguiar

Ata
Projeto Gerente: Renato Barbosa e André N. da
C. Oliveira do Projeto Gerente: Alinne L. F. e Viviane Barros
Desenvolvido: Renato Barbosa

O Relatório do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencione a fonte.

Informações:
Tel. (61) 3413-2000
Fax. (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: estudos@tesouro.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, Bloco 2, Anexo 1º andar, sala 3.134
70049-902 - Brasília-DF

Para a seguir a reprodução, é necessária a autorização de quem a reprodução for solicitada, sendo que a reprodução não pode ser feita sem a autorização expressa.

Brasília do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional - v. 20, n. 05 (maio 2014) - Brasília - STN, 195.

Mensal
Continuação de Demonstração de evolução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2070

1. Finanças públicas - Previsões; 2. Receita pública - Previsões; 3. Despesa pública - Previsões
1. Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional

CDD 336.065

Resultado do Tesouro Nacional - Maio/2014

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originados de parcerias da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2014 a 20/05/2014, conforme demonstrativo abaixo.

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida		R\$ Mil			
	IPI	IR	IPI + IR	Dado do Crédito	FPE	FPM
ABR/2014 DEC	2.653.981	20.564.108	23.218.089	MAI/2014 DEC	3.993.511	4.179.256
MAI/2014 DEC	852.150	1.589.221	2.441.371	MAI/2014 DEC	419.916	439.447
MAI/2014 DEC	598.831	7.963.596	8.572.428	MAI/2014 DEC	1.474.458	1.543.037
TOTAL	4.094.962	30.136.925	34.231.887	TOTAL	5.887.885	6.161.740
						327.597
						12.317.221

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais.
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computados os recebimentos de dívida ativa.
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição dos Fundos

Estados	UF	FPM	FPE	IPLEXP
ACRE	AC	32.847,89	201.424,53	18,01
ALAGOAS	AL	146.897,32	244.941,89	284,13
AMAZONAS	AM	84.569,92	164.295,53	2.539,73
AMAPA	AP	24.163,04	200.894,62	576,72
BAHIA	BA	564.376,85	553.237,42	18.464,43
CEARÁ	CE	306.126,00	431.988,21	2.071,58
DISTRITO FEDERAL	DF	10.470,25	40.638,18	539,71
ESPIRITO SANTO	ES	108.850,76	88.318,27	16.291,74
GOIAS	GO	226.163,94	167.398,45	7.430,15
MARANHÃO	MA	256.160,29	424.999,29	2.905,16
MINAS GERAIS	MG	808.177,31	282.278,82	4.151,88
MATO GROSSO DO SUL	MS	91.548,62	78.428,82	5.879,05
MATO GROSSO	MT	112.464,32	135.886,49	19.302,62
PARÁ	PA	216.645,26	281.984,91	1.359,85
PARANÁ	PR	199.228,69	406.275,82	317,25
PERNAMBUCO	PE	303.365,92	254.439,05	66,46
PIAUÍ	PI	163.571,28	159.789,49	21.836,12
RIO DE JANEIRO	RJ	416.445,10	88.949,21	55.288,30
RIO GRANDE DO NORTE	RN	164.951,82	243.589,33	291,42
RODONIA	RO	155.238,53	165.779,28	934,65
RODAVIA	RR	52.300,72	146.060,75	11,84
RIO GRANDE DO SUL	RS	417.070,64	138.647,91	31.421,47
SANTA CATARINA	SC	340.603,39	75.353,15	17.509,32
SERGIPE	SE	92.037,51	244.659,27	153,18
SAO PAULO	SP	821.095,13	58.878,85	65.519,40
TOCANTINS	TO	67.642,81	255.534,19	325,95
TOTAL		6.161.739,90	5.887.884,66	327.596,98

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 3 de dezembro de 2013, foi publicada a Portaria STN nº 667, de 2 de dezembro de 2013, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2014, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/transferencias-conflicto-e-lacais>

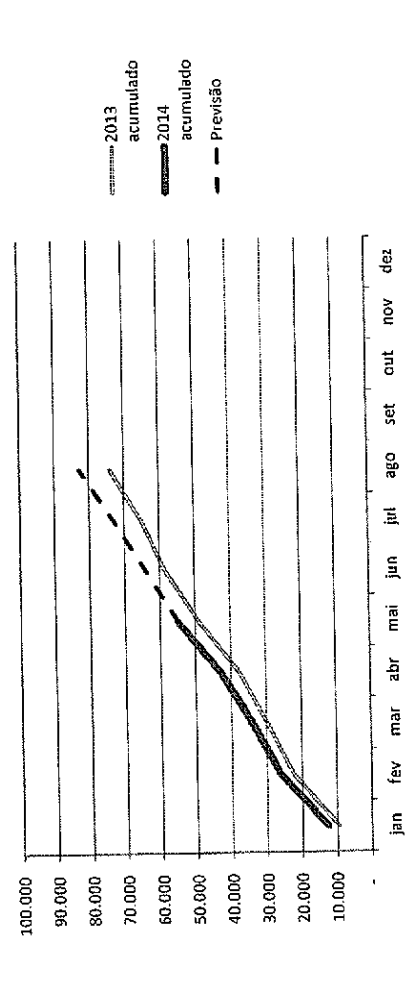
Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT

Fone: (61) 3413-3051 Fax: (61) 3413-1519

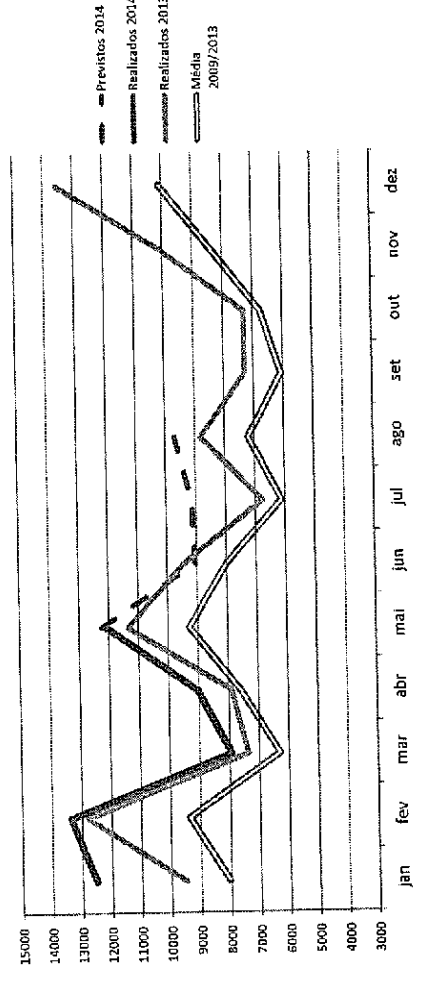
Email: coint@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br

Gráficos

VALORES ACUMULADOS (FPM e FPE)



SAZONALIDADE ANUAL (FPM e FPE)



Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central.....	5
Receitas do Tesouro Nacional.....	7
Transferências do Tesouro Nacional.....	11
Despesas do Tesouro Nacional.....	13
Previdência Social.....	19
Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22
Dívida Interna Líquida.....	23
Dívida Externa Líquida.....	26

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central.....	5
Tabela 2 - Resultado do Governo Central - % PIB.....	6
Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central.....	7
Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB.....	9
Tabela 5 - Dividendos pagos à União.....	10
Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios.....	11
Tabela 7 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB.....	12
Tabela 8 - Despesas Primárias do Governo Central.....	13
Tabela 9 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Tabela 10 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	16
Tabela 11 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano.....	17
Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano.....	17
Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB.....	18
Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social.....	19
Tabela 15 - Resultado da Previdência Social - % PIB.....	21
Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social.....	21
Tabela 17 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional.....	23
Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional.....	24
Tabela 21 - Háveres Internos do Tesouro Nacional.....	25
Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional.....	26
Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional.....	26

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central.....	6
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	8
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	9
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais.....	11
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal.....	14
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano.....	15
Gráfico 10 - Execução de Restos a Pagar.....	16
Gráfico 11 - Benefícios Emitidos da Previdência.....	20
Gráfico 12 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional.....	22



TESOURO NACIONAL

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVIII - nº 5 - Maio de 2014 - Internet: <https://www.tesourofazenda.gov.br/>

Comentários

Em maio de 2014 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 33,26%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 12.049.624,55 (mil), ante R\$ 9.042.035,92 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na internet no portal da Secretaria do Tesouro Nacional - STN:

• <https://www.tesourofazenda.gov.br/web/stn/transferencias-constitucionais-e-lancas>

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os anexos referentes às distribuições decorrentes das cédulas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para elevar a consulta, acesso: → Governo (Estadual ou Municipal) → Gestão de Recursos → Repasses de recursos → Clique aqui para acessar o demonstrativo

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2013			2014			Variação Nominal			
	Abril	Maio	Abril Maio	Abril	Maio	Abril Maio	Maio/14 Abr/14	Maio/14 Mai/13	Abr Mai/13	
FPM	4.037.487	5.801.320	24.981.603	4.623.768	6.161.740	28.061.605	33,26%	6,21%	12,28%	
FPE	3.858.043	5.543.483	23.880.864	4.418.267	5.887.895	28.814.498	33,26%	6,21%	12,28%	
IPI-EXP	215.189	289.353	1.361.295	301.193	327.597	1.521.580	8,77%	13,21%	12,80%	

Obs.: Valores já abatidos da margem para o FUNDEB (20%).

Previsão x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Maio	35,3%	33,26%	35,3%	33,26%	7,4%	8,77%

Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Junho	Junho	Agosto
FPM	-24,9%	1,0%	6,0%
FPE	-24,9%	1,0%	6,0%
IPI - EXP	-0,2%	2,0%	5,0%

Tabela B.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões

Discriminação	2013		2014		Variação (%)	
	Maio	Junho	Maio	Junho	Maio/Jun	Jun/Jun
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	852.208,7	849.913,8	875.218,9	875.218,9	3,0%	2,7%
Dívida Interna	2.724.511,2	2.923.230,6	2.095.659,0	2.095.659,0	2,5%	9,6%
DPF em Poder do Público	1.850.605,3	1.559.699,6	2.029.699,6	2.029.699,6	3,0%	10,3%
LFT	404.011,5	338.552,7	401.357,1	401.357,1	3,3%	-0,7%
NTN-B	547.203,7	571.155,9	612.543,7	612.543,7	7,2%	11,9%
NTN-C	591.002,3	684.847,3	692.055,1	692.055,1	1,1%	17,1%
NTN-F	196.011,1	70.871,4	71.138,0	71.138,0	0,7%	7,8%
Dívida Securitizada	7.943,4	7.424,9	7.395,7	7.395,7	-0,5%	-7,0%
Dívida em Poder do Banco Central	27.549,9	28.334,6	29.155,2	29.155,2	2,8%	5,8%
DPMF em Poder do Banco Central	922.828,8	908.393,6	991.964,4	991.964,4	0,6%	7,5%
LFT	308.822,0	179.776,5	181.331,2	181.331,2	0,9%	-41,3%
NTN	174.001,4	321.931,5	324.612,1	324.612,1	0,8%	86,6%
Demais Títulos na Carteira do BCB	440.001,4	484.695,6	486.021,1	486.021,1	0,3%	10,5%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-32.241,2	-28.422,7	-29.718,5	-29.718,5	3,9%	-31,2%
Demais Obrigações Internas	4.322,9	3.599,0	3.512,5	3.512,5	-2,4%	-18,7%
Haveres Internos	1.882.902,5	2.071.316,8	2.110.440,1	2.110.440,1	2,4%	12,7%
Disponibilidades Internas	522.184,5	577.765,3	615.467,0	615.467,0	7,3%	17,9%
Haveres junto aos Governos Regionais	509.271,7	537.142,2	539.064,0	539.064,0	0,4%	5,8%
Bônus Renegociados	5.119,7	4.792,6	4.787,0	4.787,0	-0,1%	-6,5%
Haveres Originários do Proef (MP 2.156/01)	1.475,5	1.288,0	1.261,6	1.261,6	-2,1%	-14,5%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.377,3	12.811,7	12.811,7	12.811,7	0,1%	3,6%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-26,6%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	19.001,6	14.013,2	13.944,9	13.944,9	-0,4%	7,1%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.416/97)	396.551,3	423.321,3	424.855,3	424.855,3	0,4%	11,5%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	68.412,4	73.571,9	74.020,2	74.020,2	0,6%	11,5%
Antecipação de Royalties	6.374,4	5.335,8	5.335,5	5.335,5	0,0%	-16,3%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	1.980,4	2.027,7	2.035,9	2.035,9	0,4%	3,6%
Haveres da Administração Indireta	310.479,5	359.498,0	362.745,9	362.745,9	1,0%	16,8%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	175.308,0	198.448,8	198.557,6	198.557,6	0,1%	13,3%
Fundos Constitucionais Regionais	78.373,4	86.487,4	87.439,3	87.439,3	1,1%	11,6%
Fundos Diversos	56.798,1	74.557,8	76.759,1	76.759,1	3,4%	35,1%
Haveres Administradas pela STN	540.366,8	601.220,3	603.163,2	603.163,2	11,6%	11,6%
Haveres dos Órgãos, Entidades e Empresas Externas	5.771,0	5.811,6	5.816,0	5.816,0	0,1%	0,8%
Haveres de Operações Estruturadas	67.808,3	66.751,9	67.138,4	67.138,4	0,6%	-1,0%
Haveres Originários de Privatizações	9.201,7	8.567,7	8.629,2	8.629,2	0,7%	-6,2%
Haveres de Legislação Específica	431.428,8	495.235,6	495.996,0	495.996,0	0,8%	14,9%
Demais Haveres Administrados pela STN	25.167,0	24.851,5	24.583,7	24.583,7	-1,1%	-2,3%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	93.997,1	92.378,2	92.811,6	92.811,6	0,4%	-2,3%
Dívida Externa	94.590,0	93.902,1	93.223,5	93.223,5	0,3%	-1,4%
Dívida Mobiliária	81.359,9	83.295,6	83.482,2	83.482,2	0,3%	2,6%
Euro	2.367,5	5.716,4	5.654,5	5.654,5	-1,1%	138,8%
Global US\$	65.207,6	62.897,7	64.079,4	64.079,4	0,3%	1,7%
Global BRL	13.751,3	13.631,5	13.748,4	13.748,4	0,9%	0,6%
Demais Títulos Externos	33,4	0,0	0,0	0,0	-	-100,0%
Dívida Contratual	13.230,1	9.656,5	9.744,3	9.744,3	0,9%	-26,4%
Organismos Multilaterais	7.598,9	2.919,8	2.909,7	2.909,7	-0,3%	-61,7%
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.631,2	6.736,7	6.831,6	6.831,6	1,6%	21,3%
Haveres Externos	992,8	432,9	411,9	411,9	-2,8%	-30,5%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	946.205,8	942.392,0	968.030,5	968.030,5	2,7%	2,3%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PBS	20,7%	19,0%	19,4%	19,4%	2,1%	-6,5%

Obs.: Dívidas em Poder do Banco Central e do BCB.
1/ Inclui títulos de dívida securitizada e TPD.
2/ Inclui juros correntes - acumulado em 12 meses.

Resultado Fiscal do Governo Central

Em maio de 2014, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 10,5 bilhões, contra superávit de R\$ 16,6 bilhões em abril. O Tesouro Nacional apresentou déficit de R\$ 6,5 bilhões, enquanto a Previdência Social (RPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,9 bilhões e R\$ 136,4 milhões, respectivamente.

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central - 8 mil - 10/2014						
Discriminação de Resultado	Abr/14	Maio/14	Variação	Abr/14	Maio/14	Variação
Receitas do Tesouro	95.151,4	63.422,3	-31.729,1	95.151,4	63.422,3	-31.729,1
Receitas da Previdência Social	24.799,3	13.501,3	-11.298,0	24.799,3	13.501,3	-11.298,0
Receitas do BCB	215,2	104,5	-110,7	215,2	104,5	-110,7
Receitas de Outras Fontes	16.333,3	12.762,2	-3.571,1	16.333,3	12.762,2	-3.571,1
Despesas do Tesouro	106,6	106,6	0,0	106,6	106,6	0,0
Despesas da Previdência Social	42.414,4	48.151,3	5.736,9	42.414,4	48.151,3	5.736,9
Despesas do BCB	23.870,3	21.749,2	-2.121,1	23.870,3	21.749,2	-2.121,1
Despesas de Outras Fontes	106,6	106,6	0,0	106,6	106,6	0,0
Resultado Primário	10,5	-10,5	-21,0	10,5	-10,5	-21,0
Resultado Primário do Tesouro Nacional	10,5	-10,5	-21,0	10,5	-10,5	-21,0
Resultado Primário da Previdência Social	10,5	-10,5	-21,0	10,5	-10,5	-21,0
Resultado Primário do BCB	10,5	-10,5	-21,0	10,5	-10,5	-21,0
Resultado Primário de Outras Fontes	10,5	-10,5	-21,0	10,5	-10,5	-21,0

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Ajustado pelo correto de "despesa em andamento" que corresponde ao valor do aquecimento na Conta Única. A partir de 8/2013, inclui recursos de complementação da FDS e despesas realizadas com recursos da FDS, conforme previsto na Lei nº 12.741/2012.
2. Em 2008, consequência da despesa de integralização do FDS no Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização - FFI, conforme previsto na Lei nº 11.857/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012, correção de erro de registro de dados de caixa do fundo. Fica de investimento e estabilização - FFI, conforme previsto na Resolução CD/38 nº 9/2012.
3. Despesas administrativas, liquidadas e emendas pagas, incluindo transferência do Tesouro Nacional.

As receitas do Governo Central diminuiram R\$ 22,2 bilhões (19,8%) devido, principalmente, à concentração sazonal de recolhimentos tributários em abril. Esse comportamento decorreu dos decréscimos de R\$ 12,1 bilhões (28,3%) na arrecadação de impostos, de R\$ 2,3 bilhões (8,0%) nas receitas de contribuições e de R\$ 7,5 bilhões (50,0%) nas demais receitas.

As despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de R\$ 562,1 milhões (0,7%) no comparativo entre abril e maio de 2014. Observou-se diminuição de R\$ 1,1 bilhão (2,3%) nas despesas do Tesouro Nacional, aumento de R\$ 613,3 milhões (2,1%) nas despesas da Previdência Social e diminuição de R\$ 65,4 milhões (21,3%) nos gastos do Banco Central.

Gráfico 1. Receita, Despesa e Resultado do Governo Central
Brasil - 2013/2014 - R\$ bilhões

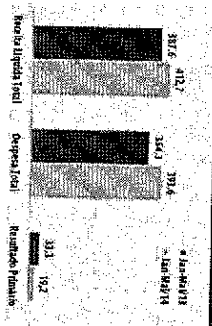
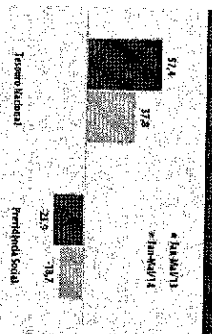


Gráfico 2. Resultado do Governo Central
Brasil - 2013/2014 - R\$ bilhões



Comparativamente ao acumulado no mesmo período de 2013, houve decréscimo de R\$ 14,1 bilhões (42,4%) no superávit até o mês de maio. Esse comportamento reflete o decréscimo de R\$ 19,5 bilhões (34,1%) no superávit do Tesouro Nacional, compensado pela redução de R\$ 5,2 bilhões (21,8%) no déficit da Previdência Social e pela apuração de um superávit de R\$ 1,9 milhão no Banco Central, enquanto em 2013 houve um déficit de R\$ 240,2 milhões.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 37,8 bilhões (8,0%) relativamente ao acumulado até maio de 2013. Desse montante, destaque-se o crescimento das receitas de impostos (R\$ 10,5 bilhões), contribuições (R\$ 4,8 bilhões), demais receitas do Tesouro (R\$ 8,7 bilhões) e receitas previdenciárias (R\$ 12,7 bilhões).

As transferências a Estados e Municípios apresentaram aumento de R\$ 12,6 bilhões (15,2%) em 2014, em virtude, principalmente, do crescimento de R\$ 7,7 bilhões (12,3%) observado nas transferências constitucionais, de R\$ 1,8 bilhão nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, havendo sido pago R\$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados e Municípios (MP nº 629/2013), sem contrapartida em igual período de 2013, além do crescimento de R\$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente à segunda parcela, em abril de 2014, do auxílio financeiro aos Municípios de acordo com a Lei nº 12.859/2013.

Ainda com relação aos cinco primeiros meses do ano anterior, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 39,3 bilhões (11,1%), destacando-se os incrementos de R\$ 5,3 bilhões (6,6%) nas despesas com pessoal e encargos sociais e de R\$ 22,1 bilhões (22,3%) nas outras despesas de custeio e capital. Cumpre destacar a incorporação como despesa primária do pagamento de auxílio à CDE em 2014 no montante de R\$ 3,3 bilhões, sem contrapartida nos primeiros cinco meses do ano anterior, além das despesas de compensação do RGPS, que alcançaram R\$ 6,5 bilhões até maio de 2014, contra R\$ 2,5 bilhões em igual período de 2013, cujos pagamentos se iniciaram em abril daquele ano.

Tabela 7.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ milhões

Descrição	2013		2014		Variação (%)
	10-Mai	Ano-Mai	10-Mai	Ano-Mai	
1. RECEITAS ORÇUNADAS DO BACEN					
Emissão de títulos	114.007,7		117.381,4		55,31%
Remuneração das Disponibilidades	77.244,3		119.670,9		54,59%
Remuneração das Adic. Financeiras das Ugs	22.146,7		24.583,1		10,91%
Resultado do Banco Central	2.270,8		2.388,6		4,31%
2. DESPESAS NO BACEN					
Resgate de títulos	12.565,8		30.778,9		145,33%
Encargos da DPMF	101.000,0		143.205,5		41,79%
3. RESULTADO (1 - 2)	83.466,8		119.712,0		43,43%
	17.394,2		23.095,0		31,99%
	13.007,7		34.174,5		158,73%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1/ Valor estatístico pelo conceito de "Bacajun", que corresponde à disponibilização, por via de fato, de títulos de capitalização de longo prazo, de forma a serem utilizados para o pagamento de obrigações de curto prazo.
2/ Valor estatístico pelo conceito de "Bacajun", que corresponde à disponibilização, por via de fato, de títulos de capitalização de longo prazo, de forma a serem utilizados para o pagamento de obrigações de curto prazo.

Em 2014, a superávit do Governo Central, acumulada até maio, foi de R\$ 19,2 bilhões, o equivalente a 0,93% do PIB.

3,18

Tabela 7.2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2013/2014			
Descrição	2013	2014	
Receita Total (R\$ bil.)	412,6	451,4	
Despesa Total (R\$ bil.)	364,3	386,2	
Resultado Primário (R\$ bil.)	48,3	65,2	
Resultado Social (R\$ bil.)	51,4	51,4	
Resultado Bancário (R\$ bil.)	1,9	1,9	
Resultado Total (R\$ bil.)	101,6	118,5	
Resultado Total (%)	24,6%	26,3%	
Resultado Social (%)	12,4%	11,4%	
Resultado Bancário (%)	0,5%	0,5%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Tabela 7.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central I - Brasil - Mensal
R\$ Milhões

Discriminação	2013		2014		Variação (%)	
	Mai/13	Abr/13	Mai/14	Abr/14	Mai/14	Mai/13
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	13.427,6	47.709,1	5.620,5	-	-88,2%	-59,1%
Emissão de Títulos	8.634,9	42.102,6	0,0	-	-100,0%	-100,0%
Remuneração das Disponibilidades	4.418,6	5.135,2	5.195,0	-	1,2%	17,6%
Remuneração das Aplicações Financeiras das Ugs	374,1	47,3	434,6	-	-7,8%	16,2%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-	-	-
2. DESPESAS NO BACEN	21.700,0	43.644,7	3.862,3	-	-91,2%	-82,1%
Resgate de Títulos	16.953,6	41.559,3	0,0	-	-100,0%	-100,0%
Encargos da DPMF	4.736,4	1.985,4	3.862,3	-	94,5%	-16,5%
3. RESULTADO (1 - 2)	-8.272,4	4.064,4	1.758,2	-	56,5%	-

Obr.: Dados sujeitos a alteração.
1/ Valores ajustados pelo conceito de "Liquidez", que corresponde à disponibilização, por parte da STN, do limite de saque em dinheiro para as demais Ugs.
2/ Valores publicados pelo site do Banco Central em 15/05/2014, relativos ao mês de maio de 2014.

Receitas do Tesouro Nacional

Tabela 3: Receitas Primárias do Governo Central - Brasil: 2013/2014					R\$ Milhões	
Discriminação da Receita	Abr/13	Mai/13	Variação %		2013	2014
					Jan - Mai	Jan - Mai
11 - Receitas de Impostos	107.360,3	91.030,3	-14,3%		107.360,3	91.030,3
Receitas Federais	81.971,3	61.211,3	-24,3%		81.971,3	61.211,3
Impostos	20.000,0	24.449,3	22,4%		20.000,0	24.449,3
IR	42.344,4	30.371,6	-28,2%		42.344,4	30.371,6
IP	33.444,4	21.053,3	-36,5%		33.444,4	21.053,3
Outras	4.011,6	4.116,4	2,5%		4.011,6	4.116,4
Contribuições	15.181,9	13.982,3	-8,2%		15.181,9	13.982,3
CSLL	7.028,8	3.852,7	-45,1%		7.028,8	3.852,7
PIS/Pasep	4.011,6	4.351,7	8,5%		4.011,6	4.351,7
Outras Contribuições	0,0	0,0	-		0,0	0,0
Outras	2.388,8	2.604,4	9,0%		2.388,8	2.604,4
Demais	11.860,6	7.354,1	-38,0%		11.860,6	7.354,1
Letra de Câmbio	4.024,1	1.891,3	-52,5%		4.024,1	1.891,3
Letra de Câmbio - Finações	4.795,5	2.225,7	-53,4%		4.795,5	2.225,7
Restos a Pagar	725,8	258,8	-64,6%		725,8	258,8
Outras	21.467,7	779,9	-96,4%		21.467,7	779,9
Outras	13.222,2	1.765,3	-86,7%		13.222,2	1.765,3
F) Restos a Pagar	911,3	822,6	-9,7%		911,3	822,6
F) Restos a Pagar - Finações	4,7	0,0	-100,0%		4,7	0,0
Receitas de Provisões Sociais	10.799,3	26.444,6	145,9%		10.799,3	26.444,6
Receitas de Provisões Sociais - Iniciais	26.152,2	28.065,6	7,3%		26.152,2	28.065,6
Receitas de Provisões Sociais - Finações	684,1	600,3	-11,8%		684,1	600,3
Receitas de Provisões Sociais - Demais	11,0	11,0	0,0%		11,0	11,0
Receitas de Provisões Sociais - Total	27.447,3	34.676,9	26,3%		27.447,3	34.676,9
Receitas de Provisões Sociais - Total	27.447,3	34.676,9	26,3%		27.447,3	34.676,9

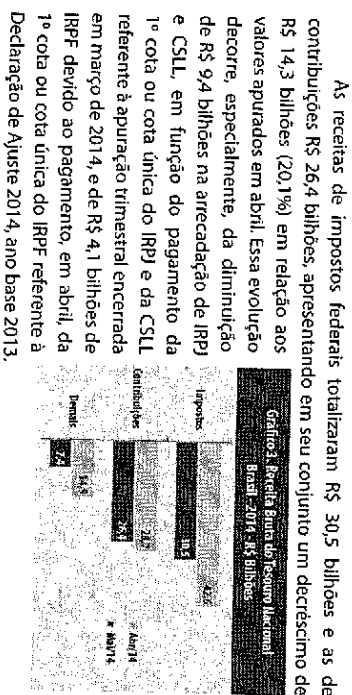
Fonte: Tesouro Nacional.
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurados pelo conceito de "Liquidez", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/02/2012, inclui recursos de compensação do FGTS, com juros previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui do total da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) o aporte patrimonial da CPSS do servidor público federal, sem fins no resultado primário consolidado.
3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do Resultado do RPS por clientela urbana e rural é realizada pelo MIO, da Previdência Social, segundo metodologia própria.

A Receita do Governo Central apresentou decréscimo de 19,8% relativamente ao mês anterior, devido, principalmente, à concentração sazonal de recolhimentos tributários em abril.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R\$ 21,8 bilhões (25,4%), passando de R\$ 86,1 bilhões, em abril, para R\$ 64,2 bilhões em maio de 2014. Este comportamento é explicado, principalmente, pela diminuição de R\$ 12,1 bilhões (28,3%) em impostos, de R\$ 2,3 bilhões (8,0%) em contribuições e de R\$ 7,5 bilhões (50,5%) em demais receitas.



As demais receitas do Tesouro Nacional registraram diminuição de R\$ 7,5 bilhões, explicada por: i) decréscimo de R\$ 4,1 bilhões (68,5%) na arrecadação da cota parte de compensações devido ao recolhimento trimestral, em abril, da participação especial na exploração de petróleo e gás natural; e ii) redução de R\$ 2,0 bilhões (42,6%) nas receitas diretamente arrecadadas, em função da arrecadação sazonal, em abril, da Condecine, no valor de R\$ 875,2 milhões.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Na comparação com o acumulado até maio de 2013, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 24,0 bilhões (6,7%), passando de R\$ 358,4 bilhões para R\$ 382,4 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, do efeito conjunção do desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, das desconexões tributárias, em especial, folha de pagamento, Cide-Combustíveis, IP-Automóveis e IOF-Crédito Pessoa Física.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

- i) aumento de R\$ 6,6 bilhões (11,8%) na arrecadação de IRRF, sobretudo em função de: a) crescimento de R\$ 3,5 bilhões nas receitas com IRRF – Rendimentos

Resultado do Tesouro Nacional - Maio/2014

Tabela 6.2. Execução Financeira do Tesouro Nacional¹⁾ - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Descrição	2013		2014		Variação (%)
	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai	Jan-Mai/13	
FLUXO FISCAL					
1. RECEITAS	479.789,3	531.975,0			10,8%
1.1. Rescolimento Bruto	344.826,1	383.787,6			11,3%
1.2. (-) Incentivos Fiscais	-51,6	-6,3			-87,8%
1.3. Outras Operações Oficiais de Crédito	8.552,1	8.385,5			-2,2%
1.4. Receita das Operações de Crédito	1.335,9	1.134,5			-15,1%
1.5. Receita do Salário Educação	8.020,3	8.932,9			11,6%
1.6. Arrecadação Líquida da Previdência Social	117.106,4	129.380,7			10,5%
1.7. Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0			-
2. DESPESAS	504.297,3	604.826,1			19,9%
2.1. Liberações Vinculadas	104.261,2	126.886,0			21,7%
Transferências a Fundos Constitucionais	66.945,0	75.174,2			12,3%
Demais transferências a Estados e Municípios	15.007,1	16.399,7			8,9%
Transferência da Lei Complementar nº 87/1996	812,5	2.762,5			240,0%
Outras Vinculações	21.496,6	32.619,6			51,7%
2.2. Liberações Ordinárias	399.976,1	477.940,1			19,5%
Pessoal e Encargos Sociais	86.984,5	92.579,3			6,4%
Encargos da Dívida Contratual	1.875,4	3.352,4			77,7%
Dívida Contratual Interna	326,8	1.700,0			-48,0%
Dívida Contratual Externa	1.548,6	3.152,4			104,2%
Encargos da DPVF - Mercado	38.175,7	45.474,0			19,1%
Benefícios Previdenciários	132.483,9	135.973,5			2,6%
Curto e Investimento	136.352,0	197.598,7			44,9%
Operações Oficiais de Crédito	4.094,7	3.032,1			-25,0%
Restos a Pagar	0,0	0,0			-
3. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (1 - 2)	-24.448,1	-73.251,1			199,8%
FLUXO DE FINANCIAMENTO					
4. RECEITAS	77.696,4	201.481,2			210,8%
4.1. Emissão de Títulos - Mercado	72.060,5	230.087,7			219,3%
4.2. Outras Operações de Crédito	5.635,8	11.393,5			102,2%
5. DESPESAS	162.998,8	265.461,5			63,3%
5.1. Amortização da Dívida Interna	162.065,9	263.817,5			62,8%
Resgate de Títulos - Mercado	161.477,8	263.055,8			62,9%
Dívida Contratual	588,1	761,7			28,5%
5.2. Amortização da Dívida Externa	531,0	1.643,9			208,5%
5.3. Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0			-
6. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (4.1 - 5.1)	-89.417,2	-32.988,1			-63,1%
7. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	17.940,5	34.174,5			90,6%
8. FLUXO DE CAIXA TOTAL (3 + 4 + 5 + 7)	-81.088,3	-68.006,9			-34,1%

1/ Valores ajustados pelo conceito de "Tutela" que correspondem à disponibilização, por parte da TNU, de recursos de natureza operacional, para o pagamento de "pagamento de longo prazo" para a emissão de títulos de curto prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

2/ Valores ajustados pelo conceito de "Tutela" que correspondem à disponibilização, por parte da TNU, de recursos de natureza operacional, para o pagamento de "pagamento de longo prazo" para a emissão de títulos de curto prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

3/ Valores ajustados pelo conceito de "Tutela" que correspondem à disponibilização, por parte da TNU, de recursos de natureza operacional, para o pagamento de "pagamento de longo prazo" para a emissão de títulos de curto prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

4/ Valores ajustados pelo conceito de "Tutela" que correspondem à disponibilização, por parte da TNU, de recursos de natureza operacional, para o pagamento de "pagamento de longo prazo" para a emissão de títulos de curto prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

5/ Valores ajustados pelo conceito de "Tutela" que correspondem à disponibilização, por parte da TNU, de recursos de natureza operacional, para o pagamento de "pagamento de longo prazo" para a emissão de títulos de curto prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

6/ Valores ajustados pelo conceito de "Tutela" que correspondem à disponibilização, por parte da TNU, de recursos de natureza operacional, para o pagamento de "pagamento de longo prazo" para a emissão de títulos de curto prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

7/ Valores ajustados pelo conceito de "Tutela" que correspondem à disponibilização, por parte da TNU, de recursos de natureza operacional, para o pagamento de "pagamento de longo prazo" para a emissão de títulos de curto prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

8/ Valores ajustados pelo conceito de "Tutela" que correspondem à disponibilização, por parte da TNU, de recursos de natureza operacional, para o pagamento de "pagamento de longo prazo" para a emissão de títulos de curto prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo, para o pagamento de longo prazo.

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Diferencia	2013	2014
Puntuación Global	207,6	70,3
EBE	94,3	42,1
EBUE	208,5	338,3
GEU	4,1	17,6
EBUE/GEU	90,7	0,8
EBUE/EBE	6,0	20,5
EBE/GEU	11	50,0
EBUE/EBE/GEU	30,7	22,0
EBUE/EBE	24,3	28,1
EBE/EBUE	1,003	9,973

decorrente, principalmente:

j) da arrecadação de R\$ 9,0 bilhões proveniente de dividendos, enquanto no mesmo período de 2013 essa receita havia sido de R\$ 3,9 bilhões; e

ii) do aumento de R\$ 1,8 bilhão (10,7%) nas receitas referentes à cota parte de compensações financeiras, passando de R\$ 16,3 bilhões até maio de 2013 para R\$ 18,1 bilhões no mesmo período de 2014, devido ao aumento da produção e da taxa média de câmbio.

[illegible]

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões

Despesa	2013		2014		Variação (%) Jan-2014/Jan-2013
	Jan-2013	Jan-2014	Jan-2013	Jan-2014	
DESPESA TOTAL	154.284,4	159.242,8	154.284,4	159.242,8	3,3%
Despesa do Tesouro	80.097,3	85.371,2	80.097,3	85.371,2	6,6%
Prêmio e Encargos Sociais ¹⁾	3.684,1	3.684,1	3.684,1	3.684,1	-75,9%
d/c Sentenças Judiciais e Precatórios	232.278,8	159.202,6	232.278,8	159.202,6	-20,3%
Crédito e Capital	14.156,5	15.331,6	14.156,5	15.331,6	8,4%
Operações do RAT	13.965,6	15.166,7	13.965,6	15.166,7	8,6%
Aluguel e Seguro Desempenho	130,9	138,9	130,9	138,9	6,1%
Subsídios e Subvenções Econômicas ²⁾	4.298,1	4.306,6	4.298,1	4.306,6	0,2%
Operações Oficiais de Crédito e Resgate de Passivos	3.136,2	3.235,9	3.136,2	3.235,9	3,2%
Operações de custeio administrativo	80,1	51,4	80,1	51,4	-35,7%
Equivalência de Investimentos	138,0	87,3	138,0	87,3	-36,2%
Equivalência de Investimentos em Imóveis	209,9	332,3	209,9	332,3	58,3%
Política de preços agrícolas	84,7	7,6	84,7	7,6	-91,0%
Equilíbrio do Orçamento do Governo Federal	5,1	164,5	5,1	164,5	3.208,0%
Equilíbrio das Ações do Governo Federal	126,0	138,0	126,0	138,0	9,5%
Equilíbrio das Ações do Governo Federal	1.562,2	476,6	1.562,2	476,6	-70,0%
Procedimentos	1.333,3	418,3	1.333,3	418,3	-68,2%
Equilíbrio das Ações do Governo Federal	52,3	52,3	52,3	52,3	0,0%
Concessão de Financiamento ³⁾	124,1	160,3	124,1	160,3	28,3%
Procedimentos	284,1	284,1	284,1	284,1	0,0%
Equilíbrio das Ações do Governo Federal	199,2	199,2	199,2	199,2	0,0%
Concessão de Financiamento ³⁾	448,6	272,9	448,6	272,9	-39,2%
Programa especial de saneamento de linhas (PESL) ⁴⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Ceasa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PIS) ⁵⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Seguridade Social (INSS) ⁶⁾	51,0	6,7	51,0	6,7	-87,3%
Fundo de terra (FNT) ⁷⁾	38,1	42,1	38,1	42,1	10,5%
Fundo de terra (FNT) ⁷⁾	4,6	0,0	4,6	0,0	-100,0%
Operações de crédito destinadas a pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁾	32,3	53,3	32,3	53,3	63,5%
Programa de Sustentação do Investimento - PSI	72,1	14,3	72,1	14,3	-80,3%
Operações de crédito destinadas a pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁾	0,1	0,0	0,1	0,0	-100,0%
Operações de crédito destinadas a pessoas com deficiência (EQPCD) ⁸⁾	290,0	0,0	290,0	0,0	-100,0%
Fundo Setorial de Desenvolvimento (FSD) ⁹⁾	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Capitalização e Engajamento	188,0	242,2	188,0	242,2	26,8%
Subsídio Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	134,2	0,0	134,2	100,0%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	2.820,0	1.940,5	2.820,0	1.940,5	-31,2%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMI) ¹⁰⁾	14.019,1	14.973,0	14.019,1	14.973,0	6,8%
Capitalização e Engajamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%
Subsídio Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	3.404,4	0,0	3.404,4	100,0%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	94.385,1	331.095,8	94.385,1	331.095,8	252,7%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMI) ¹⁰⁾	312,1	540,6	312,1	540,6	74,2%
Capitalização e Engajamento	509,7	687,9	509,7	687,9	35,1%
Subsídio Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	2.907,8	3.210,4	2.907,8	3.210,4	10,4%
Capitalização e Engajamento	3.049,0	2.453,0	3.049,0	2.453,0	-19,5%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	18.191,5	26.072,5	18.191,5	26.072,5	49,4%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	1.324,6	1.324,6	1.324,6	1.324,6	0,0%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	70.099,0	80.617,8	70.099,0	80.617,8	15,1%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	2.917,2	6.498,9	2.917,2	6.498,9	123,4%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	1.011,0	1.000,6	1.011,0	1.000,6	-0,9%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	138.482,2	146.946,8	138.482,2	146.946,8	5,5%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	107.424,4	124.236,9	107.424,4	124.236,9	15,9%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	2.475,3	2.027,4	2.475,3	2.027,4	-18,1%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	31.450,8	32.698,9	31.450,8	32.698,9	3,9%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	1.115,8	598,7	1.115,8	598,7	-46,5%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	1.517,1	1.260,5	1.517,1	1.260,5	-16,4%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	507,4,4	6.235,8	507,4,4	6.235,8	1.229,7%
Operações de Aceleração do Crescimento - PAC	443,4	671,4	443,4	671,4	51,4%

1) Despesas com juros e encargos.
2) Despesas com juros e encargos.
3) Despesas com juros e encargos.
4) Despesas com juros e encargos.
5) Despesas com juros e encargos.
6) Despesas com juros e encargos.
7) Despesas com juros e encargos.
8) Despesas com juros e encargos.
9) Despesas com juros e encargos.
10) Despesas com juros e encargos.
11) Despesas com juros e encargos.

Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 6 - Transferências de Estados e Municípios - Brasil - 2013/2014					
Destinatário	2013	2014	Variação %	2013	2014
União	11.7	11.7	0,0%	11.7	11.7
Estados	11.7	11.7	0,0%	11.7	11.7
Municípios	11.7	11.7	0,0%	11.7	11.7
Total	11.7	11.7	0,0%	11.7	11.7

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1997 (até 2003) e Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

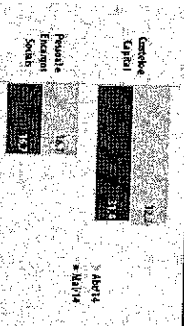
Transferências do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em maio de 2014, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R\$ 5,4 bilhões (33,2%), totalizando R\$ 21,8 bilhões, contra R\$ 16,3 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

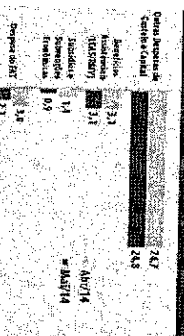
- do aumento de R\$ 3,8 bilhões (32,5%) nas transferências constitucionais, como impacto da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de abril, com reflexos nas transferências de maio;
- do acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (240,2%) nas transferências relacionadas ao Fundeb, de acordo com calendário de execução estabelecido pelas Portarias Interministeriais MEC/MF nº 16/2013 e nº 19/2013;
- da redução de R\$ 1,5 bilhão em outras transferências, referente ao pagamento da segunda parcela do auxílio financeiro aos Municípios em abril, sem contrapartida no mês de maio, de acordo com a Lei nº 12.859/2013; e
- do aumento de R\$ 1,5 bilhão (99,5%) nas transferências de royalties de petróleo, instituídas pela Lei nº 9.478/1997, em decorrência do repasse sazonal, efetuado em maio, de recursos provenientes de participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, arrecadados em abril.

Resultado do Tesouro Nacional - Maio/2014

**Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2014 - R\$ Bilhões**



**Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2014 - R\$ Bilhões**



investimentos realizados pelo Ministério da Defesa; b) crescimento de R\$ 500,4 milhões (33,4%) nos investimentos realizados pelo Ministério das Cidades; c) aumento de R\$ 365,7 milhões (90,4%) nos investimentos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; e d) acréscimo de R\$ 261,9 milhões (93,6%) nos investimentos realizados pelo Ministério da Saúde;

iii) redução de R\$ 611,4 milhões (3,4%) nas Outras Despesas de Custeio, que teve como variações mais significativa a diminuição de R\$ 900,0 milhões (40,5%) na despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos. Cumpre destacar que essa compensação é fruto da desoneração da folha de pagamentos (Lei nº 12.715/2012) e segue o cronograma disposto na Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MP5 nº 2, de 28 de março de 2013;

iv) ocorrência de R\$ 529,0 milhões nas despesas referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), sem contrapartida no mês anterior; e

v) diminuição de R\$ 510,3 milhões (35,9%) em Subsídios e Subvenções Econômicas. Este

resultado decorreu principalmente da execução dos seguintes Programas: a) Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (decréscimo de R\$ 380,7 milhões); e b) Equalização de custeio agropecuário (redução de R\$ 371,3 milhões).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 16,73 bilhões no mês frente a R\$ 16,65 bilhões em abril de 2014, apresentando aumento de 0,5%.

**Tabela 3.1. Dividendos pagos à União^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões**

Discriminação	2013		2014		Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Abril	Maio/14 Abr/14	Maio/14 Abr/13
DIVIDENDOS	2.895,1	2.340,7	779,9	223,4	-66,7%	-73,1%
Banco do Brasil	142,7	0,0	118,0	0,0	-	-17,3%
BNB	0,0	42,1	0,0	0,0	-100,0%	-
BNDES	2.090,5	0,0	0,0	0,0	-100,0%	-
Caixa	0,0	15,6	404,4	0,0	-	-
Correios	101,3	0,0	0,0	0,0	-100,0%	-
Eletrobras	0,0	0,0	230,5	0,0	-	-
JBS	1,1	47,0	3,1	0,0	-93,5%	189,0%
Petrobras	502,4	2.012,7	0,0	0,0	-100,0%	-100,0%
Demais	57,3	223,4	23,8	0,0	-89,3%	-58,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo comitê de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única

R\$ 85,4 bilhões em 2014. Cumprir destacar que houve diminuição de R\$ 2,8 bilhões no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até maio de 2014, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 17,9 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 4,9 bilhões), Educação (R\$ 4,0 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,2 bilhões).

R\$ Milhões			
Tabela 10 - Ótica Despesa de Capital - Brasil - 2013/2014			
Destinação	2013	2014	Variação %
Investimentos	2.727,1	2.942,6	6,3%
Transferências	4.035,1	4.412,0	9,3%
Outros	2.107,8	2.100,6	-0,3%
Total	8.870,0	9.455,2	6,6%
Restos a Pagar	1.870,3	2.023,3	8,2%
Contratados	55.472,1	4.408,6	-92,1%
Outros	1.814,7	1.614,7	-11,0%
Total	20.257,5	21.501,1	6,1%
Outros	11.310,6	11.278,2	-0,3%
Outros	1.392,1	3.044,4	119,4%
Outros	1.568,0	2.283,3	45,7%
Outros	832,7	489,1	-41,3%
Outros	127,4	1.002,5	684,7%
Outros	513,1	482,2	-6,0%
Outros	682,2	453,3	-33,6%
Outros	833,2	1.109,6	33,1%
Total	28.855,3	31.095,5	7,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui restos orçamentários relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Compromete e despesa de RP, passível de redução a meio de supressão premial.
3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de Imp. Especial, Incidência AIA, fundos de desenvolvimento, ADM, ADEB, despesa de Imp. Especial, Incidência AIA, fundos de desenvolvimento de RP, PIAE e integralização de ações de desenvolvimento.
4. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FGTS) em função da intervenção da tabela de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.719/2012.

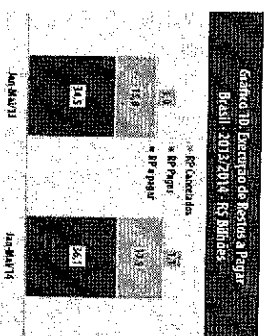


Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Discriminação	2013		2014		Variação (%)	
	Maio	Abril	Maio	Abil/13	Maio/13	Maio/13
1. RECEITA TOTAL	92.689,2	112.366,0	80.110,9	-20,8%	-1,3%	
Receitas do Tesouro Nacional	67.310,9	85.151,1	65.422,3	-15,5%	-6,6%	
Receita Bruta	68.950,0	86.097,0	64.246,9	-25,4%	-6,8%	
Impostos	31.296,0	42.562,8	30.512,0	-28,3%	-2,5%	
IR	22.214,4	33.141,6	21.053,3	-36,5%	-5,2%	
IR - Pessoa Física	2.564,8	6.520,1	2.664,1	-60,9%	0,0%	
IR - Pessoa Jurídica	8.508,8	13.461,6	7.269,4	-46,0%	-14,6%	
IR - Retido na Fonte	11.940,8	12.870,0	11.119,8	-13,0%	0,7%	
IRPF - Rendimentos do Trabalho	6.346,5	7.087,1	6.832,1	-3,6%	0,7%	
IRPF - Rendimentos do Capital	2.548,8	3.001,7	2.412,1	-19,6%	-5,4%	
IRPF - Remessas ao Exterior	1.401,5	2.025,4	1.111,1	-45,0%	-20,0%	
IRPF - Outros Rendimentos	744,0	755,8	762,6	0,9%	2,5%	
IP	3.742,7	4.018,0	4.118,4	2,5%	10,0%	
IP - Fumo	383,2	296,3	444,6	50,1%	16,0%	
IP - Bebidas	273,4	271,4	252,5	6,9%	-7,6%	
IP - Automóveis	346,0	391,3	372,7	4,7%	10,3%	
IP - Vinculado a Importação	1.254,9	1.254,9	1.254,9	2,1%	10,3%	
IP - Outros	1.589,7	1.794,2	1.737,6	-2,0%	12,0%	
IDF	2.498,2	2.428,5	2.297,2	-2,5%	-5,7%	
Importo de Importação	2.803,2	2.955,9	2.954,2	-0,1%	5,2%	
Outros	31,5	18,6	18,9	-1,6%	-39,9%	
Contribuições	27.870,4	28.662,9	26.378,8	-8,0%	-5,4%	
COFINS	16.634,4	15.151,9	15.989,3	5,2%	-4,0%	
CPMF	4,6	0,1	0,3	165,3%	-92,5%	
CSLL	4.773,8	7.088,2	3.883,2	-46,1%	-18,7%	
CIDE-Combustíveis	1,3	0,8	0,8	6,7%	-40,1%	
PIS/Pasep	4.280,0	4.013,6	4.236,1	5,5%	-1,0%	
Salário Educação	1.211,9	1.379,0	1.402,1	1,7%	10,2%	
Outras	884,4	1.009,6	866,9	-14,1%	-2,0%	
Demas	9.783,5	14.680,4	7.354,1	-50,5%	-24,8%	
CPSS - II	1.140,1	1.050,2	1.050,2	-3,5%	-7,2%	
Outra parte de compensações financeiras	1.476,4	6.026,1	1.889,3	-63,9%	20,0%	
Diretamente arrecadadas	2.855,6	4.745,5	2.175,7	-42,6%	-4,9%	
Concessões	1.101,6	275,8	238,8	5,8%	-78,4%	
Diferenças	2.855,1	2.340,7	779,9	-66,7%	-73,1%	
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-	
Outras	302,8	507,5	660,3	30,1%	118,1%	
(-) Restituições	-1.033,1	-931,3	-822,6	-11,7%	-20,4%	
(-) Incentivos Fiscais	0,0	-4,7	0,0	-100,0%	-	
Receitas da Previdência Social	24.739,3	26.799,3	26.603,8	-0,7%	9,1%	
Urbanos	23.816,1	26.195,2	26.000,6	-0,7%	9,2%	
Rural	563,2	604,1	603,2	-0,1%	7,1%	
Receitas do Banco Central	391,5	415,7	104,8	-74,8%	-73,4%	
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL	18.539,8	16.331,1	21.716,7	33,1%	17,4%	
Transferências Constitucionais	14.642,7	11.979,0	15.471,5	32,5%	5,4%	
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	162,5	162,5	162,5	0,0%	0,0%	
Transferências do Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-	
Demas Transferências	3.824,6	4.489,5	6.122,7	36,4%	60,1%	
Salário Educação	752,2	824,0	851,6	4,1%	14,0%	
Royalties	3.051,0	1.462,6	2.914,2	-99,5%	-4,5%	
Fundef/Fundeb	0,0	685,8	2.333,3	240,2%	-	
Outros	21,4	1.131,1	17,7	-98,8%	-17,3%	
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	74.159,9	96.035,0	68.394,2	-28,5%	-7,0%	

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ A partir de 01/01/2013, inclui receitas de complementação do IPI, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 15/01/2013.

2/ A partir de 01/01/2013, inclui receitas de complementação do IPI, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 15/01/2013.

3/ A partir de 01/01/2013, inclui receitas de complementação do IPI, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 15/01/2013.

4/ A partir de 01/01/2013, inclui receitas de complementação do IPI, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 15/01/2013.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (Lei 2003) e Lei Complementar nº 115/2002 (Lei 2003) e 2003).

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

	2013	2014	Variação (%)
	R\$ Milhões	R\$ Milhões	R\$ Milhões
1. RECEITA TOTAL	470.624,0	500.436,6	6,3%
Receita do Tesouro Nacional	378.877,2	378.877,2	7,1%
Receita Bruta	338.406,2	332.377,8	6,7%
Impostos	271.133,8	187.844,6	6,5%
Contribuições	139.387,9	144.153,8	3,4%
Dotação	47.624,5	56.371,4	18,4%
Descontos	0,0	0,0	-
d) da Cessão Onerosa Exploração Petróleo	-4.677,4	-3.487,9	-25,9%
Restituições	51,6	-4,3	-87,8%
Receitas da Previdência Social	112.623,9	128.240,6	14,8%
Receitas da Previdência Social - Urbano	113.225,2	122.584,9	10,9%
Receitas da Previdência Social - Rural	2.406,7	2.856,7	31,7%
Receitas do Banco Central	1.306,9	1.382,4	-3,4%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	83.936,1	55.665,6	33,7%
Transferências Constitucionais (PI, IR e outros)	62.776,7	70.492,2	12,3%
Le Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002	812,5	2.600,0	220,3%
Transferências de Cofre - Combustíveis	57,3	116,1	102,3%
Dotação Transferências	19.408,6	22.482,5	15,9%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	386.755,3	444.770,8	15,3%
4. DESPESA TOTAL	354.294,4	393.582,3	11,3%
Despesa do Tesouro Nacional	217.297,1	245.585,3	12,7%
Despesa e Encargos Sociais	80.967,3	85.371,2	5,3%
Outros e Capital	136.329,8	159.214,1	16,8%
Despesa do FAT	14.165,5	15.333,6	8,3%
Abono e Seguro Desemprego	31.985,6	33.166,7	3,7%
Despesas do FAT	100,9	106,3	5,4%
Subsídios e Subvenções Econômicas	4.398,1	4.305,4	-2,0%
Operações Oficiais de Crédito e Rescaldo de Pagamentos	3.196,2	2.552,9	-19,8%
Despesas com Subvenções nos Fundos Regionais	1.802,0	1.940,5	7,7%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMI)	14.032,1	14.933,0	6,4%
Capitalização de Permissões	0,0	0,0	-
Auxílio a CDE	0,0	3.201,9	-
Outras Despesas de Crédito e Capital	58.995,1	121.095,8	20,3%
Outras Despesas de Crédito	22.135,8	86.181,1	13,3%
Outras Despesas de Capital	26.859,3	34.914,7	30,0%
Transferências do Tesouro ao Banco Central	1.011,0	1.033,6	2,2%
Benefícios Previdenciários	139.480,2	146.936,8	5,3%
Benefícios Previdenciários - Urbano	137.823,4	144.216,9	5,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	33.655,8	32.699,9	-2,9%
Despesas do Banco Central	1.547,1	1.240,5	-18,5%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	-
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	33.271,5	51.188,5	53,8%
Tesouro Nacional	37.382,0	37.382,0	-
Previdência Social (INPS)	-28.852,2	-16.656,2	-42,3%
Previdência Social (RGPS) - Urbano	5.395,8	11.357,9	110,3%
Previdência Social (RGPS) - Rural	-29.248,1	-30.014,3	2,6%
Banco Central	-240,2	1,9	100,0%
7. AJUSTE DE ESTADÍSTICA	853,4	0,0	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.825,6	nd	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8)	35.860,1	51.188,5	-
10. JUROS NOMINAIS	75.796,0	nd	-
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10)	-40.935,9	nd	-
Margem	3.073,3	6.230,5	103,7%
Parcela percentual da CPIS	59,4	63,4	51,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) Ajuste pelo método de "Impugnação de Pagamento".

2) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

3) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

4) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

5) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

6) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

7) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

8) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

9) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

10) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

11) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

12) Resultado primário do Tesouro Nacional (TN) e do Fundo Soberano do Brasil (FSB) e do Fundo de Reserva do Tesouro Nacional (FRTN).

TESOURO NACIONAL

Descrição	2013		2016		Variação (%)	
	Moio	Ano	Ano	Moio/14	Moio/15	Moio/13
1. RECEITA TOTAL		32.893,2	112.346,0	501.503,9	15,9%	-2,8%
Receitas do Tesouro Nacional		67.293,8	85.335,1	63.424,3	-25,9%	-6,6%
Previdência Social		68.595,0	86.039,0	64.244,9	-25,5%	-6,6%
Impostos		31.256,0	47.562,8	30.512,0	-28,3%	-42,9%
Contribuições		27.870,4	28.650,9	26.379,8	-8,0%	-5,4%
Demais		9.783,3	14.809,4	7.394,1	-50,5%	-34,8%
d/di-Ceado Outras Captações Perdoas		0,0	0,0	0,0	-	-
(1) Restituições		-10.911,1	-931,3	-472,6	-11,7%	-32,0%
(2) Incentivos Fiscais		0,0	-4,7	0,0	100,0%	-
Receitas de Previdência Social		24.729,3	26.299,3	26.609,8	-0,7%	9,1%
Previdência Social - Urbana		23.815,1	26.195,2	26.006,6	-0,7%	9,2%
Receitas da Previdência Social - Rural		593,8	604,1	603,2	-0,1%	-
Receitas do Banco Central		399,6	415,7	200,8	-50,9%	-73,4%
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		16.929,8	16.931,1	12.796,7	-23,1%	-37,4%
Transferências Constitucionais (PI, IC e IPI e outros)		24.647,7	21.679,6	15.479,5	-37,1%	-4,4%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 112/2000		16,5	182,5	142,5	0,0%	0,0%
Transferências de Cde - Contribuintes		0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências		3.274,6	4.489,5	6.127,7	36,4%	60,1%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)		74.133,9	98.025,0	69.317,2	-28,8%	-7,9%
4. DESPESA TOTAL		68.383,8	73.388,4	78.876,3	-0,7%	15,7%
Despesas do Tesouro Nacional		40.546,0	49.281,4	48.151,3	-2,3%	19,0%
Passiva e Realização Sociais		15.786,0	16.651,7	15.726,7	-0,5%	6,3%
Crédito e Capital		24.954,8	32.235,6	31.400,2	-2,6%	38,0%
Despesa do FAT		2.357,4	2.992,5	2.027,4	-31,2%	-12,7%
Além e Seguro Desemprego		2.505,5	2.970,1	2.020,0	-31,9%	-12,7%
Demais Despesas do FAT		51,9	21,4	34,4	33,5%	-33,5%
Subsidios e Subvenções Econômicas		493,1	1.622,9	911,6	-55,9%	112,7%
Operações Críticas de Crédito e Reembolso de Passivos		-11,2	1.006,5	480,2	-52,6%	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais		446,3	417,4	432,4	3,6%	3,1%
Benefícios Assumidos (LOAS e ONP)		2.911,7	3.086,2	3.129,3	1,4%	12,1%
Capitalização da Previdência		0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio a CDE		0,0	0,0	573,0	-	-
Outras Despesas de Crédito e Capital		18.786,5	24.714,0	24.771,8	0,2%	31,9%
Outras Despesas de Crédito		14.855,9	17.821,7	17.211,3	-3,4%	15,6%
Outras Despesas de Capital		3.880,7	6.891,3	7.550,6	9,6%	94,3%
Transferências do Tesouro ao Banco Central		383,3	374,0	22,4	-92,0%	-93,8%
Benefícios Previdenciários		27.340,3	29.493,8	30.443,8	2,1%	11,3%
Benefícios Previdenciários - Rural		21.932,6	23.193,6	21.703,9	-2,4%	11,9%
Despesas do Banco Central		6.104,9	6.779,8	6.779,8	0,0%	9,0%
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB		350,8	306,6	201,2	-21,3%	-31,3%
6. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3-4+5)		0,0	0,0	0,0	-	-
7. Resultado Nacional		5.579,0	16.356,6	-10.502,1	-	-
Previdência Social (RGPS)		8.939,0	19.558,6	-6.486,2	-	-
Previdência Social (RGPS) - Urbano		-3.001,7	-3.071,2	-3.273,9	-28,3%	-29,3%
Previdência Social (RGPS) - Rural		2.623,5	3.085,6	2.786,7	-74,3%	-12,5%
Previdência Social (RGPS) - Anual		-5.625,3	-6.156,8	-6.176,6	1,1%	9,3%
Banco Central		42,7	108,1	0,0	-	-
7.1 AUSTE MATEMÁTICA		177,2	0,0	0,0	-	-100,0%
8. DIFERENÇA ESTATÍSTICA		916,7	29,3	n.d.	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6+7+8)		5.235,6	16.454,3	n.d.	-	-
10. JUROS NOMINAIS		-17.221,6	-10.759,9	n.d.	-	-
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9+10)		-11.986,0	5.696,4	n.d.	-	-
Moio		1.254,3	1.205,4	1.138,8	2,9%	1,5%
Moio		140,7	141,5	140,7	0,6%	-4,7%

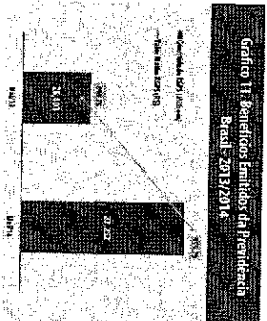
[illegible]

Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado até maio de 2013, o déficit previdenciário passou de 1,24% em 2013 para 0,90% do PIB em 2014. Em termos nominais, o déficit teve uma redução de R\$ 5,2 bilhões (21,8%) até maio e acumula R\$ 18,7 bilhões no ano, contra R\$ 23,9 bilhões em 2013.

Resalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desconexões tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial, pelas desconexões instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS nº 2, de 28 de abril de 2013.



A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 12,7 bilhões (10,9%). Isso se deve ao crescimento de 10,3% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2013 a abril de 2014, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, que refletiu o aumento de R\$ 9,5 bilhões (8,3%) nas contribuições previdenciárias. Outro fator que explica o aumento na arrecadação líquida foi o acréscimo de R\$ 4,0 bilhões (155,1%) do montante de compensações do RGPS.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 7,5 bilhões (5,3%) comparativamente ao período idêntico do exercício de 2013, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 56,04 (6,2%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso;
- elevação de 4,5 milhões no número de benefícios pagos em 2014 (3,4%), resultado, sobretudo, dos aumentos de 3,1 milhões de benefícios referentes a aposentadorias, 869,9 mil referentes a pensões por morte e 447,6 mil de benefícios referentes a auxílio-doença;
- pagamento de precatórios e sentenças judiciais de benefícios previdenciários no valor de R\$ 2,6 bilhões em 2014 contra o pagamento de R\$ 4,8 bilhões em 2013.

1. Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Agel	— Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CD	— Conta de Desenvolvimento Energético
CIDE	— Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins	— Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF	— Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS	— Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL	— Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Empresa	— Empresa Gestora de Ativos
FAT	— Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS	— Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel	— Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND	— Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE	— Fundo de Participação de Estados
PPM	— Fundo de Participação de Municípios
FSB	— Fundo Soberano do Brasil
Fundeb	— Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS	— Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI	— Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
II	— Imposto de Importação
INSS	— Instituto Nacional de Seguridade Social
IOF	— Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IP	— Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF	— Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ	— Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF	— Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS	— Lei Orgânica de Assistência Social
PAC	— Programa de Aceleração do Crescimento
PAES	— Parcelamento Especial
Pasep	— Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA	— Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN	— Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

- 第

Tabela 16 - Quantidade de Boleto Emitido para Pagamentos Serão - Brasil - 2013/2004							Encargamento
Descrição	Abril/13	Mai/13	Jun/13	2013		2004	Variação %
				2013	2014		
Quantidade de boletos emitidos	7.412	7.253	7.183	7.412	7.183	7.183	3,2%
Pagamentos	26.353	26.405	26.405	26.353	26.405	26.405	-0,2%
Apostentados	5.578	5.568	5.568	5.578	5.568	5.568	0,2%
Julga	9.268	9.291	9.291	9.268	9.291	9.291	-0,2%
Finaliza	3.140	3.144	3.144	3.140	3.144	3.144	-0,1%
Tempo de processamento	3.771	3.784	3.784	3.771	3.784	3.784	-0,3%
Pagamento por boleto	7.205	7.215	7.215	7.205	7.215	7.215	-0,1%
Assinatura	1.446	1.454	1.454	1.446	1.454	1.454	-0,5%
Suficiente para pagar	81	90	90	81	90	90	-12%
Quais	84	93	93	84	93	93	-10%
Pagamento	1.564	1.563	1.563	1.564	1.563	1.563	0,1%
Apostentados	102	102	102	102	102	102	0%
Pagamento por boleto	170	170	170	170	170	170	-0,6%
Assinatura	115	113	113	115	113	113	2%
Assinatura	307	308	308	307	308	308	-0,3%
Assinatura	31	31	31	31	31	31	-0,3%

Fonte: Ministério da Previdência Social.

sem mãe beneficiados

Descrição	Abril/16			Abril/15			Abril/14			Abril/13			Abril/12			Abril/11			Abril/10		
	Valor	Variação %	Variação %	Valor	Variação %	Variação %	Valor	Variação %	Variação %	Valor	Variação %	Variação %	Valor	Variação %	Variação %	Valor	Variação %	Variação %	Valor	Variação %	Variação %
Despesa Total	2.725,3	-2,2%	-0,1%	2.785,9	-0,2%	-0,1%	2.795,3	-0,3%	-0,3%	2.805,1	-0,4%	-0,4%	2.815,1	-0,4%	-0,4%	2.825,1	-0,4%	-0,4%	2.835,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Pessoal	1.751,8	-1,5%	-0,3%	1.780,8	-0,2%	-0,2%	1.795,3	-0,3%	-0,3%	1.810,1	-0,4%	-0,4%	1.825,1	-0,4%	-0,4%	1.840,1	-0,4%	-0,4%	1.855,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Materiais	2.208,1	-2,2%	-0,1%	2.250,8	-0,2%	-0,2%	2.295,3	-0,3%	-0,3%	2.340,1	-0,4%	-0,4%	2.385,1	-0,4%	-0,4%	2.430,1	-0,4%	-0,4%	2.475,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Energia	3.140,1	-1,5%	-0,3%	3.200,8	-0,2%	-0,2%	3.260,3	-0,3%	-0,3%	3.320,1	-0,4%	-0,4%	3.380,1	-0,4%	-0,4%	3.440,1	-0,4%	-0,4%	3.500,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Transporte	3.120,1	-1,5%	-0,3%	3.180,8	-0,2%	-0,2%	3.240,3	-0,3%	-0,3%	3.300,1	-0,4%	-0,4%	3.360,1	-0,4%	-0,4%	3.420,1	-0,4%	-0,4%	3.480,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Aluguel	1.456,1	-1,5%	-0,3%	1.500,8	-0,2%	-0,2%	1.545,3	-0,3%	-0,3%	1.590,1	-0,4%	-0,4%	1.635,1	-0,4%	-0,4%	1.680,1	-0,4%	-0,4%	1.725,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Outros	91,1	-1,5%	-0,3%	95,8	-0,2%	-0,2%	100,3	-0,3%	-0,3%	105,1	-0,4%	-0,4%	110,1	-0,4%	-0,4%	115,1	-0,4%	-0,4%	120,1	-0,4%	-0,4%
Despesa Total	1.751,8	-1,5%	-0,3%	1.780,8	-0,2%	-0,2%	1.795,3	-0,3%	-0,3%	1.810,1	-0,4%	-0,4%	1.825,1	-0,4%	-0,4%	1.840,1	-0,4%	-0,4%	1.855,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Pessoal	1.751,8	-1,5%	-0,3%	1.780,8	-0,2%	-0,2%	1.795,3	-0,3%	-0,3%	1.810,1	-0,4%	-0,4%	1.825,1	-0,4%	-0,4%	1.840,1	-0,4%	-0,4%	1.855,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Materiais	2.208,1	-2,2%	-0,1%	2.250,8	-0,2%	-0,2%	2.295,3	-0,3%	-0,3%	2.340,1	-0,4%	-0,4%	2.385,1	-0,4%	-0,4%	2.430,1	-0,4%	-0,4%	2.475,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Energia	3.140,1	-1,5%	-0,3%	3.200,8	-0,2%	-0,2%	3.260,3	-0,3%	-0,3%	3.320,1	-0,4%	-0,4%	3.380,1	-0,4%	-0,4%	3.440,1	-0,4%	-0,4%	3.500,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Transporte	3.120,1	-1,5%	-0,3%	3.180,8	-0,2%	-0,2%	3.240,3	-0,3%	-0,3%	3.300,1	-0,4%	-0,4%	3.360,1	-0,4%	-0,4%	3.420,1	-0,4%	-0,4%	3.480,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Aluguel	1.456,1	-1,5%	-0,3%	1.500,8	-0,2%	-0,2%	1.545,3	-0,3%	-0,3%	1.590,1	-0,4%	-0,4%	1.635,1	-0,4%	-0,4%	1.680,1	-0,4%	-0,4%	1.725,1	-0,4%	-0,4%
Despesa com Outros	91,1	-1,5%	-0,3%	95,8	-0,2%	-0,2%	100,3	-0,3%	-0,3%	105,1	-0,4%	-0,4%	110,1	-0,4%	-0,4%	115,1	-0,4%	-0,4%	120,1	-0,4%	-0,4%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Em maio de 2014, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 19,48% do PIB, 1,34 p.p. inferior ao montante registrada em maio de 2013.

[illegible]

Em relação a maio de 2013, a DLITN aumentou R\$ 21,8 bilhões, em decorrência do aumento de R\$ 23,0 bilhões no estoque da dívida interna líquida e do decréscimo de R\$ 1,2 bilhão no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN reduziu cerca de 1,3 p.p. no mesmo período, passando de 20,7% em maio de 2013 para 19,4% em maio de 2014.

	2.1%	1.5%
mar/13		
jun/13		
ju/13		
ago/13		
set/13		
oct/13		
nov/13		
dez/13		
jan/14		
fev/14		
mar/14		
abr/14		
mai/14		

-- *Dend. lutea* total
 = *Dend. lutea* / *lutea*
 = *Dend. lutea* / *lutea*

Comparativamente ao ano anterior, a redução da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 1,2 bilhão, passando de R\$ 94,0 bilhões, em maio de 2013, para R\$ 92,8 bilhões, em maio de 2014. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 89,6% (R\$ 83,5 bilhões) e a dívida contratual representa 10,4% (R\$ 9,7 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional diminuiu 0,2 p.p. no mesmo período, passando de 2,1% em maio de 2013 para 1,9% em maio de 2013.

Tabela 21. Hábitos Infância e Teseo Nacional - Brasil - 2013/2014					
Dieta/Alimento	M07/1	M07/2	M07/3	M07/4	M07/5
Doce (Doce, Bolo, Pão de Açúcar, etc.)	61,2(5,3)	49,4(4,4)	4,8(1,3)	12,1(3,5)	61,5(4,6)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	51,9(5,2)	59,9(4,4)	1,4(0,4)	30,1(4,1)	59,0(4,4)
Doce (Doce, Bolo, Pão de Açúcar, etc.)	42,1(3,1)	44,8(2,3)	1,4(0,4)	20,6(3,1)	42,8(3,1)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	79,5(7,0)	71,0(2,2)	3,8(0,5)	64,1(2,3)	74,0(2,3)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	41,0(3,2)	11,9(4,9)	0,5(0,1)	19,9(1,6)	11,9(4,9)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	53,5(3,2)	3,3(1,2)	0,0(0,0)	4,7(1,4)	5,3(1,2)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	4,2(2,4)	4,7(2,1)	0,1(0,1)	4,1(1,1)	4,2(2,1)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	16,1(2,2)	10,1(1,0)	0,1(0,1)	1,5(0,1)	11,1(1,0)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	59,1(8,0)	58,5(5,3)	1,1(0,3)	11,0(4,3)	58,7(5,3)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	18,4(4,8)	19,5(5,6)	1,1(0,3)	7,5(3,8)	19,5(5,6)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	86,4(4,4)	81,4(3,1)	1,1(0,3)	76,3(3,4)	81,4(3,1)
Alimento com muito sal (Salgado, Bolacha, etc.)	72,1(5,8)	72,1(4,1)	1,1(0,3)	81,4(3,1)	72,1(4,1)

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Exat 20 - Unidades Acadêmicas Internas do Tesouro Nacional - Bimestre 2016							Sitio
Oficina/Mapa	Saldo Inicial	Empenho	Processo de Inadimplência	Resgate	Despesa	MTD	
PLANOS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100	1.000.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
01	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
02	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
03	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
04	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
05	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
06	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
07	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
08	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
09	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
10	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
11	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
12	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
13	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
14	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
15	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
16	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
17	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
18	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
19	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
20	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
21	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
22	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
23	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
24	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
25	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
26	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
27	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
28	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
29	100.000,00	10.000,0					

Resultado do Tesouro Nacional - Maio/2014